

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

EDITORIAL

É com imensa satisfação que iniciamos a gestão da *Revista de Arqueologia* da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) no biênio 2024-2026. Agradecemos todo o trabalho feito pelas equipes anteriores, fundamental para que a revista chegasse ao nível de qualidade que tem hoje, com Qualis A1 e indexação em diferentes plataformas, incluindo a Scopus. Aproveitamos para dar os parabéns a Fernanda Codevilla Soares, Andrei Isnardis, e Veronica Wesolowski. Contamos com as experiências passadas para avançarmos ainda mais no processo de trazer publicações de excelência para a revista.

O novo Conselho Editorial (assim designado após aprovação do novo estatuto da SAB), composto por Daiane Pereira, Daniela Klokler e Meliam Gaspar, espera dar continuidade aos números quadrimestrais, às ações de inclusão em indexadores, assim como a ampliação da divulgação da Revista e suas publicações. Em acordo com as mudanças de estatuto, regimento e outros documentos importantes da SAB, também iremos reformular algumas das políticas internas da Revista.

Aproveitamos para lembrar os leitores e leitoras de que a *Revista de Arqueologia* tem como público-alvo toda a comunidade acadêmica e científica das áreas de Arqueologia Brasileira e campos afins, publicando novos volumes sempre em Janeiro, Maio e Setembro, os quais podem ser compostos por artigos submetidos em fluxo contínuo ou dossiês temáticos. Gostaríamos de enfatizar que a Revista aceita manuscritos explorando as mais variadas temáticas e debates a respeito de contextos brasileiros e suas conexões com o continente americano, assim como estudos comparativos e teóricos de outros lugares do mundo que contribuam para os estudos realizados no Brasil. Os trabalhos podem ser elaborados em português, espanhol e inglês, possibilitando maior diálogo com pesquisadores e pesquisadoras das Américas. As temáticas enquadram-se nas categorias do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo elas: Arqueologia (7.03.00.00-3), Arqueologia Histórica (7.04.03.00-7) e Arqueologia Pré-Histórica (7.04.02.00-0). As contribuições podem ser em forma de: artigos originais, artigos de revisão ou atualização, resenhas, resumos de dissertação ou tese, notas de pesquisa, documentos inéditos, entrevistas e vídeos científicos. Não são aceitos textos em formato de relatório de pesquisa.

Salientamos que todo processo editorial ocorre por meio do sistema de gestão de periódicos acadêmicos Open Journal Systems (OJS), que entre seus benefícios garante o registro e a lisura em todas as etapas do fluxo editorial, certificando o anonimato de autores e pareceristas e o acompanhamento em tempo real do processo entre a submissão e publicação por parte dos autores.

Com o número 2 do volume 37, fazemos a transição entre as equipes, no entanto o diálogo com a gestão anterior permanece com a publicação da segunda parte do dossiê Arqueologias Negras: Nossas Lutas, Nossas Histórias, que foi construído a partir

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v37i2.1229>

da demanda de colegas da Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo) à SAB. São cinco artigos neste segundo número, além de uma nota de pesquisa, devidamente apresentados pelas editoras convidadas: Lara Passos e Patrícia Marinho.

No fluxo contínuo, temos artigos que tratam de temas diversos, do diálogo entre arqueologia e educação, do papel do audiovisual para difusão e popularização da disciplina arqueológica, dos muraquitãs amazônicos aos contextos mineiros, passando pelo estudo das moedas, cachimbos e remanescentes ósseos. Finalizamos o número com uma resenha do texto *Entre lugares*, sobre as histórias que envolvem o mundo das negritudes da cidade de Vassouras, no Rio de Janeiro.

Agradecemos a contribuição de todas as autoras, autores, avaliadoras e avaliadores, que tornam possível a publicação da Revista, e pela confiança na gestão do próximo biênio. Esperamos que apreciem a leitura deste novo número da *Revista de Arqueologia*.

*Daiane Pereira
Daniela Klokler
Meliam Gaspar*

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

APRESENTAÇÃO

Mais fragmentos de uma arqueologia negra participativa em andamento no Brasil

Lara de Paula Passos*, Patrícia Marinho de Carvalho**

Com alegria cumprimos mais uma vez a população leitora da Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), e pedimos licença às ancestralidades para apresentar a segunda parte do dossiê Arqueologias Negras: Nossas Lutas, Nossas Histórias, produzido em colaboração com a Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo).

Pudemos observar, ao longo deste período entre os volumes, profícuos desdobramentos, que em grande medida também atestam a necessidade da proliferação de iniciativas semelhantes em contextos variados na arqueologia brasileira. Perceber movimentações entusiasmadas e propositivas envolvendo a materialização deste anseio coletivo produz vislumbres de um futuro ancestral cerzido em tramas complexas e persistentes, compondo trançados firmes de resistência e presença.

A convergência entre a valorização e a mobilização social em defesa do patrimônio arqueológico afrodiáspórico, juntamente com a produção de conhecimento acadêmico a partir de dentro das comunidades tradicionais, revelam a complexidade e a profundidade das narrativas presentes na arqueologia contemporânea desenhada nesse dossiê negro. É nesse entrelaçamento de vozes, memórias e lutas que se constrói um panorama multifacetado e profundo, capaz de desvelar novas perspectivas e potenciais transformadores. A união desses fios condutores revela não apenas a importância da preservação do passado, mas também a urgência de dialogar com o presente e vislumbrar um futuro mais inclusivo e consciente de sua história.

Abrimos o diálogo com uma breve recapitulação histórica no texto “Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo), 2018-2024: retalhos históricos de movimentações coletivas”, cuja finalidade é de documentar e publicizar momentos importantes para a construção da NegrArqueo. Esse registro episódico não pretende essencializar os últimos

* Doutoranda em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn-UFGM). É integrante e representante da Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo). E-mail: laradepaulapassos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5710-8608>.

** Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (LINTT-MAE-USP). É integrante e representante da Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo). E-mail: patymarinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5862-7584>.

seis anos nas contribuições descritas, mas frisar alguns instantes vitais para a própria elaboração e desenvolvimento da rede, ainda em continuum.

Rosinalda Olaséni Corrêa da Silva Simoni dá continuidade ao volume com o texto “Os quilombos na diáspora e o papel da arqueologia: lutas históricas e desafios, uma escrita na primeira pessoa”, contextualizando pela própria experiência a existência dos remanescentes de quilombo enquanto atravessada por questões de raça e racismo, vulnerabilidades sociais, culturais e históricas. Suas reflexões enquanto integrante da parcela preta e quilombola atravessam-se aos saberes adquiridos enquanto pesquisadora arqueóloga, a autora constela referências a serviço do que chama de “papel social de qualquer ciência e organização” que consiste na promoção de reflexões objetivadas em mudanças sociais, políticas, econômicas e comportamentais.

A discussão expande seus contornos teóricos na sequência com o trabalho de Lívia Radane, “Transgredindo arqueologias: narrativas outras como práticas libertadoras”, no qual a autora situa a arqueologia como espaço político de aprendizagem mútua-plural e aponta as ranhuras decorrentes das limitações hegemônicas, analisando estruturas de criação epistemológica, o indivíduo construtivo e as intersecções (Akotirene, 2019) que abarcam dentro de uma ciência arqueológica, a colonialidade no pensar, ensinar e produzir. A discussão de abordagens pedagógicas alternativas se faz presente a partir da construção de elementos responsivos ao questionamento: A arqueologia, de fato, pode ser vista como elemento funcional na desconstrução do pensamento colonial?

“Arqueologia com pipoca: construções de gênero e raça no cinema” é o título do artigo seguinte deste volume, de autoria de Débora Blois. O trabalho envereda por campos distintos de investigação acerca do universo arqueológico, tangendo suas análises à esfera midiática, mediante suas construções e representações nas produções cinematográficas. Seu levantamento proporciona o tensionamento dos discursos, naturalizações e silêncios que contribuem para o racismo estrutural e a invisibilidade de gênero no constructo da arqueologia enquanto disciplina acadêmica.

Patrícia Marinho e Rossano Lopes Bastos pronunciam-se na composição “Sítio arqueológico do quilombo Saracura: a insurgência do movimento negro pelo direito à memória na cidade de São Paulo”, encerrando a sessão de artigos do dossiê. A partir da prática dialógica em contato direto não apenas com o contexto do resgate arqueológico do sítio Saracura/Vai-Vai, identificado durante obras de implantação da Linha 6 do metrô de São Paulo, mas também as movimentações contemporâneas em defesa do sítio promovidas pela organização comunitária dos moradores do Bixiga, sob o lema: “Metrô, sim, mas sem destruição do patrimônio histórico”. Abordando a valorização de territórios afrodiaspóricos referenciais do patrimônio cultural e histórico nacional, fundamentais para o fortalecimento e (re)conhecimento desta e das gerações futuras da memória e história de africanos e descendentes neste país, promove uma breve revisão da legislação pertinente e destaca a importância da mobilização social e colaborativa nesse processo.

Ainda, contamos com a colaboração da nota de pesquisa “A emergência da história negra por meio do projeto Memórias da Terra: Patrimônio Arqueológico da Comunidade de Vila Velha do Cassiporé”, de autoria de Jelly Juliane Souza de Lima.

Concluindo as publicações deste tomo, temos o orgulho de comportar a tradução das palavras do prof. dr. Akinwumi Ogundiran, arqueólogo da Universidade Northwestern, em circunstância da Conferência de Abertura do XXII Congresso da SAB, realizado em 13 de novembro de 2023, em Florianópolis, fornecido cordialmente pelo autor e pelo tradutor Marcos Leitão de Almeida. A fala, originalmente intitulada “The Ties That Bind Us: An Archaeological History of Yoruba Cosmopolitanism and Implications for South Atlantic Collaboration”, serviu de inspiração e fomento para a ampliação e fortalecimento

de conexões diaspóricas entre agências negras individuais e coletivas nas rotas Brasil-África de produção de conhecimento situado, e celebra bons ventos futuros no contexto de uma arqueologia negra coletivamente atuante no Brasil que possa também alçar voos de reconhecimento e alcance para além das barreiras territoriais nacionais.

Ao percorrer as páginas desse volume e mergulhar nas reflexões e narrativas apresentadas, torna-se evidente que a arqueologia contemporânea vai muito além da mera investigação do passado. Ela se revela como uma ferramenta poderosa para a construção de pontes entre diferentes saberes, experiências e perspectivas, possibilitando a ressignificação do patrimônio cultural e a promoção de uma história mais plural e inclusiva. O diálogo entre academia, comunidades tradicionais e movimentos sociais emerge como um caminho fecundo para a desconstrução de narrativas hegemônicas e a valorização das vozes historicamente silenciadas. Assim, ao finalizar essa jornada pelas tramas e tessituras da arqueologia contemporânea, somos convidados a vislumbrar um horizonte de possibilidades, em que o passado e o presente se entrelaçam em um constante movimento de reflexão, transformação e reconstrução de narrativas, mirando um futuro diferente e mais promissor, no qual a diversidade de vozes e experiências seja verdadeiramente valorizada e celebrada.

Desejamos uma boa leitura a todos.

Belo Horizonte, janeiro de 2024

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

APRESENTAÇÃO

Apresentação: Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo), 2018-2024: retalhos históricos de movimentações coletivas

Lara de Paula Passos*

Patrícia Marinho de Carvalho**

Alice de Matos Soares***

Embora anteriormente já fosse possível constatar a presença de pessoas negras na atuação da arqueologia brasileira (Gaspar, 2020), a ausência de um registro sistemático de suas contribuições enquanto figuras agentes e de suas ideias tem favorecido a intangibilidade do impacto real e representativo coletivo dentro da grande área que esta parcela da comunidade profissional significa, algo também perceptível com outras tantas identidades socializadas na dissidência, enquanto vestígio no passado e no contemporâneo (Polo; Leite, 2019). Marcadas por momentos de colaboração e articulação embrionária, conseguimos relembrar o ocorrido na V Semana Internacional de Arqueologia do MAE-USP de 2017 (Museu de Arqueologia e Etnologia, 2017), com a aglutinação de pessoas negras pesquisadoras autônomas e institucionalizadas para assistir à palestra de abertura do evento ministrada pela arqueóloga negra estadunidense convidada dra. Whitney Battle-Baptiste e intitulada “Movendo montanhas e libertando diálogos: minha jornada pela criação de uma

* Doutoranda em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN-UFMG). É integrante e representante da Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo). E-mail: laradepaulapassos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5710-8608>.

** Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (LINTT-MAE-USP). É integrante e representante da Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo). E-mail: patymarinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5862-7584>.

** Arqueóloga graduada pela UFOPA. E-mail: alicematos072@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2023-3795>.

arqueologia feminista negra”,¹ que proporcionou um primeiro momento de partilha em aproximação e similitude com nuances de intento em se construir espaços mais práticos e formais de atuação na materialidade do quadro profissional arqueológico nacional.

Figura 1 Material de divulgação da palestra de abertura da V Semana Internacional de Arqueologia do MAE-USP, 2017.



Palestra de Abertura

Profª Whitney Battle-Baptiste

Movendo Montanhas e Libertando Diálogos: minha jornada pela criação de uma Arqueologia Feminista Negra.

Arqueóloga e professora no Departamento de Antropologia da University of Massachusetts Amherst, seu trabalho foca na histórica intersecção entre raça, classe e gênero na formação de paisagens culturais através da diáspora africana nos Estados Unidos. Seu interesse teórico incluiu a teoria Black Feminist, Teoria Negra Crítica, estudos críticos sobre patrimônio, entre outros.

Através de estudos como e com mulheres afrodescendentes, buscou desenvolver um método para realçar positivamente as texturas e profundidades de como entendemos a experiência de pessoas africanas cativas, afim de criar uma Arqueologia que possa se conectar a uma busca mais ampla por justiça social e política.

Dia 8 de Maio, 10:30, no Auditório da Faculdade de Educação – USP.

 **Haverá tradução simultânea**

Fonte: <https://semanadearqueologi8.wixsite.com/vsia/copia-programacao>.

¹ Ressaltamos, aqui, a importância basilar das mulheres negras enquanto membras movimentantes da Rede e de muitas de suas conquistas, estando sempre à frente das discussões e das execuções na realidade nacional.

Figura 2. Primeiras aproximações de arqueólogues dissidentes em processo de autogestão com referências afrodiaspóricas internacionais (Withney Battle-Baptiste), 2017.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

A Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo) surge no ano seguinte (2018) enquanto uma articulação de arqueólogues negres e afrodiaspóricas, inicialmente fundada no âmbito virtual e por pessoas autogestionadas profissionais em arqueologia (Diogo Borges e Mariana Inglez),² com posterior adesão espontânea por pessoas autodeclaradas afrodiaspóricas. Em reuniões, foi optado pelo tipo de organização em Rede enquanto o mais apropriado, que consolidado presencialmente durante a reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (Regional Norte), ocorrida em Manaus/AM no mesmo ano. A Rede é voltada ao autofortalecimento negro na ciência e ao enfrentamento coletivo do racismo vigente dentro da arqueologia brasileira, seja no processo de formação técnica e acadêmica ou na atuação profissional e na relação com as comunidades, em especial as de povos originários e em contextos de licenciamento ambiental.

No âmbito prático e propositivo, a Rede encarou como oportuno a criação de Grupos de Trabalho (GTs) com a finalidade logística de direcionar algumas das demandas de interesse

² Informação presente em ata da reunião de 31 de maio de 2018. Acervo NegrArqueo.

coletivo, sendo estes: Comunicação; Regimento; Levantamento de Eventos; Diáspora negra; Educação; Acompanhamento de casos de racismo; Mapeamento. As definições de direcionamento da estrutura interna foram todas sempre discutidas em reunião e aplicadas mediante apreciação coletiva, aprendendo com o fazer improvisado inerente à experiência de qualquer ineditismo. Nossas ações e os desdobramentos delas seguiram coerentes a um entendimento de assimilação de elementos de ancestralidade presentes nas formas diferentes de ensinar e aprender já acessadas pelas populações negras, como a própria capoeira (Campos, 2020), que, ao constituir-se triplamente enquanto jogo, luta e dança, desbanca os clamores maniqueístas ao comprovar materialmente a pluralidade enquanto uma realidade possível de ser vivida, e não apenas sonhada, em que a falha não exprime a falta ou precede ao extermínio, à desvalorização plena e ao ostracismo, mas pode ser também material construtivo para debates e avanços ainda mais consistentes, com passos mais firmes adiante. Acompanhado deste movimento, também foi feita uma observação atenta quanto aos exemplos acessíveis de espelhamentos profícuos, como o caso da Society of Black Archaeologists (SBA),³ dos Estados Unidos, cuja estrutura serviu de inspiração e fomento meditativo para diversas conversas e encaminhamentos, a tentativa de aproximação e o uso de referência dos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs).

É objetivo da NegrArqueo, desde sua idealização, realizar articulações políticas e fomentar a organização e o reconhecimento de profissionais e estudantes afrodiáspóricos. Temáticas como o discurso racista na arqueologia brasileira; o ensino da arqueologia negra, africana e diaspórica nos dias de hoje e na construção da disciplina; a arqueologia como indutora ativa da perpetuação de estruturas racistas; o acolhimento, a divulgação e a produção arqueológica negra em conexões de fortalecimento foram algumas das pautas relevantes levantadas para o coletivo autogestionado. Com estas questões em mente, a Rede de Arqueologia Negra inaugurou sua presença pública mediante a leitura de carta de apresentação na abertura da VI Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes do MAE-USP, de 2019, aqui reproduzida na íntegra:

Carta de princípios

A Rede NegrArqueo é formada por arqueólogas e arqueólogos formados no Brasil, reunidos desde 21 de maio de 2018, buscando combater a falta de representatividade tanto na comunidade acadêmica e quanto nos estudos das comunidades trazidas ao Brasil desde o período da escravidão.

Nossas metas são:

- Incentivar a formação de companheiras negras e companheiros negros a se formarem em arqueologia;
- Denunciar casos de racismos;
- Estimular a produção intelectual e cultural sobre as comunidades negras e de colegas negras e negros.
- Combater a discriminação racial e a invisibilidade das comunidades negras na arqueologia;
- Assegurar que as comunidades negras tenham sua representatividade e importância reconhecidas como formadoras da sociedade brasileira e que seus legados arqueológicos sejam também reconhecidos como tais;
- Ocupar os espaços acadêmicos e profissionais.

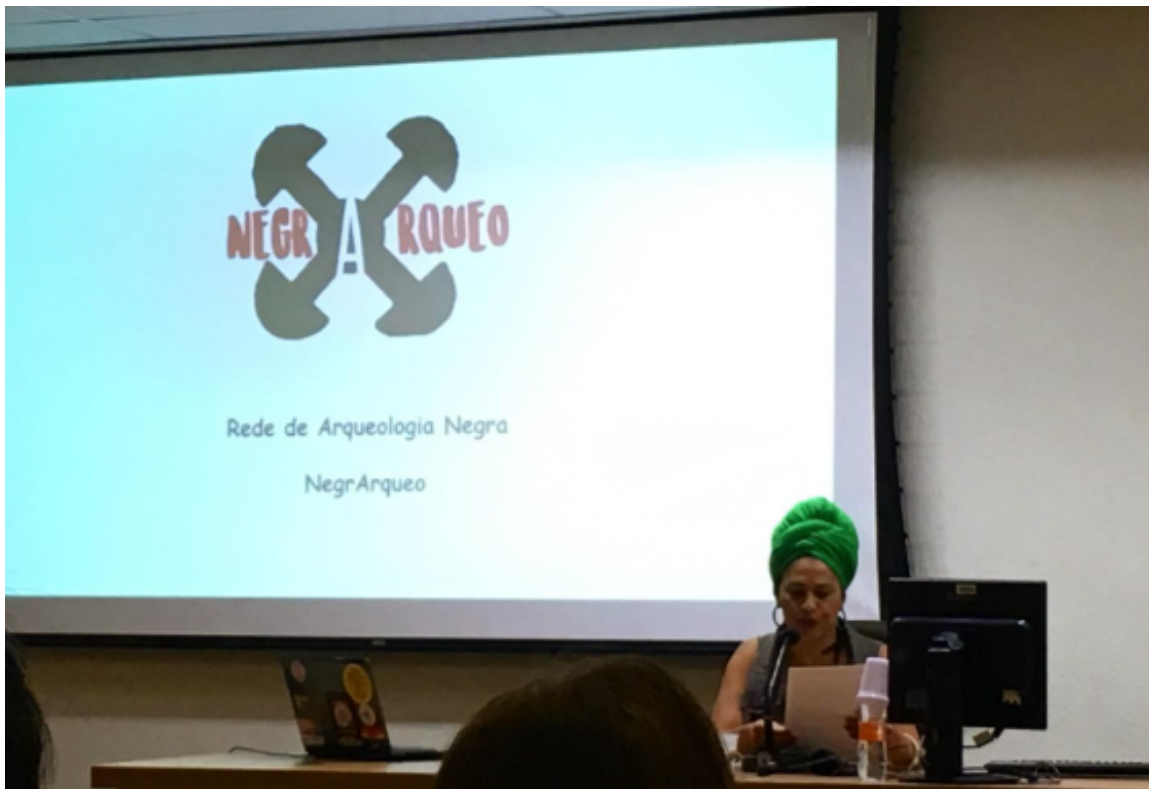
³ Disponível em: <https://www.societyofblackarchaeologists.com/about/>.

Este grupo é unido de forma ideológica, das mais variadas crenças, com o fiel propósito de combater a desigualdade que atinge a comunidade negra no Brasil. Sendo representado pelos diferentes tons de pele, biótipos negros, texturas e cor de cabelos, sexualidades e gêneros.

São Paulo, 21 de maio de 2018

Além do marco público, a Rede também pôde fortalecer neste momento suas conexões internas com figuras internacionais de grande peso para o coletivo, como a arqueóloga estadunidense Theresa A. Singleton, cujas pesquisas no contexto da escravidão nas Américas muitas vezes foram uma das únicas fontes de acesso à produções teóricas de autorias negras consolidadas com amplitude de alcance global no âmbito, servindo de referencial bibliográfico e também de exemplo para outras pessoas negras que estudam e exercem a arqueologia em territórios americanos (Gonzalez, 2022).

Figura 3. Leitura da carta de apresentação da NegrArqueo por Patricia Marinho de Carvalho durante a VI Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes MAE-USP, 2019.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 4. Registro de participantes da Rede e aliados em comemoração política à leitura da carta de apresentação, 2019.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 5. Participantes em visita à Casa das Áfricas com a arqueóloga Theresa Singleton, 2019.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

No mesmo ano, a rede foi marcada pela nutrição de debates envolvendo questões de acessibilidade financeira e projeção de carreira, além da proposta de realização de lives e seminários virtuais, bem como a apropriação estratégica das mídias sociais enquanto espaço autônomo de divulgação científica das movimentações do coletivo, entendendo o impacto que elas têm gerado (Téga, 2022). Por fim, implementou-se também uma prática mais direcionada à atuação do GT mapeamento, com o propósito de levantamento das pessoas negras e afrodiáspóricas integrantes e suas produções, e construção do perfil interno da Rede como forma efetiva de nos reconhecermos e articularmos a partir de nossos pertencimentos e atuações localizadas, além da alimentação de *drive* com referências digitais oriundas de autorias marginalizadas na lógica de produção e consumo mainstream científico.

Ainda em concordância com as práticas de coalizões estratégicas de fortalecimento mútuo e troca de experiências, documentação e promoção de visibilidade (Carvalho, 2018) e ações afirmativas, vale resgatar também a parceria com a Society of Black Archaeologists materializada no webinar Espaços Arqueológicos Fugitivos (Acebo *et al.*, 2021) e na Black in Archaeology Week⁴ (2021), cujo espaço foi utilizado para a publicização do resultado dos levantamentos iniciais de mapeamento pela integrante do GT, Iris Pereira de Moraes – Ewejimi, a qual atesta:

Nesse contexto, destacamos, entre nossas iniciativas, a realização do nosso primeiro Mapeamento de Arqueologues Negres elaborado por um Grupo de Trabalho e aplicado mediante formulário internamente à Rede em março de 2021. Naquele momento, em plena pandemia do coronavírus, 24 pessoas chegaram a responder o nosso formulário do mapeamento, e, embora já tenhamos que atualizá-lo, de maneira geral percebemos que já articulamos mais de quarenta pessoas em nossas redes sociais. Além disso, pelo cenário que percebemos, e esse primeiro levantamento também demonstrou, o perfil atual de arqueologues negres no Brasil é composto principalmente por estudantes, a maioria de graduação, e outra parte significativa de estudantes de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), [e] contamos com apenas cinco doutores e dois pós-doutores.⁵

⁴ Movimentação #BlackinArcheoWeek, de visibilidade de arqueólogos negres organizado pela SBA e outras entidades para o mês da História Negra (nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá) em fevereiro de 2021. Vídeo disponível em: https://youtu.be/CYIp_9mVV48?si=ci5vqGPLYDB4e_Sl. Acesso em: 10 jan. 2024.

⁵ Tradução de fala registrada em 3 fev. 2021. Acervo histórico da NegrArqueo.

Figura 6. Material de divulgação da live Espaços Arqueológicos Fugitivos, 2021.

Espaços Arqueológicos Fugitivos

*with translation in English

Lewis Borck, PhD
Professor assistente
Universidade do Novo México
Highlands
Coletivo Black Trowels*
(*Colher-de-pedreiro)

Jeannette Plummer Sires
Curadora de Assembléias Arqueológicas
Museu Britânico
Sociedade Europeia de Arqueólogos
Negros e Aliados

Moderado por
Justin Dunnivant, PhD
Bolsista de Pós-Doutorado
Universidade Vanderbilt
Sociedade de Arqueólogos Negros

Patricia Marinho, PhD
Assessora técnica de Comunidade
Quilombola
Rede de Arqueologia Negra

Nathan Acebo, PhD
Bolsista de Pós-Doutorado
UC Merced
Estudos de missão crítica da UC

3 de fevereiro de 2021
16h00 - 18h00 EST

Registre-se aqui: <https://bit.ly/2Md22hs>

No ano passado, surgiram novas organizações de profissionais do patrimônio negros e indígenas. Esses esforços levaram a novas iniciativas em torno da capacitação, envolvimento da comunidade e descolonização de metodologias de pesquisa. Neste painel, os membros dessas organizações novas e emergentes discutirão suas origens, iniciativas, bem como desafios e oportunidades.

Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 7. Material de divulgação da movimentação #BlackInArchaeologyWeek, promovida em parceria com a Society of Black Archaeologists, a The Black Science Coalition and Institute (B-Sci), a The European Society of Black and Allied Archaeologists (ESBAA) e a Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo), 2021.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

Na decorrência destes pontapés iniciais, marcamos presença em outros eventos científicos, como o XI Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE) (2021), a partir da execução de uma sessão temática voltada especificamente para as reflexões da Rede, intitulada: Arqueologia Negra: Protagonismo, Epistemologias e Diálogos Interdisciplinares sobre Memória, Patrimônio e Ancestralidade, e submetida por Patrícia Marinho de Carvalho, Gabby Omoni Hartemann e Iris Pereira de Moraes, pessoas integrantes da rede. Também estivemos presentes no minicurso Arqueologia Afrodecolonial?: Abordagens, Saberes e Pertencimentos da/na Diáspora Africana, ofertado por Iris Pereira de Moraes – Ewejimi e Gabby Omoni Hartemann. As propostas

foram embasadas nas experiências das figuras coordenadoras, que assumem um lugar de fala de pessoas afrodiáspóricas no âmbito das suas pesquisas arqueológicas e na contribuição da criação de espaços de diálogo e de discussão críticos entre os investigadores dessa área de conhecimento. Arelada ao entendimento interdisciplinar e à disposição para o compartilhamento analítico de questões relacionadas à memória, ao patrimônio e à ancestralidade do povo negro, esta iniciativa permitiu à Rede aproximar-se de organizações políticas cuja trajetória vem se consolidando em status mais avançados ou tangíveis que na arqueologia, dando-nos direcionamentos coerentes a uma prática Sankofa (Moraes, 2021) de resgate proativo e agenciador que respeita e busca ser transparente quanto às suas conexões com o passado, sem isentar-se da responsabilidade de acrescentar acúmulos presentes para a viabilização de futuros. A sessão temática contou com a apresentação de 21 trabalhos.⁶

Figura 8. Peça gráfica de chamamento para submissões na sessão temática da NegrArqueo no XI COPENE, 2020.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

⁶ Caderno de resumos do evento no link: <https://drive.google.com/drive/folders/iIQHs9gW45UBuAfm-JYO4NKS608SelU1Ug>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Figura 9. Peça gráfica de chamamento para a inscrição no minicurso de Arqueologia Afrodecolonial no XI COPENE, 2020.

23 A 26 DE MAIO DE 2021

XI COPENE
CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS

MINICURSOS E OFICINAS

**Arqueologia Afrodecolonial?
Abordagens, saberes e
pertencimentos da/na Diáspora
Africana.**

**MINISTRANTES:
GABBY HARTEMANN
e IRIS PEREIRA DE MORAES EWEJIME**

**25/05
14h-16h**

Logotipos patrocinadores: Obpn, CONNEABS, UFPR, NEA, USP, UFPA, UFRRJ.

Fonte: Acervo NegrArqueo.

Desde então, a NegrArqueo participou das edições subsequentes do COPENE, mantendo a tradição de oferecimento de sessões temáticas e minicursos. Durante o XII COPENE: Democracia, Poder e Antirracismos: Avanços, Retrocessos Legais e Ações Institucionais, Iris Pereira de Moraes – Ewejimi, Gabby Omoni Hartemann e Lúcio Costa Leite organizaram a sessão Arqueologia Negra como Contação de História: Lembrar e Centralizar Narrativas Contra-Coloniais Africanas e Afrodiaspóricas; e Gabby Omoni Hartemann, Alice Soares e Luciana Costa ofereceram o minicurso Arqueologia Negra e Transversalidade: Propostas Pedagógicas em Sala de Aula. Tivemos também a celebração da conquista de uma Mesa Redonda intitulada Arqueologia, História e Memórias Negras: Protagonismos, Epistemologias e Reivindicações Coletivas, com a mediação de Rosinalda Simoni e a participação de Rossano Lopes e Patrícia Marinho de Carvalho.

Figura 10. Peça gráfica de divulgação do simpósio temático proposto pela NegrArqueo no XII COPENE, 2022.

XII COPENE **DEMOCRACIA, PODER E Antirracismos:**
avanços, retrocessos legais e ações institucionais

11 a 16 de Setembro

SIMPÓSIO TEMÁTICO

ARQUEOLOGIA NEGRA, COMO CONTAÇÃO DE HISTÓRIA: LEMBRAR E CENTRALIZAR NARRATIVAS CONTRA-COLONIAIS AFRICANAS E AFRODIASPÓRICAS.

Apresentações: Dia 12 e 13/09/2022
Horário: 13h30 às 16h30
Plataforma Virtual

COORDENADORES

IRIS MORAES EWEJIMI
UNIFAP, NEGRARQUEO

GABBY HARTEMANN
UFMG, NEGRARQUEO

LÚCIO LEITE
IEPA, NEGRARQUEO

Inscrições via:
<https://www.copenc2022.abpn.org.br/>

Rede de Arqueologia Negra - Negrarqueo
XII Congresso Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as - COPENE
Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN

Acompanhe pelo @copenenacional e @Negrarqueo

Realização:
Gbpn CONNEABR

Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 11. Peça gráfica de divulgação do minicurso proposto pela NegrArqueo no XII COPENE, 2022.

XII COPENE **DEMOCRACIA, PODER E Antirracismos:**
avanços, retrocessos legais e ações institucionais
11 a 16 de Setembro

MINICURSO
ARQUEOLOGIA NEGRA E TRANSVERSALIDADE: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS EM SALA DE AULA
Data: 12/09/2022
Horários: 8hs às 12hs
Plataforma Virtual

FACILITADORAS
LUCIANA COSTA
Mestranda em Arqueologia - MAE USP
Integrante da Rede de Arqueologia Negra
Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

ALICE MATOS
Arqueóloga - UFOPA
Integrante da Rede de Arqueologia Negra.

Inscrições via:
<https://www.copene2022.abpn.org.br/>

Rede de Arqueologia Negra - NegrArqueo
XII Congresso Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as - COPENE
Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN

Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 12. Peça gráfica de divulgação de mesa redonda proposta pela NegrArqueo no XII COPENE, 2022.

XII COPENE **DEMOCRACIA, PODER E Antirracismos:**
avanços, retrocessos legais e ações institucionais

11 a 16 de Setembro

MESA REDONDA
ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E MEMÓRIAS NEGRAS: PROTAGONISMOS, EPISTEMOLOGIAS E REIVINDICAÇÕES COLETIVAS
Data: 13/09/2022
Horário: 16h às 17h30
Plataforma Virtual

MEDIAÇÃO
DOUTORA ROSILNADA SIMONI
UNESP, NEGRARQUEO, ABPN

CONVIDADES:
DOUTOR ROSSANO LOPES
IPHAN, NEGRARQUEO, ABPN

DOUTORA PATRÍCIA MARINHO
MAE-USP, NEGRARQUEO, ABPN

MESTRANDA LUCIANA COSTA
MAE-USP, NEGRARQUEO, ABPN

Rede de Arqueologia Negra - Negrarqueo
XII Congresso Brasileiros de Pesquisadores/as Negros/as - COPENE
Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN
Acompanhe pelo @copenenacional e @Negrarqueo

Realização:
Abpn COPENE NEABS

Fonte: Acervo NegrArqueo.

A rede também ocupou espaço nos debates arqueológicos contemporâneos que acontecem nos congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), contribuindo com suas epistemologias negras organizadas de forma coletiva. Em 2021, a NegrArqueo organizou seu primeiro simpósio temático no XXI Congresso da SAB: Arqueologia Conectadas. O simpósio temático Quem Conta Nossas Histórias?: Arqueologias Negras, Indígenas e Quilombolas na Luta Contra o Racismo Estrutural e a Violência Colonial, coordenado por Rossano Bastos, Rosinalda Simoni e Casé Angatu Xukuru Tupinambá, chamou a atenção para a perpetuação do silenciamento de pessoas não brancas e percepções de mundo não ocidentais na elaboração de narrativas sobre o passado, as coisas e a vida dos ancestrais dessas pessoas.

Figura 13. Peça gráfica de ST no congresso da SAB: Quem Conta Nossas Histórias?: Arqueologias Negras, Indígenas e Quilombolas na Luta Contra o Racismo Estrutural e a Violência Colonial, 2021.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

A presença da rede se fez cada vez mais notável mediante apresentações individuais de pessoas integrantes nos encontros nacionais e regionais, além da reafirmação da presença coletiva em espaços formais integrados à programação oficial destes eventos, culminando em nossa mais recente participação no XXII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, evento realizado no período de 13 a 17 de novembro de 2023, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina. A mesa redonda Epistemologias Negras (Congresso da SAB: Arqueologias Plurais, 2023a), composta por Patricia Marinho de Carvalho, Iris Pereira de Moraes, Rossano Lopes Bastos, Rosinalda Correa da Silva Simoni e Lara de Paula Passos, e tendo como convidada externa a pesquisadora Maria Conceição Lopes Fontoura, especialista e atuante nas áreas dos Direitos Humanos envolvendo educação das relações étnico-raciais e feminismo negro, cujas contribuições convêm em demasia para a fomentação de maiores intercâmbios multidisciplinares. O simpósio temático Arqueologia, História e Memórias Afro-Indígenas: Protagonismos, Epistemologias e Reivindicações Coletivas, proposto pela Rede nas figuras integrantes de Iris Pereira de Moraes, Rossano Lopes Bastos e Rosinalda Correa da Silva

Simoni, também contou com a adesão de pessoas negras interessadas na extensão de divulgação científica afrodiaspórica, contando com cinco apresentações orais de trabalhos na sessão (Congresso da SAB: Arqueologias Plurais, 2023b).

Figura 14. Mesa redonda Epistemologias Negras, ocorrida no XXII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2023.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 15. Integrantes e ouvintes do simpósio temático Arqueologia, História e Memórias Afro-Indígenas: Protagonismos, Epistemologias e Reivindicações Coletivas, 2023.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

Acrescida à atuação em eventos acadêmicos, a Rede de Arqueologia Negra promoveu, nos últimos anos, duas movimentações vigorosas de fomento à prática discursiva e aos pilares acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão: o projeto de aquilombamento bibliográfico e o curso *Escrevivências na Arqueologia*.

O Aquilombamento Bibliográfico consistiu na organização de encontros virtuais de partilhas críticas a partir de leituras compartilhadas, e a ideia era que fosse possível ler e debater textos que atravessam o conhecimento afrodiaspórico, bem como nossos trabalhos. O primeiro encontro do Aquilombamento Bibliográfico ocorreu em 8 de fevereiro de 2023, às 19 horas, on-line, na plataforma Jitsi Meet, e foi publicizado via YouTube, em torno do primeiro capítulo do livro *Histórias locais projetos globais, colonialidade saberes subalternos e pensamento liminar*, de Walter D. Mignolo. O encontro seguinte, com data ainda em definição, já tem um texto provocativo definido, o livro *Colonização, quilombos: modos e significados*, de Antônio Bispo.

Figura 16. Material de divulgação do 1º Encontro de Aquilombamento Bibliográfico, promovido pela NegrArqueo, 2023.

AQUILOMBAMENTO BIBLIOGRÁFICO

DEBATE DO TEXTO: CAP.1 DO LIVRO "HISTÓRIAS LOCAIS/ PROJETOS GLOBAIS: COLONIALIDADE, SABERES SUBALTERNOS E PENSAMENTO LIMINAR". WALTER D. MIGNOLO; PP.77 A 126.

CONDUÇÃO: ROSSANO LOPES

DATA: 08/02/2023
HORÁRIO: 19HS
VIA PLATAFORMA ON LINE

REALIZAÇÃO:

NEGRARQUEO

@NEGRARQUEO

Acesse o texto pelo Qr code

Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 17. Material de divulgação do 2º Encontro de Aquilombamento Bibliográfico, promovido pela NegrArqueo, 2023.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

O curso *Escrevivências na Arqueologia*, ministrado on-line por Irislaine de Moraes e Lara de Paula Passos no período de 14 a 23 de março de 2023, tem relação intrínseca com a jornada produtiva deste mesmo dossiê. O objetivo era proporcionar uma aproximação com a fruição de escrita de artigos, além de instrumentalizar as pessoas participantes em diversas possibilidades de grafias a partir da valoração de um estilo próprio de expressão científico-literária.

Figura 18. Material de divulgação para a inscrição no minicurso Escrevivências na Arqueologia, 2023.

MINICURSO
Escrevivências
na Arqueologia

14, 16, 21 E 23
MARÇO
19H
ONLINE!

INSCRIÇÕES
QR CODE
BIT.LY/NEGRARQUEO

MINISTRANTES:

IRIS MORAES - EWEJIMI
LARA DE PAULA

CURSO
DIRECIONADO
PARA PESSOAS
NEGRAS

100%
GRATUITO

ORGANIZAÇÃO
REDE DE ARQUEOLOGIA NEGRA

Fonte: Acervo NegrArqueo.

Figura 19. Registro do primeiro encontro do minicurso Escrevivências na Arqueologia, 2023.



Fonte: Acervo NegrArqueo.

Nesta jornada de amadurecimento e conhecimento, em meio aos inflamáveis encontros de pessoas que estão elaborando e produzindo epistemologias negras em seus afazeres arqueológicos, a NegrArqueo se reuniu, em 2021, para debater sobre algumas propostas colaborativas com outras entidades organizacionais da área. O projeto formativo, portanto, foi idealizado com a finalidade de promover auxílio de fomento à produção de artigos de pessoas negras para integrar o dossiê Arqueologias Negras, conquistado a partir do acordo emergente da carta de reivindicações *Carta-manifesto ações afirmativas na arqueologia já*, assinada em 4 de maio de 2021 e produzida pela Rede à Sociedade de Arqueologia Brasileira em decorrência do convite à colaboração da elaboração da cartilha temática *Não ao racismo e ao preconceito étnico-racial!*, integrante da campanha *Ética na Prática*, promovida pelo Conselho de Ética da SAB Gestão 2020-2021.

Este momento de negociações políticas por espaço, representatividade e permanência na ciência contou com a presença ativa e o engajamento de ambas as organizações e culminou no trabalho minucioso de organização, editoração, seleção e manejo que finda na materialização deste dossiê

enquanto importante passo adiante na caminhada por ações afirmativas na arqueologia brasileira. Além disso, também foram levantadas possibilidades como a realização de formação continuada em educação das relações étnico-raciais para membros da SAB (através de alianças-convênios com núcleos, centros e demais intelectuais negres especialistas na área); e a implementação de cotas permanentes para paridade étnico-racial (e gênero) na composição das diretorias e comitês de ética da sociedade, bem como a recomendação expressa (por escrito no site e e-mail e reafirmada em congressos e reuniões de área) aos cursos de arqueologia (pós-graduação e graduação) para revisão dos currículos e implementação de componentes curriculares na temática étnico-racial, africana e afrodiáspórica, estando de acordo com a Lei nº 10.639/2003. Tais tópicos seguem em diálogo perene, mas acreditamos que a conquista deste volume temático brinda também a alegria de poder esperar com maior concretude a construção tangível de ações antirracistas na arqueologia.

Este dossiê negro tem origem na luta coletiva que levou a reunião de pessoas em torno da Rede de Arqueologia Negra. Esse dossiê não é composto apenas pelas pessoas que apresentaram artigos, ou que escreveram esse editorial, mas é resultado das discordâncias e concordâncias dos membros da Rede ao longo destes sete anos de existência. Mais do que o desejo simplista de esgotar ou resolver o assunto, corresponde à construção autogestionada de vestígios de presença, e finalizamos agradecendo enormemente a cada uma das pessoas que passaram por esse aquilombamento. Concluimos com a memória-homenagem das sábias palavras de Nêgo Bispo (2023) que tanto nos fortalecem e nos orientam: “No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter!”.

Longa vida à Rede de Arqueologia Negra!

A seguir, a lista de atuais integrantes (2024)⁷:

Adrielle Rodrigues de Sousa (UFPI)

Alejandra C. Ordóñez, pós-doutoranda pela Universidade de Las Palmas de Gran Canaria

Alice de Matos Soares, graduada pela UFOPA

Beatriz Araújo Medeiros (UFPE)

Eduardo Lira dos Santos (UFPE)

Eduardo Rosa de Mendonça Costa, mestrando pelo MAE-USP

Elaine dos Santos Pinto (formação na UFOPA)

Everaldo dos Santos Junior (NegrArqueo)

Gabby Omoni Hartemann (PPGAn-UFMG)

Gabi Oliveira Lima, graduando em Arqueologia e Antropologia pela UFPel

Hudson Romário Melo de Jesus (Departamento de Arqueologia, PAA-UFOPA)

Iris Pereira de Moraes – Ewejimi (Unifap)

João Heitor Silva Macedo (Museu Treze de Maio)

João Paulo Soares Silva (Unicamp)

Joyce de Souza Santos (Projeto Passados Presentes, UFJF, CNPq)

Jaine dos Santos Pinto (formação na UFOPA)

Lara de Paula Passos (PPGAn-UFMG)

Lívia Radane (UFMG)

Luana Campos (CPAN-UFMS)

Luciana de Castro Nunes Novaes - UFS / Ilê Axé Bairá

Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite (NuPARq-IEPA; PPGAn-UFMG)

⁷ A lista de integrantes divulgada neste volume corresponde à parcela de pessoas membras que se manifestaram ao último chamamento de autoafirmação no grupo virtual de comunicação interna da Rede, composto por 68 indivíduos e de adesão espontânea.

Luis Felipe Freire Dantas Santos (pesquisador pós-doc pela UFS e pelo Instituto Afrorigens)
 Marcony Lopes Alves, doutorando pelo MAE-USP
 Marcos César Pereira Santos (PPGANT-UFPEL)
 Naiane Costa de Jesus Santos (UNEB)
 Patrícia Marinho de Carvalho (LINTT-MAE-USP)
 Pedro Augusto Soares de Menezes (Projeto Passados Presentes, UFJF, CNPq; PPGAN-UFMG)
 Rafaela dos Santos Pinto, graduada pela UFOPA
 Rosinalda Correa da Silva Simoni (Unesp; PUC Goiás; UFT)
 Rossano Lopes Bastos (ICOMOS-BR; pesquisador Furg)
 Suiane de Sousa Santos, mestranda pelo MAE-USP
 Thamyres da Silva Pacheco (UFMG)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEBO, Nathan *et al.* Fugitive Archaeological Spaces. [Interview with] Justin Dunnivant. *Sapiens*, New York (US), Jan. 2021. Disponível em: <https://www.sapiens.org/archaeology/fugitive-archaeological-spaces/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- AQUILOMBAMENTO Bibliográfico #1, 2023. 1 vídeo (68 min). Publicado pelo canal NEGRARQUEO – Rede de Arqueologia Negra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EvYcSv5jb4o>. Acesso em: 10 fev. 2024
- CAMPOS, Abigail L. *AQUEERLOMBAMENTOS: as novas políticas do comunitarismo y da deserção LGBTQIA preta*. São Paulo: n-1, 2020.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES(AS) NEGROS(AS), 11., 2021, São Paulo. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), 2021.
- CONGRESSO DA SAB: ARQUEOLOGIAS PLURAIS, 22., 2023, Florianópolis. *Anais eletrônicos [...]* Florianópolis: SAB, 2023a. Tema: Políticas Patrimoniais e Desafios Contemporâneos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SMLjlfAyao>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- CONGRESSO DA SAB: ARQUEOLOGIAS PLURAIS, 22., 2023, Florianópolis. *Anais eletrônicos [...]* Florianópolis: SAB, 2023b. Tema: Políticas Patrimoniais e Desafios Contemporâneos. Disponível em: https://www.congressodasab.com/_files/ugd/900f80_02f4f5e033ce450aa2679c5ccced8ae.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.
- CARVALHO, Patrícia M. de. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão, Vila Bela/MT*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia e Sociedade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- DE PAULA PASSOS, Lara. Prospectando a ciência, sondando arqueopoéticas: a linguagem como campo de disputa política em arqueologia. *Vestígios*, v. 17, n. 2, p. 193-218, 2023.
- GASPAR, Meliam V. *et al.* Quem somos nós?: ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações. *Habitus*, v. 18, n. 1, p. 146-178, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. La categoría político-cultural de la amefricanidad. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 6, n. 1, p. 69-81, 2022.
- MORAES, Irislane P. *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aroá, Amazônia Paraense*. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. *V Semana Internacional de Arqueologia Discentes MAE-USP*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://semanadearqueologi8.wixsite.com/vsia/sobre>. Acesso em: 10 fev. 2024.

POLO, Mario Junior; LEITE, Lúcio F. S. C. Os sapatos de Scarlett: o corpo na Arqueologia Amazônica, e os caminhos desenhados por uma posicionalidade queer. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1 [22], p. 180-198, 2019.

NÊGO BISPO [Antônio Bispo dos Santos]. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu; PISEAGRAMA, 2023.

TÉGA, Glória C. Arqueologias nas redes sociais. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 1, 2022.

ZALEZ, Lélia; ORTIZ, María C. La categoría político-cultural de la amefricanidad. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 6, n. 1, 2022.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

OS QUILOMBOS NA DIÁSPORA E O PAPEL DA ARQUEOLOGIA: LUTAS HISTÓRICAS E DESAFIOS, UMA ESCRITA NA PRIMEIRA PESSOA

Rosinalda Olaséni Corrêa da Silva Simoni*

RESUMO

A existência dos remanescentes de quilombo é atravessada por questões de raça e racismo, vulnerabilidades sociais, culturais e históricas. Com isso, trago minha história pessoal enquanto quilombola, na qual perceberão muito dos discursos registrados durante minhas pesquisas de campo em quilombos pela América. Considero que o papel social de qualquer ciência e organização deveria ser a promoção de reflexões que proporcionem mudanças sociais, políticas econômicas e comportamentais, e não é diferente com a arqueologia. Estamos longe de uma arqueologia afrocentrada, porém muito mais perto do que antes. Acredito que a arqueologia pública traz nas suas premissas esse “recado”, também chamada por Engmann e Irislane Moraes de *autoarqueologia*; conceito que, quando aplicado, auxilia na compreensão dos processos de pesquisas arqueológica e sobretudo no reconhecimento e exercício do papel social da arqueologia. Assim, nesse artigo apresento reflexões construídas a partir de minhas existências enquanto preta quilombola e pesquisadora arqueóloga, fazendo-me valer dessa perspectiva, perpassada pelas lutas e estratégias que vivencio na academia e fora dela. Tendo como base epistemológicas pesquisadores ocupados em compreender o papel social das ciências humanas, dentre elas, a arqueologia, a exemplo de Moraes, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos e tantos outros.

Palavras-chave: quilombo; autoarqueologia; diáspora.

* Quilombola, doutora em Ciências da Religião, mestre em Arqueologia e graduada em história. Atualmente é professora (convidada na Universidade Federal do Tocantins (UFT), pesquisadora bolsista CAPES/ Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Pós-Doutorado Estratégico na Pontifícia Universidade Católica Goiás (PUC Goiás), e doutoranda em História na Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” (PPGH-Unesp). É diretora fundadora da Tekoha Pesquisas, co-fundadora da RELFET, Rede Latino-Americana e Caribenha de Pesquisadores sobre Feminismos de Terreiros, militante dos movimentos de mulheres negras, de quilombolas e de religiões de matriz africana, integrante da NEGRARQUEO, ABPN e outros grupos de pesquisas. Parte das reflexões abordadas nesse artigo foram desenvolvidas no âmbito da Fundação Aroeira e da Tekohá Pesquisas Patrimoniais. E-mail: rosinegra@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5373-613X>.

QUILOMBOS IN THE DIASPORA AND THE ROLE OF ARCHEOLOGY: HISTORICAL STRUGGLES AND CHALLENGES, WRITTEN IN THE FIRST PERSON

ABSTRACT

The existence of the quilombo remnants is crossed by issues of race and racism, social, cultural, and historical vulnerabilities. Thus, I bring my personal history as a quilombola, in which you will perceive much of the discourses recorded during my field research in quilombos throughout America. I believe that the social role of any science and organization should be to promote reflections that provide social, political, economic, and behavioral changes, and it is no different with archaeology. We are far from an Afro-centric archaeology, but much closer than before. I believe that public archaeology brings in its premises this “message,” also called *self-archaeology* by Engmann and Irislane Moraes; a concept that, when applied, assists in understanding the processes of archaeological research and especially in recognizing and exercising the social role of archaeology. Thus, in this article I show reflections built from my existence as a quilombola black woman and as an archaeologist researcher, making use of this perspective, crossed by the struggles and strategies I experience in academia and outside it. Based on epistemological researchers concerned with understanding the social role of the human sciences, among them archaeology, such as Moraes, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos, and many others.

Keywords: quilombo; self-archaeology; diaspora.

LOS QUILOMBOS EN LA DIÁSPORA Y EL PAPEL DE LA ARQUEOLOGÍA: LUCHAS Y DESAFÍOS HISTÓRICOS, UN ESCRITO EN PRIMERA PERSONA

RESUMEN

La existencia de remanentes de quilombolo está atravesada por cuestiones de raza y racismo, vulnerabilidades sociales, culturales e históricas. Con esta base, relato mi historia personal como quilombola, en que se presentan gran parte de los discursos registrados durante mi estudio de campo en quilombo por América. Considero que el papel social de toda ciencia u organización es promover reflexiones que apunten a proporcionar cambios sociales, políticos, económicos y de comportamiento, y no es distinto con la arqueología. Aunque lejos de una arqueología afrocentrada, todavía estamos mucho más cerca que antes. Creo que la arqueología pública tiene entre sus premisas este “mensaje”, también llamado *autoarqueología* por Engmann e Irislane Moraes; concepto que al ser aplicado permite comprender los procesos de investigación arqueológica y, sobre todo, reconocer y ejercer el papel social de la arqueología. Por ello, en este artículo presento reflexiones planteadas a partir de mis existencias como quilombola negra e investigadora arqueóloga, y uso esta perspectiva de luchas y estrategias que experimento en la academia y fuera de ella. Utilizo investigadores epistemológicos que se preocupan por comprender el papel social de las ciencias humanas, incluida la arqueología, como Moraes, Kabengele Munanga, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Milton Santos y muchos otros.

Palabras clave: quilombo; autoarqueología; diáspora.

INTRODUÇÃO

Eu sou a dra. Rosinalda Olasení Corrêa da Silva Simoni, quilombola do quilombo Água Limpa, em Goiás, aproximadamente 60 km da antiga capital e, como tal, sou fruto da resistência quilombista¹ dentro das universidades de meu estado e país. A palavra quilombista, nesse contexto, faz alusão à busca por exercer o direito de ser dentro das universidades como exercício de liberdade e busca por reparação que a palavra representa.

Sou Omó Ifá, filha da família Oduduwa, com templo em Mongaguá/SP, e Omó Sangó, filha do Egbé Omoduwa Opó Odé Arolé Osungbemí, na cidade de Goiás. Também sou feminista, ativista de direitos humanos e de mulheres negras; graduada em História, especialista em Gestão do Patrimônio Cultural, mestra em Gestão do Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arqueologia, doutora em Ciências da Religião e em História. Atualmente, curso meu segundo doutorado em História, pela Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), e sou professora da Universidade Federal de Tocantins (UFT, Arraias) no curso de Patrimônio e Turismo, onde atuo com a disciplina de Patrimônio Afro-Brasileiro, História, Memória e Culturas Quilombola. Sou diretora fundadora da Tekohá Pesquisas Patrimoniais, que atua na arqueologia e história, com atenção às comunidades tradicionais quilombolas. Sou uma das idealizadoras da Rede Latino-Americana e Caribenha de Pesquisas sobre Feminismos de Terreiros (RELNET), coordenadora do grupo de trabalho África, Africanidades e Ensino de História da Associação Nacional de História (ANPUH, regional Goiás). Integro o grupo de arqueologia NEGRAARQUEO desde 2019, e o grupo SAB Cultura Material da África e suas Diásporas. Também atuo como pesquisadora ligada na Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) e estou na diretoria da minha comunidade quilombola, na Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB, Centro-Oeste), entre outros grupos.

Achei necessário fazer essa apresentação mais detalhada porque acredito que as reflexões que trago para essa escrita contêm, nas suas premissas e concepções, a visão de alguém que é atravessada pelas lutas que envolvem a formação dos quilombos na diáspora africana em terras goianas. Assim, inicio esse artigo refletindo sobre a experiência transcrita a seguir.

Durante o mês de agosto de 2021, participei, a convite da Sociedade Mundial de Arqueólogos Negros [Society of Black Archaeologists], de uma mesa redonda, Black Lives Master and Archaeology, dentro de um intercongresso promovido na Universidade do Estado da Pensilvânia. Por ocasião, levei para a mesa, com base nas perguntas norteadoras enviadas pelos organizadores, um pouco de minhas pesquisas arqueológicas no âmbito dos projetos que já desenvolvi, sempre oriundos de contratos de grandes empresas, as quais, em nome do “progresso”, atravessavam e atravessam o “coração” das comunidades tradicionais, como as quilombolas. Assim, o artigo que apresento aqui também traz parte dessa experiência enriquecedora que foi dividir mesa com grandes personalidades que se dedicam à pesquisa de áfricas e africanidades, como o conferencista Michael L. Blakey, antropólogo biólogo e diretor de pesquisa da Universidade William e Mary, em Williamsburg, Estados Unidos. Cito ele em agradecimento a todos os outros que compuseram aquela mesa, muito rica em todos os aspectos.

¹ O quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado nacional quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país. O quilombismo antecipa conceitos atuais, como multiculturalismo, cujo conteúdo está previsto nos princípios de “igualitarismo democrático [...] compreendido no tocante a sexo, sociedade, religião, política, justiça, educação, cultura, condição racial, situação econômica, enfim, todas as expressões da vida em sociedade”; “igual tratamento de respeito e garantias de culto” para todas as religiões; ensino da história da África, das culturas, civilizações e artes africanas nas escolas (Nascimento, 2002a).

OS PROCESSOS DE AQUILOMBAMENTOS E O EU PESQUISADORA/QUILOMBOLA

A existência dos remanescentes de quilombo é atravessada por questões de raça e racismo, e por vulnerabilidade social. Com isso, posso trazer minha história pessoal, na qual perceberão muito dos discursos registrados durante minhas pesquisas de campo em quilombos pela América.

Enquanto oriunda de uma comunidade quilombola, sai da zona rural para me tornar empregada doméstica, aos nove anos. Assim, desde cedo, soube o peso de ser mulher negra e pobre. Poderia ter optado por escrever sobre as questões que envolvem o trabalho doméstico infantil no Brasil ou em Goiás, e o quanto ele ainda reproduz boa parte do sistema colonialista no que tange à desumanização de crianças negras, que por vezes são transformadas em “escravizadas” modernas. Mas, neste ensaio, optei por refletir sobre racismo e os desafios para a compreensão de uma arqueologia enquanto ciência, instrumento nas lutas de combate a todas as formas de desigualdade.

Assim, posso dizer que essa consciência histórica veio ao adentrar a universidade, precisamente o curso de História, no qual conheci um grupo que atuava como arte educadores no Espaço Cultural Vila Esperança, os quais tinham como fonte de inspiração as culturas indígenas e africana. Me aquilombei a eles e ainda me tornei ativistas do Centro Acadêmico de História, no grupo de pesquisadores negros e no Movimento Negro Unificado (MNU), levando as pautas do racismo às instâncias da universidade. Universidade que, por meio de alguns professores, deixou claro, com ações e palavras, que aquele não era um espaço para uma mulher negra, trabalhadora, doméstica e mãe solteira.

Meu trabalho inicialmente esteve pautado na minha existência e no sustento de minha casa e filha. Por acreditar na coletividade, sempre busquei estar em movimento, atuando como palestrante sobre direitos humanos, ética e cidadania, mas sempre com recorte de gênero, raça e classe. Minha dissertação teve como tema o terreiro de umbanda como espaço de autoafirmação. A pesquisa nasceu de minhas memórias familiares e estendi a um terreiro de umbanda que comecei a frequentar a priori como pesquisadora e protestante, depois como adepta e médium, o terreiro Casa Grande, que é minha casa desde 2001.

Durante minha pós-graduação, apaixonei-me pela história cultural e pela antropologia, desenvolvi um projeto de arte educação tendo como método a educação patrimonial com crianças de uma escola primária de periferia, a Asas da Liberdade, Escola Quilombinho (mais uma vez me aquilombei, agora em um quilombo urbano), entre 2005 e 2006. Durante esse projeto, tendo como base as leis nº 9.394/1996² e 10.639/2003,³ apresentei às crianças

² Segundo o texto da lei (Brasil, 1996): “O presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“TÍTULO I – DA EDUCAÇÃO

“Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

“§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

“§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

³ Segundo o texto da lei (Brasil, 2003): “O presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

“Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.”

o patrimônio edificado de nossa cidade (Goiás é Patrimônio da Humanidade desde 2001), famoso por sua arquitetura colonial, entre outras formas de ser saberes e festejos. E os levei a visitar e conhecer a história dos grupos marginalizados (negros e indígenas) através de visitas monitoradas a museus e memoriais, e contando histórias. Fiz uma pesquisa documental e historiográfica. Através dela construí planos de aula lúdicos, compostos por teorias (contando mitos afro e indígenas) e prática com oficinas de pintura, tear, dança teatro. Ao final de minha pós-graduação escrevi um artigo sobre a formação de professores nas universidades estaduais, a falta da implementação da Lei nº 10.639/2003 nos cursos de licenciatura e os reflexos disso nas salas de aula. Meu texto foi bastante criticado, abordei questões sobre racismo estrutural, entre outros apontamentos que, para alguns, não cabiam no meu trabalho.

Durante meu mestrado, já residindo em Goiânia e atuando como professora de ensino fundamental de um projeto educacional pela Secretaria Estadual de Educação, fui aceita no programa *stricto sensu* de pós-graduação em Gestão do Patrimônio Cultural, com área de concentração em Arqueologia. O programa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) era profissionalizante, ligado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), e tinha duas áreas de concentração: Antropologia e Arqueologia. Fui aceita com bolsa parcial, e convidada a compor a equipe de pesquisadores da Fundação Aroeira (fundação de pesquisa ligada à PUC-Goiás), na qual atuei como responsável pelos programas de Educação Patrimonial e Levantamento Histórico-Cultural em projetos de arqueologia de contrato (de 2007 a 2017). Durante as disciplinas me apaixonei pela arqueologia, mas nunca me vi apenas como arqueóloga. Sinto-me atravessada pela filosofia, pela história, pela arqueologia e pela antropologia. Bebo dessas fontes e, em minhas escrituras (cito Conceição Evaristo)⁴ é possível perceber o mundo a qual pertencem e as epistemologias que ele traz. Durante o mestrado atuei também como arqueóloga de campo. Assim, ao terminar as disciplinas, as pesquisas de campo se tornaram trabalho, fonte de renda. Me dediquei, por um tempo, apenas a arqueologia de campo e, durante esse período, me deparei com diversas situações de racismo, entre colegas de trabalho e com professores.

O mundo da arqueologia brasileira é bastante elitista, branco e masculino. Então, ter uma arqueóloga negra, com sobrepeso e de santo (sempre andei com minhas insígnias) despertava, por vezes, algumas posturas pouco agradáveis.

Não acredito em pesquisas sem militância, sem devolutiva, isso porque sou de um grupo que foi e é marginalizado pela história oficial. Então, em minha atuação profissional, sempre me coloquei no papel de interlocutora. Falando dos programas que desenvolvi no âmbito da arqueologia de contrato cito um dos primeiros de educação patrimonial, no qual introduzi a arte educação como instrumento para aplicabilidade de uma educação patrimonial participativa em que, ao findar de cada ação, uma rede de autoconhecimento e de busca por conhecimento fosse implementada, Fiz isso por acreditar que a educação é um processo contínuo e que os principais guardiões do patrimônio cultural são as comunidades a quem eles pertencem. Assim, levei aos congressos de arqueologia e de história a necessidade de trabalhar teoria e prática no intuito de despertar o sentimento de pertença nas pessoas impactadas pelos projetos. Porém, meu maior desafio sempre foi, e é, mediar as conversas entre as comunidades

⁴ Conceição Evaristo cunhou um termo para sua literatura, comprometida com a condição de mulher negra em uma sociedade marcada pelo preconceito: *escritura*. O termo aponta para uma dupla dimensão: é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta. Seus textos trazem a experiência de opressão e marginalidade, com forte valorização da memória ancestral. A autora publicou seus primeiros textos literários na série *Cadernos Negros*, e seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, foi publicado, pela primeira vez, em 2003.

tradicionais envolvidas com os projetos e seus empreendedores. Preocupo-me em ouvi-las, e, quando possível, instruí-las sobre seus direitos. Assim, estou sempre na encruzilhada (parafrazeando uma feminista negra que amo, a dra. Núbia Moreira, do Observatório de Mulheres Negras) de quatro pontas (local de cruzamento de ruas): em uma ponta tenho minha origem quilombola, na outra o projeto e o empreendedor o qual represento no projeto em questão, em outra as comunidades e, por fim, as epistemologias que me compõem. Busco atuar pensando maneiras de mitigar e compensar os impactos do suposto empreendimento (nem sempre consigo, porém não paro de tentar). Mas, sobretudo, articulo formas de criar espaços de vocalização a essas comunidades que são parte de mim. Minha militância e compromisso com os que vieram antes de mim são maiores que eu e, nesses dezesseis anos de arqueologia, já estive em dezenas de comunidades quilombolas e algumas indígenas, sempre como pesquisadora. E aprendi mais do que ensinei. Concluí meu doutorado em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da PUC Goiás, onde fui bolsista. Durante o doutorado, atuei em um projeto de combate à intolerância religiosa nas escolas e auxiliiei na escrita de livros sobre o tema do racismo na educação. Na minha pesquisa de doutorado, mais uma vez bebi de metodologias da arqueologia, da história e da antropologia. Fiz uma pesquisa etnográfica da congada da Vila João Vaz, em Goiânia, um grupo tradicional afrodescendente devoto dos santos pretos, como são Benedito e Nossa Senhora do Rosário, cujo título foi *A congada da Vila João Vaz, em Goiânia: memória e tradição*. Coordenei, durante os anos de 2014 e 2017, o Programa de Educação Patrimonial e Levantamento Histórico-Cultural no âmbito do projeto em volta da construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO. Com esse projeto tive a oportunidade de mapear aproximadamente 88 comunidades quilombolas. Foi um trabalho muito complexo pelos impactos do empreendimento, porém muito gratificante pelo aprendizado que me proporcionou. Atuo sempre no intuito de dar visibilidade às micro-histórias que envolvem os diversos grupos étnicos africanos trazidos ao Brasil durante o período escravocrata. O principal empecilho é a documentação esparsa, porém tenho desenvolvido estratégias para “escavar” essas histórias e seus protagonistas. Minhas escritas partem não apenas de minhas pesquisas de campo e bibliográficas, mas também das minhas escritas, da minha trajetória enquanto mulher negra, intelectual, quilombola e adepta de religião de matriz africana. Ser intelectual negro no Brasil é difícil, porque agrega duas categorias que incomodam as estruturas: ser intelectual e ser negro (cito Milton Santos).⁵ Eu agrego a essa citação o elemento/conceito de gênero, outro desafio a ser enfrentado em uma sociedade machista.

Porém, o que significa uma fala “tão pessoal” dentro de um artigo que deve discutir os quilombos na diáspora e o papel da arqueologia? Onde minhas escritas se encontram com a história dos quilombos e as pesquisas arqueológicas? Em termos históricos, falarei disso nas próximas linhas.

Ora, vamos aos fatos.

OS QUILOMBOS NA DIÁSPORA: LUTAS HISTÓRICAS E DESAFIOS

O processo de quilombamento existiu onde houve escravização dos africanos, ou seja, em todas as Américas, mas ele aparece com nomes diferentes de acordo com a região

⁵ “Eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. Essas duas coisas, juntas, dão o que dão, não é? É difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, o cotidiano é muito pesado para os negros. É difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica” (fala de Milton Santos no documentário *Encontro com Milton Santos, ou O mundo global visto do lado de cá* [2006], de Silvio Tendler.).

de onde viveram os escravizados: cimarrónes, na maior parte dos países de colonização espanhola; palenques, em Cuba e Colômbia; cumbes na Venezuela e marroons na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos. Nesse sentido, podemos entender o quilombo como uma estratégia de reação contra a escravidão. Inúmeros quilombos foram constituídos no século XIX, principalmente nas décadas finais do período escravista. Seus habitantes eram chamados quilombolas e é desse termo que se originou o termo remanescente de quilombo (Munanga, 2001b). A repressão às comunidades aconteceu durante todo o período colonial e imperial no Brasil. Os quilombos foram violentamente oprimidos por representarem uma ruptura da ordem jurídica, econômica e social vigente nos períodos em questão. Com a instituição da Lei de Terras, em 1850, os conflitos e a situação de exclusão das comunidades quilombolas se fizeram mais presentes. Essa lei proibia a aquisição de terras, exceto pela via de compra. Em seu artigo primeiro determinava: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por título que não seja o de compra”. Essa lei invalidou os títulos das comunidades quilombolas que vinham de uma gama de origens, como doação ou herança familiar, terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como cana-de-açúcar e algodão, e até compra de terreno pelo próprio sujeito, bem como terras que foram conquistadas pelos negros por prestação de serviços de guerra. A falta de documentos reconhecidos legalmente fez com que muitos quilombolas fossem expulsos de suas terras. Nesse contexto há também as terras de preto, terras de santo ou terras santíssimas, que, segundo o Programa Brasil Quilombola, indicam uma territorialidade derivada da propriedade detida em mãos de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos prestados por negros a senhores de escravos. Tais escravos eram sacerdotes de cultos religiosos afro-brasileiros (Treccani, 2006).

Na atualidade, o quilombo significa, para a sociedade brasileira, um direito a ser reconhecido aos seus afrodescendentes, e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado. Inaugura-se então uma espécie de demanda, ou nova pauta, na política nacional, e, com base na Constituição de 1988, que transforma o quilombo em uma categoria de autodefinição, voltada para reparar danos e acessar direitos (Almeida, 2002). Partindo dessa premissa, o quilombo como fenômeno histórico se constitui como parte mais ampla de estratégias de sobrevivência e resistência ao sistema escravocrata e se manifestou em todo o território nacional durante o período colonial e imperial. Agendando formas de sobrevivência, que iam além do isolamento antrópico e geográfico, não raros foram os casos de quilombos que mantinham contatos comerciais com as sociedades ao seu entorno, inclusive com outros escravizados (Simoni *et al.*, 2018). Assim, quilombos e quilombolas, como sujeitos históricos, foram interpretados pelos pesquisadores ao longo do século XX como expressão singular da luta do povo negro pela liberdade. A partir da segunda metade do século XX, novas pesquisas foram desenvolvidas, porém, enfocando as diferentes formas de resistência dos escravizados, suas percepções e filosofias de vida, isso porque as histórias começaram a ser reescritas por descendentes dos protagonistas daquele período (Simoni *et al.*, 2018). É nesse contexto que entra minha história de vida enquanto quilombola. Minha comunidade, assim como tantas outras, é composta por remanescentes de escravizados que adentraram os sertões goianos para trabalhar em uma das inúmeras sesmarias fundada no período da corrida do ouro em Goiás e Mato Grosso. Aproximadamente no século XVIII, herdaram as terras de seus senhores após a morte deles, sendo que não deixaram herdeiros. Essas terras são da grande fazenda Água Limpa,⁶ de mais de mil hectares, que ficaram sob

⁶ O quilombo Água Limpa, em Faina/GO, foi certificado, em 2020, como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

posse dos ex-escravizados. Durante anos outros negros foram chegando e fazendo morada, até a chegada dos primeiros grileiros, dizendo ser parentes dos ex-donos. Os negros, mesmo cultivando a terra sem documentação e com base na Lei de Terras, foram encurralados em pequenas veredas. Durante as disputas, alguns foram assassinados, outros, amedrontados, migraram para a cidade. Os quilombos e quilombolas ainda são violentamente oprimidos pelo sistema governamental, por representarem uma ameaça aos grandes latifúndios. As demandas dos quilombos atuais ainda perpassam pela falta de documentação de suas terras, embora ocupadas há séculos, pela falta de condições de se manter nas terras derivadas do “sitiamento” desses grupos, quase sempre cercados por grandes produtores. Falta o básico na maioria das comunidades — na minha, o principal problema é a falta de água potável. Durante as invasões feitas pelos chegantes nas regiões, eles se localizaram nas poucas áreas onde há nascentes. A partir dali expulsaram as famílias e represaram os córregos; por vezes envenenavam as nascentes com agrotóxicos. Os quilombolas se viam obrigados a migrar para as regiões onde a terra era seca e repletas de pedras, dificultando o plantio. A pouca água dificultava a criação de pequenos animais. Assim, famílias como a minha eram convidadas a migrar para a cidade, onde enfrentavam uma outra forma de perseguição e violências, a exemplo do trabalho servil e doméstico: a exploração de crianças, a falta de oportunidades e o racismo estrutural presente em todos os espaços sociais, como nas escolas. Desse modo, minha infância doméstica nos casarões de Goiás e a falta do básico para uma vida confortável me fez, de certa forma, aquilombar (cito aqui Abdias Nascimento),⁷ sempre na busca por espaços de vocalização para essas micro-histórias que ainda não foram contadas, acreditando na coletividade e me juntando a quem acredita nas mesmas ideias. Nesse processo, e na busca por essa conquista, me fiz também arqueóloga e vejo na arqueologia uma das ferramentas que acredito serem necessárias nesse processo de construção dessa nova história na qual a margem está presente no corpo dos grupos marginalizados historicamente (Kilomba, 2019).

E, por falar em arqueologia, vocês já pararam para pensar o que significa antirracismo em arqueologia? Início essa reflexão com essa citação de Frantz Fanon (2008, p. 25):

A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais. Não venho armado de verdades decisivas. Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais. Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas. Essas coisas, vou dizê-las, não gritá-las. Pois há muito tempo que o grito não faz parte da minha vida. Faz tanto tempo... Por que escrever esta obra? Ninguém a solicitou. E muito menos aqueles a quem ela se destina. E então? Então, calmamente, respondo que há imbecis demais neste mundo. E já que o digo, vou tentar prová-lo.

Trago essa citação porque acho importante destacar as leituras e autores que permeiam minha existência e militância, não apenas na luta pela implementação de um fazer arqueológico antirracista, mas por acreditar que a ciência é capaz de dialogar com os saberes tradicionais, aliás, tenho certeza de que nossa ciência moderna vem deles. Porém, a nossa necessidade de separar o intelecto do vivenciar dos saberes cotidianos, e sobretudo de racionalizar, não nos permite perceber que as ciências com as quais dialogamos são fruto de reflexões de intelectuais que ampliaram seus olhares e escritas a partir dos holismos; e daqui ressignificaram as narrativas em forma de conceitos epistemológicos. E muitos deles seguem

⁷ Recebemos, dos nossos ancestrais, a herança dos quilombos africanos, e deixaremos para os nossos descendentes a criação positiva do quilombismo. É esta a nossa celebração (Nascimento, 2002a, 2000b).

permeados de inverdades e servem para validar posturas errôneas, consolidando situações de opressão e segregações, sejam elas de raça, gênero ou religião. Por isso essa citação de Fanon me atravessa: quem contou nossa história? Quem conta? Quantos arqueólogos negros temos atuando em pesquisas sobre nossos ancestrais? Precisamos escrever nossa história a partir do olhar dos protagonistas dessa história no Brasil. Intelectuais negros somam aproximadamente 4% entre homens e mulheres; na arqueologia esse número é ainda menor.

Trago esses questionamentos apenas como premissa do que para mim significa antirracismo na arqueologia, nas ciências humanas, considerando que atuo em três delas. Sigo minha reflexão com essa citação de Grada Kilomba (2019, p. 41):

O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a(o) colonizadora(or) terá de ouvir. Seria forçada(o) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da(o) “Outro(a)”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredo. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo.

Segundo o pensamento de Kilomba (2019), precisamos refletir sobre o “silêncio” e, a partir dessas reflexões, reescrever nossas histórias. Esse é o papel social das ciências humanas, como a arqueologia, e de seus pesquisadores. Para isso devemos buscar a compreensão de conceitos como os citados acima, enquanto fomentadores do racismo estrutural no qual está sedimentada nossa sociedade, e claro, a arqueologia, que até então ainda apresenta uma leitura “rasa” sobre as participações e contribuições do negro no processo diaspórico do Brasil, por vezes ainda reproduzindo o discurso do colonizador. Contribuindo assim para a fomentação de uma história negra contada a partir das “dores” causadas pela escravização, é possível fazer outras leituras mesmo a partir dos pelourinhos e de tantos outros instrumentos/locais de tortura utilizados para “disciplinar” os escravizados. Onde encontro instrumentos de tortura eu conto histórias de resistências faladas, cantadas, entoadas. Onde eu vejo instrumentos de açoites eu vejo também cumplicidade/estratégias de resistência no cuidado e na luta por sobrevivência, sempre com o foco na “liberdade” plena, não apenas de suas epistemologias e cosmovisões de mundo, porque essas nunca foram escravizadas. Parafraseio a dra. Núbia Regina Moreira, diretora do Observatório de Mulheres Negras, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com um pouquinho de mim. Em 29 de março de 2021 participei, como avaliadora, da banca de doutorado em Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a convite da hoje dra. Irislane Moraes. Sua tese, *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aroá, Amazônia Paraense*, veio ao meu encontro enquanto pesquisadora e arqueóloga e me atravessou enquanto quilombola por trazer, aos seus “campos”, a necessidade de uma perspectiva afrocentrada. A autora trazia os saberes dos grupos quilombola da região Aroá/PA, Amazônia, e, no decorrer de sua pesquisa, ela dialogava com diversas epistemologias que, a meu ver, atravessam e completam um saber fazer arqueológico, sempre tendo como premissa os saberes da comunidade. Uma arqueologia comunitária, como ela diz em alguns momentos ao descrever o resgate arqueológico nos lugares de memórias da comunidade, sempre tendo os quilombolas como parceiros. Eu me vi representada nas referências afrocentradas, nos argumentos e nas novas perspectivas que ela trazia porque eu já as vivenciava, mas, nesses momentos, o meu ser quilombola só via a necessidade de me

aquilombar aos inúmeros grupos que “investiguei” sempre por razões de trabalho. Essa leitura me despertou para uma afroperspectividade, uma noção ética cunhada nos trabalhos do filósofo Renato Nogueira (2013, p. 147), que resumidamente pode ser entendida como “o conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas”. Essa afroperspectividade descrita por Nogueira é, para mim, o caminho para a construção de uma arqueologia realmente antirracista.

Em suma, considero que a perspectiva centrada no continente africano — como proposto e vivenciado pelos autores acima — se trata de uma possibilidade estratégica e responde à demanda legítima de nos desvencilharmos da hegemônica epistemologia eurocêntrica, e, no caso particular dessa experiência de pesquisa etnográfica com os povos tradicionais, representa uma busca mais coerente para com o contexto das comunidades quilombolas.

Por fim, caminho para minha última reflexão neste artigo: Afinal, qual é o papel da arqueologia nesse processo de reescrita da história dos quilombos na diáspora?

Quero partir do “encantamento” presente nas epistemológicas negras. Ao analisarmos os processos diaspóricos em terras brasileiras perceberemos muitas guerras, dores, diásporas, contudo sempre houve e haverá (re)existência. A vida é para sempre e quem cultua a ancestralidade sabe por que e por quem permanece vivo, e isso é chamado por Ribeiro (1996)⁸ e Machado (2019) de encantamento ou filosofia ancestral da integralidade, filosofia que pode ser percebida como uma forma plena dessa resistência e refazimentos múltiplos presentes nos povos e nas comunidades afrodiaspóricas. Essas comunidades são a salvaguarda dessas cosmovisões originárias, salvaguarda arduamente garantida por nossos ancestrais e mais velhos, entre tempos e espaços, cosmovisões vivenciadas por nós coletivamente. Aqui falo também de mim, dos saberes repassados por minha bisavó, parteira, raizeira, rezadeira contadora de histórias.

Estas cosmopercepções que possibilitam o encantamento da existência, ou seja, a manifestação da vida de forma mais leve e alegre, apesar de tudo, é o que nos move e pode ser chamada também de pulsão de vida e sua manifestação e a alegria, expressa nos viveres, cantares, saberes. Em suas pesquisas inspiradas pela filosofia africana, ao abordar a noção do encantamento, a pesquisadora Adilbênia Machado (2020, p. 3-4) afirma que

o encantamento é, pois, uma política de sentidos, implicação que leva a produções epistêmicas, ações inclusivas, currículos reflexivos descolonizados e plurais, potencializando nosso pertencimento. O desencantamento permeia continuamente, pois somos seres de sentidos e sentimentos, seres em movimento, e esse desencantamento nos leva a reflexões críticas sobre nossas ações e outras percepções dos espaços onde vivemos. Assim, o encantamento caracteriza-se por ser a estética do viver bem, das experiências que tecem o bem viver, ser em movimento, em comunidade, no coletivo, em uma relação íntima com nossa ancestralidade, nosso pertencimento, nossa espiritualidade.

As epistemologias negras nos auxiliam/convidam a afinar o nosso olhar para a reconstrução da arqueologia sob a perspectiva do encantamento das reflexões oriundas do conceito de resistência e felicidade dos povos africanos.

Parafraseio a dra. Núbia Moreira que, ao escrever sobre mulheres negras em movimento no Brasil, nos alerta para as belezas e os encantamentos que essas histórias trazem: mulheres que

⁸ Para saber mais, ler *Alma africana* (1996) e *O corpo na filosofia iorubá* (2021), de Ronilda Iyakemi Ribeiro.

desafiam um período e uma sociedade através de suas manifestações de alegria e contentamento. Quando contamos nossa história apenas a partir da dor que nos foi proporcionada estamos comprando o discurso do colonizador. Nosso encantamento transborda essas dores e foi essa a nossa principal herança das que vieram antes de nós, e é a partir desse bem viver que estavas reescrevendo nossas histórias, dessa vez escrita por nós mesmas.

O CONHECIMENTO NEGRO E INDÍGENA COMO INSTRUMENTO/AUXÍLIO PARA AS INTERPRETAÇÕES ARQUEOLÓGICAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Início essa reflexão com as palavras integralidade e encantamento presentes no tópico acima e confesso que a visão de integralidade e encantamento, presente tanto no conhecimento indígena quanto no negro africano e afrodiáspórico, pode ajudar nas interpretações arqueológicas de qualquer grupo humano. Podemos partir de uma cosmovisão integrada na qual o ser humano, o universo e a natureza estão interligados, da pluralidade de cada grupo, do respeito e da aceitação dos outros enquanto seres diferentes, mas iguais em direitos, e, nesses seres, cabem todas as formas de vida do planeta. Com essas premissas é possível ampliar as interpretações e a partir delas se faz uma arqueologia que inclui todos os olhares pensares saberes e fazeres (Ribeiro, 1996). Partindo dessa perspectiva, devemos pensar como podem os arqueólogos, as sociedades arqueológicas e as organizações profissionais contribuir na luta por justiça social e reparação histórica das comunidades tradicionais. Considero que o papel social de qualquer ciência e organização deveria ser a promoção de reflexões que proporcionem mudanças sociais, políticas, econômicas e comportamentais, e não é diferente com a arqueologia. Estamos longe de uma arqueologia afrocentrada, porém muito mais perto do que antes. Acredito que a arqueologia pública traz, em suas premissas, esse “recado”, também chamada por Engmann (2019) e Moraes (2021) de autoarqueologia:

Na autoarqueologia, a mesma pessoa ocupa as posições de sujeito e de pesquisador, praticante e descendente, ao mesmo tempo, e põe em primeiro plano o self. Como tal, as sensibilidades autoarqueológicas escavam várias camadas, a saber: a política de produção de conhecimento, tradições historiográficas, investigação histórica, realidades coloniais e legados pós-coloniais. Meu uso do termo se inspira em modos de prática frequentemente chamados de arqueologia pública, comunitária e indígena, bem como de autoetnografia. Na autoetnografia, um pesquisador explora reflexivamente experiências pessoais a fim de compreender significados sociais, culturais e políticos mais amplos. A autoarqueologia também faz isso, mas opera em um contexto especificamente arqueológico. Representa um processo e produto autoconsciente e reflexivo, que reconhece explicitamente os descendentes diretos de um patrimônio como produtores de conhecimento, ao mesmo tempo em que destaca as muitas narrativas e contranarrativas intrincadas e contingentes que cercam a produção de conhecimento. É uma prática patrimonial para, com e por comunidades descendentes diretas, e preocupa-se com o acesso ao patrimônio, os questionamentos e o conhecimento produzido, bem como a forma como é preservado, conservado e administrado. Em suma, eu uso “autoarqueologia” no Castelo de Christiansborg como uma tentativa de descolonizar as conversas sobre o patrimônio arqueológico (Engmann, 2019, p. 205).

Ainda, tratando da arqueologia, acredito que uma forma seria criar espaços de escuta e vocalização para que os grupos historicamente marginalizados tragam suas demandas e percepções de mundo. Compreendam que, quando digo espaços de escuta e vocalização, chamo nossa reflexão sobre quem anda contando a nossa história. Quem e sobretudo como?

Não precisamos de interlocutores, só precisamos ser escutados: essas histórias contadas sobre nós por vezes promovem o silenciamento de nossa história real, nossa percepção de mundo. Renomeiam nossos deuses, demonizam nossas religiões. Aqui faço referência ao trabalho da historiadora Patrícia Sampaio em *O fim do silêncio*, uma coletânea de trabalhos organizado por ela e que busca chamar a atenção para essa questão de ausências que são reveladoras de processos mais profundos de silenciamento. Nessa obra ela faz referência a algumas pesquisas feitas sobre nosso povo: no referido livro há artigos voltados ao reconhecimento da necessidade de pesquisas acadêmicas mais sistemáticas sobre a história da presença negra — no caso da obra, na região amazônica. Porém essa afirmação cabe em todo contexto brasileiro e em geral na América Latina.

Nesse contexto, como podemos empregar a arqueologia como um meio eficaz de apoiar o antirracismo? Eu acredito que devemos dialogar sobre a importância/necessidade de uma construção política representativa que seja capaz de atentar-se às demandas da nossas comunidades negras quilombolas em decorrência das diversas violências raciais que atravessam as nossas vivências e subjetividades no âmbito da arqueologia, tanto no processo de formação acadêmica (graduação/pós-graduação) quanto na atuação profissional e na relação com as comunidades. Em termos práticos, cabe a nós, arqueólogos, criar e fortalecer redes/coletivos que se ocupem em visibilizar as diversas situações de racismo vivenciadas por estudantes negros e afrodiáspóricos no campo da arqueologia; denunciar situações de racismo em campo; proporcionar a visibilização de arqueólogos negros, mapeando suas escritas e trazendo para congressos pesquisas de arqueólogos negros afrodiáspóricos; e, sobretudo, manter um diálogo e uma prática coletiva com grupos que se ocupem e busquem o mesmo objetivo: a implementação de uma arqueologia que agregue todas as formas de saberes e viveres, com suas materialidades e imaterialidades. Cito aqui um dos grupos em que atuo e que muito contribui ao pensar e fazer a arqueologia que me proponho: a Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO),⁹ que me ajudou a pensar a arqueologia e o fazer arqueológico também como uma ação afroafirmativa.

⁹ Carta-manifesto “Ações afirmativas na arqueologia já” (4 de maio de 2021)

“Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO) surge e atua enquanto uma articulação de arqueólogues negres e afrodiáspóriques, inicialmente consolidada no 2018 durante a SAB-Norte, realizada em Manaus/AM. Afinal, temos compreendido a importância e a necessidade de uma construção política representativa que seja capaz de atentar-se às demandas da nossas comunidades negre-quilombolas em decorrência das diversas violências raciais que atravessam as nossas vivências e subjetividades no âmbito da arqueologia, seja no processo de formação acadêmica (graduação/pós-graduação) quanto na atuação profissional e relação com as comunidades. No que concerne às nossas formas de atuação, a NEGRARQUEO tem buscado realizar articulações políticas e fomentar a organização e o reconhecimento de arqueólogues e estudantes afrodiáspóriques. Entre essas ações vale resgatar a apresentação deste coletivo na abertura da VI Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes MAE/USP (2019); a parceria com a Society of Black Archaeologists materializada na live *Espaços arqueológicos fugitivos* (2021) e na Black in Archaeology Week (2021), sendo que o objetivo deste último foi celebrar a contribuição e os projetos desenvolvidos por pesquisadores negres na arqueologia no âmbito nacional e internacional. Ademais, a construção da sessão temática intitulada de Arqueologia Negra: Protagonismo, Epistemologias e Diálogos Interdisciplinares sobre Memória, Patrimônio e Ancestralidade, no XI Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE), programado para ocorrer de 23 a 26 de maio de 2021. O racismo no Brasil é uma realidade que permeia os mais diversificados contextos, configurando-se de modo estrutural e institucional, cujas consequências exigem, em sua urgência, ações capazes de debater, denunciar, combater, criminalizar e conscientizar sobre suas violências. Diante disso, a Rede de Arqueologia Negra reconhece a importância de uma cartilha antirracista para a arqueologia e o seu caráter simbólico, visto a realização do convite para a construção conjunta entre a instituição proponente e este coletivo, e compreende o potencial pedagógico dessa produção como capaz de alertar e fomentar reflexões críticas acerca das posturas de les arqueólogues não negres (pode evitar o gênero neutro, sendo o inglês é sempre neutro) e suas contribuições” (Texto coletivo construído pelo coletivo Negrarqueo, maio 2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fabio. *Terra de quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, n. 7, p. 107-122, jul. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.
- ENCONTRO com Milton Santos, ou O mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Produção: Gustavo Gadelha, Tainá Ybarra e Thiago Sá Earp. Produção executiva: Ana Rosa Tendler. Roteiro: Cláudio Bojunga. Narração: Beth Goulart, Fernanda Montenegro, Matheus Nachtergaele, Milton Gonçalves e Osmar Prado. Elenco: Milton Santos, Boubacar Boris Diop, Carlos Pronzato, Ailton Krenak, Adetokunbo Borishade, Adirley Queiroz, Eduardo Galeano, Aline Sasahara, José Saramago, Joseph Stiglitz e Celso Amorim. Brasil: [s. n.], 2006. (89 min), color.
- ENGMANN, Rachel Ama Asaa. Autoarchaeology at Christiansborg Castle (Ghana): Decolonizing Knowledge, Pedagogy, and Practice. *Journal of Community Archaeology and Heritage*, v. 6, n. 3, p. 204-219, 2019.
- EPPERSON, Terrence. Critical Race Theory and the Archaeology of the African Diaspora. *Historical Archaeology*, v. 38, p. 101-108, 2004. DOI: 10.1007/BF03376636, 2004.
- EVARISTO, Conceição. Olhos d’água: tempo de nos aquilombar. *O Globo*, 31 dez. 2019.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.
- FUNARI, Pedro P. A arqueologia de Palmares. In: REIS, João; GOMES, Flávio (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-51.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GOMES, Flávio S.; REIS, J. J. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Flávio S.; REIS, J. J. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (org.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.
- MACHADO, Adilbênia. ODUS: filosofia africana para uma metodologia afrorreferenciada. *Voluntas*, v. 10, p. 3-25, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39952>. Acesso em: 21 set. 2020.

- MOORE, Carlos. Abdias do Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global. In: NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: CEAO; Edufba, 2002.
- MORAES, Irislane. Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MOREIRA, Núbia Regina. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. A identidade negra no contexto da globalização. *Ethnos Brasil*, ano 1, n. 1, p.11-20, mar. 2001a.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001b.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na mira do pan-africanismo*. Salvador: CEAO; Edufba, 2002a.
- NASCIMENTO, Abdias do. O negro revoltado. In: NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. 2. ed. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares; OR Editora, 2002b.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. rev. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *A Última Hora*, 25 jul. 1976.
- NOGUEIRA, Renato. A ética da serenidade: o caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amenemope. *Ensaio Filosófico*, v. 8, dez. 2013. p. 139-155.
- NOGUEIRA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, p. 147-150, nov. 2011-fev. 2012.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. 2005. 353 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma africana no Brasil: os iorubás*. São Paulo: Oduduwa, 1996.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *O corpo na filosofia iorubá*. [S. l.: s. n.], 2021.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. *Congada da Vila João Vaz em Goiânia/GO: memória e tradição*. 2017. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3835>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva; SOUZA, Robson M. O.; FERREIRA, Andre S.; STUMPF, Paula G. *Nos trilhos da Educação Patrimonial: Programa de Prevenção do Patrimônio Arqueológico da Ferrovia de Integração Oeste-Leste*. Organização Estação Cultura. [S. l.]: Fundação Aroeira Organizadores, 2018. ISBN 978.85.5760.002-7.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 237-280, out. 2002.
- TRECCANI, Girolamo Domenico. *Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça; Programa Raízes, 2006.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

TRANSGREDINDO ARQUEOLOGIAS: NARRATIVAS OUTRAS COMO PRÁTICAS LIBERTADORAS

Livia Radane*

RESUMO

Situando a arqueologia como espaço político de aprendizagem mútua e plural, torna-se evidente a presença de um impasse na notória produção hegemônica que limita seus produtos como ciência. Utilizando a pedagogia radical de bell hooks como base, o objetivo deste artigo é discutir abordagens pedagógicas do ensino arqueológico, enfatizando o papel dessa área do saber e chamando atenção ao seu local de agente ativo em tempos e localidades diversas. Analisando as estruturas de criação epistemológica, o indivíduo construtivo e as intersecções que abarcam dentro da ciência arqueológica, a colonialidade se faz presente no pensar, ensinar e produzir com raízes resistentes na modernidade. Refletir sobre isso aponta a interrogação: a arqueologia, de fato, pode ser vista como elemento funcional na desconstrução do pensamento colonial?

Palavras-chave: colonialidades na ciência; arqueologia; pedagogia radical.

*Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFICH), Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA). Membro da Rede de Arqueologia Negra e contemplada pela bolsa do Dossiê Arqueologias Negras. E-mail: liv.radane@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3154-3406>.

TRANSGRESSING ARCHAEOLOGIES: OTHER NARRATIVES AS LIBERATING PRACTICES

ABSTRACT

Situating archaeology as a political space for mutual and plural learning, the presence of an impasse becomes evident in the notorious hegemonic production that limits its products as a science. Using bell hooks' radical pedagogy as a foundation, the aim of this article is to discuss pedagogical approaches in archaeological education, emphasizing the role of this field of knowledge and drawing attention to its position as an active agent in diverse times and locations. By analyzing structures of epistemological creation, the constructive individual, and the intersections encompassed within archaeological science, coloniality becomes present in thinking, teaching, and producing with deep roots in modernity. Reflecting on this raises the question: can archaeology truly be seen as a functional element in the deconstruction of colonial thinking?

Keywords: colonialities in science; archaeology; radical pedagogy.

TRANSGREDIENDO ARQUEOLOGÍAS: NARRATIVAS OTRAS COMO PRÁCTICAS LIBERADORAS

RESUMEN

Teniendo en cuenta la arqueología como un espacio político de aprendizaje mutuo y plural, se evidencia la presencia de un estancamiento en la notoria producción hegemónica que limita sus productos como ciencia. A partir de la pedagogía radical de bell hooks, este artículo pretende discutir los enfoques pedagógicos en la enseñanza arqueológica, poniendo énfasis en el papel de este campo del saber y llamando la atención sobre el lugar de un agente activo en un tiempo y lugar diversos. Al analizar las estructuras de creación epistemológica, el individuo constructivo y las intersecciones que están dentro de la ciencia arqueológica, la colonialidad se vuelve presente en el pensamiento, en la enseñanza y en la producción arraigada en la modernidad. La reflexión al respecto plantea el siguiente interrogante: ¿Puede la arqueología ser realmente vista como un elemento funcional en la desconstrucción del pensamiento colonial?

Palabras clave: colonialidades en la ciencia; arqueología; pedagogía radical.

INTRODUÇÃO

*E o INPE vai ser obrigado a registrar o cataclísmico tsunami
Que se não for preto tem pinta.
Tinguê*

Unir o indivíduo à colagem é transgredir em seus símbolos, tal qual em seus significados.¹ Ao pensarem criticamente suas vivências como pesquisadoras e construtoras de epistemologias dentro da academia, Grada Kilomba (2019) e bell hooks (2013) abarcam assuntos que circundam nas colonialidades² suas influências e suas difrações, que cruzam intersecções³ subalternas⁴ dentro de marcadores sociais como raça, gênero e classe, apontando seus montantes em uma realidade dentro do microcosmo da produção científica em nossa sociedade atual. Essas vivências dizem respeito a um cenário de construção epistêmica, que conta com um aparato moldado para caber em uma agenda restrita e com pré-requisito bastante marcados estruturalmente. A noção de uma área de produção acadêmica, apresentada nas obras de ambas as autoras, imprime um cenário autoritário que interfere em diversas áreas do saber, banhando em completa abrangência a arqueologia com seus reflexos sistêmicos que são pré-requisitos para o recebimento da credibilidade e veracidade que só as categorias de ciência e cientista podem dar a esses pares.

Falar primeiramente de um agente que compõe (em sua maioria) a posição de produtor do conhecimento central na ciência moderna é entender as formas particulares que moldam esse espectro e, principalmente, notar que esse é o espelho refletindo a imagem do ser cientista, objetivo e creditado pelo poder da própria validação. Em outras palavras, a identidade que caracteriza a ciência moderna e suas expectativas como tal é moldada pelo local específico do cientista, que produz e reproduz fielmente à isenção de subjetividades e ao compromisso com um conhecimento objetivo e verdadeiro (para quem?). Esse local, que deve ser destacado a priori na construção deste texto, representa a manutenção exata de porções substanciais das regulamentações e diretrizes que governam o ciclo de produção, consumo e ensino, que no caso da arqueologia é nitidamente a figura da pessoa arqueóloga. Discutindo o poder de narrativa e, principalmente, quem pode narrar e o que pode narrar, entramos em pontos que tocam um primeiro questionamento para a descolonização⁵ de um pensamento arqueológico.

¹ Propondo e aplicando, de forma coerente na construção deste escrito, percebo a arqueologia como a colagem de uma imagem em constante construção, moldada pelos indivíduos que a compõem. Ela é continuamente formada por meio de amplas e diversas colaborações, sendo cada uma relevante em sua particularidade e abrangendo desde teorias fundamentadas na Europa até conceitos relacionados a uma virada ontológica. Ao interpretá-la dessa maneira, como uma colagem, reforça-se as possibilidades pluriversais e pluriepistemológicas, indicando amplitude na qual a arqueologia pode se inserir quando permite se agregar.

² Perpetuação de um processo de colonização impositor que permanece presente em nossos dias dentro de um sistema global, onde a descolonialidade responde em contravenção.

³ Tal como apresentado por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) em *Interseccionalidade: "A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas"* (Collins; Bilge, 2021, p. 16)

⁴ Subalterno como conceito trazido por autores que compõem o grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), no final da década de 1990.

⁵ Aqui a descolonização é usada como parte substancial ao Grupo (M/C), que entende a descolonialidade como algo contextualmente posicionado, percebendo e se colocando contra a questão da colonialidade e colonialismo (como processo de colonização) na América Latina e supracitando suas

Dessa forma, nos situar como indivíduos dentro da colagem que se faz a arqueologia é entender as particularidades que circundam cada ser e a que e quem interessa que elas não sejam salientadas como pontos relevantes dentro de um ensino e de uma produção arqueológica, em consequência. Assim, questionar o intuito de dissimular a alteridade da produção arqueológica é supracitar a presença de intenções coloniais por trás de um discurso cientificista que mantém limitações como base de produção, e não um pensamento intercultural⁶ e de pluriversalidade.⁷ Cruzar tais caminhos nos obriga a não ignorar — e é interessante que isso nunca ocorra —, a notar e a compreender a arqueologia em um presente plural com várias possibilidades de falas, indivíduos e coletivos construídos, em que suas narrativas são completamente influentes em um pensamento público que embasa inúmeros outros discursos e narrativas refletidas em realidades sociais de diversas intersecções.

Adiante, perceber tais embates que cruzam trajetórias, vivências e percepções cosmológicas ‘outras’ dentro do contexto da produção, do ensino e do aprendizado arqueológico é notar que esse ‘outro’ se faz um outsider⁸ dentro do espaço que não o reflete ou o permite minimamente somar com sua diferença. Apontando que,

em nome da ciência, julgamentos foram e ainda são atribuídos às vidas de outros povos. Esses julgamentos prejudicam gravemente nossas relações com nós mesmos, ou seja, as relações entre humanos. Sem falar sobre o desencantamento que provoca o afastamento diante das demais formas de vida possíveis que habitam o planeta. Uma maneira de olhar e compreender o mundo foi imposta a outras, em uma tentativa de subordinar as demais cosmovisões (Arcanjo, 2022, p. 17).

A partir desse embate, a proposta de trabalhar a base desta produção acadêmica através da pedagogia radical e crítica de bell hooks emerge como uma alternativa potente para a construção epistêmica dessa colagem arqueológica, principalmente quando entendemos a partir dos tópicos apontados que “A voz engajada não pode ser fixa e absoluta. Deve estar sempre mudando, sempre em diálogo com o mundo fora dela” (hooks, 2017, p. 23). Transgredir esses limites e somar o indivíduo é contribuir para que trabalhe com pensamentos florescentes, e não restritos.

ALTERIDADE NO INDIVÍDUO CIENTISTA

No exercício de localizar o centro ou pelo menos o ponto a partir do qual irradiam as produções científicas, como uma engrenagem colonial exige, identificamos algumas percepções que desafiam o discurso de posse, questionando a figura central e as justificativas que validam tais ocupações massivas e padronizadas. A figura do intelectual é inegavelmente

particularidades que exigem termos próprios.

⁶ Conceito discutido por intelectuais Andinos na 14^o Conferência Internacional de L’Academie de la Latinité, Quito, Ecuador. Desarrollo e Interculturalidad, Imaginario y Diferencia: la Nación en el Mundo Andino, onde a questão da epistemologia indígena dentro da universidade foi pontual para o desenrolar deste conceito. Assim, assumindo um ideal pluriépistêmico.

⁷ Walter D. Mignolo fala de pluriversalidade como “o pensamento descolonial é a estrada para a pluriversalidade como um projeto universal” (Mignolo, 2008, p. 300).

⁸ Dentro da teoria interacionista do desvio, Howard Becker (2008), define outsider como a violação de uma norma social. Assim, um padrão de comportamento relativo a um determinado grupo social quando desrespeitado por um indivíduo, dentro de uma x norma estabelecida, essa pessoa é percebida como um outsider dentro desse grupo.

representativa de uma miríade de razões, e compreender suas intenções no discurso é de suma importância para estabelecer um equilíbrio entre a manutenção do entendimento comum dessas funções e as demandas inerentes à sociedade que depende de seus resultados, a qual ele pertence. Essa compreensão — e muito além do que só ela — deve acompanhar a proposta de se colocar minimamente menos ingênua que acreditar e defender a existência da isenção de qualquer interesse particular, e principalmente, ou no pior dos casos, que essa interface ou “interesse particular” seja apenas uma manobra para a aceitação de moldes e estratégias coloniais impostas às potências subalternas que emergem cada dia mais, como bem soa. Desse mesmo modo, nas palavras de Rodrigues Junior (2018, p. 272):

A educação que nos é ofertada como modo dominante no Novo Mundo deve ser lida como parte da agenda curricular do colonialismo. Essa forma descomprometida com a vida, pois é contrária à diversidade, à imprevisibilidade e às possibilidades, é fiel à produção de seres acomodados na semântica colonial.

A visão do intelectual para Gramsci nos ajuda a elucidar tal assunto de forma que as questões sociais, políticas, econômicas e hegemônicas são cruzadas com o objetivo de deixar nítida a função destes, principalmente no que molda cada uma dessas intenções. A finalidade de se instaurar essa classe em um contexto social como um dispositivo de influência destaca e soma à interpretação, à medida que,

em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesã; para organizar o Estado e o comércio, a classe dominante treinava um tipo específico de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional, predominou este segundo tipo de intelectual (Gramsci, 2004, p. 424).

Usando deste pontapé e através da imagem supracitada, marcar o local da pessoa arqueóloga dentro dessas fronteiras é também mapear como a produção e reprodução de uma ciência tão sensível como a arqueologia (em termos de tratamento de um ‘outrem’, onde o respeito e a ética sempre devem ser exacerbadamente acessados) deve sempre estar atenta e em constante manutenção. Aqui, pessoas arqueólogas e arqueologia são ferramentas de construção de contexto que reflete as intenções de quem as faz e, quando colocadas em um papel político localizado no século XXI, atualizações sobre as demandas que partem desse contexto devem ser notadas. Pontuar essa questão não é qualquer tentativa de inventividade, mas sim de agregar a essa percepção e continuar questionando junto a múltiplas colocações e tentativas práticas e factuais de rotas inversas. O que se nota em ambientes de formação arqueológica na prática é uma reafirmação de uma narrativa hegemônica que está bastante arraigada ao pensar fundamental dessa ciência, de modo que se impossibilitam e se silenciam as tentativas de exercer uma arqueologia da pluriversalidade e pluriépisteme, taxadas como não ciência e colocadas a margem onde são requeridas permanecer.

Desse viés, reconhecer que:

Mesmo vinculada às ciências humanas, na arqueologia brasileira predomina o cunho tecnicista e/ou cientificista de inspiração positivista onde a primazia da objetividade se traveste na busca por verdades do passado escondidas na evidência arqueológica espera de serem traduzidas pelos arqueólogos do presente (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 1094).

Se colocar em uma posição que assume esse fato e que, principalmente, reconhece o quão nocivo é perpetuar essa forma de pensar como um caminho comum à totalidade dos que estão comprometidos a fazer uma arqueologia ética, é no mínimo dizer que não saímos de uma perspectiva evolucionista por completo, e que apenas aplicamos críticas quando elas dizem respeito ao fator étnico/humano.⁹ Isso porque em um contexto onde todos devem produzir, pensar e aprender com base em uma linearidade, basicamente nos colocando em uma fila unidirecional com uma chegada/ideal de produção em comum, não é nada além do que isso.

Para pensarmos nessas estruturas de ensino que formam os intelectuais, a pesquisa realizada por Lara Passos (2017) é assertiva em nos apresentar um panorama presente no curso de graduação em Antropologia Social e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde ela aponta em uma pesquisa bibliométrica¹⁰ os descompassos entre o que se consome na base do ensino de arqueologia e cenário de pessoas que se dispõem a tal prática. A pesquisadora conclui mostrando um panorama no qual as tendências que se repetem nesse ambiente terminam por dar subsídios para uma produção que, por muitas vezes, insiste em limitações e não abrangências. Nela, tratando a questão da produção feminina e feminista dentro da arqueologia, nota-se uma inclinação em manter um padrão que dá aos homens os locais de visibilidade, corroborando dessa forma com mais uma tendência colonial na perpetuação de um patriarcado febril mesmo dentro de um contexto em que mulheres se fazem a maioria. Assim;

Ora, se a parcela de mulheres produzindo a arqueologia no Brasil é superior à de homens, é de se pensar que a disseminação dessa produção se dê de forma minimamente igualitária. Temos na UFMG um curso equitativamente ocupado pela presença feminina, que, a priori, formará tanto arqueólogas/antropólogas quanto arqueólogos/antropólogos. Pode-se deduzir também que haveria uma distribuição de temáticas e referências que abarcassem tal realidade. Para ser uma mulher cientista, é plausível pensar que se deva espelhar em outras mulheres cientistas. Para tal, é preciso ter acesso a essa produção. Ao encontrar um número igual de mulheres e homens no departamento, é possível pensar que as alunas se sintam estimuladas a seguir a carreira acadêmica, posto que lidam diretamente com exemplos vivos de outras mulheres que possuem trajetórias bem-sucedidas na academia. No entanto, ao entrarem em contato com a produção acadêmica obrigatória, podem perceber uma disritmia: ainda que sejamos ensinadas por homens e mulheres, temos contanto com uma bibliografia que abrange majoritariamente apenas um desses pontos de vista no que se refere à teoria arqueológica e teoria antropológica (Passos, 2017, p. 136).

Trazer esta perspectiva é estar ciente de uma realidade que age de forma divergente a um enquadramento otimista da arqueologia brasileira. Além de identificarmos divergências

⁹ Aqui, apresento essa provocação para sugerir que o Evolucionismo, como corrente de pensamento, foi alvo de críticas por sua perspectiva etnocêntrica ao admitir uma trajetória única para todos e colocar outras culturas como inferiores. Portanto quando se trata de epistemologia, ao assumirmos que todos devem produzir de maneira única, linear e ideal, estamos reforçando esse paradigma, mas não o aplicando diretamente à cultura como um todo, apenas no aspecto epistêmico.

¹⁰ A análise bibliométrica utiliza métodos quantitativos e estatísticos para analisar a produção, disseminação e uso da informação registrada em documentos bibliográficos. Assim, buscando medir e quantificar aspectos relacionados à produção científica, como a quantidade de artigos publicados, as citações recebidas, as colaborações entre autores, entre outros.

evidentes, somos desafiados pela complexidade e pela falta de compreensão do que observamos refletindo na realidade, influenciada por uma mentalidade enraizada no ideal colonial. Em outras palavras, a ininteligibilidade da persistência de uma mentalidade colonial que entra em conflito com a diversidade presente no Brasil atual, especialmente em um ambiente acadêmico marcado pela disparidade em cada corredor, é uma das questões mais urgentes a serem abordadas. Expressar dessa maneira, com ênfases indignadas, revela que ao lidar com um contexto geopolítico do Sul Global, onde as discussões ressaltam a violência daquilo que para nós representa a colonialidade (Mignolo, 2008), sugere-se que a interpretação do contexto sócio-histórico brasileiro tem se feito sutilmente ausente nos vários ambientes que nos tornam “aptos” a exercer e perpetuar nossa profissão.

Assim, entender que o que muitas vezes leva a arqueologia a um local cientificista, nos piores termos que essa expressão pode vir a ter,¹¹ não passa de um esforço agenciado para a gestão, a sustentação e os reparos de discursos coloniais representados por quem se beneficia desse enredo excludente e assertivo em qualquer violência epistêmica que se dedica a produzir. Ao nos aprofundarmos nesse entendimento, deparamo-nos com uma problemática significativa: a falta de incentivo para que as divergências à norma científica hegemônica sejam explicitadas no âmbito do fazer arqueológico. Observa-se que, nesse contexto, o valorizado ideal científico (e cientista) acaba por reforçar uma estrutura que perpetua o silêncio das existências subalternizadas como funcionamento padrão. Logo, a grande questão apresentada é entender quem necessita e porque necessita afirmar sua alteridade. É possível observar como essas relações fundamentam a construção da ciência do ponto de vista moderno e ocidental a partir de Walter Mignolo (2008), pois o autor nos lembra que estamos inertes em uma oposição de conceitos que são eurocêntricos e baseados em categorias que têm origem em conceitos gregos e latinos, o que fundamentaria as nossas experiências sociais tanto teológicas quanto seculares. Em um microcosmos onde as figuras envolvidas emergem na pluralidade, mas as referências se baseiam em um padrão específico de vivência fundamentada nessas categorias hegemônicas, percebemos que onde “As próprias práticas discursivas que permitem a afirmação da autoridade da experiência já foram determinadas por uma política de dominação racial, sexual e de classe social” (hooks, 2013, p. 110), em que a “subjetividade” aceita é a que se torna, na verdade, a querida “objetividade”, se apresentando uma opção entre “brancura e teoria política, em outras palavras [...] transparentes, neutras e objetivas, enquanto que Cores e teoria política são essencialistas e fundamentalistas” (Mignolo, 2008, p. 297).

Voltando à reflexão amparada em Antonio Gramsci (2001), é possível entender que a necessidade de conhecer a si mesmo catapulta um processo de elaboração da crítica e da consciência do próprio lugar no mundo. Esse processo é produto de um acúmulo histórico até aquele momento e pode ser preenchido com uma “infinidade de traços acolhidos sem análise crítica” (Gramsci, 2001, p. 94). É com esse ideal que a subalternidade imposta a mim e a meus colegas de interseccionalidades confluentes, que ocupam locais de alteridades¹² dentro dessa ciência, emerge como uma insurgência crítica e ativa de um local onde as vivências e epistemologias foram cultivadas em ambientes que não seguem uma perspectiva ideal europeia ou não ocupam locais de privilégio. Como colocado por Mignolo, a perspectiva ‘eurocentrada’ como “Eurocentrismo não dá nome a um local geográfico, mas à hegemonia

¹¹ Termos tais como: dogmatismo científico, reducionismo científico, empirismo radical, positivismo extremo, exclusivismo científico, fanatismo científico, fundamentalismo científico, tecnocracia desmedida, cientificismo arrogante. Todas estas pressupondo a ideia de ciência concebida pelos modelos europeus.

¹² Aqui nesta colocação, a alteridade dita do meu local, pode ser apresentada como a ideia de oposição a identificação e comunhão colocada por Marcio Goldman (2006).

de uma forma de pensar fundamentada no grego e no latim e nas seis línguas européias e imperiais da modernidade; ou seja, modernidade/ colonialidade” (Mignolo, 2008, p. 301). Elas entram em contrafluxo às noções de exclusão que nos recebe dentro dessa “ciência verdadeira”. Assim, como já dito uma vez, a ciência não é meramente uma investigação desprovida de política em busca da verdade, mas sim uma reprodução das relações de poder racial determinantes daquilo que é verdadeiro e em quem se deve acreditar (Kilomba, 2019).

STATUS QUO, SÉCULO XXI, 2023

Das compreensões sistemáticas sobre a multiculturalidade dentro das universidades,

entre as ações do Ministério da Educação, direcionadas a essas questões, figura o Programa Diversidade na Universidade. Criado em 2002, o desenho desse Programa enfoca a promoção da equidade e diversidade na educação superior para afrodescendentes, indígenas e outros grupos socialmente desfavorecidos no Brasil. Além de apoiar a formulação de políticas públicas de inclusão social e combate à discriminação étnico-racial para o ensino médio e superior, foi definido como objetivo relevante do Programa o apoio, desenvolvimento e avaliação de Projetos Inovadores de Curso (PIC), idealizados para contribuir com a ampliação do número de estudantes negros e indígenas nas universidades brasileiras (Henriques apud Braga; Silveira, 2007, p. 7).

A partir desse ponto, torna-se factível explorar um contexto e empreender esforços para situar a arqueologia em uma sociedade contemporânea inserida plenamente no século XXI, mais precisamente no ano de 2023. O Programa de Diversidade na Universidade foi criado com o objetivo de promover a inclusão de indivíduos que enfrentam múltiplas formas de marginalização, buscando garantir uma representação mais fiel da sociedade brasileira no ambiente acadêmico. Com satisfação, notamos que essa iniciativa alcançou resultados efetivos. Agora, passados 21 anos, ela tem mostrado a presença de estudantes em vagas destinadas a pessoas que vão além da branquitude e da autocracia econômica representadas pelas ideias coloniais excludentes empregadas na ciência. Dessa forma, visualizar que tais locais estão sendo ocupados e tendo embasamento sistêmico é também entender que a presença dessa marcada diferença refletirá em suas ocupações e produções desse espaço. Bell hooks, coloca que, em um contexto semelhante a esse, “muitas vezes, os professores e os alunos no contexto multicultural têm de aprender a aceitar diferentes maneiras de conhecer, novas epistemologias” (hooks, 2013, p. 59). Se torna crucial pontuar que a presença de tais pessoas não é obediente ou completamente passiva à perpetuação desses ideais, e é, da mesma forma, essencial que não entendamos este artigo como um dito sólido que afirma ou indica uma inércia subalterna em relação a tal violência estrutural. “Através da subjetividade explícita das arqueologias pós-modernas, foi possível tirar da invisibilidade histórias que até então pareciam não existir” (Soltys, 2017, p. 10), e como dito no começo deste escrito, as potências subalternas são emergentes a cada forma de opressão, principalmente na criatividade de se desviar e se desafiar as múltiplas violências vividas.

Desde 1975¹³ até a atualidade, o percurso do ensino de arqueologia no Brasil, com 48 anos, compreende cerca de metade de sua existência dentro dessa política de inclusão e diversidade acadêmica, o que explicita uma preocupação em relação à divergência em que esses dois têm

¹³ Para saber mais, ler Bezerra (2008).

caminhado. Cruzar estes dados é escavar rumo a uma percepção que tem bases em teorias de psicanálise que se casam, curiosamente, com a perpetuação desse discurso colonial, atualmente vestido de cientificista dentro da arqueologia. Jean Laplanche e Jean-Baptiste Pontalis, quando propõem definir conceitos de psicanálise, descrevem e discorrem em seu texto uma ilustração do que é possível pensar e conectar a respeito dos esforços em priorizar quase que sorrrateiramente um discurso majoritariamente unidirecional de produção e ensino na arqueologia.

RECALQUE ou RECALCAMENTO – Operação pela qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão. O recalque produz-se nos casos em a satisfação de uma pulsão — suscetível de proporcionar prazer por si mesma — ameaçaria provocar desprazer relativamente a outras exigências. O recalque é especialmente patente na histeria, mas desempenha também um papel primordial nas outras afecções mentais, assim como em psicologia normal (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 7).

Talvez, minhas palavras se façam mais nítidas ao acionar à argumentação o marcado momento vivido dentro do desenvolver da pesquisa arqueológica e, principalmente, na construção e formação dessa área do saber, em que esse sentimento de recalque possa ter sido alimentado pela pulsão¹⁴ da qual comenta os autores na colocação acima. Trigger (2004) argumenta que a nova arqueologia, também conhecida como arqueologia processual, trouxe uma revolução significativa em termos de técnica e metodologia, embora não tenha impactado diretamente na teoria arqueológica em si. De modo geral, sua abordagem nomotética buscava ressaltar a importância de valorizar o que é considerado tecnologicamente útil.

A Nova Arqueologia seguiu a liderança das ciências sociais generalizadoras como a economia, a ciência política, a sociologia e a etnologia, proclamando-se capaz de produzir generalizações objetivas e eticamente neutras, úteis à administração das sociedades modernas. Seu desejo de conformar-se a um modelo mais prestigioso de comportamento acadêmico foi reforçado quando a Fundação Nacional da Ciência tornou-se uma importante fonte de financiamento para a pesquisa arqueológica. Afirmou-se que a arqueologia poderia fornecer, sobre a natureza das interações de longa duração entre grupos humanos e o ambiente, informações que seriam valiosas para o planejamento econômico moderno (Meltzer *apud* Trigger, 2004, p. 384).

Nas páginas seguintes, o autor prossegue oferecendo subsídios explanatórios sobre a construção arraigada do cientificismo na arqueologia, pontuando que a ênfase nas aplicações práticas das pesquisas conduzia os cientistas sociais a abandonarem abordagens holísticas na compreensão do comportamento humano, direcionando-os para soluções concebidas em termos técnicos limitados. Essa abordagem de pesquisa ganhava uma nova credibilidade científica em decorrência dos protestos positivistas em favor da neutralidade ética. Dentro de uma sociedade onde a eficiência tecnocrática era valorizada como um princípio supremo, muitos profissionais da arqueologia se sentiam compelidos a se afastarem da compreensão histórica do passado para criarem generalizações sobre o comportamento humano, o que se tornou o critério de sucesso para os cientistas sociais (Trigger, 2004).

¹⁴ Os mesmos autores definem como: “PULSÃO – Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional: é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir a sua meta” (Pontalis; Laplanche, 2001, p. 7).

Se traçar esse caminho nos leva a tal possibilidade de interpretação, não é muito absurdo sugerir que nessa mesma localização que fazemos da arqueologia é perfeitamente factível encontrar também avanços em relação a teorias que discutem esse sentimento de insegurança a partir do recalque. Os avanços atuais nesse campo da psicanálise abrem caminho para amplas, saudáveis e promissoras oportunidades de recuperação e/ou superação. No contexto desta discussão, essas superações podem ser interpretadas como uma transgressão para desafiar uma ideologia arraigada que busca legitimar a arqueologia como uma ciência válida e comprometida, exigindo a perpetuação de relações de colonialidade e violências epistêmicas. Essa ideologia, por sua vez, é a mesma que nega a integração das particularidades individuais na produção do conhecimento arqueológico.

TRANSGREDIR É PLURIVERSAL E PLURIEPISTÊMICO

A intenção que traz bell hooks (2013) a esse ponto da arqueologia como campo do saber, também dita “arqueologias” em sua amplitude, vem de um espelho que reúne inúmeros reflexos de vivências ‘outras’ dentro da arqueologia e dos seus espaços de produção e aprendizado. Ao abordar o papel essencial e altamente relevante do ser na construção sistemática de uma epistemologia plural, a visão que se faz do horizonte trazida por bell hooks quando descrevendo e vivendo essas percepções sociais, em sua experiência como aluna e professora dentro desse ecossistema acadêmico, afirma que,

se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade. O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de reconhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias — que buscam devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta (hooks, 2013, p. 45).

A perspectiva da autora é de suma importância e proposta nesse contexto abordado, especialmente quando consideramos o aspecto da educação e ciência, como intersecção dos indivíduos e da pedagogia como postos-chave na construção dessa crítica. Em outras palavras, o percurso que trilhamos até o momento enfatiza tanto o ensino da arqueologia, ou seja, a pedagogia interna da disciplina, quanto às figuras que compõem a base desse ecossistema de produção e reprodução intelectual como pontos substanciais na perpetuação ou desmantelamento do pensamento colonial, que subjuga e violenta experiências presentes na arqueologia consideradas ‘outras’ e as utiliza como ferramenta de construção epistêmica.

Em um primeiro momento, o prisma adotado ao abordarmos o intelectual é baseado em posicionar e reconhecer sua função vital como agente de sustentação da arqueologia enquanto campo de ensino e aprendizado múltiplo. Essa é uma paisagem que trata da base de formação de profissionais da arqueologia e, principalmente, de quem lhes influencia ou diretamente constrói, como um professor dentro de sala ou um intelectual que produz bagagem material para o ensino e a aprendizagem. Enfatizando novamente (e nunca é demais) que essa perspectiva não pode ser dissociada da percepção da arqueologia como um espaço de interação multicultural, fundamentada de forma sistemática no Brasil. A análise desse contexto estratigráfico situa suas percepções na obra de bell hooks, quando a autora se posiciona e narra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* a partir de um alicerce fundamental na construção do pensamento institucional em uma área do saber. Como professora e intelectual,

bell hooks aponta para a proposta de transgressão do cenário, que ela mesma observa de perto como agente ativa na dinâmica que rege a ciência que ela compõe.

Mais adiante, a obra que trata de discutir a educação como um exercício para a liberdade, em termos que tangem a força que a educação exerce na cadeia operatória de construção do ser, aborda essa como parte essencial em um projeto de epistemologias multiculturais, indicando que as particularidades de cada ser é uma soma das plurais abrangências em símbolos e significados que a arqueologia será agregada. Dessa maneira, se torna nítido que pontuar isso é ir em contrapartida ao ideal que cobre sutilmente a arqueologia como um exemplar científico neutro, hegemônico, homogeneizante e violento. E até esse ponto, para muitas figuras praticantes, não existe problema factual em a arqueologia ser apegada à imagem de ciência e de cientista que o processualismo potencializou para nós. É com certeza muito justo e nada difícil de pontuar as grandes contribuições em métodos e técnicas que essa maneira de fazer arqueologia nos trouxe enquanto campo investigativo. É inegável a importância que isso nos dá, a partir da visão da imagem que forma a colagem atual da arqueologia. O problema, aqui, se encontra na negação de outras maneiras de fazer, advindas da conservação de um ideal silenciador e impositivo que um processo colonizatório pode agregar a uma cultura.

Aqui, se faz a abertura em pontuar que “creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a coexistência do conceito descolonial não será tomado como deslegitimar as ideias críticas europeias ou as ideias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida” (Mignolo, 2008, p. 288), talvez boa parte do que foi mencionado como sentimento de recalque também possa ser visto através da guarda altíssima que aparentemente indica, para leitores/interpretadores de texto ‘não muito razoáveis’, que a intenção ao pontuar uma crítica ou acusar a perpetuação de uma violência colonial está por elas desvalidarem todas as construções ou maneiras de fazer que formaram a arqueologia atual. Colocando em palavras que me localizam como indivíduo de particularidades, a intenção nunca foi “jogar a água fora com o bebê dentro”.

Retomando a questão do multiculturalismo dentro do ensino e aprendizado na universidade e aqui dentro da arqueologia, bell hooks (2013, p. 63) coloca a necessidade de, para além de nos localizarmos enquanto seres de intersecções, também notarmos que o multiculturalismo exige dos educadores o reconhecimento das limitações que têm influenciado a maneira como o conhecimento é compartilhado, nos obrigando também a reconhecer nossa participação na aceitação e perpetuação de preconceitos e parcialidades. Os alunos estão ávidos por superar as barreiras do aprendizado, abertos a se maravilhar e a aprender novas formas de conhecimento que vão além do convencional. Quando permitimos que nossa abordagem pedagógica seja radicalmente transformada pela valorização da diversidade cultural no mundo, podemos oferecer aos aprendizes a educação que desejam, merecem e, assim, “ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora” (hooks, 2013, p. 63).

Coloco a necessidade da localização de nossas intersecções com base nessa ideia de visualizar melhor a composição dos espaços que ocupamos e nesse contexto que narra a autora. Sendo uma figura de poder dentro de uma instituição de ensino e de formação de epistemologias, o processo de notar a multiculturalidade por si só é visualizar a prática da liberdade. De outras formas, a proposta que entende os locais de cada indivíduo e suas particularidades é a mesma que se dá a própria localização e reconhecimento, tal e qual “Ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento” (hooks, 2013, p. 58). Dizer isto é apontar que essa liberdade posta através da fresta de atenção ao multiculturalismo é um exercício de nos entender como partes únicas, compondo a colagem que se faz a arqueologia, além compreender que a essência fundamental da construção das epistemologias arqueológicas reside no indivíduo, indissociável de sua própria criação, e no seu engajamento coletivo em respeitar não apenas sua contribuição subjetiva e singular, mas também a de uma totalidade dos envolvidos nesse empreendimento.

Se desejamos verdadeiramente criar um ambiente cultural propício à reflexão e transformação dos preconceitos, devemos considerar como ponto de atenção todos os atos de transgressão de fronteiras que indiquem soma a nossas vivências. Da mesma forma, é importante ressaltar que tais atos não estão isentos de críticas ou questionamentos críticos. Assim, o temido “risco” da interação multicultural é menos alarmante do que a manutenção e o apoio contínuo aos sistemas de dominação já estabelecidos, especialmente no contexto do ensino em relação tanto à forma como ensinamos quanto ao conteúdo que ensinamos (hooks, 2013). Acionando aqui uma reflexão para a pergunta inicial, onde a arqueologia é questionada como ferramenta na desconstrução do pensamento colonial: poderemos nos localizar e repensar, no caso de a resposta ser afirmativa; caso o desejo seja de um ambiente que não perpetue violências epistêmicas, acarretando outros diversos tipos, devemos refletir sobre os descompassos aos quais perpetuam os mecanismos que agenciam a arqueologia em ao contrário de uma ferramenta descolonial, um mecanismo de silêncio e imposição.

SÍNTESE

Ao compreendermos a arqueologia como um campo de construção do conhecimento inserido na categoria de ciência, podemos realizar um exercício de mapeamento dos agentes que compõem essa colagem mencionada e, sobretudo, entrelaçar isso a tréplica da arqueologia quando esses agentes ultrapassam as limitações normativas da categoria ciência, apresentando-se mais multiculturais do que as normas circunscritas à figura ideal do cientista. Quando a proposta desse exercício é concretizada, torna-se evidente a imagem da pessoa arqueóloga, intelectual e cientista como protagonista fundamental na formação atual de outros múltiplos e multiculturais profissionais, seja lecionando em sala de aula, produzindo materiais de ensino, realizando pesquisas ou contribuindo teoricamente. Tendo em vista essa influência e poder de narrativa, é viável questionar os pré-requisitos para a ocupação desses locais de influência, e principalmente o que está sendo reproduzido como modos a serem seguidos dentro dessa posição científica, onde a armadilha do cientificismo indica que:

Muitos têm habilidade com as palavras. Denominam-se visionários, mas não veem. Muitos têm o dom da língua, mas nada para dizer. Não os escutem. Muitos que têm palavras e língua, não têm ouvidos. Não podem ouvir e não saberão (Anzaldúa, 2000, p. 235).

Nesse cenário, se o que está sendo requerido, de forma tênue, é uma imagem que reforce violências coloniais para ocultação de identidades em intersecções subalternas, que se propõem a utilizar da arqueologia como ferramenta de construção epistêmica, temos um embate com um cenário multicultural brasileiro.

Identificar a potência dessa problemática, como “o risco de transmitir conhecimentos gerados a partir da academia de modo vertical e impositivo a outras comunidades e outros povos” (Arcanjo, 2022, p. 57), coloca em perspectiva as ideias relacionadas à pedagogia institucional que nos aponta bell hooks. Falando sobre essas subalternidades em foco na produção acadêmica, hooks narra uma realidade estrutural do ensino universitário, que tange a arqueologia em sua plena forma de alcançar corpos ‘outros’ violentamente:

Alguns expressam o sentimento de que, se simplesmente não afirmarem sua subjetividade, terão menos probabilidade de ser agredidos. Disseram que muitos professores universitários jamais manifestaram o menor interesse por ouvir a voz deles. A aceitação da descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo obriga educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê? (hooks, 2013, p. 57).

Então, se existe um molde a ser seguido indicando como fazer e quem deve fazer, o indivíduo que ocupa o seu local dentro desse microcosmos e que não se encaixa deve procurar caber, colocando-se atrás da objetividade requerida pela ciência, que já representa as subjetividades de quem interessa (hooks, 2013; Kilomba, 2019; Mignolo, 2008). Dessa forma, se aprende, produz e ensina tal como indica o ideal hegemônico, europeu e colonial de se fazer, no qual

chamar atenção para o corpo é atrair o legado da repressão e negação que nos foi transmitido [...]. O mundo público do ensino institucional era um local onde o corpo tinha que ser apagado, tinha que passar despercebido (hooks, 2013, p. 253).

A intenção da contrapartida e da desobediência, proposta por colegas que se colocam em foco na proposta de novos olhares para a arqueologia (Abreu e Souza, 2020; Freitas, 2021; Hartemann; Moraes, 2018; Moraes, 2021; Passos, 2019) é aqui vista como a transgressão necessária e já em andamento para um ambiente que seja mais povoado por outras contribuições de indivíduos que tem sua trajetória em um mundo que vivem, experimentam e falam a partir de uma perspectiva indissociável dele mesmo e de suas propostas, para com um mundo que inclui a arqueologia. A colagem é composta por elementos singulares, que juntos e em arranjo propõem um diálogo com quem expecta suas intenções.

Se dentro da arqueologia podemos notar uma sutil atmosfera que remete a “A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que incluía uma consciência de raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável e que as emoções e paixões não sejam mais represadas” (hooks, 2013, p. 55), sendo possível ir além de uma “consciência” aqui, mas de uma inclusão real que transgredir um ‘falar de’ ou “deles” ou ainda “sobre eles”, factualmente dialogando “com” eles,¹⁵ temos também, associado ao recalque e a guarda alta, um medo irracional que se esforça em colocar subjetividades como sentimentos incontroláveis e sem direção no fazer científico. Nesse sentido, anular a potência das subjetividades e das vivências em ‘outros’ corpos pode ser explicado quando “formados no contexto filosófico do dualismo metafísico ocidental, muitos de nós aceitamos a noção de que existe uma cisão entre o corpo e a mente” (hooks, 2013, p. 253).

Por fim, adota-se a transgressão como um mecanismo que em vez de violar as multiculturalidades presentes em nosso contexto de ensino, aprendizado e produção, incluindo todas as potências de produção, até as europeias, busca incorporá-las dentro de um paradigma que se mostra tendencioso a isolá-las, reajustando nossos pensamentos em equilíbrio com um mundo fora de uma quadrícula, propondo que

a academia não é o paraíso, mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática libertadora (hooks, 2013, p. 273).

Sugerir uma transgressão nos âmbitos de construção e emprego do conhecimento arqueológico, bem como no das narrativas produzidas dentro da academia, é nos libertar de modo ecoante para partes substanciais na diversificação do ensino e do aprendizado arqueológico,

¹⁵ Quando aqui digo “eles”, falo do real indivíduo. Aquele que se apresenta como tal em sua subjetividade e não em uma pré-forma, indicada para esse quando decide ser “cientista”.

somando à colagem não apenas o indivíduo, mas também a superação libertadora de uma fragilidade que não soma significados, mas limita as formas da imagem em constante formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ARCANJO, Matheus Lucas. *Antropologia e educação ambiental em cruzo: reflexões a partir da vivência na estação ecológica da UFMG*. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEZERRA, Marcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 139-154, 2008.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SILVEIRA, Maria Helena Vargas da (org.). *O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional antirracista*. Brasília, DF: Edições MEC; UNESCO, 2007.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- ABREU E SOUZA, Rafael de. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 43-65, 2020.
- PASSOS, Lara de Paula. Gotas de um oceano: uma análise bibliométrica feminista de um curso de graduação. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 130-144, 2017.
- PASSOS, Lara de Paula. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- FREITAS, Vinicius Siqueira. *Materialidade da desumanização: arqueologia de uma humanidade vilipendiada*. 2021. Monografia (Bacharelado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 159-173, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.
- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane Pereira de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê: Literatura, língua e identidade.
- MORAES, Irislane Pereira de. *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense*. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Baptiste. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RIBEIRO, Loredana; FORMADO, Bruno Sanches Ranzani da Silva; SCHIMIDT, Sarah; PASSOS, Lara de Paula. A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.
- RODRIGUES JUNIOR, Luiz Rufino. Pedagogia das encruzilhadas. *Periferia*, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.
- SOLTYS, Fernando Alexandre. Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na arqueologia pública. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- TRIGGER, Bruce Graham. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

ARQUEOLOGIA COM PIPOCA: CONSTRUÇÕES DE GÊNERO E RAÇA NO CINEMA

Débora Cristiane Blois Nascimento*

RESUMO

Este artigo analisa, a partir de um viés antropológico e arqueológico, a imagem da arqueologia, suas construções e representações nas produções cinematográficas. É importante perceber que o cinema é uma arte absurdamente discursiva; dessa forma, os discursos se constituem, sobretudo, nas inferências. A percepção artística depende do background cultural de cada espectador. Em meu recorte deste campo de investigação, pautei-me na composição das imagens apontadas nos filmes da plataforma digital Netflix, que recebeu esse enfoque por ser o streaming de maior acesso da atualidade. Para isso, classifiquei os títulos de modo quantitativo por ordem de produção; em seguida, a partir da análise fílmica, observei a alegoria por repetição, para enfim recusar a posição judicativa de uma arqueologia branca e homogênea. Dessa forma, tenciono fomentar discussões acerca das narrativas que não falam somente de arqueologia, mas das relações de gênero, raça, diversidade, entre outros. Objetivo mostrar que, na sétima arte, os enredos, as imagens, os discursos e os silêncios contribuem para o racismo estrutural e a invisibilidade de gênero no constructo da arqueologia enquanto disciplina acadêmica, naturalizando lugares de poder e fazendo parte da nossa visão de mundo para além das telas de cinema.

Palavras-chave: arqueologia; imagem; cinema; gênero; racismo.

* Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: deborablois.arqueologa@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5985-9317>.

ARCHAEOLOGY WITH POPCORN: GENDER AND RACE CONSTRUCTION IN CINEMA

ABSTRACT

This article analyzes, from an anthropological and archaeological point of view, the image of archeology, its constructions and representations in cinematographic productions. It is important to realize that cinema is an absurdly discursive art; in this way, discourses are constituted, above all, in inferences. The artistic perception depends on the cultural background of each spectator. In my clipping of this field of investigation, I was guided by the composition of the images pointed out in the movies on the Netflix digital platform, which received this focus due to being the streaming with the greatest access today. To this end, I classified the titles quantitatively by order of production; then, from the filmic analysis, I observed the allegory by repetition to finally refuse the judgmental position of a white and homogeneous archeology. In this way, I intend to encourage discussions about narratives that do not speak only of archeology, but of gender relations, race, diversity, among others. I aim to show that, in the seventh art, the plots, images, speeches, and silences contribute to structural racism and the invisibility of gender in the construct of archeology as an academic discipline, naturalizing places of power and being part of our vision of the world beyond the cinema screens.

Keywords: archeology; image; movies; gender; racism.

ARQUEOLOGÍA CON PALOMITAS: CONSTRUCCIONES DE GÉNERO Y RAZA EN EL CINE

RESUMEN

Este artículo analiza la imagen de la arqueología, sus construcciones y representaciones en las producciones cinematográficas desde una perspectiva antropológica y arqueológica. Es importante destacar que el cine es una forma de arte discursiva, por lo que los discursos están constituidos sobre todo por inferencias. La percepción artística depende del bagaje cultural de cada espectador. En este campo de investigación, me centré en la composición de las imágenes mostradas en las películas de la plataforma digital Netflix, que recibió este enfoque por ser el servicio de visualización más accesible en la actualidad. Para ello, clasifiqué cuantitativamente los títulos por orden de producción; luego, a partir del análisis de las películas, observé la alegoría por repetición, para rechazar la postura sentenciosa de una arqueología blanca y homogénea. De este modo, pretendo fomentar discusiones sobre narrativas que no solo hablen de arqueología, sino también de relaciones de género, raza, diversidad, entre otras. Pretendo mostrar que, en el séptimo arte, los tramas, imágenes, discursos y silencios contribuyen al racismo estructural y a la invisibilidad del género en la construcción de la arqueología como disciplina académica, naturalizando lugares de poder y formando parte de nuestra cosmovisión más allá de la pantalla de cine.

Palabras clave: arqueología; imagen; cine; género; racismo.

INTRODUÇÃO

*Contra o poder colonial. Assim também Portugal
Zarpa do ancoradouro do colonialismo.
Dom Sebastião volta do Saara com uma outra cara,
Bronzeada, africana e hermafrodita;
Intensificada é a sua dúvida sexualidade.*

Mário Dirienzo, “Desenquadrando a tela”, agosto de 2020
(trechoretiradodolivroeletrônico 16^aMostradoCinemaNegro,PrudenteeSilva)

Ao desenquadrarmos a tela, nos deparamos com o dúbio olhar, o olhar desfocado e limítrofe dos míopes. Mas esse desenquadrar também serve de ponto de fuga para refletirmos sobre as imagens que estamos habituados a ver, porém, por vezes, não enxergar.

As imagens presentes nos filmes cuja temática é a arqueológica advêm de referenciais que se originam dos relatos dos colonizadores e das primeiras escavações, feitas por não arqueólogos¹ e/ou amadores/exploradores. Este artigo traz a discussão à imagem da arqueologia, dos profissionais dessa ciência e do fazer arqueológico presente nas produções cinematográficas, cujos discursos revelam elementos que remontam, entre outros aspectos, ao pensamento da antropologia no século XIX. Para esta análise, utilizei os títulos presentes na plataforma Netflix; meu enfoque nesse canal de streaming deve-se ao extenso público, tanto popular quanto elitizado, que ele alcança. Ao me aprofundar no conteúdo dos títulos selecionados, percebi um lugar subalternizado destinado às mulheres e às pessoas negras, algo que distorce o fazer arqueológico do contemporâneo.

A ciência arqueológica por vezes é usada apenas como pano de fundo para arraigar papéis construídos historicamente para as mulheres e negros(as)(es). Busquei, por meio desta análise cinematográfica, apontar narrativas que não falem somente da ciência arqueológica e seu retrato para o cinema, mas também das relações de gênero, trabalho, raça, diversidade, identidade, cultura, colonialismo, etnocentrismo, entre outros. Visando contribuir para o debate cada vez mais presente sobre a imagem da arqueologia para não arqueólogos no Brasil e seu papel social na contemporaneidade, posicione-me aqui como uma mulher negra que ousa sonhar com um lugar menos desigual dentro da comunidade científica, cujas portas são restritas para pessoas como eu.

Nada no enquadramento das “telonas” é por acaso, desde a escolha das personagens e trilha sonora até o figurino e o cenário; tudo é pensado milimetricamente para compor ambientes que farão parte da narrativa. Desse modo, a história povoará as mentes dos espectadores por um longo período, reforçando os ideais e crenças incrustados em seus idealizadores.

Ainda que boa parte da população mundial tenha pouco ou quase nenhum acesso à internet, o *dever* das formas de comunicar e do constructo do conhecimento avança a largos passos. A realidade desse contínuo processo emerge das novas formas e plataformas de comunicação e do modo como consumimos conteúdo. Hoje, por meio das redes sociais, somos “bombardeados” constantemente por notícias e informações desde o momento que acordamos até irmos dormir. É tanta informação que à noite já não nos lembramos das notícias que vimos pela manhã, algo que os cientistas estão chamando de *cibernose*, termo criado pelo psicossociólogo francês Van Bockstaele “para designar nós de estrangulamento nas comunicações” (Weil, 2000).

¹ Usarei a letra “e” para designar gênero neutro neste trabalho, pontuando, assim, a ausência de invisibilidade.

As narrativas dos primeiros filmes, assistidos por meio de cinematógrafos, eram minimalistas e ficaram conhecidas pela gesticulação exagerada dos atores e o uso de filarmônicas ao vivo. Conforme sabemos, essas seriam apenas as primeiras conquistas de uma indústria que se tornaria extremamente atrativa e rentável: a indústria cinematográfica. Em 1911, foi construído na Califórnia, nos Estados Unidos, um espaço dedicado exclusivamente à produção de filmes (TV Brasil, 2020). Em poucas décadas, Hollywood — como ficou conhecido esse espaço — tornou-se o maior representante dos estúdios de filmografia dedicados à sétima arte.²

O ser humano sempre busca a expansão de seus espaços comunicativos. Por isso, o cinema coletivo como o conhecemos abriu outros meios de se relacionar com o público. Seguindo a linha de inventos para a transmissão de imagens e som, dessa vez para uso individual e pessoal, mais privativo, logo surgiram os aparelhos de vídeo cassete, e posteriormente o aparelho de DVD, que levaram o entretenimento para os lares de todo o mundo. Atualmente, temos as plataformas de streaming de armazenamento em rede, tecnologia que permite que as pessoas selecionem o título que mais apreciam, no melhor cômodo das suas casas, bem como o horário mais apropriado para a atividade de assistir filmes, sejam antigos ou em lançamento; para isso, basta ter acesso à internet e uma assinatura mensal do streaming escolhido. Nos catálogos desses serviços podem ser encontradas também séries e documentários de todo o mundo, evidenciando que o streaming é, sem dúvida, uma nova forma de comunicação com o público e de ampla divulgação da filmografia mundial.

Neste artigo, me propus analisar as imagens existentes em filmes sobre o fazer arqueológico presentes na plataforma de streaming Netflix, visando pontuar algumas questões em torno das invisibilidades, preconceitos e estereótipos presentes nessas narrativas, com o intuito de fomentar as discussões sobre a representação e a representatividade feminina e negra na arqueologia. Dessa forma, busquei evidenciar que as narrativas disponíveis no cinema apresentam uma arqueologia sexista, racista, colonialista e de supremacia branca. Contudo, ratifico que o conhecimento não está atrelado apenas a um grupo privilegiado de pessoas, e pode sim ser feito por todes.

De acordo com o arqueólogo Paulo Eduardo Zanettini (1991), a construção estereotipada da arqueologia tem início na franquia de filmes, criada pelo diretor Steven Spielberg, sobre Indiana Jones, personagem icônico interpretado pelo ator Harrison Ford. Zanettini escreveu um artigo para o *Jornal da Tarde*, em 1991, sob o título “Indiana Jones deve morrer”; neste, o autor argumenta que a personagem contribui para o desconhecimento da importância da arqueologia para a humanidade e divulga de forma equivocada o trabalho realizado pelos profissionais da arqueologia, levando o público à desinformação sobre o fazer arqueológico e a tirar conclusões precipitadas sobre essa ciência que estão bem distantes da realidade desses profissionais (Zanettini, 1991). O perfil aventureiro, heteronormativo e de caçador de relíquias/tesouros de Indiana Jones cria uma expectativa equivocada sobre o cotidiano dos(as) arqueólogos, imagem legada por Ford, que bem recentemente voltou a encarnar o Dr. Jones em *Indiana Jones e a relíquia do destino* (2023), de James Mangold.

Há décadas, os profissionais da arqueologia exercem tarefas multifacetadas com outros profissionais, em reservas técnicas, espaços expositivos de museus, laboratórios, universidades... Sem dúvida, a imagem ligada à área é a de viagens, mistérios, maldições e aventura, porém, o cotidiano do fazer arqueológico se distancia desses estereótipos. Em parceria com museólogos, biólogos, antropólogos, linguistas, entre outros, os(as) arqueólogos buscam compreender

² Categoria proposta por Ricciotto Canudo no *Manifesto das sete artes*, publicado na França em 1911 (Xavier, 2005).

as transformações sociais ao longo do tempo, por meio da cultura material. Esse conhecimento, construído interdisciplinarmente, deveria ser melhor comunicado, pois assim não seriam apenas as imagens dos “arqueólogos” dos filmes que prevaleceriam na imaginação popular.

Diminuir a distância entre esses profissionais e o público requer levar em consideração o que dizem Carvalho e Silva (2013): “se o arqueólogo ou arqueóloga querem participar da construção de sua imagem devem descer da sua ‘torre de marfim’ pois o silêncio não é protesto, é cumplicidade”. Em acordo com os autores, acredito que comunicar os resultados das pesquisas arqueológicas requer romper a bolha que cerca a ciência como um todo.

Em suma, objetivo diluir essa imagem romantizada da arqueologia, além de trazer à tona os mais diversos agentes do constructo dessa ciência que contribuem para a criação de uma arqueologia mais plural. Cabe então, nesta investigação, refletir sobre o impacto que as produções cinematográficas voltadas à arqueologia exercem constantemente no nosso cotidiano, levando assim, num diálogo com o outro, ao autoconhecimento, à raiz das identidades coletivas e à quebra de estereótipos criados pelo cinema.

A IMAGEM DA ARQUEOLOGIA

O cinema faz uma leitura do mundo, uma interpretação do cotidiano; no entanto, não trabalha com o fidedigno. Sua visão de mundo, por vezes estereotipada, organiza e imperializa lugares, além de ratificar de forma nociva questões como o “papel” das mulheres na sociedade, o racismo estrutural, a invisibilidade da comunidade LGBTQIAP+ e o exotismo dos povos originais, preconceitos arraigados que devem ser discutidos. “O senso comum se apropria de pedaços da ciência, religião e crenças pessoais, constituindo um agregado totalmente incoerente (mas psicologicamente satisfatório) de conceitos e preconceitos” (Araujo 2019, p. 124). Como essas imagens nos afetam? Como nos marcam? Por que permanecem conosco tanto tempo depois de as termos visto?

Analisando as imagens atreladas à arqueologia e ao fazer arqueológico presentes nas produções cinematográficas, me deparei com narrativas cujos elementos remontam ao pensamento da antropologia do século XIX: invasões, saques, violência, sexismo e dominação, praticados pelos viajantes em solo estrangeiro, que lançaram um olhar preconceituoso, discriminatório e pejorativo sobre o “outro”. Esta imagem se mantém latente nas telas do cinema, e vem prevalecendo e impondo um exotismo às culturas presentes na América Latina e no Oriente. Os europeus expuseram em seus museus pessoas negras, coletivos humanos e artefatos indígenas da América do Sul e de outros continentes, sempre atrelados ao exótico, porém nunca viram a própria cultura como exótica aos olhos estrangeiros. Esse olhar vem perpetuando um racismo estrutural cada vez mais profundo e silencioso dentro dessas comunidades e até mesmo dentro da própria Ciência, tanto a arqueológica quanto a antropológica, vistas como ciências brancas. Ao partirmos dessa perspectiva ocidente/oriente/latino-americano, constatamos um olhar etnocêntrico nos filmes voltados à ciência arqueológica, que é apresentada de forma “achatada”, enviesada e estreita.

A influência que essas imagens exercem sobre o senso comum corrobora com o estereótipo de um arqueólogo aventureiro, caçador de tesouros, branco, cisgênero e de meia idade, fazendo da ciência arqueológica algo muito distante das discussões atuais. O “embranquecimento” da arqueologia, dentro e fora das telas, distorce eventos, vestígios e protagonismos e invisibiliza agentes que contribuem para essa área científica, apagando ou simplesmente “esquecendo” de registrar seus nomes. Os corpos não-brancos viram mais uma quadrícula na escavação, são apenas mais um rosto sob a sombra de um monumento (Shepherd, 2009), uma representação análoga, na qual a representatividade jamais está presente. Não estamos imunes a agência dessas imagens: muitos de nós se tornaram arqueólogos por sofrer essa influência (Moser, 2009) — é comum ouvir dos(as)(es) colegas que o Egito ou o

Indiana Jones os levaram a essa escolha profissional. Gell (2018, p. 45) nos diz que “o poder dos objetos de arte — neste caso da sétima arte — provém dos processos técnicos que eles personificam [...] o encanto da tecnologia é o poder que os processos técnicos têm de lançar uma fascinação sobre nós, de modo, que vemos o mundo real de forma encantada”. Assim, a romantização da arqueologia acaba por delinear e idealizar sua imagem.

De acordo com Caromano *et al.* (2017), apesar da contribuição de inúmeras mulheres para a arqueologia brasileira, a maioria dos textos citados em artigos e projetos científicos é apenas de Anna Roosevelt e Betty Meggers. No entanto, os autores mostram que desde a década de 1980 há uma preocupação em discutir questões de identidade, não só dos vestígios estudados como de arqueólogos que fazem a ciência arqueológica. Ribeiro *et al.* (2017) afirmam que o próprio discurso científico arqueológico sobre o passado normatiza, hierarquiza e provoca assimetrias de gênero. Hartemann (2019) traz essa urgência de mudança de interpretação binária de estatuetas e outros objetos antropomorfos; segundo o autor, diversos pesquisadores admitem dificuldade em atribuir gênero a essas interpretações. Essa reflexão evidencia o desafio contemporâneo das construções narrativas desses artefatos.

Nesta leitura da imagem da arqueologia, comumente me deparei com filmes que apresentam a profanação e a aniquilação de sítios arqueológicos dos mais diversos coletivos humanos, os quais os “arqueólogos” da ficção adentram e saqueiam; após sua saída — ou melhor, sua fuga — é impossível entrar novamente, pois tudo desaba e dos vestígios sobram apenas escombros. Temos como exemplo dessa discussão a icônica cena do filme *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida* (1981), de Steven Spielberg, na qual o Dr. Jones retira um artefato de um sítio arqueológico localizado na América do Sul, desencadeando uma série de armadilhas e impossibilitando estudos que pudessem ser feitos posteriormente a sua “visita”.

Figura 1. Cena do filme *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida* (1981).



Fonte: Divulgação Lucasfilm.

Eduardo Vessoni (2022), no *UOL*, dedicada a viagens, trouxe novamente à tona o Indiana Jones. Sua matéria, sob o título “Conheça Akakor, a cidade perdida na Amazônia de onde ninguém volta”, trazia ainda a imagem de perfil do Dr. Martin “Moose” Pepper,³ geólogo e explorador, ao lado de um rio no Brasil, com vestimentas que lembravam a icônica personagem

³ Por questões de direitos de imagem, não é possível incluir neste trabalho a imagem divulgada na matéria. Caso seja de interesse, acessar o seguinte endereço eletrônico, disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2022/01/24/conheca-akakor-a-cidade-perdida-na-amazonia-de-onde-ninguem-volta.htm>. Acesso em: 30 jan. 2022.

de Ford. Segundo Vessoni (2022), uma das lendas mais intrigantes da Amazônia tem origem no relato do alemão Hans Günther Hauck, mais conhecido como Tatum Nara, que tentou convencer o mundo, apesar do sotaque carregado alemão, que era um príncipe indígena brasileiro, capaz de conduzir expedições para a lendária cidade subterrânea de Akakor, na Amazônia, repleta de pirâmides e túneis, da qual, se não bem explorada, ninguém volta. Nas palavras do colunista: “Acho que o único lugar em que essa história é verdade é na cabeça dele” (Vessoni, 2022). A história de Akakor é inspirada na lenda do Eldorado, cidade que permeou a imaginação dos colonizadores espanhóis no Brasil. Segundo a lenda, nesta cidade existia um líder indígena que vivia mergulhado em pó de ouro. É nesses relatos fantásticos que se baseia uma cena em *Indiana Jones e o reino da caveira de cristal* (2008), de Steven Spielberg: a pirâmide da qual um artefato de ouro é levado é a pirâmide de Akakor. Histórias como essa celebram a arqueologia ficcional e conferem fetichismo à imagem do profissional arqueólogo.

Figura 2. Cena do filme *Indiana Jones e o reino da caveira de cristal* (2008).



Fonte: Divulgação Lucasfilm.

Para Bezerra (2012), a arqueologia pública é o caminho para reconhecer as diversas percepções sobre o passado, devido a questões diretamente voltadas à “identidade de grupos étnicos”, além das relações dos mais diversos coletivos humanos com o patrimônio arqueológico. No entanto, para a autora, devemos levar em consideração o impacto do discurso acadêmico na visão de mundo dos grupos e no constructo de suas narrativas sobre o passado, trazendo uma participação colaborativa desses coletivos na gestão dos vestígios arqueológicos.

É preciso compreender que aos arqueólogos — diferentemente de Indiana Jones, cuja hegemonia é endossada por ser “um euro-branco americano invadindo lugares, atirando e socando os anônimos locais, antes de fugir com um tesouro inestimável, que ele planeja proteger” (Pyburn, 2008, p. 204, tradução nossa) — cabe escavar, investigar, catalogar, compartilhar e conduzir à salvaguarda, em instituições como universidades e museus, os artefatos encontrados, embora nem sempre isso aconteça.

O colonialismo apresentado nos filmes da personagem Indiana Jones busca naturalizar a inferioridade de nações cujos traços culturais são diferentes do padrão ocidental. Invadir o território alheio, furtar artefatos e destruir o patrimônio arqueológico é característica comum nesses filmes — um fazer arqueológico predador e repreensível perante a ética profissional. Esse pensamento persistente do colonialismo despreza a compreensão de igualdade perante os indígenas, para uma denotação escravista e de inferioridade dos habitantes locais.

A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ARQUEOLOGIA FICCIONAL

“Indy” — diminutivo de Indiana, termo utilizado pejorativamente por Pyburn (2008, p. 4) — está tão impregnado à arqueologia que, em um artigo ao *New Scientist*, Cornelius Holtorf (2008, tradução nossa), arqueólogo, antropólogo e professor, afirmou:

Em última análise, a arqueologia tem muito mais a ganhar de ser associada a personagens como Indiana Jones do que tem a perder. O entusiasmo do público pelos filmes atrai muitos jovens estudantes brilhantes ao campo, bem como cria boa vontade e, ocasionalmente, fornece oportunidades de arrecadação de fundos

No entanto, o que Holtorf não vislumbra a longo prazo é que associar a imagem do Dr. Jones à arqueologia ratifica lugares de poder e menospreza as mulheres, além de subalternizar pessoas negras e povos tradicionais.

A visão de Holtorf é de certa forma compartilhada pelo diretor e cineasta Steven Spielberg, idealizador da personagem. No making-of, o diretor afirma que seu filme *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida* (1981) inovou pelo fato de a mocinha não ser retratada pelo estereótipo de donzela indefesa, que apenas corre dos bandidos. Spielberg se refere a cena na qual a personagem da atriz Karen Allen (Marion Ravenwood) em fuga, luta com um homem, atacando-o com uma frigideira.

Figura 3. Cena do filme *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida* (1981), com Karen Allen (Marion Ravenwood) em fuga.



Fonte: Divulgação Lucasfilm.

É chocante o machismo explícito presente nessa cena, que Spielberg ainda exalta. Obviamente, é uma clara alusão ao papel que as mulheres devem desempenhar na sociedade, o de cuidar das panelas no recato do lar. Essa personagem ainda é vendida como brinquedo para crianças ou/e colecionadores em conjunto com sua “arma de defesa”, incutindo desde cedo a proximidade e familiaridade da figura feminina com os acessórios domésticos.

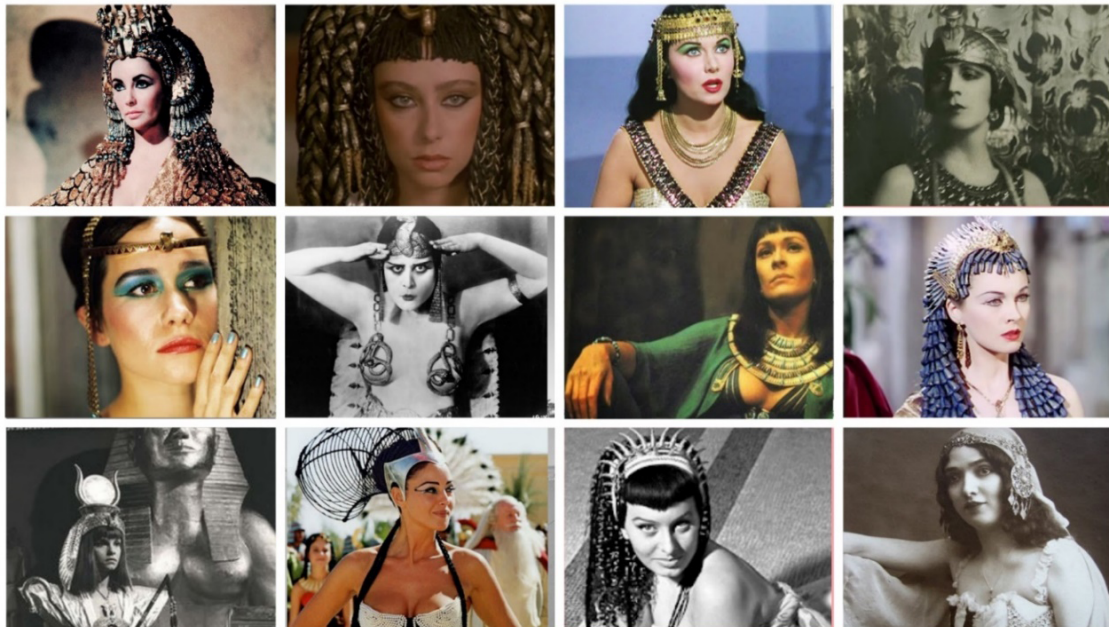
O protagonismo feminino é retirado principalmente quando o assunto é raça. O embranquecimento da arqueologia é uma das discussões que autores como Hartemann *et al.* (2019), Souza (2020) e Shohat (2004) fazem a respeito do racismo na ciência arqueológica e das interpretações dos artefatos arqueológicos. Para exemplificar, temos o artigo de Shohat (2004): em “Des-orientar Cleópatra”, a autora traz à tona a representação dessa personagem histórica, que gera fantasias e especulações em torno de sua aparência.

Por não ter restado vestígios, não é possível reconstruir a imagem de Cleópatra. No entanto, o que não faltam são adjetivos para criar relatos sobre sua deslumbrante

aparência: através de gerações são divulgadas imagens, em pinturas e estatuetas, de um feminino idealizado, com pele branca, cabelos lisos, olhos amendoados, lábios carnudos, contornos corporais bem definidos e femininos. Mas como essa imagem pode ser massivamente divulgada se não há vestígios? Devemos nos atentar ao fato de que seus restos mortais jamais foram encontrados — as narrativas que contam sua história dizem que ela se tornou a última faraó do antigo império egípcio. Porém, reafirmando, não há vestígios. Então, por que Cleópatra é sempre interpretada no cinema por uma mulher branca? Um dos filmes selecionados para este artigo foi produzido em 1963 e tem a atriz Elizabeth Taylor, anglo-americana, como protagonista.

Desde então, os filmes sobre a última governante do Egito — ao norte da África — têm como representação mulheres brancas, mesmo sabendo-se que Cleópatra nasceu em Alexandria, no Egito. Não é preciso ser sábio para perceber que os diferentes grupos humanos nativos da África são negros; portanto, objetivamente falando, Cleópatra era negra. Porém, um olhar racista sobre o passado faz com que suas narrativas sejam distorcidas, criando discursos que, a depender de cada época, criam suas próprias fantasias sobre Cleópatra. Na Figura 4 há um mosaico com imagens de Cleópatra ao longo de décadas na filmografia mundial.

Figura 4. Mosaico com imagens de atrizes que interpretaram Cleópatra.



Fonte: Coletivo de Mulheres no Cinema.

Recordo aqui o dito popular “uma imagem vale mais que mil palavras”. Diante da imagem, não há o não-dito; será? Muito do que é dito nas entrelinhas de textos e imagens não chega a ser compreendido pela maior parte do público, que acaba por naturalizar e replicar ideias, hábitos, costumes e discursos presentes nessas representações. Seria ingênuo pensar que por trás desse discurso das representações do passado não haja uma intenção. Questões ligadas ao branqueamento de personagens históricas das mais diversas áreas do conhecimento são um fato, e exemplos não faltam: Cleópatra, Machado de Assis, Alexandre Dumas, Nilo Peçanha, Lima Barreto, e por aí vai. Conforme afirmam Hartermann *et al.* (2019, p. 12, tradução nossa): “Nós desejamos reconhecer que estamos seguindo os passos de nosso intelecto ancião, incluindo arqueólogos negros, como: Theresa Singleton, Cheryl LaRoche, Maria Franklin, Whitney Battle-Baptiste e Anna Agbe-Davies”.

O negrume incomoda e não nos é ensinado ou sequer mencionado nas escolas que essas personalidades são negras. Não há referências, não há parênteses, não há notas de rodapé. Não há nada que nos faça ter orgulho. Os historiadores baseados na materialidade arqueológica apenas nos mostram o tilintar de grillhões e correntes que nos aprisionaram fisicamente durante dezenas de anos. Não há uma cópia de um recorte de jornal, ou uma simples imagem desse recorte, cujo conteúdo registre a fuga para o quilombo de um homem, mulher ou criança escravizados — não há resistência, apenas subserviência. Contudo, esse olhar enviesado pôde ser transposto e não conseguiu nos aprisionar intelectualmente, ou, pelo menos, não conseguiu aprisionar alguns de nós.

RACISMO E SUBALTERNIZAÇÃO DE COLETIVOS HUMANOS


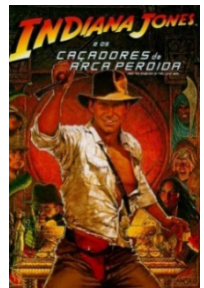

Buscarei forças nas teias de Ananse, deusa aranha da mitologia, em sua forma mais primitiva, para esmiuçar a representação negra no cinema; contudo, o labor é doloroso. A divindade guardiã da memória e da história é a metáfora ideal para se falar do constructo social destinado à negritude na cinematografia arqueológica. Os estereótipos sociais, a meu ver, tem origem no conceito de “cultura” no singular, utilizado no século XVIII, cujo reflexo apresenta o “universalismo e o humanismo dos filósofos: a cultura é própria do Homem (com maiúscula) além de toda distinção de povos e de classes” (Cuche, 2002, p. 21). O conceito de *humanitas* como valor de humanidade é a qualidade que distingue o Homem de outros animais e até mesmo de divindades.

Logo, percebemos que desde a formação do pensamento humano sobre a cultura não houve espaço para a descentralização do homem branco. Para Baxter (2002), pesquisadores de campo nativos nunca têm voz. É comum em documentários ou na filmografia que eles trabalhem “diligente e silenciosamente” por trás do arqueólogo branco que está concedendo a entrevista ou sendo o protagonista. A esses trabalhadores não cabe citações, nomeações ou mesmo qual foi o seu papel na recuperação e análise de artefatos.

Essa ausência de representatividade deve ser discutida, principalmente, por arqueólogos brancos, pois suas falas são as ouvidas. Além de tudo, a luta negra pelo reconhecimento de seus esforços cansa, conforme explicita Ike, Miller e Hartemann (2020, p. 13): “educar pessoas brancas promove um custo emocional desgastante demais”. Já se espera de pessoas negras que promovam em seus discursos discussões sobre questões de raça, mas, em consonância com as palavras de Zélia Amador de Deus, em comunicação pessoal realizada em 2016: “Quem tem que falar de racismo são os brancos, eu vivo o racismo todos os dias na pele”. É exatamente isso, não adianta apenas negros discutirem questões de raça, os brancos é quem devem refletir sobre o assunto.


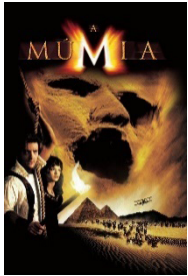

Conforme afirma Leach (1982, p. 18) “A antropologia acabou por não ser o estudo do Homem, mas sim o estudo do homem primitivo”, do “outro”, do “selvagem ignorante”, baseada em relatos preconceituosos que celebram a colonização e promovem o imperialismo, reforçando, justificando e naturalizando assimetrias em espaços de poder. Desde o primeiro filme de temática arqueológica vinculado na plataforma Netflix, *Cleópatra* (1963), de Joseph L. Mankiewicz, até o último *A Escavação* (2021), de Simon Stone, não há dúvida de que todas as características já citadas e atribuídas à ciência arqueológica estão representadas: colonialismo, racismo, etnocentrismo, subjogação de gênero, violência e poder. No Quadro 1, a lista com os filmes analisados.

Quadro 1. Classificação de filmes presentes na plataforma Netflix, disponíveis de setembro de 2020 a agosto de 2021.

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Cleópatra</i> – Durante a expansão do Império Romano, Cleópatra (Elizabeth Taylor), a rainha do Egito, teme uma invasão. Com o objetivo de formar uma aliança com Júlio César, ela começa a seduzi-lo. Após a morte do imperador no senado romano, ela voltará sua atenção para o general Marco Antônio. Vencedor de quatro Oscars, incluindo o de Melhor Fotografia.	Joseph L. Mankiewicz	Elizabeth Taylor, Richard Burton, Rex Harrison	Romance, Guerra, Épico, Histórico	1963	4h 6min.
	<i>Indiana Jones e os caçadores da arca perdida</i> – Indiana Jones é contratado pelo governo para encontrar a lendária arca perdida e acaba tendo que enfrentar o regime nazista.	Steven Spielberg	Harrison Ford, Karen Allen, Paul Freeman	Aventura, Ação, Fantasia	1981	1h 55min.
	<i>Indiana Jones e o templo da perdição</i> – Indiana Jones, seu jovem ajudante e uma cantora mimada vão à Índia em busca de uma pedra mágica e encontram muito mais aventuras do que esperavam.	Steven Spielberg	Harrison Ford, Kate Capshaw, Amrish Puri	Ação, Aventura	1984	1h 59min.

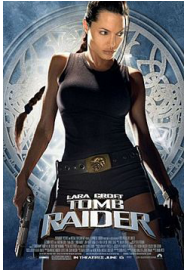

continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Indiana Jones e a última cruzada</i> – Acompanhado do pai, Indiana Jones embarca em uma terceira aventura para explorar o berço da civilização em uma perigosa busca pelo Santo Graal.	Steven Spielberg	Harrison Ford, Sean Connery, Denholm Elliott	Ação, Aventura, Fantasia	1989	2h 7min.
	<i>A múmia</i> – No Egito, Eve é uma arqueóloga que nunca saiu da biblioteca, mas deseja descobrir uma cidade perdida no deserto. Ela conhece Rick, um soldado desertor que sabe a localização. Ao chegarem à cidade, eles despertam a fúria da múmia Imhotep, que deseja reviver sua amada e trazer o apocalipse à Terra.	Stephen Sommers	Brendan Fraser, Rachel Weisz, John Hannah, Oded Fehr, Arnold Vosloo e Jonathan Hyde	Terror, Ação, Aventura, Suspense	1999	2h 2min.
	<i>O retorno da múmia</i> – Rick, Eve e seu filho Alex encontram em uma escavação o bracelete de Anúbis, capaz de controlar um poderoso exército de mortos vivos. Quando Alex coloca o bracelete em seu corpo, eles se tornam alvo de uma seita que deseja ressuscitar a múmia Imhotep e ter controle deste poder.	Stephen Sommers	Brendan Fraser, Rachel Weisz, Arnold Vosloo, Oded Fehr, John Hannah e Dwayne Johnson	Ação, Terror, Aventura, Fantasia, Suspense, Cinema de época, sobrenatural, filme de monstro.	2001	2h 6min.




continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Lara Croft: Tomb Raider</i> – Baseado no jogo de mesmo nome, este filme de aventura coloca uma aristocrata inglesa treinada em combates em uma batalha com uma sociedade secreta.	Simon West	Angelina Jolie, Jon Voight e Lain Glen	Ação, Aventura	2001	1h 40min.
	<i>O Escorpião Rei</i> – No Egito antigo, o tirano Memnon massacrou todos os seus oponentes com a ajuda de uma feiticeira. Os poucos que sobraram se unem e contratam o mercenário Mathayus (Dwayne Johnson) para assassiná-la e enfraquecer Memnon. Quando sua missão falha, Mathayus captura a feiticeira para poder derrotar o inimigo.	Chuck Russell	Dwayne Johnson, Kelly Hu, Steven Brand e Michael Clarke Duncan	Ação, Aventura, fantasia, Suspense	2002	1h 27min.




continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Lara Croft: Tomb Raider: a origem da vida</i> – A arqueóloga Lara Croft (Angelina Jolie) sai em uma missão para salvar a mítica Caixa de Pandora, que contém todos os males do mundo. Porém, em sua árdua jornada, ela terá que enfrentar um cientista que também está atrás do artefato.	Jan de Bont	Angelina Jolie, Chris Barrie, Gerard Butler	Ação, Aventura, Fantasia, Suspense	2003	1h 57min.
	<i>Alien vs. Predador</i> – Uma pirâmide desconhecida é encontrada na Antártida, fazendo com que uma equipe de cientistas e aventureiros seja enviada para investigar o local. Lá, eles descobrem que o local serve de abrigo para duas raças de alienígenas extremamente violentas que estão em guerra.	Paul W. S. Anderson	Sanaa Lathan, Raoul Bova, Lance Henriksen	Terror, Ação, Aventura, Ficção científica, Suspense, Filme de monstro.	2004	1h 41min.
	<i>O tesouro</i> – A busca de um tesouro perdido serve de pano de fundo para esse drama histórico que cobre três épocas: o tempo dos faraós, o Império Otomano e a era moderna.	Sherif Rafa	Ahmed Hatem, Hend Sabry e Mohammed Ramadan	Ação, Drama	2007	2h 37min.



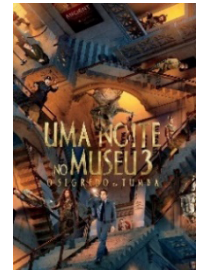
continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Indiana Jones e o reino da caveira de cristal</i> – Indiana Jones é sequestrado por agentes soviéticos para encontrar as caveiras de cristal de Akakor, artefatos amazônicos com poderes sobrenaturais.	Steven Spielberg	Harrison Ford, Cate Blanchett, Karen Allen	Ação, Aventura, Fantasia, Suspense	2008	2h 3min.
	<i>O Escorpião Rei: a saga de um guerreiro</i> – Após a morte do pai, Mathayus tem sede de vingança. Para se tornar um grande lutador, ele pratica durante anos, desenvolve suas habilidades e se torna o Escorpião Rei. Agora ele está pronto para enfrentar o assassino de seu progenitor.	Russell Mulcahy	Michael Copon, Karen David e Simon Quarterman	Ação, Aventura, Fantasia, Suspense, épico, capa e espada	2008	1h 47min.
	<i>A múmia: tumba do Imperador Dragão</i> – O arqueólogo Rick vai para a China e acaba enfrentando um imperador da dinastia milenar Han, que deixou sua tumba.	Rob Cohen	Brendan Fraser, Jet Li, Maria Bello	Ação e aventura, filme de monstros	2008	1h 51min.




continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Vênus Negra</i> – Paris, 1817. Diante do corpo de Saartjie Baartman (Yahima Torres) o anatomista Georges Cuvier (François Marthouret) diz que jamais tinha visto uma cabeça humana tão parecida com a dos macacos. Uma plateia composta por cientistas aplaude a constatação. Sete anos antes, Saartjie deixava a África do Sul como escrava de Hendrick Caesar (Andre Jacobs), sendo obrigada a se exhibir em feiras de aberrações de Londres.	Abdellatif Kechiche	Yahima Torres, Andre Jacobs, Olivier Gourmet	Drama histórico	2011	2h 44min.
	<i>O Escorpião Rei 3: batalha pela redenção</i> – Mathayus (Victor Webster) perdeu sua amada e foi expulso do reino. Agora, ele é um assassino de aluguel e, para recuperar o poder e a glória, precisa defender o império de um tirano impiedoso e seus cruéis guerreiros.	Roel Reiné	Victor Webster, Billy Zane, Dave Bautista e Ron Perlman	Ação, Aventura, Fantasia, Suspense	2012	1h 45min.
	<i>Uma noite no museu 3</i> – O segurança Larry Daley (Ben Stiller) segue normalmente com seu trabalho no Museu de História Natural até descobrir que a peça que dá vida aos objetos está se deteriorando. Para salvar seus amigos (Robin Williams e Owen Wilson), ele vai ao Museu de Londres pedir ajuda ao faraó que está em exposição no local.	Shawn Levy	Ben Stiller, Robin Williams, Owen Wilson, Steve Coogan, Rebel Wilson, Dan Stevens, Rami Malek e Ricky Gervais	Infantil, Aventura, Comédia, Fantasia	2014	1h 35min.


continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Assim na terra como no inferno</i> – Uma bela caçadora de relíquias e sua equipe vão parar em um submundo infernal durante uma busca por tesouros nas catacumbas de Paris.	John Erick Dowdle	Perdita Weeks, Ben Feldman, Edwin Hodge	Terror	2014	1h 33min.
	<i>O Escorpião Rei 4: na busca pelo poder</i> – O rei da Norvânia é assassinado pelo próprio filho, mas quem leva a culpa é o lendário Escorpião Rei Mathayus. Ao escapar de ser preso, ele conhece a destemida Valina. Juntos, partem em busca de um poder místico e enfrentam o perverso assassino herdeiro do trono.	Mike Elliott	Victor Webster, Ellen Hollman, Will Kemp e Rutger Hauer	Ação, Aventura, Fantasia	2015	1h 44min.
	<i>Z: a cidade perdida</i> – Percy Fawcett (Charlie Hunnam) é um explorador britânico do século 20 que passou a vida obcecado por uma mítica “cidade perdida” nas entranhas da Floresta Amazônica. Certo de que o lugar, o qual nomeou de Z, revela segredos sobre a origem da civilização, Percy se reúne ao filho Jack (Tom Holland) e um de seus colegas (Robert Pattinson) para encontrá-lo. Baseado em uma história real.	James Gray	Charlie Hunnam, Robert Pattinson, Sienna Miller, Tom Holland, Angus Macfadyen, Ian McDiarmid	Aventura, Ação, Drama, Ficção Histórica	2016	2h 14min.




continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>A caverna</i> – Um grupo de estudantes sai em busca de um professor de arqueologia desaparecido e acaba descobrindo uma caverna onde o tempo passa de um jeito bem diferente.	Mark Dennis e Ben Foster	Andrew Wilson, Cassidy Gifford e Brianne Howey	Terror, Ação, Aventura, Suspense	2017	1h 27min.
	<i>A múmia</i> – Na Mesopotâmia, séculos atrás, Ahmanet tem seus planos interrompidos quando estava prestes a invocar Set, o deus da morte, para que juntos pudessem governar o mundo. Mumificada, ela é aprisionada dentro de uma tumba. Atualmente, o local é descoberto por acidente. A tumba recém-descoberta acidentalmente, desperta Ahmanet.	Alex Kurtzman	Tom Cruise, Russell Crowe, Sofia Boutella, Annabelle Wallis, Jake Johnson, Courtney B. Vance e Marwan Kenzari.	Terror, Ação, Aventura, Suspense	2017	2h 06min.
	<i>Tomb Raider: a origem</i> – Lara Croft (Alicia Vikander) não aceita o desaparecimento do pai, um arqueólogo que sumiu misteriosamente durante uma expedição. Após decifrar uma mensagem, Lara resolve viajar para uma ilha no Japão, último lugar em que o pai foi visto vivo, e mergulha numa aventura perigosa.	Roar Uthaug	Alicia Vikander, Dominic West, Walton Goggins, Daniel Wu, Kristin Scott Thomas	Ação	2018	1h 55min.

continua...

Quadro 1. Continuação

Filme	Sinopse	Direção	Elenco	Gênero	Ano de produção	Tempo de duração
	<i>Dora e a cidade perdida</i> – Dora (Isabela Merced) é uma jovem menina habituada ao estilo de vida da selva peruana. De repente, seus pais Elena (Eva Longoria) e Cole (Michael Peña) a enviam para uma escola comum enquanto partem para uma expedição em busca da cidade perdida de Parapata. Quando eles desaparecem, a menina aventureira embarca numa viagem ao lado do seu macaco Botas e um grupo de novos amigos para encontrá-los.	James Bobin	Isabela Merced, Michael Peña, Eugenio Derbez, Benicio del Toro	Infantil, Aventura, Comédia, Ação	2019	1h 41min.
	<i>Em busca de 'Ohana</i> – De férias no Havaí, um casal de irmãos do Brooklyn se conecta com a família e as origens enquanto buscam um tesouro perdido.	Jude Weng	Kea Peahu, Alex Aiono, Lindsay Watson	Comédia, filmes para toda a família	2021	2h 3min.
	<i>A escavação</i> – Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, uma viúva inglesa faz uma descoberta histórica ao contratar um arqueólogo amador para escavar misteriosas formações em suas terras.	Simon Stone	Carey Mulligan, Ralph Fiennes e Lily James	Obras de época, filmes baseados em fatos	2021	1h 52min.

Fonte: Elaboração nossa.

Obs: Classificação por ano de produção, indicado do mais antigo para o mais recente, por escolha da autora.

A subjugação das populações detentoras do patrimônio é claramente explícita nesses filmes, como os escavadores egípcios no filme *A múmia* (1999), de Stephen Sommers. Na Figura 5, temos a cena dos trabalhadores em campo; quando a descoberta arqueológica é feita, estes são acionados a abrir o artefato, pois segundo o egiptólogo Dr. Terrence Bey (Erick Avary), o faraó Set I não era tolo — sendo assim deveria haver alguma armadilha preparada para intrusos de sua tumba, e ele estava certo. Dessa forma, os “nativos” caem na armadilha de sal pressurizado e morrem. Após essa cena, não há mais nenhuma menção dessas personagens.

Figura 5. Escavadores egípcios no filme *A múmia* (1999).



Fonte: imagens capturadas por captura de tela pela autora.

Numa primeira aproximação com o conceito de cinema, vi uma definição curiosa sobre este, que diz:

O cinema é um *artefato* criado por determinadas *culturas* que nele se refletem e que, por sua vez, as afetam. É uma arte poderosa, é fonte de entretenimento popular e, destinando-se a educar ou *doutrinar*, pode tornar-se um método eficaz de *influenciar* os cidadãos. É a imagem animada que confere aos filmes o seu poder de comunicação universal. Dada a grande diversidade de línguas existentes, é pela dublagem (dobragem) ou pelas legendas, que traduzem o diálogo em outras línguas, que os filmes se tornaram mundialmente populares (Timeline..., 2009, p. 4-15, grifos nossos).

Dessa forma, o cinema, neste conceito, reflete nossa inquietação em verbos como influenciar e doutrinar. Esses termos não são simples palavras, e de longe passam a ideia de apenas entreter os cidadãos conforme o próprio verbete afirma. Utilizar uma ciência como a arqueologia nas telas do cinema afeta milhares de pessoas todos os dias. É relevante fazer esse registro para mostrar como o trabalho arqueológico pode ser colonizador tanto nos filmes quanto no cotidiano.

O pensamento da antropologia social e da arqueologia atuais deve diferir desse retrato mistificado dos séculos XVI-XIX de inferioridade cultural do “outro”. Arqueólogos e antropólogos deveriam atuar em parceria com as diversidades culturais, buscando desconstruir juntos essa imagem de paisagem intocada, de binarismo e de desorganização social e política relegada às sociedades orientais, latino-americanas, da América Central, e, em particular, amazônicas, assumindo assim seu compromisso ético e político com as variabilidades humanas. Escrever hoje sobre questões ligadas ao binarismo social, à diversidade de gênero e ao racismo é, antes de tudo, um ato político.

Como bem discutem Franklin *et al.* (2020, p. 116) “o futuro de uma arqueologia antirracista é agora!”. Antirracista, anti-xenófoba, anti-homofóbica, anti-sexista e anti-misógina. Com a ampliação dos cursos de graduação em arqueologia, demandas diferenciadas vêm crescendo na área. Não temos apenas *uma* arqueologia, e sim, várias: feministas, negras, quilombolas, LGBTQIAP+, indígenas etc., que vêm ganhando espaço nas discussões acerca das interpretações arqueológicas. Meu engajamento, enquanto arqueóloga e mulher preta, se torna mais do que necessário na luta por igualdade e reconhecimento científico na área. Sei que o colonialismo ainda é latente em minha profissão, porém espero que, com cada nova publicação, possa levar alguma reflexão sobre os agentes que constituem essa ciência, suas práticas cotidianas e suas interpretações sobre o passado. Levar arqueólogos brancos a sair da neutralidade e da naturalização de lugares de poder da arqueologia atual requer uma epistemologia mais profícua da arqueologia, parafraseando Franklin (2020): o silêncio branco é o consentimento que o racismo precisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirma Abu-Lughod (2018), acredito que textos, ensaios, artigos, dissertações e teses sobre os temas abordados em filmes cuja temática é a arqueologia devam fomentar reflexões “sem esperanças exacerbadas”, como a própria autora diz, mas fazer com que as ideias para uma Ciência mais plural possam ser analisadas de modo que os discursos presentes nas entrelinhas venham à tona.

O diálogo com diversos autores e com as ciências dos quatro campos, neste trabalho a arqueologia e a antropologia, me ajudou a compreender como esses repositórios de informação passam a constituir-se na experiência do real/arqueológica: um arcabouço de discussão para os estudos de etnocentrismo, identidade, cultura, patrimônio, gênero, raça, trabalho, entre outros.

A arqueologia conhecida do grande público é a presente em narrativas e imagens produzidas e veiculadas pelo cinema, entre outras mídias. O potencial de alcance midiático é incomparável se relativizarmos com a comunicação que é feita em simpósios, congressos e encontros realizados pelos profissionais da arqueologia dentro dos muros das universidades, cujos resultados das pesquisas são apresentados a um público mais restrito. Por esse motivo, os fazeres arqueológicos difundidos por não arqueólogos geram uma série de desinformações a respeito dessa ciência e seu papel social no patrimônio arqueológico. Por isso, propus, assim como Zanettini (1991), o *imago*, ou seja, a morte da imagem presente nos filmes hollywoodianos sobre a arqueologia. Dessa forma, poderemos abrir as discussões sobre o fazer arqueológico de maneira mais objetiva, construindo com as variabilidades humanas um escopo na busca de igualdade, pertencimento e reconhecimento.

Não estou aqui para dizer o que as pessoas devem ou não assistir, no que elas devem ou não acreditar. Compreendo que todo imaginário que gira em torno da arqueologia acaba por divulgar essa ciência, mas o que chamo atenção aqui é para a forma como ela é representada. Proponho então o enfoque a partir de um outro ponto de vista da ciência arqueológica, no qual sua representatividade seja mais plural, séria e comprometida com a sociedade, objetivando com isso uma nova imagem em sua representação.

As imagens que transmitem a difusão da arqueologia são parte integrante do processo de construção do conhecimento dessa ciência e devem urgentemente fazer parte de pesquisas que contribuam para a reflexão e discussão dos lugares sociais contemporaneamente destinados aos gêneros e às raças. Obviamente, o cinema também nos conduz à reflexão, mas devemos partir de discursos mais plurais que devem ser construídos para um legado mais humano, ou o que prevalecerá será a imagem estereotipada, que para se manter basta que não façamos nada. Democratizar o conhecimento, tendo em vista a ampliação de “repertórios” para a construção e reconstrução da sociedade é primordial para a vivência de suas multiplicidades.

A desconstrução da imagem apregoada pelo cinema deve partir dos profissionais da arqueologia, como defende Carlan (2016, p. 57):

Steven Spielberg e George Lucas conseguiram levar nosso imaginário para esse mundo fantástico de romance e aventura. Porém, cabe a nós professores e pesquisadores, aproveitarmos dessa passagem, levar a disciplina científica e sua realidade, às diversas áreas e locais do conhecimento, popularizando ainda mais, não apenas nosso trabalho, mas a própria Arqueologia.

Caso contrário, o que permanecerá na transmissão do conhecimento sobre a arqueologia é a imagem representada nas telas do cinema e difundida amplamente pelos streamings como a Netflix: uma arqueologia voltada à aventura, ao colonialismo, ao racismo, à fantasia, ao binarismo, ao androcentrismo, ao vandalismo, à alienação e à depredação. Esses adjetivos são distantes de uma disciplina séria e responsável, realmente comprometida com as variabilidades humanas e cujo constructo social deve beneficiar as pluralidades, podendo dar um passo largo em direção a uma sociedade mais consciente e tolerante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila; REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do; DURAZZO, Leandro. A escrita contra a cultura. *Equatorial*, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.
- ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. *Por uma arqueologia cética: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas*. Curitiba: Appris, 2019.
- BAXTER, Jane Eva. Popular Images and Popular Stereotypes: Images of Archaeologists in Popular and Documentary Film. *The SAA Archaeological Record*, v. 2, n. 4, p. 16-17, 2002.
- BEZERRA, Marcia. Archaeology as Allegory: The Representations of Archaeology in Children's Literature in Brazil. In: SIMANDIRAKI-GRIMSHAW, Anna; STEFANO, Eleni (ed.). *From Archaeology to Archaeologies: The 'Other' Past*. Oxford (GB): British Archaeological Reports, 2012. p. 67-76.
- CARLAN, Claudio Umpierre. Arqueologia: as histórias presentes em nossas vidas: trabalhos práticos em Paraguaçu, Minas Gerais. *Revista Arqueologia Pública*, v. 10, n. 2[16], p. 52-59, 2016.
- CAROMANO, Carolina Fernandes *et al.* Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da Arqueologia Amazônica. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 115-129, 2017.
- CARVALHO, Aline; SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. Arqueologia e socialização do conhecimento: Indiana Jones, mostre-nos o que sabes. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 45-48, 2013.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2002.

- FRANKLIN, Maria *et al.* The Future is Now: Archaeology and the Eradication of Anti-Blackness. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 24, p. 753-766, 2020.
- GELL, Alfred. *Arte e agência*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2018.
- HARTEMANN, Gabby. Nem ela, nem ele: por uma arqueologia (trans*) além do binário. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 99-115, 2019.
- HOLTORF, Cornelius. Welcome Back, Indy. *New Scientist*, 17 May 2008. Comment and Analysis. Disponível em: https://www.academia.edu/16978385/Comment_Indy_is_back?auto=download. Acesso em: 31 jan. 2024.
- IKE, Nkem; MILLER, Gabrielle; HARTEMANN, Gabby Omoni. Anti-Racist Archaeology: Your Time is Now. *The SAA Archaeological Record*, Washington, DC (US), p. 12-16, Sept. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44257082/Anti-Racist_Archaeology_Your_Time_Is_Now?auto=download. Acesso em: 14 fev. 2024.
- LEACH, Edmund. *A diversidade da antropologia*. Tradução Marília Costa Fontes. São Paulo: Edições 70, 1982.
- MOSER, Stephanie. Archaeological Representation: The Consumption and Creation of the Past. In: CUNLIFFE, Barry *et al.* (ed.). *The Oxford Handbook of Archaeology*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2009. p. 1048-1077.
- PRUDENTE, Celso Luiz; SILVA, Paulo Vinícius Baptista (org.). *16ª Mostra Internacional do Cinema Negro: educação, cultura e semiótica*. São Paulo: Jandaíra, 2020. E-book.
- PYBURN, Karen Anne. Public Archaeology, Indiana Jones, and Honesty. *Archaeologies*, v. 4, p. 201-204, 2008.
- RIBEIRO, Loredana *et al.* A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.
- SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal. “Cuando la mano que sostiene el palustre es negra...”: prácticas disciplinarias de autorepresentación y el asunto de la mano de obra “nativa” en arqueología. *Arqueología Suramericana/Arqueologia Sul-Americana*, v. 5, n. 1, p. 3-20, 2009.
- SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno de identidade. *Cadernos Pagu*, v. 23, p. 11-54, 2004.
- SOUZA, Rafael de Abreu e. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre arqueologia do racismo à brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 43-65, 2020.
- TIMELINE of Greatest Film Milestones and Turning Points in Film History. *Filmsite*, 2009. Disponível em: <https://www.filmsite.org/1914-filmhistory.html>. Acesso em: maio 2021.
- TV BRASIL. *Irmãos Lumière apresentavam o cinematógrafo há 125 anos*. Brasília, DF: TV Brasil, 2020. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo TV Brasil. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/12/irmaos-lumiere-apresentavam-o-cinematografo-ha-125-anos>. Acesso em: 1 maio 2021.
- VESSONI, Eduardo. Conheça Akakor, a cidade perdida na Amazônia de onde ninguém volta. *Nossa UOL*, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2022/01/24/conheca-akakor-a-cidade-perdida-na-amazonia-de-onde-ninguem-volta.htm>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- WEIL, Pierre. A normose informacional. *Ciência da Informação*, v. 29, n. 2, p. 61-70, 2000.
- XAVIER, Ismael. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. “Indiana Jones deve morrer”. *Jornal da Tarde*, p. 4-5, 18 maio 1991.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO QUILOMBO SARACURA: A INSURGÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO PELO DIREITO À MEMÓRIA NA CIDADE DE SÃO PAULO*

Patrícia Marinho Carvalho**

Rossano Lopes Bastos***

RESUMO

O sítio arqueológico Saracura/Vai-Vai foi identificado durante obras de implantação da Linha 6 do Metrô, em São Paulo, configurando-se em uma das descobertas arqueológicas mais relevantes sobre o passado da população negra da cidade. O sítio do quilombo Saracura se desvenda para, ao lado dos sítios do quilombo dos Palmares/AL, Cais do Valongo/RJ e quilombo do Ambrósio/MG, compor territórios afrodiáspóricos referências do patrimônio cultural e histórico nacional, fundamentais para o fortalecimento e (re)conhecimento desta geração e das gerações futuras da memória e história de africanos neste país. Porém, apesar da inquestionável relevância desse sítio, sua visibilidade é fruto da organização comunitária dos moradores do Bixiga, que se juntaram a diversos movimentos sociais na defesa desse importante patrimônio cultural sob o lema: “Metrô sim, mas sem destruição do patrimônio histórico”. Este artigo traz algumas reflexões sobre um processo que está em andamento. A partir de uma breve revisão da legislação pertinente, destaca-se a importância da mobilização social nesse processo, que promete se manter organizada e atuante até ter assegurada a proteção sítio arqueológico Saracura/Vai-Vai, de seus achados e ter garantias que serão adotadas as medidas de extroversão desse patrimônio cultural da memória negra paulistana e nacional.

Palavras-chave: Quilombo urbano; movimento social/negro; memória.

* Nós nos apresentamos como ativistas negres que buscam contribuir em um processo de aprendizado e produção de conhecimento que ocorre em um território de disputa de narrativas. Atuamos na atuação na Mobilização Saracura Vai-Vai e este artigo é o resultado das experiências vivenciadas por nós, Paty Marinho e Rossano. Ele foi escrito a partir dessa experiência dinâmica, constantemente influenciada pelos novos documentos disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e pelas narrativas da comunidade. Oferecemos uma interpretação dos eventos que temos testemunhado na luta pela preservação da memória negra no Bixiga, em São Paulo, e no Brasil. É importante ressaltar que este artigo não reflete necessariamente a opinião da Mobilização Saracura Vai-Vai.

** Sou Patrícia Marinho de Carvalho (Paty Marinho), mulher preta, cis, umbandista, arqueóloga da Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO), doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), pesquisadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território (LINTT-MAE). E-mail: patymarinho@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5862-7584>.

*** Sou Rossano Lopes Bastos, arqueólogo da Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO), doutor e livre docente em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: rossanolopes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5411-3727>.

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v37i2.1159>

ARCHAEOLOGICAL SITE OF QUILOMBO SARACURA: THE INSURGENCY OF BLACK ACTIVISM FOR THE RIGHT TO MEMORY IN SÃO PAULO CITY

ABSTRACT

The Saracura/Vai-Vai archaeological site was identified during the implementation of Line 6 of the São Paulo Subway, becoming one of the most relevant archaeological discoveries about the past of the Black population of the city. The quilombo Saracura site appears, alongside the sites of quilombo dos Palmares/AL, Cais do Valongo/RJ, and quilombo do Ambrósio/MG, as a site composing Afrodiasporic territories that are references of Brazilian cultural and historical heritage, which are crucial for the strengthening, knowledge, and recognition of the memory and history of Africans in this country for this generation and future ones. However, despite the unquestionable relevance of this site, its visibility is the result of the community organization of Bixiga inhabitants, who gathered with various other social movements to protect this important cultural heritage under the motto: “Subway yes, but without destruction of historical heritage.” This article brings some reflections on this ongoing process. Based on a brief review of the relevant legislation, we highlight the importance of social activism in this process, promising to remain organized and active until the effective protection of the Saracura/Vai-Vai archaeological site and of its findings and until measures are adopted to extrovert this cultural heritage of São Paulo and of national Black memory.

Keywords: Urban quilombo; social/black movement; memory.

SITIO ARQUEOLÓGICO DE QUILOMBO SARACURA: LA INSURGENCIA DEL MOVIMIENTO NEGRO POR EL DERECHO A LA MEMORIA EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO

RESUMEN

El hallazgo del sitio arqueológico Saracura/Vai-Vai se produjo durante las obras de implementación de la Línea 6 del metro de São Paulo, convirtiéndose en uno de los hallazgos arqueológicos más relevantes sobre el pasado de la población negra de esa ciudad. El sitio del quilombo Saracura se despliega para, junto a los sitios del quilombo dos Palmares/AL, Cais do Valongo/RJ y quilombo do Ambrósio/MG, componer territorios afrodiáspóricos referentes al patrimonio cultural e histórico nacional, fundamentales para el fortalecimiento y (re)conocimiento tanto de esta generación como de futuras generaciones de la memoria e historia de los africanos en Brasil. Sin embargo, a pesar de la indudable relevancia de este sitio, su visibilidad es el resultado de la organización comunitaria de los vecinos del barrio Bixiga, quienes se unieron a diversos movimientos sociales por la defensa de este importante patrimonio cultural bajo el lema “Metro sí, pero sin la destrucción del patrimonio histórico”. Este artículo presenta algunas reflexiones sobre un proceso en curso. A partir de una breve revisión de la legislación pertinente, destaca la importancia de la movilización social en este proceso, que promete mantenerse organizado y activo hasta la protección del sitio arqueológico Saracura/Vai-Vai, de sus hallazgos, con garantías de que se adoptarán medidas de extroversión para este patrimonio cultural de memoria negra en São Paulo y a nivel nacional.

Palabras clave: Quilombo urbano; social/movimiento negro; memoria.

INTRODUÇÃO

Figura 1 Imagens do primeiro ato organização pela Mobilização Saracura/Vai-Vai, em 2 de julho de 2022

Fotografia: Paty Marinho.

Em maio de 2023, a comunidade do Bixiga recebeu, com contentamento, a notícia de que, finalmente, uma de suas reivindicações havia sido atendida: a renomeação, do sítio arqueológico do antigo quilombo Saracura no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).¹

É importante reafirmar que essa postura em reconhecer o sítio enquanto território quilombola só aconteceu depois de intensa mobilização social em torno da disputa da memória do local. Afinal, um ano antes, chegou, até a comunidade, a denúncia de que o sítio arqueológico do antigo quilombo Saracura fora encontrado durante o monitoramento das obras do metrô na praça Catorze Bis. Em seu primeiro cadastro no CNSA, em 5 de abril de 2022, o sítio arqueológico recebeu o nome de Saracura/Catorze Bis. O Saracura em referência ao rio, hoje canalizado e correndo abaixo da avenida Nove de Julho. E, apesar do antigo quilombo Saracura já haver sido registrado pela historiografia (Castro, 2005; Lima, 2020; Lucena, 1994; Nascimento, 2014, 2016; Penteado, 2018; Rolnik, 2014), apenas uma breve menção foi feita na documentação de abertura do processo no IPHAN (nº 01506.005549/2014-76):

Os documentos mostram também que o local era utilizado como esconderijo de escravos fugidos. Nas próprias Atas da Câmara Municipal existe, em 1831, um pedido de fechamento do Córrego do Anhangabaú, na região próximo ao

¹ Todas as informações relativas as obras do metrô realizadas no local onde foi identificado o sítio arqueológico do quilombo Saracura devem ser consultadas no Sistema Eletrônico de Informações – SEI: Processo IPHAN nº 01506.005549/2014-76, no qual o processo deu entrada em 10 de novembro de 2017, conforme o Termo de Abertura de Processo Eletrônico, digitalizado pela Superintendência do IPHAN de Roraima (sim, um processo de São Paulo com entrada em Roraima).

Bexiga, onde se refugiavam muitos escravos rebeldes (MARZOLA, 1985 apud A LASCA, 2022, p. 78).

Após a denúncia da descoberta do quilombo, a comunidade se organizou rapidamente e surgiu o movimento denominado Mobilização Saracura/Vai-Vai, que reúne moradores do Bixiga, diversas instituições, pesquisadores de distintas áreas do conhecimento, e muitos simpatizantes da causa da preservação desse bairro paulistano, reconhecendo e valorizando sua diversidade. Entre os participantes que se uniram a esse grupo estão a arqueóloga e o arqueólogo que assinam este artigo.

Além de reconhecer o antigo território quilombola, o movimento, que desde o início não se opôs à construção do metrô, mas defendeu a preservação da memória negra. Uma reivindicação importante é que a estação de metrô seja nomeada como Saracura/Vai-Vai, em homenagem ao quilombo e à Escola de Samba Vai-Vai, cujo valor como patrimônio cultural foi negligenciado pela demolição da tradicional escola de samba para a construção da estação. Outra demanda importante é a implementação de um plano de educação patrimonial condizente com a relevância da descoberta arqueológica e do potencial histórico-cultural do Bixiga, promovendo um diálogo colaborativo com a comunidade.

O atual sítio arqueológico Saracura/Vai-Vai é uma das descobertas arqueológicas mais relevantes sobre o passado da população negra de São Paulo e sobre a história do povo brasileiro, ao lado dos sítios do quilombo dos Palmares/AL, Cais do Valongo/RJ e quilombo do Ambrósio/MG. Esses sítios são territórios afrodiaspóricos referências do patrimônio cultural e histórico nacional, fundamentais para o fortalecimento e (re)conhecimento desta e das gerações futuras da memória e história de africanos neste país.

O quilombo Saracura tem sido tema amplamente divulgado pelas mídias desde que a comunidade tomou conhecimento de sua “descoberta” através de achados arqueológicos, e tem procurado o diálogo não apenas com as empresas e os órgãos públicos envolvidos na construção do metrô, mas com toda a sociedade, que, de alguma forma, está mobilizada para as questões do espaço urbano e da história e cultura das populações afrodiaspóricas.

Não é apenas por meio da historiografia que se obtém informações sobre esse quilombo. Antigos moradores do Bixiga, guardiões de conhecimentos ancestrais sobre as raízes negras do bairro, recordam suas infâncias e a história local.

Seu Fernando Penteado, 75 anos, que nasceu no bairro, integrante da Escola de Samba Vai-Vai, cujo pai foi um dos fundadores, emociona-se ao ver que os vestígios arqueológicos que estão sendo encontrados nas escavações são a materialidade de um Bixiga que nasceu negro.

E não são apenas os bixiguentos mais velhos as testemunhas do passado e do presente quilombola do Bixiga. Muitos moradores da comunidade têm sua origem, seu trabalho, seu lazer, sua militância ou sua família relacionada à história e à memória negra desse território. Numa simples caminhada pelo bairro, um olhar atento, um olhar afrocentrado não teria dificuldade em identificar potenciais referências da cultura negra no Bixiga.

Apesar de todos os processos de gentrificação que atingiram o bairro ao longo dos anos, provocando a dispersão da população negra, o Bixiga é um quilombo urbano, como tantos outros territórios afrodiaspóricos comprimidos entre o racismo e a especulação imobiliária das cidades.

Uma questão logo despertou o interesse da comunidade: Se a existência desse quilombo paulistano já era conhecida, por que o IPHAN dispensou a necessidade de licenciamento para a construção da estação do metrô Catorze Bis? Esse foi apenas um dos muitos questionamentos que a comunidade esperava ver respondido após perícia do Ministério Público Federal (MPF), realizada em maio de 2023. Porém, mesmo após a perícia, a arqueóloga Sandra Nami Amenomori afirmar em seu parecer sobre a *necessidade* de revisão do licenciamento da obra, o IPHAN concedeu liberação para a retomada do resgate arqueológico.

Figura 2. Imagens da perícia técnica realizada em 19 de maio de 2023



Fotografia: Paty Marinho.

O resgate arqueológico estava suspenso desde fevereiro de 2022, quando uma inundação no canteiro de obras ameaçou a integridade do sítio e dos profissionais envolvidos no resgate. Também é importante registrar que a comunidade já havia alertado sobre essa questão do período de chuvas, mesmo assim, o resgate teve início e a natureza explodiu em águas, na violenta resposta do orixá e ao concreto da metrópole, que oprimem e comprimem a gente negra e seus territórios de memória. Axé!

Nesse momento, o movimento da comunidade, da mobilização para denunciar mais essa violência, era proporcional ao desespero dessas mesmas pessoas que viam, das janelas das suas casas, ou nas transmissões simultâneas pelas redes sociais, a inundação, que atingia a área de escavação. É importante informar, que durante o período abrangido por este artigo (junho/2022 até julho/2023), as obras de construção da estação Saracura/Vai-Vai não foram interrompidas.

A Figura 3 expressa a indignação da comunidade e comunica sob quais violências o patrimônio cultural brasileiro de origem afrodiáspórica está sujeito.

Figura 3. Postagem nas redes sociais da Mobilização Saracura/Vai-Vai

Fonte: Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CumOr6BuwZF/?img_index=1. Acesso em: 6 abr. 2023.

Entendemos que existe uma avaliação equivocada na arqueologia de que, a cidade e seus bairros, são territórios bastante impactados pelo desenvolvimento do município, e, portanto, que eventuais sítios arqueológicos históricos estariam comprometidos em sua conservação. Precisamos compreender que a cidade, por si só, se constitui num artefato arqueológico, logo, ela sempre está em processo de formação do próprio sítio arqueológico.

Inerente à prática da construção e transformação das cidades, o acúmulo das camadas de várias idades que se sobrepõem e/ou justapõem no espaço e no tempo de cada lugar constitui, antes de mais nada, incontornável recurso social, cultural, econômico da paisagem e da vida urbana. Trata-se de singularidades que, atravessadas e operadas pelos mais diversos fluxos econômicos, sociais, culturais, resultam [em] qualidades e apontam devires.

A cidade, entendendo-a como artefato humano primordial, vem sendo, ao longo dos séculos, considerada o território por excelência que reúne condições para a experiência humana e todos [os] modos de vida, o que pressupõe a permanente existência de pactos de interesses que nela atuam e a transformam. Os benefícios econômicos e sociais terão que ser, cada vez mais, plenamente acessíveis a todos os segmentos sociais, raciais, culturais, políticos, sob pena de aumentar o largo e persistente abismo da desigualdade e segregação que perpassa e arrebatou o crítico cenário que vivenciamos atualmente. A cidade será, cada vez mais, interativa e participativa e o lugar de todos e para todos (Bastos; Gomes, 2022).

O campo conhecido como “patrimônio cultural”, outrora utilizado como instrumento ideológico estatal, atualmente é reconhecido como um espaço de conflito e uma ferramenta essencial, dada sua influência no território, na consolidação do poder e no aprimoramento do controle. Nesse contexto, o metrô de São Paulo se deparou com vestígios da antiga comunidade da Pequena África estabelecida no Bixiga.

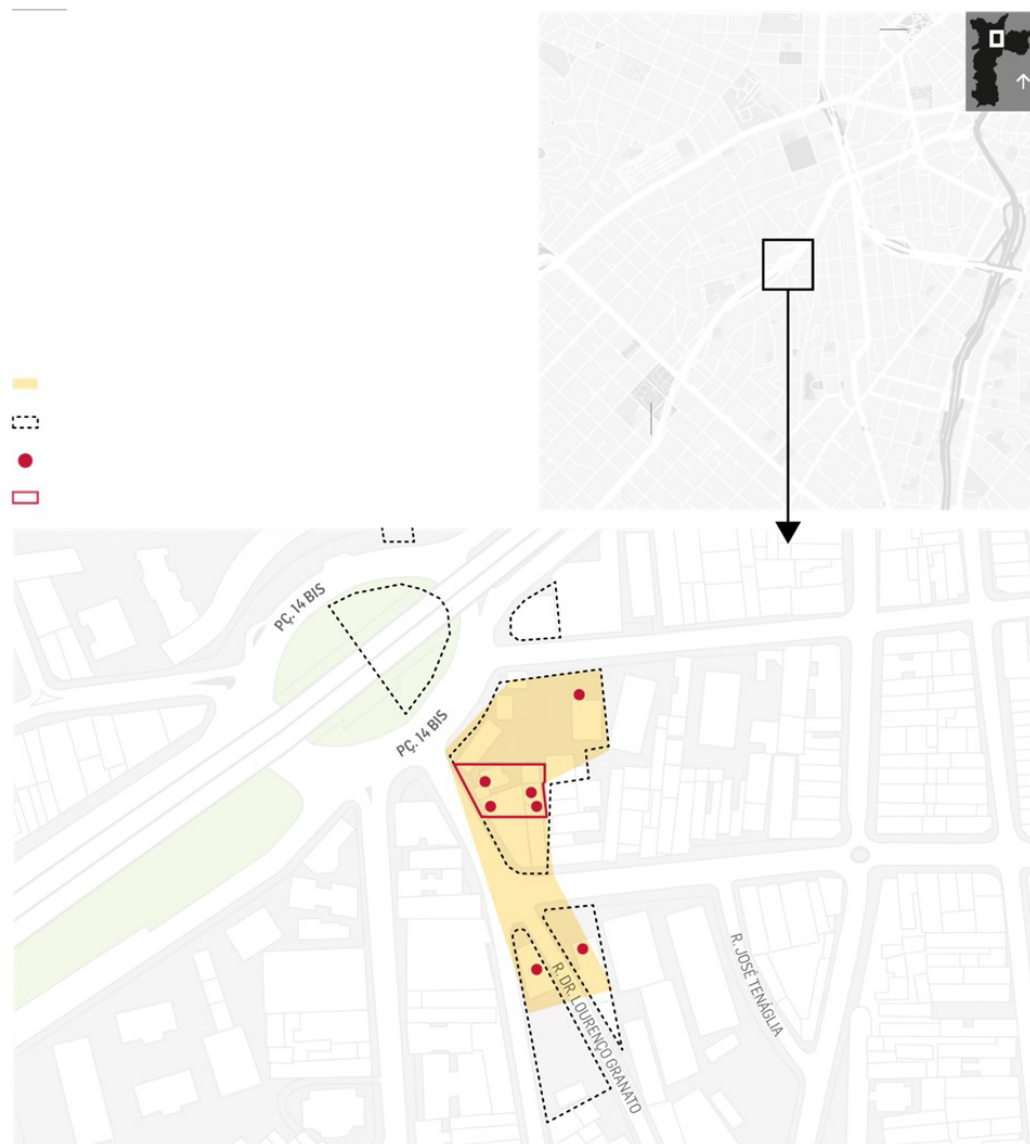
Sob a ótica da legislação e das recomendações internacionais das quais o Brasil é signatário, é evidente o descaso e a falta de importância atribuídos à preservação do patrimônio cultural arqueológico afrodiaspórico, que representa a história, a memória e a identidade do povo negro no Brasil.

Figura 4. Mapa da região do Bixiga



Cabe ler este mapa com descrição do jornal, o qual, em 1907, refere-se à Saracura como uma "pequena África".

Fonte: Dutenkefer (2015).

Figura 5. Mapa da localização do Bixiga

Obs: Tanque do Reúno indicado com o número 4.²

Fonte: Dutenkefer (2015).

PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO NO BRASIL

O Brasil começou a considerar o patrimônio cultural como a essência da identidade nacional em 1922, durante a Semana de Arte Moderna. No entanto, foi a partir de 1937, por meio do projeto

² À esquerda, a área da atual praça Catorze Bis, antigo Tanque do Reuso, hoje aterrada. Todavia, o perímetro referente à atual obra do metrô é ainda todo ocupado por casario e pelo parcelamento de pequenos lotes. À direita, destaca-se a nascente do rio Saracura, mais próxima à alameda Ribeirão Preto. A nascente tem alta declividade seguida de um platô (correspondente à área da atual rua Doutor Seng). Esse trecho plano tem correspondência relevante com as descrições publicadas em jornal, que atribuíam às áreas de morro e das águas do Saracura como “esconderijos”. A sucessão de platôs e declives na encosta da rua Rocha merece atenção como local de possível ocupação “informal” à época.

de Mário de Andrade, que o Estado brasileiro incorporou de forma definitiva a noção de patrimônio cultural como um instrumento ideológico estatal. Em 1937, fundou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), depois renomeado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável por desenvolver a política nacional de proteção ao patrimônio desde então.

Com o intuito de ressaltar a importância reconhecida em termos legislativos e internacionais, o patrimônio cultural encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215, 216, 216-A, bem como na legislação ordinária, como o Decreto-lei nº 25/1937, a Lei Federal nº 3.924/1961, a qual dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e em diversas normas infraconstitucionais, como a Portaria SPHAN nº 7/1988, a Portaria IPHAN nº 230/2002 e a Instrução Normativa (IN) nº 1/2015, apenas para citar os principais instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural e arqueológico.

No âmbito internacional, o Brasil é signatário de várias recomendações e cartas patrimoniais, com destaque para aquelas emitidas pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a partir de 1956. Destaca-se a Recomendação de Nova Delhi, que endossa princípios internacionais relativos à pesquisa e à preservação arqueológicas. Esse documento estabelece que a proteção do patrimônio arqueológico, a implementação de programas educativos, a criação de órgãos governamentais e a formação de acervos são responsabilidades do Estado (UNESCO, 1956).

As *Normas de Quito*, de 1967, tratam de questões de conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Foi recomendado que os projetos de valorização de bens fossem parte integrante dos planos de desenvolvimento nacional, sendo tal ação responsabilidade do governo. A difusão dos conhecimentos acerca dos bens culturais objetiva eficiência na preservação e, ainda, como produtos a serem explorados, assim como a legislação adequada ou disposições governamentais para o interesse público. O documento também relatou a importância da coordenação de projetos por instituto idôneo, contando com equipe técnica (UNESCO-PNUD, 1967).

Além disso, diante dos desafios decorrentes do crescimento urbano, a Conferência Geral da UNESCO publicou a Recomendação de Paris sobre obras públicas ou privadas em 1968. Nesse documento, abordou-se a importância das intervenções urbanas em relação à preservação do patrimônio, destacando a necessidade vital de manter uma conexão entre a comunidade e os bens patrimoniais. A recomendação reforçou a responsabilidade do governo na implementação de medidas de preservação e resgate de patrimônios ameaçados por qualquer forma de destruição, mesmo perante projetos de expansão urbana, renovação, alterações em vias de tráfego intenso, construção de barragens, oleodutos e atividades industriais.

Enquanto todas essas cartas e recomendações inserem o patrimônio arqueológico no contexto do patrimônio cultural, é a *Carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico* que definirá que o patrimônio arqueológico

engloba todos os vestígios da existência humana e interessa [a] todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (ICOMOS, 1990).

No entanto, observamos que a proteção desses bens ainda é insuficiente, especialmente quando se trata do patrimônio associado às populações negras. No Brasil, o patrimônio cultural arqueológico tem sido historicamente utilizado como um instrumento ideológico do Estado para reforçar uma narrativa escravagista, na qual os elementos patrimoniais e preservados representam os bens culturais das elites aristocráticas, eclesiásticas e militares. Dentro desse contexto aristocrático, destacam-se os casarões do período colonial; no âmbito eclesiástico, o barroco colonial, com suas igrejas, capelas

e matrizes, que refletem a religiosidade associada às classes dominantes; e as fortalezas, fortes e fortins, que representam o poder militar das elites.

Mais recentemente, no início do século XXI, elementos da cultura negra e afrodescendente começaram a receber algum reconhecimento através do patrimônio cultural imaterial, com a promulgação do Decreto nº 3.551/2000, que estabeleceu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, permitindo a inclusão de práticas e conhecimentos negros no conjunto do patrimônio cultural brasileiro. Apesar dessa medida de proteção, o referido instrumento apresenta várias limitações, tanto em termos de regulamentação quanto de efetiva salvaguarda, e não tem a mesma abrangência legal e política do tombamento e do registro arqueológico.

Com o avanço do entendimento sobre a construção do passado e sua importância na formação da identidade humana, o registro arqueológico é agora reconhecido como uma representação tangível das atividades humanas que resistiram ao longo do tempo e do espaço. Há uma crescente valorização na reconstrução da memória e história das populações negras, assim como dos locais por elas ocupados no passado, como grutas, abrigos sob rochas, cavernas, senzalas, quilombos, áreas de conflito, locais de morte e tortura, entre outros que podem ser identificados como sítios arqueológicos.

Dessa forma, o conceito de registro arqueológico tem sido ampliado para incluir outros vestígios antes negligenciados, contribuindo para a memória coletiva do Brasil. Na realidade, o passado em sua materialidade está presente e acessível; cabe a nós confrontá-lo, interpretá-lo e purificá-lo, de modo a evitar que ele retorne como tragédia. Por isso:

os estudos arqueológicos de matriz transversal têm ocupado cada vez mais espaço na configuração de uma ciência comprometida com a sociedade e com a inclusão social dos grupos vulneráveis, e, desta forma, têm apontado para a multiplicidade de sítios arqueológicos até então desconhecidos pela população e relegados ao plano do esquecimento da maioria dos arqueólogos brasileiros, até bem pouco tempo atrás (Bastos, 2011, p. 55).

No entanto, o reconhecimento do patrimônio cultural material afrodescendente enfrenta numerosos obstáculos em sua aceitação social, favorecendo a valorização do patrimônio branco colonial como o legado mais significativo da nação. Isso evidencia a influência persistente do privilégio da branquitude, como apontado por Bento (2022), que se estende por diversos aspectos da sociedade.

A resistência, reivindicação e são características fundamentais na busca pelo reconhecimento do patrimônio arqueológico afrodescendente. Algumas iniciativas do início do século XXI contribuíram para a valorização do patrimônio cultural afrodescendente por meio do registro arqueológico de terreiros de matriz africana, locais de culto, como candomblé e umbanda, antigas senzalas e áreas ricas em vestígios culturais de origem negra, como quilombos, comunidades tradicionais e cemitérios. No entanto, é notória a resistência por parte das instituições estatais, que frequentemente buscam desqualificar os registros da identidade negra.

Portanto, este trabalho também aborda os instrumentos de preservação do patrimônio cultural de matriz africana no Brasil, visando dar visibilidade ao rico universo simbólico e material associado a essa herança cultural.

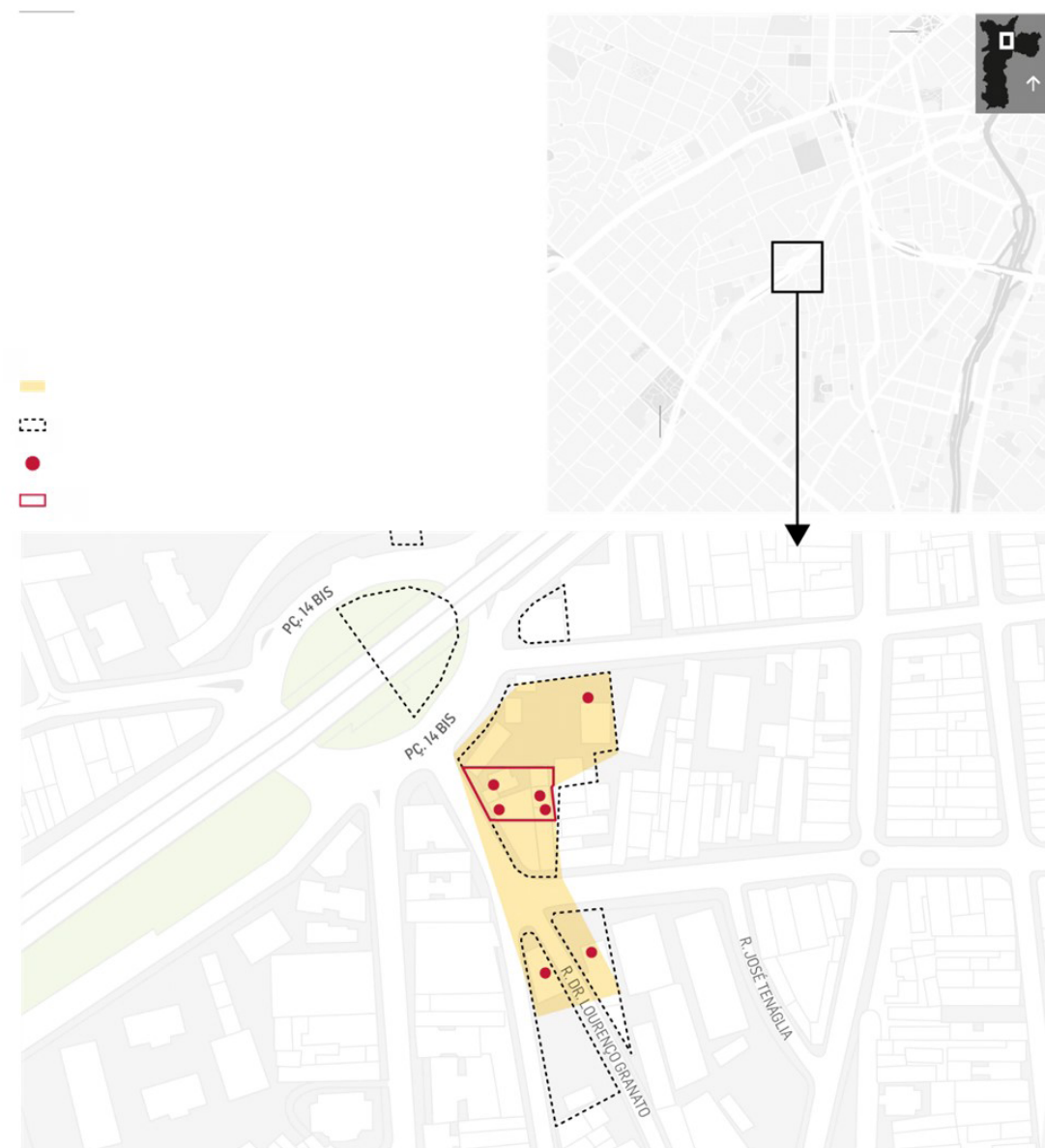
De acordo com Bastos (2011, p. 9):

A relação do registro arqueológico no Brasil, ligado com as categorias de memória social, cidadania e conhecimento arqueológico libertário, sempre encontrou dificuldades para ocupar um espaço relacional dentro da disciplina arqueológica. Nossa tradição de pesquisa arqueológica é autoexplicativa, pois a construção do

nosso passado, seja por influência teórica da arqueologia americana, seja um pouco mais tarde, pela influência da arqueologia francesa, sempre estiveram ligadas a uma pré-história, sem vínculos de identidade com os nossos povos indígenas. Para muitos, a arqueologia é uma disciplina acadêmica, que não deve deixar os muros acadêmicos, e se constituir numa carreira universitária, para outros, [ela é] uma forma de arranjar um emprego público em órgãos de gestão, como [o] IPHAN, para poucos, mais raros, [a arqueologia] é um combate. Com a perspectiva de instrumentalizar o combate pela cidadania e transformar a memória em conhecimento emancipatório, que tomamos como opção o fazer arqueológico. Nossa história em torno da disciplina arqueológica tem na sua origem, uma ausência absoluta de comprometimento com a memória social e com a construção da cidadania.

CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO QUILOMBO SARACURA/VAI-VAI

De acordo com a descrição na ficha atualizada do sítio, “trata-se de um sítio arqueológico histórico localizado na área da futura estação Catorze Bis, no bairro do Bixiga. Está relacionado ao quilombo Saracura, existente no local desde o século XIX, e à Escola de Samba Vai-Vai, instalada em 1930 no terreno”. Está localizado a dez metros do córrego Saracura, na Bacia do Tietê. O sítio tem área de 4,5 mil metros quadrados, sua localização, do seu ponto central, é a Zona 23, coordenadas E:331658 N:7393923, Sirgas 2000.

Figura 6. Vestígios de Saracura

Já foram encontrados objetos utilitários característicos de áreas de descarte, como garrafas e louças. "Esse é o primeiro registro do quilombo Saracura em documentação escrita oficial", conta o historiador e arqueólogo Alessandro Luís Lopes de Lima. No início do século XX, de acordo com a publicação do jornal *Correio Paulistano*, de 3 de outubro de 1907, a região da Saracura era conhecida como a "pequena África", com habitações nas margens do córrego, animais soltos, crianças brincando e idosos com seus cachimbos" (Paz, 2022).

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo 01506.005549/2014-76.

Ainda de acordo com os relatórios da empresa de arqueologia A Lasca, o contexto arqueológico da área de deposição está em profundidade e a céu aberto. Por estar em área pública, isso facilitaria as intervenções arqueológicas que buscam uma arqueologia pública e socialmente responsável.

Os materiais identificados na ocasião do registro do sítio arqueológico apontam para faiança fina, *ironstone*, material osteológico (ossos), vidros e cerâmica, ou seja, material típico de áreas habitadas por populações históricas.

O registro ainda aponta para a possibilidade de destruição, dada como certa devido às obras de implantação da Linha 6 – Laranja do metrô, e ainda indica a necessidade de resgate arqueológico.

PARA ALÉM DA JUSTIFICATIVA LEGAL

Da razão histórica

A razão histórica se configura como um elemento definidor dos processos de ocupação do espaço e do conhecimento, corroborando com a justificativa legal. Além disso, ela acrescenta um compromisso ético na preservação da pluralidade do patrimônio cultural.

Historicamente, as intervenções urbanas que ocorreram nesse território desconsideram o seu direito à memória, direito à sua própria história, como um importante patrimônio histórico. Desde o soterramento do rio Saracura para a implantação da avenida Nove de Julho, com o Plano de Avenidas de Prestes Maia no final dos anos 1920 e início de 1930, esse território vem sendo remodelado de forma a tentar apagar os vestígios da presença das culturas tradicionais nessa região, presença de toda uma cultura popular que constituía a cidade de São Paulo. “Até fins do século XIX, o Bixiga, hoje tido por muitos como um espaço de concentração de imigrantes italianos e seus descendentes, foi considerado um território semirrural e onde viviam e perambulavam os ‘povos da floresta’ — indígenas, caipiras e quilombolas, lavadeiras, roceiras e vendedoras (Rocha; Castilho; Castilho, 2020).

Corroborando também com a razão histórica diversos escritos, com destaque para Dias (1995), que atribui ao território em questão singularidades que emprestam notada argumentação confirmatória para o quilombo Saracura, a saber:

Assim, na então Mata da Saracura, “era possível viver da coleta no Grotão, entre a rua Santo Antônio e a Várzea: ‘pesca de peixes e caranguejos de água doce, palmito e iguarias do Sertão que circulariam nos tabuleiros (carás, cozidos, pinhões quentes, ibás, cuscuz de bagre, jabuticabas, araçás, guarirobas, grumixamas, pitangas, cambucis) ou venda de lenha (Rolnik, 1993 *apud* Silva, 2014, p. 154).

De acordo com Maria Odila Leite Dias (1995, p. 68), “roceiras e vendedoras perambulavam continuamente sob as vistas das autoridades locais, que viam com descontentamento a sua presença assídua [...] no canto do Bexiga, nas margens do Anhangabaú, no caminho da Luz, vendendo miúdos, frangos, ovos, queijos”.

E, ainda, conforme projeto apresentado pela comunidade ao IPHAN e ao MPF:

Assim, ao fazer as escavações para a futura estação do metrô no bairro do Bixiga, é imprescindível a participação direta da comunidade durante o trabalho desenvolvido no sítio arqueológico, bem como nos processos decisórios que envolvam os achados arqueológicos encontrados no local. Este procedimento participativo pode se dar através do programa de educação patrimonial. Há, com isso, um grande potencial de enriquecimento cultural dos equipamentos

previstos por qualificá-los, tornando viva e presente a história pela participação cotidiana dos cidadãos, o que nos parece muito importante e oportuno³.

Da razão científica e social

Todos os segmentos atuantes na cidade buscam sua sobrevivência enquanto cultura, grupo social e econômico, expressando-se no seu espaço tão bem caracterizado por ações específicas, a serem reconhecidas e valorizadas politicamente por contemplar expressões e manifestações de modos de vida os mais diversos o sintetizados em personagens que representam e compartilham a fluência da vida na cidade. Fazer das escavações para a futura estação do metrô no bairro do Bixiga, através dos achados arqueológicos, a brecha por onde enriquecer e qualificar culturalmente os equipamentos técnicos de mobilidade previstos, significa a possibilidade de tornar viva e presente o processo de construção e povoamento daquele bairro via participação comum, coletiva e cotidiana das pessoas. Neste processo, é inegável e indelével a existência da comunidade originária negra, fato evidenciado e comprovado através de inúmeras pesquisas históricas e arqueológicas.

Soma-se a esta histórica camada escavada e reposta à luz pelos achados arqueológicos atuais, uma outra, geográfica-ambiental, inseparável da primeira, que é constituída pela presença dos córregos Saracura Açu e Saracura Mirim. Tamponados desde o início do século XX, confluem para se encontrarem exatamente sob a atual praça Catorze Bis, na avenida Nove de Julho. Esse encontro de rios também tem presença marcante na história social de nossa cidade. O abastecimento de água de São Paulo era feito por meio de tanques e chafarizes até o final do século XIX. O Tanque do Reúno, localizado no Vale Saracura, era um dos principais tanques que abasteciam os chafarizes e a cidade. “O que nos leva a dizer que o Bixiga também já foi considerado a “caixa d’água” de São Paulo” (Instituto Bixiga, 2021).

O Reúno, juntamente com o Santa Tereza, o Zuniga e o Tanque Municipal, poderiam “ser um primeiro sistema de abastecimento público de São Paulo” (Silva, 2014).

Operar arquitetonicamente tais singularidades significa não só a oportunidade de reconhecimento, visibilização e valorização do legado negro na construção dessa cidade, mas, principalmente, o compromisso irrecorrível por parte das políticas públicas diante das multiplicidades constituintes dela.

O samba não levanta mais poeira
Asfalto hoje cobriu o nosso chão
Lembrança eu tenho da Saracura
Saudade eu tenho.

Geraldo Filme, “Tradição (vai no Bexiga pra ver)”

³ Projeto de Educação Patrimonial para o Sítio Arqueológico SARACURA/14 BIS – QUILOMBO DO SARACURA – Contribuição do Movimento Mobiliza Saracura Vai-Vai, protocolado no IPHAN e disponível através do SEI, ou pelo link: https://drive.google.com/file/d/1QDw2O-YMY_7mvtjiNFPZwWQo-rxkvmcD/view.

“Lembranças eu tenho da Saracura”, cantava Geraldo Filme em 1974 em referência ao quilombo Saracura, no vale do rio Saracura, no Bixiga, habitado pelos negros e demais culturas populares que compunham a “pequena África, um pedaço do Congo” (A Saracura, 1907).

Da reparação simbólica e preservação da memória

A incorporação social, cultural, histórica e ambiental da iniciativa da construção da estação Catorze Bis do metrô poderá promover ainda a apropriação desses significados do quilombo Saracura e da escola de samba Vai-Vai ao nomeá-la. Nesse sentido, evidenciamos a proposta da comunidade para que o nome da estação do metrô venha a ser Saracura/Vai-Vai, como forma de reparação simbólica.

Mas, tão importante quanto os atos simbólicos, é a preservação material da história. Nesse caso, a proposta aqui é a construção da futura estação do metrô *nessas imediações, contemplando de maneira incontornável o acréscimo a seu escopo de atividades e funções, a incorporação e valorização da preexistência da comunidade negra local através da criação de um “memorial”, com exposição permanente desses achados no local*. O referido memorial se somaria a outros espaços que abrigam manifestações socioculturais da comunidade local, como o próprio Museu Memória do Bixiga, entre outros equipamentos do bairro, pressupondo exposição permanente dos achados arqueológicos, além de espaços que abriguem as manifestações socioculturais da comunidade local, que podem e devem também ocupar espaços musealizados na própria estação do metrô a ser construída, além da ressignificação dos córregos Saracura Açú e Saracura Mirim, cujos nomes se confunde com a própria comunidade ali preexistente.

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (Abant, 1994 *apud* O’Dwyer, 2002).

Tal conceituação, embora, incorporada à interpretação do artigo 68 dos ADCT não avançaria também para a discussão do artigo 216, no qual estabelecia-se, no §5º: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. No âmbito das políticas culturais, apesar da concepção ampliada que trazia o texto do artigo a respeito do patrimônio cultural e da perspectiva antropológica que, anos depois, seria base para a constituição do campo do patrimônio cultural imaterial, os quilombos permaneceram sendo tratados através da perspectiva arqueológica e dos parâmetros tradicionais que orientaram as políticas de patrimônio histórico e artístico desde a década de 1930.

O IPHAN, instituição que tem por missão “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, [2014]), tomou uma decisão contrária à sua própria missão ao dispensar a obrigatoriedade de estudos arqueológicos no processo de licenciamento da Linha 6 – Laranja do metrô, estação Saracura/Vai-Vai, atualmente estação Catorze Bis.

Diversos pesquisadores têm se ocupado do tema e o debate que enseja a proteção do sítio arqueológico do quilombo Saracura. A legislação protege sítios arqueológicos de quilombo, mas o IPHAN ignorou e, com sua decisão, corroborou para que mais um território negro fosse revirado e soterrado. O órgão ignorou todas as referências históricas e orais, ignorou a própria comunidade,

suas formas de expressão, seus lugares, suas celebrações, seus saberes e seus modos de fazer. A dispensa dos estudos arqueológicos continua sendo o maior questionamento da comunidade.

Ainda que tenhamos conhecimento que a arqueologia é autônoma em relação a outras disciplinas e que a materialidade, seu objeto de estudo por excelência, exige métodos e técnicas específicas orientadas pelo rigor científico, não se pode desconsiderar a interdisciplinaridade intrínseca da arqueologia que dialoga com outras ciências, como geografia, geologia, antropologia, biologia, história, etnografia. Assim, uma arqueologia em território afrodiaspórico exige muito mais apuro no diálogo com outras áreas do conhecimento, especialmente com a antropologia, geografia, sociologia, etnografia e história, diante dos consecutivos e históricos apagamentos e violências.

Larissa Nascimento (2015, p. 28), em seu estudo sobre a população negra no bairro do Bixiga, já argumenta que “a sociologia das relações raciais também apresenta grande relevância para a compreensão espacial da cidade”. Carvalho (2012), em pesquisa com as comunidades remanescentes de quilombo no Mato Grosso, demonstrou como a antropologia, a partir de uma metodologia que privilegia a oralidade, foi fundamental na construção de interpretações sobre os contextos quilombolas e afroreligiosos. A intolerância religiosa que atravessou o Atlântico e que procurou destruir e aprisionar o nosso sagrado (Rocha; Oliveira; Alves, 2019; Silva, 2017) repercutiu diretamente na manutenção de nossa materialidade, nossos lugares e nossos próprios corpos.

O conceito de quilombo tem sua caracterização oficializada na Constituição Federal, que é importante para a orientação do processo do seu ponto de vista jurídico, mas uma delas é a interpretação dos dados, no caso de uma comunidade remanescente de quilombo, também legal, pois, o bairro do Bixiga, é também um bairro de remanescentes dessa “pequena África” — o *Correio Paulista*, de 1907, identificava a região do rio Saracura como “pequena África” (Lima, 2020).

Amailton Azevedo (2010), em sua análise sobre a memória musical do sambista paulista Geraldo Filme, demonstra como o músico e os grupos negros da capital paulistana criaram o que ele denominou Áfricas — fazendo referência ao diverso continente africano — como os lugares nos quais a cultura herdada dos ancestrais, na forma de saberes e fazeres, “resistiram ao projeto hegemônico das elites paulistas”. A arqueologia, sobretudo no âmbito do licenciamento ambiental tem pouco, ou quase nada, contribuído para dar visibilidade às pequenas Áfricas que estão soterradas pela urbanização elitista e racista. Ao contrário, ajuda a perpetuar o apagamento da materialidade afrodiaspórica quando insiste em metodologias que desprezam o engajamento decolonial e insiste na preservação dos monumentos coloniais e da branquitude.

Diante de uma cidade impregnada pela urbanização, metropolização e verticalização, que foi e é transformada em projeto hegemônico das elites paulistas, as Áfricas, se configuraram como um contraponto dissonante às formas culturais dominantes para operar outras cidades e outras vivências. Nesse sentido, a arqueologia, que desde a década de 1970 vem atuando no contexto do licenciamento ambiental, ainda “segue pretensamente técnica, neutra e alheia aos conflitos e [às] injustiças ambientais resultantes dos projetos econômicos” (Ribeiro, 2015).

O debate afrodiaspórico e decolonial

O debate sobre a colonialidade, especialmente na América Latina, evidenciou a influência do Iluminismo e da racionalidade científica na estrutura da modernidade, com as Navegações e a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492, marcando um ponto crucial nesse processo. Embora esse marco não seja inquestionável, será adotado aqui como base para o desenvolvimento do debate proposto.

A conquista ibérica das Américas, conforme Walter Mignolo (2020), desencadeou dois processos interligados: a modernidade e a organização colonial do mundo. No início da modernidade, houve uma tentativa de hierarquizar as diferenças culturais em termos cronológicos, negando a simultaneidade e estabelecendo um lugar privilegiado através dos relatos dos cronistas espanhóis, que construíram uma narrativa dominante que deslegitimava as visões de mundo dos povos

originários e reforçava a ideia colonial global. Essa legitimação do pensamento europeu colonial garantiu um espaço de enunciação e privilégio.

O Estado colonial em formação foi amplamente discutido na Escola de Salamanca, onde a questão do controle do trabalho foi associada ao mapeamento racial no sistema mundial emergente. O debate entre Bartolomeu de las Casas e Juan de Sepúlveda (Mignolo, 2020) sobre o lugar dos ameríndios na sociedade colonial resultou na definição dos direitos dos povos, que os colocavam como vassallos do rei e servos de Deus, enquanto os africanos escravizados eram ainda mais marginalizados, negando-lhes identidade e direitos.

É importante destacar que o imaginário dominante do sistema mundial moderno, desde os missionários renascentistas até os filósofos iluministas, foi uma poderosa ferramenta para marginalizar outros conhecimentos, estabelecendo um padrão epistemológico global que limitava a possibilidade de reconhecer outros sujeitos conhecedores além daqueles definidos pela racionalidade moderna.

Os estudos que exploram o projeto de modernidade, fundamentado no sistema escravagista, encontram no pensamento decolonial uma rica fonte para compreender a verdadeira intenção da colonialidade e seu lugar de privilégio, muitas vezes respaldado pela influência do pensamento religioso cristão europeu.

É crucial ressaltar que o patrimônio cultural afrodescendente e indígena enfrenta desafios significativos em termos de reconhecimento social, com o patrimônio colonial branco sendo tradicionalmente considerado o legado mais valorizado da nação. Ações no início do século XXI registram e valorizam o patrimônio cultural afrodescendente, incluindo sítios arqueológicos de povos e comunidades tradicionais de origem africana, como terreiros de candomblé, umbanda, antigas senzalas, quilombos e comunidades tradicionais.

Este trabalho utiliza os mecanismos de preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro para aumentar sua visibilidade e reconhecimento no Brasil, estendendo esse princípio também aos povos originários, os quais tiveram seus territórios usurpados ao longo da história.

Diante desse contexto, destaca-se o movimento negro na cidade de São Paulo, que surge com a missão de assegurar que a construção do metrô no Bixiga não resulte em mais um apagamento da história, da memória, da arqueologia e do patrimônio da comunidade negra, historicamente presente nas margens do Saracura.

A revelação do patrimônio cultural no território do Bixiga rompe com a contínua invisibilidade das expressões e memória negra no bairro, reivindicando um patrimônio cultural distinto da narrativa eurocêntrica que antes predominava, retratando o bairro como exclusivamente italiano.

O movimento de preservação do sítio arqueológico quilombo Saracura/Vai-Vai ganhou destaque e visibilidade nos meios de comunicação da cidade. Com uma atuação organizada e competente, o movimento enriquece a luta no território do Bixiga, promovendo diversas atividades como exposições, seminários, debates públicos, apresentações culturais, documentos jurídicos e divulgação digital. Essas iniciativas abrangem uma variedade de linguagens para conscientizar a sociedade e pressionar as autoridades a preservar adequadamente o patrimônio nacional revelado no contexto afro-diaspórico.

É relevante ressaltar que, até o momento, nenhum aspecto da construção coletiva presente no projeto de educação patrimonial elaborado pela mobilização Saracura/Vai-Vai foi incorporado ao processo de licenciamento da obra do metrô.

A Mobilização Saracura/Vai-Vai desempenha um papel crucial não apenas na defesa da memória e preservação do quilombo Saracura, da comunidade negra do Bixiga e do Brasil, mas também estimula o debate na área da arqueologia sobre a legislação relacionada ao patrimônio cultural e à materialidade afro-diaspórica. A arqueologia brasileira está passando por uma transformação epistemológica, impulsionada pelo aumento do acesso de estudantes negros aos cursos de graduação e pós-graduação, facilitado pelas políticas de ação afirmativa que permitem a entrada de estudantes

negros nos cursos de Arqueologia, mesmo nas universidades mais elitistas do país. A Mobilização Saracura/Vai-Vai, com seu “movimento negro educador” (inspirado em Gomes [2017]), contribuiu para fortalecer as epistemologias negras e enriquecer o conhecimento nesse campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A LASCA arqueologia: programa de arqueologia preventiva da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo. São Paulo: Abril, 2022.
- A SARACURA. *Correio Paulistano*, 3 out. 1907.
- AZEVEDO, Amailton M. Os sambas e as Áfricas em São Paulo na voz de Geraldo Filme. *Histórica*, n. 40, fev. 2010.
- BASTOS, Rossano Lopes. O papel da arqueologia na inclusão social. *Revista do IPHAN*, n. 33, p. 289-303, 2007.
- BASTOS, Rossano Lopes. Registro arqueológico como instrumento de memória social. *Arqueologia Pública*, n. 4, p. 52-60, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635793/3490>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BASTOS, Rossano Lopes; GOMES, Cinthia. Próxima estação: Saracura Vai-Vai. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/09/proxima-estacao-saracura-vai-vai.shtml>. Acesso em: 6 mar. 2024.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.
- CARTA Internacional sobre a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. Tradução Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. Lausanne (CH): ICOMOS, 6-11 out. 1990.
- CARVALHO, Patrícia M. Arqueología afrocentrada de una comunidade remanente de quilombo em Mato Grosso, Brasil. *Revista de Arqueología Histórica y Latinoamericana*, v. 15, n. 2, jul.-dez. 2021.
- CARVALHO, Patrícia M. *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. 2012. Mestrado (Dissertação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Patrícia M. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão, Vila Bela/MT*. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CASTRO, Márcio S. Quilombos urbanos. *Revista Aventuras na História*, n. 21, maio 2005.
- CIDA, Bento. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DUTENKEFER, Eduardo. Mapa topográfico do Sara Brasil (1930) sobreposto às imagens atuais de satélite do Google Earth. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 156-159, 2015.
- GERALDO FILME. Tradição (vai no Bexiga pra ver) [1974]. In: *Memória Eldorado*. São Paulo: Eldorado, 1982. Faixa 1 (2 min 47 s). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/geraldo-filme/763068/>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico*: Carta de Lausanne. Lausanne (CH): ICOMOS; ICAHM, 1990. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- INSTITUTO BIXIGA. Curso de formação Bixiga Chão de Muitos Povos: de Trilha Indígena a Reduto Multicultural de São Paulo. São Paulo: Instituto Bixiga, 2021.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 1988*. Brasília, DF: IPHAN, 1988. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015*. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, DF: IPHAN, 2015. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instru%C3%A7%C3%A3o%20normativa.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Referencial estratégico. Brasília, DF: IPHAN, [2014]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314#:~:text=A%20Miss%C3%A3o%20do%20Instituto%20%C3%A9,o%20desenvolvimento%20socioecon%C3%B4mico%20do%20pa%C3%ADs.%E2%80%9D>. Acesso em: 25 maio 2023.
- LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio cultural afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo IPHAN a partir da ação patrimonial. Brasília, DF: IPHAN, 2012.
- LIMA, Alessandro L. L. Vestígios de um quilombo paulistano: uma análise da paisagem arqueológica do bairro do Bixiga. *Argumentos*, v. 17, n. 1, jan./jun. 2020.
- LUCENA, Célia T. *Bairro do Bexiga: a sobrevivência cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MARZOLA, Nádia. *Bela Vista*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; Divisão do Arquivo Histórico; Prefeitura do Município de São Paulo, 1985. (História dos Bairros de São Paulo, 15).
- MIGNOLO, Walter D. Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.
- MORAES, Iris P. Arqueologia na “Flor da Terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MORAES, Iris P.; COSTA, Luciana A.; JESUS, Luciana L. de. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiáspóricas: experiências no território quilombola dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, jan./jun. 2022.
- NASCIMENTO, Larissa A. C. do. “Lembrança eu tenho da Saracura”: notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas no bairro do Bexiga. *Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 25-50, 2015.

- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.
- PASSOS, Lara de Paula. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PAZ, Iolanda. Inclusão racial começa a ganhar força dentro das empresas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 jul. 2022.
- PENTEADO, Fernando. Primeira entrevista do projeto Negros do Bixiga. [S. l.: s. n.] 23 maio 2023. 1 vídeo (1 h 54 min 15 s). Publicado pelo canal Projeto Negros do Bixiga. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-iR6XZQuYv4>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- PINTO, Elaine dos S. *Arqueologia quilombola: os processos de ocupação em Murumurutuba*. 2003. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2003
- PINTO, Rafaela dos S. *Estudar a história de um quilombo é uma forma de resistir: estudo de caso Murumurutuba/PA*. 2003. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2003.
- QUIJANO, Aníbal. La colonialidad del poder y la experiencia cultural latino-americana. In: BRICENO-LEÓN, Roberto; Sontag, Heinz R. (ed.). *Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina*. Caracas (VE): CENDES; LASCO; Nova sociedade, 1998
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. *ISSAI*, n. 134, p. 547-549, 1992.
- RIBEIRO, Loredana. Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da arqueologia no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, p. 172-186, 2015.
- ROCHA, Danielle Franco da; CASTILHO, Edimilson Peres; CASTILHO, Eriberto Peres. O visível que oculta e o invisível que revela: tensões e disputas na construção da história de um território. *Revista Memoricidade*, ano 1, n. 1, dez. 2020.
- ROCHA, José G.; OLIVEIRA, Rosane C. de O.; ALVES, Marcos V. P. Influências e implicações das matrizes africanas na cultura brasileira e a questão da intolerância religiosa. *Revista da ABPN*, v. 11, n. 29, p. 198-213, jun./ago. 2019.
- SILVA, Vagner G. da. Religião e identidade cultural negra: afro-brasileiros, católicos e evangélicos. *Afro-Ásia*, v. 56, p. 83-128, 2017.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Recomendação de Nova Delhi*. Paris (FR): UNESCO, dez. 1956. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas*. Tradução Flávio Lopes e Miguel Brito Correia. Paris (FR): UNESCO, 19 nov. 1968.
- UNESCO-PNUD – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA-PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Normas de Quito, de novembro/dezembro de 1967*. Paris: UNESCO-PNUD, 1967. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

- VAZ, Beatriz Accioly. Quilombos. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN; DAF; Copedoc, 2016.
- VIRGÍLIO, Marcos. Lembrança eu tenho da Saracura: escavando histórias soterradas por uma avenida. In: HIKIJI, Rose Satiko Gitirana; SILVA, Adriana de Oliveira (org.). *Bixiga em artes e ofícios*. São Paulo: Edusp, 2014.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ENSAIO

OS LAÇOS QUE NOS UNEM: UMA HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA DO COSMOPOLITISMO AFRICANO/IORUBÁ E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A COLABORAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL

Akinwumi Ogundiran*

Tradução de Marcos Leitão de Almeida** e Natalia Cordoniz Klussmann***

RESUMO

Esta transcrição adapta a palestra de abertura ministrada por Akinwumi Ogundiran durante o evento da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), explorando a riqueza do cosmopolitismo africano/iorubá por meio da arqueologia, ao mesmo tempo que destaca as ligações históricas e culturais profundas entre a África e o Brasil no âmbito do Atlântico Sul. Através de evidências arqueológicas, linguísticas e etnográficas, Ogundiran demonstra como as sociedades africanas, particularmente a iorubá, estabeleceram sistemas complexos de governança, práticas religiosas e inovações tecnológicas que influenciaram e foram influenciadas pelas dinâmicas transatlânticas. A palestra enfatiza a necessidade de estudos interdisciplinares de longa duração tanto no continente africano quanto na análise da formação de identidades diaspóricas afro-brasileiras resultantes dessas trocas culturais, sublinhando a contribuição significativa do cosmopolitismo africano na criação de identidades culturais nos dois lados do Atlântico. A palestra realça a importância de reconhecer as contribuições africanas para a história global e propõe um fortalecimento na colaboração entre arqueólogos brasileiros e africanos para investigar mais profundamente a arqueologia da África e suas conexões transatlânticas.

Palavras-chave: Arqueologia da África; métodos interdisciplinares; história atlântica; cosmopolitismo; diáspora africana.

* Professor do Departamento de História da Universidade Northwestern. E-mail: ogundiran@northwestern.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7773-0461>.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marcosrrs21@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3386-7841>.

*** Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Email: natklussmann@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7906-4072>.

THE BONDS THAT UNITE US: AN ARCHAEOLOGICAL HISTORY OF THE AFRICAN/YORUBA COSMOPOLITANISM AND ITS IMPLICATIONS FOR THE COLLABORATION IN THE SOUTH ATLANTIC

ABSTRACT

This transcript adapts the keynote lecture given by Akinwumi Ogundiran at the event of the Brazilian Society of Archaeology (SAB), delving into the richness of African/Yoruba cosmopolitanism by using archaeology, while highlighting the deep historical and cultural connections between Africa and Brazil within the South Atlantic context. Using archaeological, linguistic, and ethnographic evidence, Ogundiran showcases how African societies, particularly the Yoruba, established complex systems of governance, religious practices, and technological innovations that influenced and were influenced by transatlantic dynamics. The lecture emphasizes the need for *longue-durée* interdisciplinary studies both on the African continent and on the analyses of the formation of Afro-Brazilian diasporic identities stemming from these cultural exchanges, pointing out the significant contribution of African cosmopolitanism to creating cultural identities on both sides of the Atlantic. The lecture underscores the importance of acknowledging African contributions to global history and calls for strengthening collaboration between Brazilian and African archaeologists to further explore the archaeology of Africa and its transatlantic connections.

Keywords: Archaeology of Africa; interdisciplinary methods; Atlantic history; cosmopolitanism; African diaspora.

LOS LAZOS QUE NOS UNEN: UNA HISTORIA ARQUEOLÓGICA DEL COSMOPOLITISMO AFRICANO/YORUBA Y SUS IMPLICACIONES PARA LA COLABORACIÓN EN EL ATLÁNTICO SUR

RESUMEN

Esta transcripción adapta la ponencia inaugural de Akinwumi Ogundiran durante el evento de la Sociedad Brasileña de Arqueología (SAB), en la cual explora la riqueza del cosmopolitismo africano/yoruba mediante la arqueología, al mismo tiempo que destaca los profundos vínculos históricos y culturales entre África y Brasil dentro del Atlántico Sur. A partir de pruebas arqueológicas, lingüísticas y etnográficas, Ogundiran demuestra cómo las sociedades africanas, en particular la yoruba, establecieron complejos sistemas de gobierno, prácticas religiosas e innovaciones tecnológicas que influyeron y fueron influidas por la dinámica transatlántica. La ponencia pone de relieve la necesidad de estudios interdisciplinarios a largo plazo en el continente africano y en el análisis de la formación de identidades diaspóricas afrobrasileñas resultantes de estos intercambios culturales, subrayando la significativa contribución del cosmopolitismo africano en la creación de identidades culturales a ambos lados del Atlántico. Además, subraya la importancia de reconocer las contribuciones africanas a la historia mundial y propone un fortalecimiento de la colaboración entre arqueólogos brasileños y africanos para estudiar más a fondo la arqueología de África y sus conexiones transatlánticas.

Palabras clave: Arqueología de África; métodos interdisciplinarios; historia atlántica; cosmopolitismo; diáspora africana.

Quero começar expressando minha profunda gratidão à presidenta da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), à prof. dra. Adriana Dias, aos comitês executivo e organizador do XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia por me convidarem para proferir a palestra inaugural nesta conferência. Também agradeço ao meu amigo e colega, prof. dr. Marcos Leitão de Almeida, por orquestrar o convite. Desde ontem, quando cheguei, tenho desfrutado de uma calorosa recepção da Sociedade de Arqueologia Brasileira. É uma honra estar com vocês.

Ao longo dos anos, tive o privilégio de interagir e trabalhar com arqueólogos brasileiros que estudam a diáspora africana e as formações culturais indígenas. Eu me lembro de trabalhar com o prof. Pedro Funari no volume *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora* (2007) há muitos anos. O capítulo escrito pelo prof. Funari para esse volume oferece uma visão seminal da arqueologia da diáspora africana no Brasil. O ensaio é relevante ainda hoje.

Para mencionar outro exemplo, conheci o prof. Eduardo Neves na Amerind Foundation, em Dagoon, Estados Unidos, em 2014, e as ideias que trocamos na ocasião, sobre a arqueologia da complexidade social na África Ocidental Pré-Colonial e no Brasil, foram fantásticas. Portanto, quando recebi o convite para estar aqui hoje, essas e outras colaborações e relacionamentos passados me vieram à mente. E tudo isso serve como ponto de partida para minha conversa com vocês esta noite.

Quando a SAB me fez o convite, os organizadores me pediram para que eu focasse na importância da África no campo da arqueologia, enfatizando especificamente o papel crucial das perspectivas do sul global na reformulação do campo no século XXI. Eu juntei África e Iorubá no meu título porque a África é um continente vasto e diverso, com mais de 1,5 mil civilizações vivas, sem mencionar centenas que não sobreviveram até o presente. Portanto, decidi usar a civilização Iorubá, tema da minha própria pesquisa, para ilustrar algumas das questões que abordarei nesta apresentação. Além disso, essa é a civilização africana que, entre todas as demais, impactou de maneira mais duradoura a nação e o povo do Brasil. Mas esse não é um impacto unidirecional. O Brasil também teve uma imensa influência na África. Em um nível pessoal, cresci em uma casa com arquitetura brasileira e cercado de muitos Domingos, da Silvas e Afonsos. Como Iorubá por identidade étnica, compartilho sangue cultural com muitos de vocês nesta audiência. A história nos une intimamente desde que os primeiros exploradores portugueses desembarcaram na costa do Reino do Benin em 1472.

A África pode ser um peso-leve nos assuntos políticos e econômicos globais, mas é um peso-pesado quando o assunto é a história arqueológica de nossa espécie, *Homo sapiens sapiens*. Para entender o que a África pode oferecer ao futuro da arqueologia, devemos começar nos perguntando sobre como é a arqueologia na África hoje.

A África tem a história mais longa da humanidade, portanto não é de surpreender que ela tem sido um vasto laboratório com respostas para muitas perguntas sobre o que nos faz humanos. Também é uma pioneira, não uma retardatária, em relação a muitas das inovações culturais que aceitamos como evidência de complexidade social: a arte de governar, as cidades e a tecnologia. Além disso, os arqueólogos da África têm estado na vanguarda da discussão e implementação de agendas para descolonizar a arqueologia, tornando a prática da disciplina eticamente atenta a necessidades e prioridades das comunidades locais, e repensando, no processo, as teorias sociais e de médio alcance, que são fundamentais para nossas interpretações dos registros arqueológicos.

Todo tipo de evidência, da arqueologia à paleoantropologia, da biologia molecular à cronometria, demonstrou que a África é o berço das origens humanas desde a grande divergência dos gêneros *Hominini* e *Pan* (chimpanzé) no Leste da África, há cerca de 7 milhões de anos, até o aparecimento de nossa espécie, *Homo sapiens sapiens*, há 250 mil anos. Embora tenham ocorrido ondas anteriores de migrações de humanos modernos através do Oriente Médio, foi apenas há cerca de 60 mil anos que nossa espécie começou a ter uma presença forte fora da África. Imersos na criação de símbolos e no pensamento abstrato, os ancestrais africanos representaram sua experiência e interpretações de seu ambiente em imagens materiais: em paredes de cavernas e em esculturas tridimensionais.

O fim da Era do Gelo (ou talvez o último Interglacial), há cerca de 14 mil anos, marcou o início de um novo conjunto de marcos na história humana. O recuo das geleiras e o aquecimento global abriram novas terras para ocupação e deram início ao Período Úmido Africano. Precipitações aumentadas tornaram a maior parte da África mais verde, uma mudança em relação ao ambiente hiperárido e extremamente quente do Último Máximo Glacial. Lagos gigantes e rios poderosos surgiram no que hoje é o Deserto do Saara. As pinturas rupestres e os artefatos dos caçadores-coletores que exploraram esses recursos, bem como os fósseis e ossos das plantas e dos animais, são testemunhos da vitalidade do Saara entre 10000 e 5000 a.C.

Nesse período de abundância ecológica, nossos ancestrais começaram a inovar sua estratégia econômica de subsistência. Por volta de 9500 a.C. a cerâmica foi inventada em Ounjougou, na atual Mali, pelos falantes de proto-Níger-Congo (Huysecom *et al.*, 2009). Com base em evidências etnoarqueológicas e etnohistóricas, acreditamos que esses inventores eram mulheres que usavam suas panelas para cozinhar o sorgo e o milho selvagens que estavam colhendo da abundância da natureza (Haaland, 1995). Essas mulheres também foram as primeiras horticultoras da África e lideraram a domesticação desses cereais. Elas foram as primeiras agricultoras da África.

Análises de lipídios mostraram que essas mulheres cozinhavam os grãos coletados em panelas de barro misturados com alimentos animais aquáticos e terrestres, nozes e vegetais. Essa é a origem dos pratos saborosos, conhecidos como arroz jollof na África Ocidental, jambalaya no sul dos Estados Unidos e galinhada no Brasil. O efeito foi sem precedentes. Com suas inovações na cerâmica e na agricultura, essas mulheres do grupo linguístico Níger-Congo tornaram-se o motor da vida em aldeias estabelecidas. Não causa surpresa, portanto, que a economia e a autoridade centradas na mulher continuem a ser uma dimensão importante em todas as sociedades do Níger-Congo atualmente. Elas eram mais do que donas de casa. Essas mulheres foram a espinha dorsal da civilização do Níger-Congo, do Atlântico ao oceano Índico, do rio Níger ao Zambeze. Mesmo onde economias políticas globais e outras dinâmicas internas africanas (como o pastoralismo) impuseram na sociedade uma cultura política dominada por homens, por baixo da superfície existia a resiliência do poder e da autoridade femininos. Isso é bem ilustrado nos terreiros de Orixás entre os Iorubá, onde as mulheres têm tanto (se não mais) acesso à autoridade espiritual quanto os homens.

No entanto, o ótimo clima do início do Holoceno começou a declinar entre 7000 e 5000 a.C. A precipitação foi reduzida, mas o Saara ainda era habitável. Por volta dessa época os homens do povo proto-Nilo-Saariano domesticaram o gado. Como eram vizinhos do povo Níger-Congo, os dois grupos trocavam ideias. O grupo proto-Níger-Congo introduziu o cultivo de plantas e a cerâmica para as mulheres falantes do proto-Nilo-Saariano, enquanto os falantes deste último presentearam os homens do Níger-Congo com o pastoreio. À medida que o Saara se tornava mais seco, por volta de 5000 a.C., alguns desses grupos proto-Nilo-Saarianos se mudaram para o vale do Nilo, onde introduziram o gado domesticado e as plantas africanas ocidentais, como o milho e o sorgo, para os falantes de línguas proto-Afro-Asiáticas da área. Nesse momento, o vale do Nilo teve um aumento na sua população devido à migração de pessoas que estavam deixando o Saara em razão das mudanças climáticas.

A convergência das culturas Nilo-Saarianas e Afro-Asiáticas, indígenas do vale do Nilo, levou ao surgimento da civilização egípcia por volta de 3100 a.C. Mais ao sul no Nilo, a cultura Nilo-Saariana criou o que genericamente chamamos de civilização núbica, uma civilização muito mais antiga do que o Egito Antigo (Ehret, 2023). Por volta da mesma época, os pescadores e coletores nas margens do lago Turkana, no Leste da África, adicionaram a criação de animais à sua economia, graças aos pastores Nilo-Saarianos que abriam caminho rumo ao coração dos Grandes Lagos. As sepulturas desses pescadores-coletores-pastores foram encontradas em grandes montes de plataforma circular, indicados por pilares de pedra. Esses eram cemitérios comunitários. Os indivíduos ali enterrados eram adornados com uma notável variedade de contas coloridas de pedra, incluindo amazonita

azul-esverdeada, zeólita rosa-claro, calcedônia em vermelho-escuro, fluorita roxa e talco verde. Essas contas coloridas eram usadas na cintura e em colares, pulseiras e brincos (Hildebrand, 2018).

Esses exemplos ilustram a profunda história da África, rica em colaboração e trocas ao longo de espaços geográficos, culturas e línguas. Além disso, os primeiros ancestrais africanos escolheram se usariam o acesso diferencial à riqueza para criar desigualdade social e construir estados ou nutrir o igualitarismo. Enquanto os Nilo-Saarianos do Nilo construíram algumas das cidades e estados mais antigos do mundo há 5 mil anos, seus parentes no lago Turkana usaram sua riqueza em gado para construir sociedades igualitárias.

À medida que a desertificação do Saara se acelerava após 5000 a.C., os falantes de proto-Níger-Congo se espalharam para o sul e o leste, ocupando todas as zonas ecológicas da África Ocidental, do Sahel até a costa do Atlântico, por volta de 3000 a.C. Nas savanas arborizadas e na floresta tropical, eles abandonaram o pastoreio, pois a criação de gado não era uma opção devido à tripanossomíase. Por volta de 2000 a.C., esses agricultores Níger-Congo encontraram os agropastores Nilo-Saarianos nas pastagens de Quênia, Uganda e Tanzânia. Ali, os agricultores migrantes Níger-Congo reaprenderam a domesticação do gado.

Agora sabemos que dois grandes fluxos migratórios dos falantes do grupo Níger-Congo seguiram para o sul para povoar as regiões da África abaixo do Equador. Esses dois ramos são os povos falantes de línguas Banto, cuja língua proto-Banto se desenvolveu na região fronteiriça que atualmente abrange o território entre Nigéria e Camarões. A migração não foi unidirecional ou linear. Houve muitas etapas e becos sem saída. No entanto, por volta de 100 d.C., as populações falantes de Banto se estabeleceram na região sul da África, às vezes deslocando as populações aborígenes Khoisan e Mbuti ou integrando-se e convivendo com elas (Mitchell, 2002).

Entre 1000 e 800 a.C., várias comunidades em toda a África estavam experimentando uma nova tecnologia — a produção de ferro — desde a borda do Saara-Sahel na África Ocidental até a Nigéria Central, na região dos Grandes Lagos no leste da África e na África Central. Inicialmente esses produtos eram usados como ornamentos, mas por volta de 800 a.C. eles elaboraram essas invenções independentes e começaram a fazer ferramentas de ferro. Diferentemente do norte da África e do Egito, o resto do continente não passou pela Idade do Bronze (Holl *et al.*, 2000). Em vez disso, a África pulou da Idade da Pedra para a Idade do Ferro. Eles conseguiram isso porque haviam dominado o controle do fogo para a produção de cerâmica por quase 10 mil anos. Suspeito que mulheres oleiras descobriram acidentalmente a produção de ferro ao manipular diferentes fontes de argila em diferentes níveis de temperatura. No entanto, os homens se apropriaram dessa tecnologia e ela logo estaria associada à autoridade masculina, enquanto a produção de cerâmica permanece, até hoje, como um importante domínio do poder e da autoridade feminina.

Dentre as notáveis civilizações pioneiras da Idade do Ferro na África está a cultura Nok, na Nigéria central. Embora a cultura tenha começado na Idade da Pedra Tardia, por volta de 1500 a.C., foi só perto de 800 a.C. que ela se tornou uma cultura plenamente produtora de ferro (Breunig, 2014). Entre 600 e 300 a.C., a tecnologia do ferro se espalhou pelo continente e alcançou a ponta sul (por volta de 100 d.C.). Os debates sobre as origens do ferro foram acirrados durante várias décadas. Até duas décadas atrás, a maioria dos arqueólogos da Europa e da América do Norte defendiam as origens estrangeiras da tecnologia do ferro na África. Hoje, graças ao trabalho do arqueólogo americano Peter Schmidt (1997) e do arqueólogo camaronês Augustin Holl (2009), entre outros, temos evidências abundantes que sugerem que os ancestrais africanos desenvolveram a tecnologia do ferro de maneira independente.

Um dos tópicos que têm animado os arqueólogos africanistas é a origem do urbanismo. Sabemos que as primeiras cidades e vilas não se limitavam ao vale do Nilo. As mesmas restrições ecológicas — ou seja, a desertificação do Saara — que facilitaram a agregação populacional ao longo do Nilo e levaram ao surgimento de cidades no Egito e na Núbia por volta de 4000 a.C. também criaram oportunidades para assentamentos de aldeias densas na depressão de Hodh, atual

Mauritânia, por volta de 2000 a.C. Perto de 1600 a.C., várias dessas cidades, como Dakhlet el Atrous, na região de Dhar Tichitt, tornaram-se pré-estatais, construídas por agro-pastores, comerciantes e artesãos. A arquitetura característica dessas primeiras cidades do Sudão Ocidental é de “conjuntos de alvenaria de pedra seca interligados que cercam pátios abertos, unidades residenciais e áreas de armazenamento” (Monroe, 2018, p. 395). No seu auge, Dakhlet el Atrous cresceu até a marca de 95 hectares e tinha mais de 540 compostos murados de pedra, cada um ocupado por famílias multigeracionais e poligínicas.

A arqueologia e a historiografia coloniais negaram as origens locais do urbanismo africano, preferindo, em vez disso, atribuir o conhecimento de cidades e vilas às imaginárias Tribos Perdidas de Cam, do Oriente Médio, aos gregos perdidos da mítica Atlântida ou aos históricos comerciantes muçulmanos vindos do oceano Índico e do Mediterrâneo. As antigas cidades de Jenne-Jeno, Ilé-Ifè, Grande Zimbábwe e os Estados-cidades suahilis, entre outras, inicialmente sofreram esse destino de distorção colonial e reivindicações absurdas. Por exemplo, o antiquário e etnógrafo alemão Leo Frobenius (1913) afirmou que os gregos da ilha fictícia de Atlântida fundaram a cidade de Ilé-Ifè e sua civilização Iorubá. Outro explorador e geógrafo alemão, Karl Mauch, atribuiu as ruínas do Grande Zimbábwe ao bíblico rei Salomão e à fabulosa rainha de Sabá. Árabes e persas foram creditados pelo desenvolvimento das cidades Suaflis no Leste da África. A necessidade de justificar o colonialismo europeu na África levou à fabricação dessas histórias entre as décadas de 1870 e 1950 (Chirikure, 2020).

Essas histórias fantásticas já não são mais aceitas graças à pesquisa arqueológica e histórica dos últimos sessenta anos. Agora, rastreamos as origens desses centros urbanos até a efervescência cultural que começou por volta de 300 a.C. na África. Esse florescimento cultural amadureceu em toda a África ao sul do Saara no primeiro milênio depois de Cristo, levando ao surgimento do Império de Gana, construído pelos Soninke durante o quinto século depois de Cristo. No entanto, a idade de ouro da civilização Africana antiga aconteceu mesmo entre os séculos IX e XIV. Do lago Chade ao rio Zambeze, do Atlântico ao oceano Índico, cidades, reinos, impérios e várias outras configurações políticas se desenvolveram. Emissários políticos, comerciantes itinerantes, artesãos e artistas ligavam os diversos povos do continente, do Cairo ao Congo e de Marrocos a Moçambique. Igbo Ukwu, Ilé-Ifè, Grande Zimbábwe, Império Mali, Império Kanuri, Congo e as cidades de pedra suaflis são alguns dos nomes icônicos de lugares e estados que definiram essa Era do Florescimento, quando a África era parte integrante dos sistemas do velho mundo. Naquela época a África não estava na periferia da economia global. Suas políticas e povos constituíam alguns dos núcleos dos sistemas mundiais sobrepostos que compunham a globalização pré-moderna. Com certeza o trabalho africano, via escravização, movia-se pelo Saara até o Mediterrâneo e pelo oceano Índico até o sul da Índia e da Pérsia. Mas o ouro africano também lubrificava o motor econômico do Mediterrâneo e da Rota da Seda. Seu ferro e seu aço alcançavam a Índia e a Pérsia. Marfim de elefante e rinoceronte, noz de cola e outros produtos primários também eram altamente demandados fora do continente, e, por sua vez, eram trocados por cobre, latão, contas de vidro e tecidos.

HISTÓRIA DA ÁFRICA: UMA NOVA DIREÇÃO

As realizações desses antigos sítios urbanos como centros de tecnologia, aprendizado, comércio e monumentalidade são fontes justificadas de orgulho na África pós-colonial de hoje. Por essa razão, os últimos 2,5 mil anos têm sido o foco da maioria dos interesses arqueológicos e históricos no continente. Trabalhando nesse período, arqueólogos e historiadores africanistas desmantelaram a epistemologia hegeliana que representa a Ásia como o início da história e a Europa como seu destino final, ou que afirma que o movimento da história contornou a África antes da colonização europeia no século XIX. Esses estudiosos introduziram diversas metodologias para estudar o passado africano, preenchendo, assim, as lacunas entre arqueologia e história. Linguística histórica, arqueologia, tradições orais, folclore, paisagem e gêneros de performance, como música,

dança, rituais, além de fontes documentais e ciências biológicas e físicas, têm sido criativamente explorados para enriquecer os estudos sobre o passado africano. Essa metodologia eclética, aliada a abordagens interdisciplinares, contribuiu significativamente para a descolonização da história da África, ajudando-nos a repensar e revisar os quadros teóricos que anteriormente distorciam a ontologia e a epistemologia da experiência africana.

É importante destacar que os linguistas históricos têm estado na vanguarda dessa interdisciplinaridade. Usando mudanças fonológicas (sonoras) e semânticas para escrever a história, os linguistas-historiadores africanistas estão sempre em diálogo com arqueólogos, etnógrafos e cientistas de materiais em sua busca para compreender a história profunda da África (Ehret, 2012). Nós, que temos formação em arqueologia, também derrubamos fronteiras disciplinares por meio da colaboração com historiadores linguísticos e iniciamos pesquisas etnográficas baseadas em performances e histórias orais. A combinação de palavras, coisas e performances na pesquisa histórica traz insights que uma disciplina sozinha não pode reconhecer. Como resultado, historiadores linguísticos nos deram algumas das obras seminais sobre a longa história de gênero, maternidade, identidade, formações sociais, interações regionais, comércio, trabalho, subsistência e agricultura, tecnologia e riqueza e pobreza dos últimos três mil anos. Por exemplo, Marcos Leitão de Almeida (2020), pioneiro desse modelo africanista de história linguística no Brasil, completou uma dissertação na Northwestern University intitulada *Speaking of Slavery: Slaving Strategies and Moral Imaginations in the Lower Congo (Early Times to the Late 19th Century)*. Esse estudo é um ponto de virada na historiografia africanista sobre trabalho forçado, individualidade e economias morais. É também uma combinação de história econômica, social e intelectual que mostra como as práticas de escravidão foram reconfiguradas ao longo dos últimos 3 mil anos no Baixo Congo.

A metodologia eclética dos africanistas enfraqueceu, se ainda não destruiu, as divisões entre “Pré-história” e “História” ou entre “Arqueologia” e “História”. Lamentavelmente, essa divisão continua a fragmentar o estudo da arqueologia e da história em minúsculas peças em muitas partes do mundo. Na medida em que essas divisões existem dentro de nossas disciplinas, as comunidades indígenas continuarão a ser alienadas do Estado-nação pós-colonial, e essa divisão só pode perpetuar o deslocamento mental, espiritual e físico dos membros de grupos minoritários. A divisão Pré-história/História tem sido uma ferramenta particularmente eficaz para perpetuar as injustiças contra os membros indígenas e minoritários de várias nações e sociedades. Por exemplo, nosso compromisso com a descolonização da arqueologia no Brasil significa que as sociedades amazônicas pré-contato e pré-coloniais não devem ser encontradas apenas em revistas de arqueologia. Devemos empregar nossa metodologia eclética de longa duração para trazer essas culturas originárias para nossas revistas de história.

Além disso, nossa atenção às teorias africanas de conhecimento, modos de ser e criação de valores nos permitiu descobrir e apreciar o cosmopolitismo africano. Aqui percebemos que o cosmopolitismo não se trata de como os africanos consumiram ideias estrangeiras ou encontraram não africanos, mas de como os africanos cultivaram, gerenciaram e celebraram diferenças. Infelizmente, o cosmopolitismo costuma ser invocado nos Estudos Africanos como um produto dos encontros africanos com ideias e povos fora da África, geralmente por meio do comércio e redes políticas. Assim, a Costa Leste africana, os terminais comerciais ao longo da borda sul do Sahel na África Ocidental e o Mediterrâneo Africano entre 900 e 1400 d.C., e a Costa Atlântica após 1500 são frequentemente usados como exemplos de cosmopolitismo. Esse enquadramento sugere que o cosmopolitismo africano é reativo e tem origem estrangeira, não proativo e produzido internamente. Esse pensamento cria muitos obstáculos para estudar a história da África e a da diáspora africana. Os cosmopolitismos do Congo, Iorubá, Acã e Ibo não foram criados pelo Islã, Cristianismo ou comércio com outros sistemas mundiais. Ao contrário, suas origens são internas. Isso explica sua resiliência e adaptabilidade diante de vários ciclos de estresse ao longo dos últimos

2 mil anos. Parte da minha pesquisa tem se concentrado em explicar a natureza e a dinâmica desse cosmopolitismo na história Iorubá.

É bem conhecido que o desejo de acessar os recursos dos sistemas mundiais pré-modernos na África e na Ásia estimulou a exploração portuguesa dos litorais africanos em busca de ouro e especiarias. Esses exploradores, no entanto, encontraram mais do que essas mercadorias. Na baía do Benin, eles se depararam com contas de vidro dicroicas, que os comerciantes portugueses confundiram com contas de pedra de coral. Em toda a África Ocidental, essas contas eram altamente valorizadas para armazenar riqueza e eram usadas para fins de cura, espirituais e estéticos. Dada a alta demanda por essas contas, os comerciantes portugueses as trocavam por marfim, ferro, tecido, ouro, cativos e pimenta na África Ocidental e Central durante o século XV. De acordo com o relato do holandês do século XVII, Wilhelm Bosman, essas contas de vidro eram tão valorizadas que costumavam ser pesadas tendo o ouro como contrapeso. Nos últimos quinze anos estabelecemos de forma convincente que essas elas foram produzidas em Ilé-Ifè, uma cidade que cresceu a passos largos entre os séculos X e XII, tornando-se a capital do mais antigo império ao sul do rio Níger no século XIII, antes de declinar em poder e influência no final do século XIV (Ogundiran, 2020).

Se os comerciantes portugueses no Benin tivessem prestado atenção às fontes escritas mais antigas no Mediterrâneo, teriam encontrado o Atlas Catalão. Esse mapa comercial espanhol de 1375 referia-se ao rei de Ilé-Ifè como rey de Organe (rei de Oghene/Ooni). Oghene ou Ooni é o título do rei de Ilé-Ifè. Além disso, quando Ibn Battuta, o viajante berbere-marroquino, visitou o Império Mali em 1352-1353, ele foi informado de que Ilé-Ifè era um dos maiores reinos da África, e seu rei (o Ọ̀ni), um dos maiores reis na Terra das Pessoas Negras (“Sudão”). Essas duas referências são da época em que Ilé-Ifè estava no auge de sua glória e era reconhecida como a maior metrópole urbana e a capital do maior estado da África, do rio Níger, na África Ocidental, ao rio Zambeze, no sul do continente.

Mas não era tarde demais. Portugal logo aprendeu sobre essa antiga cidade por meio de seus exploradores. Duarte Pereira Pacheco, um explorador e soldado português, foi informado na corte do rei do Benin, em 1475, de que o rei de Ilé-Ifè era o poderoso senhor da região e que o povo do Benin considerava a cidade como o local do nascer do sol. Duarte de Pacheco Pereira comparou o status do Ọ̀ni entre os negros ao do Papa entre os europeus (Pereira, 1905, p. 126). Deve-se notar que já se passara cerca de meio século desde o colapso do império quando esta referência a Ilé-Ifè foi feita, o que demonstra que a cidade continuou a desfrutar de deferência e respeito na região, apesar de seu declínio político.

O povo Iorubá acredita que Ilé-Ifè é a origem de sua civilização. Eles também afirmam em suas tradições orais que foi na cidade que a terra e seu povo, animais e plantas foram criados. O nome Ilé-Ifè significa “Casa da Abundância” e “Casa da Expansão”. A antiga cidade também tem vários apelidos, como “Cidade do Alvorecer”, “Cidade do Nascer do Sol” e “A Fonte”. Como já vimos, esses nomes e apelidos ilustram a crença Iorubá de que Ilé-Ifè é o marco zero da humanidade — o lugar onde a terra e a humanidade foram criadas. Um século de pesquisa histórica e arqueológica confirmou que as realizações de Ilé-Ifè em artes, ciência, tecnologia, comércio, arte de governar, religião e filosofia são as razões para seus nomes e apelidos espetaculares.

Com base em pesquisas arqueológicas que vários estudiosos e eu realizamos em Ilé-Ifè e em outras partes da região Iorubá, agora sabemos que ela é a cidade mais antiga que foi continuamente ocupada na África Ocidental e um dos motores econômicos mais poderosos da África durante seu auge, entre setecentos e mil anos atrás (Ogundiran, 2020). A cidade era famosa pela produção de vidro, ferro e aço, e seus produtos eram vendidos até nos impérios de Gana e Mali durante o período que vai do século XI ao XIV. Os cientistas de materiais de Ilé-Ifè inventaram uma receita e uma tecnologia de fabricação de vidro únicas e os líderes políticos e os comerciantes da cidade usaram essa tecnologia para criar um sistema de moeda de contas de vidro que integrava a economia de muitas partes da África Ocidental, de Igbo-Ukwu, onde hoje fica a Nigéria, a Walata, na Mauritânia.

Definido pela receita que combina alto teor de cal e altas quantidades de alumina, os cientistas materiais de Ilé-Ifè usaram pegmatito como sua receita principal e conchas de caracol como fonte de cálcio para baixar o ponto de fusão e endurecer o vidro ao esfriar. Eles obtiveram as cores para as contas de diferentes materiais. Com o cobalto, eles fizeram contas azuis e a adição de cobre e ferro à receita produziu contas vermelhas e amarelas, respectivamente. Ilé-Ifè promoveu suas contas de vidro como o símbolo sagrado para validar a ideologia do reino divino, ideologia essa que estava em seus anos de formação no final do século X. Esse conhecimento tecnológico libertou o mundo Iorubá da dependência de fontes externas para legitimar seu sistema político de reino divino. A ampla adoção das contas de vidro de Ilé-Ifè para legitimar autoridades políticas e espirituais transformou-a no garantidor da ordem social da região ocidental do baixo Níger entre os séculos XI e XIV. Por meio de sua indústria de vidro, Ilé-Ifè foi pioneira na história da África ao promover o princípio da independência tecnológica. Por volta de 1200 d.C. os empreendedores políticos da cidade haviam convertido suas vastas redes de colônias, estações comerciais e estados clientes no primeiro império no mundo Iorubá. É também o primeiro império em todas as partes da África que ficam ao sul do rio Níger, de Lokoja (Nigéria) a Cidade do Cabo (África do Sul).

A antiga Ilé-Ifè era mais do que um empório. Era também um centro de aprendizado em diferentes ramos da ciência e das artes, incluindo filosofia, química de materiais, adivinhação Ifá e astronomia. Como centro de aprendizado, pesquisa, conhecimento, peregrinação, alta arte e riqueza, Ilé-Ifè era um polo turístico, atraindo visitantes, estudantes, artistas e aqueles que buscavam fortuna em toda a África Ocidental. Ilé-Ifè também era famosa por seus escultores, que trabalhavam com madeira, pedra, terracota e ligas de cobre, sobretudo bronze. Muitos desses escultores eram empregados na confecção de esculturas mortuárias para homenagear os ancestrais. As esculturas eram colocadas em altares familiares para veneração. Ao lado da agricultura e das indústrias de vidro e ferro, o ritual mortuário provavelmente foi o terceiro maior setor da economia de Ilé-Ifè durante os séculos XII a XIV.

O colapso do Império de Ifè foi resultado de muitos fatores, mas um catalisador importante foi a Pequena Idade do Gelo, que começou no final do século XIV e durou até meados do século XIX. O clima de resfriamento do hemisfério norte, assim nomeado após a Pequena Idade do Gelo, traduziu-se em padrões climáticos instáveis e ciclos de secas de vários anos em diferentes microambientes na África Ocidental, Oriental, Central e do Sul. Os efeitos foram fome e doença, que agravaram conflitos políticos e o declínio econômico. Esses eventos desmantelaram o Império de Ifè, assim como fizeram com os impérios Mali e Kanem. Esses três estados contemporâneos da África Ocidental entraram em colapso nas duas primeiras décadas do século XV. Embora o império não existisse mais, a cidade de Ilé-Ifè sobreviveu à crise ecológica e às suas consequências sociais.

A chegada dos exploradores portugueses à baía do Benin em 1472, as chegadas de Colombo às Américas entre 1492 e 1504 e a subsequente colonização das Américas pela Europa estavam conectadas aos efeitos da Pequena Idade do Gelo, à medida que diferentes políticas em todo o mundo começaram a explorar recursos alternativos para a reprodução social e autopreservação. Os comerciantes portugueses, logo seguidos pelos comerciantes holandeses, dinamarqueses e ingleses, expandiram as atividades comerciais na costa da África Ocidental e no continente adjacente. Entre 1550 e 1640, tecidos de algodão eram a manufatura dominante, deixando as costas do mundo Iorubá para outras partes dos litorais africanos e América do Sul, via rio Benin e Lagoa de Lagos. Os comerciantes portugueses e holandeses enviaram esses tecidos para diferentes partes da bacia do Atlântico, de Luanda (na África Centro-Ocidental) a Olinda (no Brasil), e de Curaçao (no Caribe) à Nova Holanda (Nova York), onde eram vendidos com bom lucro. Por volta de 1650, no entanto, cargas humanas substituíram as exportações africanas para o Brasil devido à crescente colonização europeia das Américas e à necessidade de mão de obra nas plantações de açúcar e nas atividades de mineração.

O período entre 1500 e 1865 foi vastamente analisado por intensas investigações arqueológicas, nas quais vários de nós exploramos questões relacionadas aos impactos da

escravidão atlântica nas transformações culturais, políticas e econômicas da África (Monroe; Ogundiran, 2012; Ogundiran; Falola, 2007). Também voltamos nossa atenção para explicar as contribuições da África na construção da modernidade precoce como um projeto cultural. Em vez de ver a região como receptora da modernidade, compreendemos o continente e seu povo como cocriadores do mundo moderno por meio de conversas e interações com a Europa, América do Sul, Caribe e América Latina a partir do século XV. Como resultado, percebemos que as culturas africanas que se tornaram dominantes nas Américas do Sul e Central durante os séculos XVIII e XIX foram produtos da modernidade atlântica na África, respondendo às interferências e às novas experiências criadas pelo nexo de produção-consumo da economia atlântica. Por exemplo, as divindades Iorubá, que desde então se tornaram tão profundamente enraizadas na cultura brasileira, são produtos das inovações culturais e religiosas que varreram o mundo Iorubá do século XV ao XVIII. Essa é a base da resiliência duradoura dessa cultura nas Américas, do Brasil a Cuba, de Trinidad e Tobago ao Haiti e de Louisiana a Nova York.

Nossos trabalhos arqueológico-históricos na Nigéria, no Bosque de Oxum, onde se localiza o templo mais sagrado de Oxum; na cidade de Koso, centrada em Xangô, em Oió-Ilé e no campo ritual centrado em Yemoja [Iemanjá], que dominava o eixo de Ketu, revelaram os trabalhos culturais e intelectuais que tornaram essas divindades modernas antes de se irradiarem pelo oceano. Chamei a atenção para o fato de que a mitologia, a materialidade, o ritualismo e a performatividade dessas divindades Iorubá são discursos que explicam a experiência Iorubá da modernidade. O diálogo crítico mítico-histórico do panteão de Orixás Iorubá mostra claramente como poder e dominação (por exemplo, via império), resistência, escravidão, consumo desenfreado, capitalismo e expropriação estavam sendo debatidos entre diferentes correntes intelectuais de distintos Orixás na África e que esses debates foram levados para as Américas. Por exemplo, essas questões eram intensamente debatidas entre Ogum (implicado no comércio de escravos como uma divindade guerreira) e Obatalá (o patrono ascético do panteão de Orixás); e entre Xangô (o construtor do império associado a Oió) e Oxum (a paladina anti-império e mulherista das províncias do reino).

Esses debates culminaram, em 1817, na revolta da classe baixa em Oió-Ilé, quando uma grande parte da população escravizada e da classe baixa na capital, em suas cidades satélites e plantações se revoltaram e lutaram para sair da cidade e se juntar a uma crescente resistência anti-metropolitana que já havia estabelecido sua base em Ilorin, a cerca de 60 km ao sul da capital. Minha equipe de pesquisa está estudando a economia doméstica e a organização social no nível das famílias para entender como as desigualdades de gênero, classe, status e ocupação mediaram essa revolta. Nossas descobertas mostram que a população não livre vivia em casas comunais semelhantes a quartéis. A pobreza material dessas residências é evidente. Além disso, os arranjos espaciais dos artefatos encontrados nelas não têm organização coerente em contraste com os das famílias autônomas que ocupavam residências com arquitetura de estilo *impluvium*. O conjunto cerâmico indica que o serviço de alimentação não era central para a reprodução social, pois os residentes dessas casas comunais recebiam rações de comida cozida, provavelmente servidas em recipientes perecíveis. São esses tipos de lugares onde o descontentamento que varreu o mundo atlântico durante a Era da Revolução teria fornecido terreno fértil para que as pessoas sabotassem e se rebelassem contra o império. Com essa pesquisa, estamos adicionando uma nova visão de conhecimento às contribuições da África Ocidental para a arqueologia e historiografia da Era da Revolução.

Alguns dos homens e das mulheres que buscaram se libertar em 1817 no Império de Oió, seja na metrópole ou nas províncias, acabaram escravizados. Membros das classes média e alta, contra os quais a revolta ocorreu, também foram vítimas do tráfico de escravos. Essa é a ironia da vida na África dos séculos XVIII e XIX: você pode ser um senhor pela manhã e uma pessoa escravizada à noite e vice-versa. A luta na África era entre Xangô e Oxum, Obatalá e Xangô e Ogum e Yemoja. No entanto, em Havana, Recife, Matanzas, Salvador e outras cidades no Atlântico Sul, esses antagonistas africanos se tornaram colaboradores da diáspora africana e combinaram

esforços para se juntar às lutas anti-imperialistas e antiescravidão na América Colonial. Não é de se admirar que o povo falante de Iorubá e a epistemologia Orixá tenham sido implicados em várias revoltas de escravos dos séculos XVIII e XIX — a revolta de escravos de 1791 em São Domingos, a Rebelião de Aponte em 1812 em Cuba, a Revolta dos Malês em 1835 em Salvador (Brasil) e a revolta de 1843 em Matanzas (Cuba). Por essas convulsões, os Iorubá ganharam os apelidos de “encrenqueiros” e “patifes” e foram alvo de críticas e condenações por aqueles que queriam prolongar a escravidão (Barcia, 2016).

Não preciso lembrar de que o imperialismo, o deslocamento e a expropriação, exploração e marginalização de povos e culturas indígenas moldaram o início da arqueologia, especialmente no sul global. Arqueólogos africanistas têm estado na vanguarda ao chamar a atenção para práticas coloniais que ainda atormentam a arqueologia do sul global buscando maneiras de corrigir as injustiças do passado e sua continuidade no presente. Muitas revisões têm ocorrido dentro da arqueologia da África, em conferências/oficinas e em publicações, para descolonizar o campo e tornar a arqueologia uma ciência melhor. A revista *African Archaeological Review*, da qual fui editor-chefe nos últimos cinco anos, tem estado na vanguarda da busca por maneiras de tornar o conhecimento arqueológico relevante para o público geral na África. Nos últimos cinco anos, apresentamos os Fóruns de Passado Utilizável [Usable Past Forums], nos quais adaptamos os resultados de pesquisas acadêmicas para políticas sociais e recomendações de resolução de problemas. Dois desses fóruns se concentraram em segurança alimentar na África e respostas à pandemia da covid-19 — as respostas passadas da África a surtos epidêmicos.

Além disso, a revista promoveu a união de educadores e arqueólogos para desenvolver estratégias de infusão do conhecimento arqueológico no currículo dos ensinos primário e secundário (K-12). Uma edição especial sobre esse assunto foi publicada na revista em setembro e é voltada principalmente para professores do ensino escolar e outros educadores. Na minha introdução para a edição, lembrei aos leitores que arqueólogos africanistas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 usaram descobertas arqueológicas na educação pública e fizeram esforços para integrar a arqueologia nos currículos escolares. David W. Phillipson (2023) fez isso na Zâmbia entre 1964 e 1973, quando atuou como Secretário/Inspetor de Monumentos do país. Na Nigéria, Thurstan Shaw (1969) e seus colaboradores publicaram palestras sobre Pré-história e Arqueologia da Nigéria para difundir a área para o público letrado em inglês e para professores. Essas palestras também foram transmitidas no rádio nacional para trazer os avanços arqueológicos e suas implicações à atenção do público geral. O foco recente na arqueologia comunitária em toda a África revitalizou esforços para levar a arqueologia ao público e às áreas de aprendizagem escolar, usando tanto novas quanto antigas mídias, assim como métodos pedagógicos tradicionais e criativos. No meu próprio trabalho, estabeleci como prioridade compartilhar minha pesquisa com as comunidades locais por meio de exposições de pôsteres e artefatos. Outros pesquisadores usaram a música para comunicar o valor e o potencial do patrimônio arqueológico ao público. Por exemplo, Elgidius Ichumbaki e Claudia Lubao ilustraram como a música Bongo Flava, da Tanzânia — uma mistura de hip hop americano, reggae, R&B e afrobeats —, está sendo usada para conscientizar as pessoas sobre o valor do Sítio do Patrimônio Mundial de Kilwa Kisiwani no país. Isso efetivamente motivou os jovens a se interessarem pela preservação de monumentos e a participarem de iniciativas de conservação (Ichumbaki; Lubao, 2020). Há outra direção na arqueologia comunitária africana, como o trabalho que Rachel Engmann e Dorothy Engmann estão fazendo no Castelo de Christianborg, em Gana, que prioriza a colaboração com comunidades descendentes diretas no planejamento de projetos arqueológicos. Usando essa abordagem, os arqueólogos estão interessados em fazer perguntas relevantes para as comunidades descendentes e em desenvolver estratégias para “o estudo, uso e gestão do passado” (Engmann; Engmann, 2023).

Ainda que essas iniciativas de arqueologia comunitária domésticas existam, devo admitir que as conversas sobre arqueologia engajada na comunidade continuam sendo moldadas em

termos das relações entre o norte e o sul global. Infelizmente esse enquadramento só ajudou a preservar as dinâmicas de poder que privilegiam as prioridades europeias e norte-americanas na arqueologia do sul global. Chegou a hora de quebrar esse molde de engajamento arqueológico na África. Não podemos descolonizar a arqueologia da África até que a prática, os princípios e a logística da arqueologia no sul global reflitam as aspirações desse vasto bloco geopolítico por autonomia, desenvolvimento humano sustentável e uma ordem global mais justa e igualitária. A arqueologia sempre foi parte integrante da diplomacia do norte global e de sua hegemonia. Portanto, temos institutos norte-americanos, franceses, alemães e britânicos de arqueologia por todo o sul global. Uma vez que o controle da narrativa do passado é crítico para moldar as narrativas sobre o presente e o futuro, a arqueologia deve ser parte integrante da colaboração do sul global por um futuro melhor. Por favor, não me entendam mal. Não estou dizendo que o sul global deva politizar a arqueologia. Pelo contrário, estou argumentando que a assertividade do sul global na busca por uma alternativa à atual ordem global não deve abandonar a arqueologia. Hoje, o BRICS, a organização intergovernamental composta por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, é o grande exemplo de assertividade, dado que seu Produto Interno Bruto (PIB) em paridade de poder de compra já “supera o do clube G7 do norte global” e representa 42% da população global.

Com Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos programados para se juntar à organização em 1º de janeiro de 2024, o BRICS nos oferece um modelo para pensar as colaborações do Atlântico Sul de novas maneiras. Já mencionei as raízes históricas das ligações do Atlântico Sul entre Brasil e África, que remontam ao início da era moderna, quando as travessias atlânticas transportavam pessoas escravizadas, drogas e álcool entre África e América do Sul e eram dominadas pelos impérios europeus. No entanto, de 1860 a 1920, as atividades comerciais iniciadas por afro-brasileiros, as relações familiares e as conexões baseadas no culto aos Orixás dominaram essas travessias, sobretudo entre a Nigéria e o Brasil. Desde a década de 1960, as parcerias diplomáticas entre África e Brasil cresceram, abrangendo preocupações econômicas, culturais e de segurança bilaterais. A política doméstica brasileira entre 2002 e 2010 prestou atenção à África. As relações do Atlântico Sul foram ampliadas para expandir o comércio, criar oportunidades para turismo cultural e colaborar em questões ambientais e referentes à mudança climática. A declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, “O Brasil está de volta”, é promissora para reavaliar, voltar a priorizar e fortalecer a colaboração do Atlântico Sul. Arqueólogos e profissionais do patrimônio devem aproveitar essa onda de boa vontade política para explorar novas possibilidades de relevância arqueológica. O Congresso Pan-Africano de Arqueologia [PanAfrican Archaeological Association], a Sociedade de Arqueólogos Africanistas [Society of Africanist Archaeologists] e a Sociedade de Arqueologia Brasileira devem abrir diálogos para que haja colaboração e benefícios mútuos.

Há muitas razões pelas quais não podemos deixar a conversa sobre o Atlântico Sul apenas para os atores políticos. Como todos sabemos, lentamente nos últimos vinte anos percebemos que nossa modernização dependente de carvão e que nossos modos de vida devoradores de energia são insustentáveis. À medida que nossas teorias de conhecimento, enraizadas na sabedoria do norte global, estão sendo esgotadas, somos chamados a refrescar nosso pensamento e a criar soluções para os problemas contemporâneos de insegurança, mudanças climáticas, conflitos, privações e escassez em meio à abundância. Essa busca nos tornou atentos ao passado e aos sistemas de conhecimento do sul global. Como resultado, percebemos as potencialidades do conhecimento dos povos originários na busca de soluções para nossos problemas atuais e futuros. No entanto, esse conhecimento quase foi dizimado pelo colonialismo e pelo estado pós-colonial, e o pouco que resta está ameaçado pelas mudanças climáticas, pela insegurança, e por conflitos e industrializações imprudentes. Devemos dar crédito aos governos e agências filantrópicas do norte global pelo financiamento que forneceram nas últimas décadas para a documentação digital e preservação de recursos culturais, arqueológicos e naturais no sul global. Hoje, a Arcadia é uma das proeminentes organizações filantrópicas

comprometidas com a documentação mundial de sítios de patrimônio cultural em perigo para garantir que estejam disponíveis para as gerações futuras. Atualmente está financiando a documentação de cinco anos de Sítios e Monumentos Arqueológicos em Perigo na África, em oito países subsaarianos (Senegal, Mali, Sudão, Etiópia, Quênia, Tanzânia, Zimbábue e Botsuana), usando um banco de dados relacional e geoespacial que estará aberto ao público quando concluído. Há também o Fundo de Patrimônio Cultural do British Council e agências de financiamento internacionais como o Fundo do Patrimônio Mundial. A organização intergovernamental Fundo do Patrimônio Mundial Africano nasceu em 2006 dessas iniciativas internacionais. Apoiada pelos Estados Membros Africanos da Organização Nacional das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela União Africana, sua missão é promover a conservação efetiva e a proteção do patrimônio natural e cultural de valor universal excepcional na África.

Como acadêmicos, devemos continuar a advogar e lembrar os países do sul global que eles devem a seus povos a responsabilidade de investir na preservação de seu conhecimento e patrimônio indígenas, pois aqui reside o roteiro para o futuro. Uma nação que é muito pobre para liderar e financiar a preservação de seu patrimônio é uma nação que está condenada a ser pobre para sempre. Países assim perdem a credibilidade para existir. O apoio internacional pode complementar, mas não deve ser a força motriz para a preservação de sítios arqueológicos em qualquer país. Se estamos realmente comprometidos em descolonizar a nação pós-colonial, a documentação e preservação de sítios de patrimônio não devem ser terceirizadas: devem ser internalizadas. Aqui, temos oportunidades para os países do sul global se unirem para compartilhar conhecimento, expertise e recursos para a preservação e gestão do patrimônio. Deixe-me chamar a atenção para o fato de que já existem estruturas em vigor para essa colaboração. Por exemplo, entre 2000 e 2013 foram feitos pelo menos oito acordos bilaterais pelos governos do Brasil e da Nigéria, incluindo o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (2000), o Acordo sobre Comércio e Investimento (2005), e o Acordo sobre Cooperação Técnica (2005).

Todos conhecemos os impactos revolucionários do Light Detection and Ranging (LiDAR) na arqueologia nos últimos vinte anos. Da Amazônia às savanas da África do Sul, do noroeste do Camboja (Angkor) ao norte da Guatemala, vastas paisagens antropogênicas ocultas estão sendo reveladas. Cidades perdidas foram descobertas. Estamos aprendendo com essas imagens a laser sobre interações humano-ambiente, a vulnerabilidade e resiliência de várias civilizações às mudanças ecológicas e as estratégias de sustentabilidade que as sociedades indígenas implementaram antes do advento do capitalismo imperial da era moderna e da Revolução Industrial que se seguiu. Fora do norte da África e do sul da África, a aplicação do LiDAR é praticamente inexistente no resto do continente. Uma das afirmações frequentemente repetidas nos Estudos Africanos é que a densidade populacional era baixa e a terra era abundante na maior parte da história da África — isto é, até a era moderna. Portanto, a ideia de propriedade de terra não se desenvolveu na África. Em vez disso, era a propriedade de pessoas que era importante. Por mais que esse cenário tenha sido repetido e servido como base para teorizar a economia política da África e ideias de propriedade antes de 1900, ele é inconsistente com as evidências disponíveis. Registramos paisagens urbanas densas desde a Borda do Sahel, na África Ocidental, até a Floresta Equatorial da África Central, dos Grandes Lagos às costas litorâneas da África Oriental. Suspeito que mais imagens de LiDAR da África nos ajudarão a aposentar essa visão a-histórica da baixa densidade populacional da África.

Vamos tomar a área metropolitana do Império de Oiô como exemplo. Esse império Iorubá e sua metrópole duraram de cerca de 1570 a 1840. No seu auge, o império era a maior formação política na África Ocidental, abrangendo várias zonas ecológicas do sul do rio Níger até a Costa Atlântica. Sua capital, Oiô-Ilé, era uma das maiores paisagens urbanas da África no início do século XIX. A cidade principal tinha cerca de 8x10 km, cercada por várias cidades satélites a apenas 1-4 km uma da outra. Em sua viagem pelo Império de Oiô em 1826, o explorador britânico Hugh Clapperton notou com espanto a densidade urbana da área metropolitana:

Quanto mais penetrávamos no país, mais densa encontrávamos a população [...], e a civilização se tornava a cada passo mais impressionantemente aparente. Grandes cidades a apenas alguns quilômetros uma das outras [...] estavam em torno de nós (Lander, 1830, p. 95).

Nossa equipe de pesquisa vem estudando e escavando essa paisagem urbana desde 2017, e parece que ainda não fizemos sequer um arranhão nela. Identificamos vários sítios que remontam à Idade do Ferro Inicial, estendendo-se até 400 a.C. Nossa pesquisa, ampliada por modelagem por aprendizado de máquina [*machine-learning*], mostra que pequenas aldeias da Idade do Ferro Inicial e Média se espalhavam pela paisagem antes que o império as urbanizasse no final do século XVI. Suspeito que a paisagem urbana de Oió na metrópole cobre pelo menos um raio de 25 km ao redor da capital. No entanto, ainda temos que conhecer o tamanho e a composição dessa paisagem urbana. É aqui que o LiDAR seria útil.

A busca por uma pesquisa LiDAR na metrópole de Oió está no cerne de várias questões a serem respondidas sobre ecologia humana, sustentabilidade, resiliência e vulnerabilidade. O Império de Oió e sua metrópole prosperaram na segunda metade da Pequena Idade do Gelo, quando o clima instável era a norma. A capital foi estabelecida em uma zona ecológica frágil, suscetível a episódios de secas de vários anos. No entanto, apesar desses desafios, Oió-Ilé e suas cidades satélites prosperaram. Os líderes políticos mobilizaram cidadãos e escravizados para desviar água das colinas para as terras baixas, criar lagoas artificiais, alargar rios e áreas pantanosas e construir terraços. As estratégias adaptativas de longo prazo que evoluíram nessa região e culminaram em uma das paisagens urbanas mais densamente povoadas da África entre 1570 e 1840 é um dos pontos focais do nosso estudo. Essa área e muitas outras em toda a África aguardam a colaboração de um elenco internacional de arqueólogos. Um consórcio do sul global poderia liderar o caminho.

Sob o que chamamos de descolonização, arqueólogos e historiadores estão fazendo perguntas sobre a relevância dos quadros teóricos que herdamos para explicar tópicos como formação de estados, origens da democracia, genealogias da liberdade, desigualdade social, guerra e paz, relações de gênero, entre outros. É certo que algumas das ideias hegemônicas que lançaram as bases para as teorias sociais que herdamos do colonialismo já não se sustentam, como David Graeber e David Wengrow desafiaram em seu livro, *The Dawn of Everything: A New History of Humanity* (2023). A arqueologia da África nos ensinou que a complexidade social não é apenas sobre desigualdade social; a formação de estados não precisa levar à formação de classes. A formação de estados pode ter criado a elite, mas não impediu a mobilidade social. A arqueologia da África nos ensinou que modalidades horizontais e hierárquicas de poder, autoridade e governança podem coexistir dentro do mesmo sistema político e que a presença de reis divinos não se traduzia automaticamente em autocracia. Na verdade, princípios de democracia, representação de grupos de interesses diversos e compartilhamento de poder multipolar estão embutidos nessas instituições de realeza. Essas percepções vieram do trabalho arqueológico na África, de Ilé-Ifè a Grande Zimbábue e Dhar Tichitt a Igbo-Ukwu. Aprendemos desde a década de 1980 que a Jenne-Jeno do século IV (Mali) e a Dhar Tichitt de 1600 a.C. (Mauritânia) eram cidades sem cidadelas ou reis. A civilização Nok produziu algumas das esculturas de terracota mais requintadas e uma tecnologia de ferro sofisticada na história mundial de 800 a.C. a 300 d.C., mas eles não construíram cidades ou reinos. As cidades Iorubá na Nigéria e na República do Benin eram governadas por monarquias e cercadas por muros perimetrais, mas esses não eram muros de exclusão. Os próprios atos de construir esses muros serviram ao propósito de promulgar e estabelecer cidadania. Eram atos de construção comunitária mobilizados não pelo rei, mas por linhagens e outros grupos corporativos que constituíam as cidades.

Com essas percepções, a arqueologia da África tem estado na vanguarda da desmistificação e revisão das teleologias sobre a evolução cultural humana que ainda dominam e permanecem sacrossantas em muitos dos nossos livros didáticos globais de arqueologia. A África e outras

partes do Atlântico Sul, incluindo o Brasil, oferecem a oportunidade de reescrever a arqueologia global de baixo para cima. Portanto, não apenas o momento atual é propício, mas já passou da hora de arqueólogos brasileiros e africanos se engajarem mutuamente em projetos colaborativos e comparativos. As sociedades que estudamos eram locais dinâmicos e resilientes de inovação antes que o colonialismo genocida e o capitalismo racial destruíssem sua constituição social ou distorcessem a lógica de sua existência.

Ao concluir minha fala, quero agradecer pela coragem e visão de futuro ao me dar o palco para destacar a arqueologia da África na abertura do XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia. Isso é histórico. Minha pergunta para vocês é: quando irei vê-los na África? Enquanto aguardo sua resposta, permitam-me sugerir uma área em que podemos começar nossa colaboração. Devemos começar a treinar conjuntamente estudantes em arqueologias brasileira e africana, abordando um país, uma cultura ou uma região de cada vez. Para muitas regiões na África, a história cultural mais básica ainda precisa ser elaborada. Estudos etno-arqueológicos e estudos de materiais e paisagens oferecem áreas promissoras de entrada, seja para o passado recente ou distante. Muitos países, da Guiné-Bissau a Angola, do Senegal a Moçambique, necessitam de métodos arqueométricos e estudos bioarqueológicos. Oportunidades de colaboração aguardam arqueólogos brasileiros na África. Posso assegurar que muitas instituições africanas estão prontas para colaborar com vocês.

Milhões de brasileiros consideram a África como sua pátria ancestral. Devemos considerar recrutar e dar treinamento a membros dessa comunidade em arqueologia da África e história da África para construirmos sobre o trabalho que Marcos Leitão de Almeida está fazendo na África Centro-Occidental, Bruno Máximo na África Ocidental e Camilla Agostini e Patrícia Marinho de Carvalho sobre a diáspora africana no Brasil, entre outros. Aqui, prometo fazer a minha parte. Estou interessado em recrutar e treinar estudantes brasileiros interessados em fazer pesquisa de doutorado em arqueologia da África e história profunda. Envie-os para mim para a Universidade Northwestern. Com isso, encerro esta fala esperando que seja continuada em outro dia.

Obrigado pela audiência!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. *Speaking of Slavery: Slaving Strategies and Moral Imaginations in the Lower Congo (Early Times to the Late 19th Century)*. 2020. Thesis (PhD in African History) – Northwestern University, Evanston (US), 2020.
- BARCIA, Manuel. *West African Warfare in Bahia and Cuba*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2016.
- BOSMAN, Wilhelm. *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea, Divided into the Gold, the Slave, and the Ivory Coast's*. London: Printed for Sir Alfred Jones by Ballantyne, (1907 [1705]).
- BREUNIG, Peter (ed.). *Nok: African Sculpture in Archaeological Context*. Frankfurt am Main (DE): Africa Magna, 2014.
- CHIRIKURE, Shadreck. *Great Zimbabwe: Reclaiming a "Confiscated" Past*. Abingdon (GB): Routledge, 2020.
- EHRET, Christopher. Linguistic Archaeology. *African Archaeological Review*, v. 29, n. 2-3, p. 109-30, 2012.
- EHRET, C. (2023). *Ancient Africa: A Global History, to 300 CE*. Princeton (US): Princeton University Press.
- ENGMANN, Rachel Ama Asaa; ENGMANN, Dorothy Ann. Excavating Knowledge: Transformative Critical Heritage Pedagogies and Participatory Democracy at Christiansborg Castle (Ghana). In: SAMUELS, Kathryn Lafrenz; DAEHNKE, Jon D. (ed.), *Heritage and Democracy: Crisis, Critique, and Collaboration*. Gainesville (US): University Press of Florida, 2023. p. 147-169.
- FROBENIUS, Leo. *The Voice of Africa*. [S. l.]: Hutchinson and Co., 1913. v. 1-2.

- FUNARI, Pedro P. *The Archaeological Study of the African Diaspora in Brazil in Akinwumi Ogundiran e Toyin Falola: Archaeology of Atlantic Africa and the Atlantic Diaspora*. Bloomington (US): University of Indiana Press, 2010.
- GRAEBER, David; WENGROW, David. *The Dawn of Everything: A New History of Humanity*. New York (US): Picador Paper, 2023.
- HAALAND, Randi. Sedentism, Cultivation and Plant Domestication in the Holocene Middle Nile Region. *Journal of Field Archaeology*, v. 22, n. 2, p. 157-173, 1995.
- HILDEBRAND, Elisabeth A. et al. A Monumental Cemetery Built by Eastern Africa's First Herders Near Lake Turkana, Kenya. *PNAS*, v. 115, n. 36, p. 8942-8947, 2018.
- HOLL, Augustin F. C. Early West African Metallurgies: New Data and Old Orthodoxy. *Journal of World Prehistory*, v. 22, p. 415-438, 2009.
- HOLL, Augustin F. C. et al. *Ancient African metallurgy: The Sociocultural Context*. Walnut Creek (US): AltaMira, 2000.
- HUYSECOM, Eric et al. The Emergence of Pottery in Africa During the Tenth Millennium Cal BC: New Evidence from Ounjougou (Mali). *Antiquity*, v. 83, n. 322, p. 905-917, 2009.
- ICHUMBAKI, Elgidius B.; LUBAO, Claudia B. Musicalizing Heritage and Heritagizing Music for Enhancing Community Awareness of Preserving World Heritage Sites in Africa. *International Journal of Heritage Studies*, v. 26, n. 4, p. 415-432, 2020.
- KLIEMAN, Kairn A. *"The Pgmies Were Our Compass": Bantu and Batwa in the History of West-Central Africa, Early Times to c. 1900 C.E.* Portsmouth (GB): Heinemann, 2003.
- LANDER, Richard. *Records of Captain Clapperton's Last Expedition to Africa, with the Subsequent Adventures of the Author*. London (GB): Henry, Colburn and Richard Bentley, 1830. v. 1-2.
- MITCHELL, Peter. *The Archaeology of Southern Africa*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 2002.
- MONROE, J. Cameron. "Elephants for Want of Towns": Archaeological Perspectives on West African Cities and Their Hinterlands. *Journal of Archaeological Research*, v. 26, n. 4, p. 387-446, 2018.
- MONROE, J. Cameron, OGUNDIRAN, Akinwumi. *Power and Landscape in Atlantic West Africa: Archaeological Perspectives*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 2012.
- OGUNDIRAN, Akinwumi. *The Yoruba: A New History*. Bloomington (US): University of Indiana University Press, 2020.
- OGUNDIRAN, Akinwumi; FALOLA, Toyin (ed.). *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. Bloomington (US): Indiana University Press, 2007.
- PEREIRA, Duarte de Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. Edição crítica anotada por A. E. da Silva Dias. Portugal: Typographia Universal, 1905.
- PHILLIPSON, David W. A Life in African Archaeology: Autobiographical Notes. *African Archaeological Review*, v. 40, n. 1, p. 237-262, 2023.
- SCHMIDT, Peter R. *Iron Technology in East Africa: Symbolism, Science, and Archaeology*. Bloomington (US): Indiana University Press, 1997.
- SHAW, Thurstan (ed.). *Lectures on Nigerian Prehistory and Archaeology*. Ibadan (NG): Ibadan University Press, 1969.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

PERCORRENDO CAMINHOS DA ARQUEOLOGIA E DA EDUCAÇÃO: ENCONTROS NO ENSINO ESCOLAR

Leonardo Waisman de Azevedo*

Rita Scheel-Ybert**

RESUMO

Uma revisão bibliográfica de pesquisas sobre arqueologia e educação formal permitiu demonstrar que existe aí um amplo espaço de ação. As duas áreas aproximaram-se nas últimas décadas do século XX, motivadas por rupturas sociais e pelo movimento de um ensino inclusivo quanto às diversidades cultural e histórica. Isso aconteceu principalmente em cenários marcados por um passado colonial, neocolonial ou autoritário. Avaliando contextos da África, Oceania e Américas, debatemos orientações para a arqueologia e a educação no Brasil. Assim, propomos uma trajetória pautada por ações dialógicas entre as diretrizes, profissionais e conhecimentos de cada área, juntamente com as comunidades envolvidas em cada contexto.

Palavras-chave: Arqueologia; Educação; Ensino Escolar; Diversidade Histórica e Cultura; Dialogicidade.

* Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: leonardowa@mn.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1564-4709>.

** Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: scheelybert@mn.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9428-9348>.

TREADING PATHS OF ARCHAEOLOGY AND EDUCATION: MEETINGS ON SCHOOL TEACHING

ABSTRACT

A bibliographical review of researches on archaeology and formal education revealed a broad scope for action. The two areas strengthened their relationship towards the end of the 20th century, driven by the social disruptions of the period and by teaching practices focused on cultural and historical diversity. This mainly occurred in scenarios where the past was marked by colonialism, neocolonialism, and authoritarian regimes. Evaluating contexts in Africa, Oceania, and the Americas, we debate guidelines for archaeology and education in Brazil. We conclude that outcomes will be achieved through dialogical actions involving official guidelines, professionals, knowledge from each field, and the communities engaged in each specific context.

Keywords: Archaeology; Education; School Teaching; Historical and Cultural Diversity; Dialogicity.

RECORRIENDO CAMINOS DE LA ARQUEOLOGÍA Y DE LA EDUCACIÓN: ENCUENTROS EN LA ENSEÑANZA ESCOLAR

RESUMEN

Esta revisión bibliográfica de investigaciones sobre arqueología y educación formal ha revelado un amplio campo de acción. Las dos áreas del conocimiento se han acercado en las últimas décadas del siglo XX, motivadas por las rupturas sociales de este periodo y por prácticas de enseñanza que abarcan las diversidades culturales e históricas. Eso sucedió principalmente en escenarios marcados por un pasado colonial, neocolonial o autoritario. Evaluando contextos en África, Oceanía y las Américas, discutimos pautas para que la arqueología y la educación brasileñas colaboren. Proponemos una trayectoria basada en acciones dialógicas entre las directrices oficiales, los profesionales y los conocimientos de cada campo, junto con las comunidades de cada contexto.

Palabras clave: Arqueología; Educación; Enseñanza; Diversidad Histórica y Cultural; Dialogicidad.

INTRODUÇÃO

Arqueologia e educação são áreas que possuem pontos de convergência em suas problemáticas, práticas e teorias. Dependendo da abordagem, elas podem compartilhar entre si ética e objetivos similares: em seus principais paradigmas contemporâneos, desde a segunda metade do século XX, ambas perseguem valores de igualdade de condições e direitos, de reconhecimento de diversidades e de engajamento social junto a grupos marginalizados, tais como grupos indígenas e afrodescendentes. De um lado, a arqueologia busca ouvir e amplificar as vozes históricas daqueles que tiveram seu passado espoliado nos últimos séculos (e.g. Lima 2007; Merriman, 2004; Skeates, 2012). De outro, a educação inclui os descendentes desse passado enquanto agentes nos debates contemporâneos (e.g. Fernandes; Cibiel; Lopes, 2016; Freire, 2020; Silva; Grupioni, 1995).

Apesar de consonantes, o trabalho em conjunto entre essas áreas foi por muito tempo restrito a algumas especialidades, como a educação universitária, museal e patrimonial (Cole, 2015), e teve como objetivos principais a preservação do patrimônio e sua inspiração na mentalidade das pessoas do presente: aprender sobre e com o passado, administrá-lo e envolvê-lo com o público (Henson, 2017). Nesses casos, o foco principal mantinha-se essencialmente na arqueologia. Mas os debates entre arqueologia e educação estão cada vez mais aquecidos e dedicados a distribuir esse foco entre demandas das duas áreas, encontrando nas escolas e no ensino formal um espaço importante de colaboração. O ensino escolar vem se consolidando como objeto de reflexão conjunta, frutífero e influente nesse diálogo, com resultados significativos (Azevedo; Scheel-Ybert, 2021; Cole, 2015; Henson, 2017; Stone; Mackenzie, 1990).

Alguns dos mais intensos debates sobre arqueologia e educação voltados ao ensino escolar despontaram no decorrer do século XX, em meio à efervescência da emancipação neocolonial¹, do rompimento de regimes ditatoriais e das rupturas e afirmações desse período. Foi um momento de formação de novos Estados e reorganização de outros, marcado por sua independência e desenvolvimento econômico e político. Isso ocorreu em diversos países na África, Ásia, Oceania e Américas, inclusive no Brasil após a redemocratização.

Hoje, nas primeiras décadas do século XXI, tais debates seguem presentes nesses cenários, mas a relação entre arqueologia e educação ainda aparece de forma difusa. No Brasil, os esforços nesse sentido esbarram em dificuldades de integração por uma série de fatores relacionados ao isolamento disciplinar e aos contextos próprios de cada área. A arqueologia brasileira tem na educação escolar uma dimensão subaproveitada, e vice-versa. Ainda assim, a aproximação é um objetivo em comum e necessita ser objeto de reflexão.

No intuito de compreender a organização dos discursos que vêm sendo construídos e dos meios profícuos de integração, assim como propor possibilidades para o contexto brasileiro, apresentamos, neste artigo, uma revisão bibliográfica de pesquisas sobre arqueologia e educação em que o tema foi amplamente desenvolvido. Por aproximação ao Brasil, direcionamos nosso recorte para cenários que passaram por processos de superexploração (a saber, dominação e exploração colonial e neocolonial e as condições sociais decorrentes disso) nos últimos séculos, determinantes para seus povos indígenas e para a autocompreensão de suas histórias e que vivenciaram momentos de rupturas no decorrer do século XX (como lutas por independências, democratização e revoluções culturais).

¹ Neocolonial, aqui, refere-se ao período imperialista de colonização europeia no decorrer da Idade Contemporânea, entre os séculos XIX e XX, principalmente no continente africano. Emancipação neocolonial, por conseguinte, refere-se aos processos de independência, descolonização e libertação nos países dominados. Em outros momentos utilizamos o termo colonial, que se refere ao período de colonização europeia a partir do século XVI, na Idade Moderna, principalmente na América e na Oceania.

Esses contextos têm, na conjunção das duas áreas, meios de recuperar porções pouco narradas de suas histórias.

No recorte proposto nossa atenção foi especialmente direcionada a casos na África do Sul, Zimbábue, Estados Unidos da América, Canadá e Argentina, além do Brasil. Esses são países que possuem grande volume de publicações e onde a continuidade das pesquisas entre arqueologia e educação já é de alguma maneira tradição². A revisão bibliográfica foi realizada a partir de volumes de periódicos, livros e coletâneas de artigos especializados no tema, na forma de exegese das publicações e, na sequência, de suas fontes. Em seguida, das fontes de suas fontes, e assim por diante. Autores e autoras consultados nessa etapa foram pesquisados nas plataformas Google Acadêmico, Research Gate, Academia.edu e nos sites de suas instituições de origem para leitura de toda sua obra na temática estudada. Uma vez delimitados os contextos regionais a que daríamos foco, utilizamos a plataforma Google Acadêmico buscando pelo nome do país aliado às palavras-chave “arqueologia e educação”, “arqueologia e ensino escolar”, “arqueologia e ensino formal”, “arqueologia e currículos” e variações sobre elas. As buscas foram feitas em português, inglês e espanhol. Os resultados não foram contabilizados, mas fizemos uma leitura extensiva de referências selecionadas por suas informações de título, resumo e palavras-chave.

Neste artigo tratamos dos contextos de cada país separadamente, discutindo em seguida nuances para comparação, possibilidades de integração, seus alcances e as dificuldades enfrentadas. Mapeando e percorrendo os caminhos da arqueologia e da educação ao redor do mundo, com seus encontros no ensino escolar, procuramos descobrir e avaliar contribuições para o contexto brasileiro.

MAPEANDO OS CAMINHOS E OS PONTOS DE ENCONTRO

África do Sul

Da primeira metade do século XIX até a década de 1990 o neocolonialismo, o nacionalismo cristão, o nacionalismo afrikaner e o apartheid se impunham na organização social da África do Sul e pautavam a educação formal segundo conceitos religiosos e práticas de segregação racial: educação desigual para negros e brancos, pior nas escolas negras e nas periferias; ensino de uma história oficial bíblica que retratava os povos negros da região como imigrantes recentes, pouco desenvolvidos e os brancos como seus salvadores e portadores da civilização; classes e posições sociais apresentadas como decorrentes de predestinação religiosa. A educação promovia a manutenção dessas políticas e da ideologia do Estado. E nesse contexto a arqueologia era mantida distante do ensino, justamente por seu potencial de subverter a organização oficial (Esterhuysen, 2000; Esterhuysen; Lane, 2013). Nessa época existiam pesquisas arqueológicas, mas com ênfase em interpretações pró-apartheid e divulgadas apenas no exterior.

No começo da década de 1990, em artigo publicado no crepúsculo do período de segregação, Gawe e Meli (1990) questionaram o afastamento da arqueologia em relação à educação. Esse trabalho sinalizou pela primeira vez o potencial da disciplina em suprir as lacunas deixadas nas identidades e histórias sul-africanas, a partir de aspectos e descobertas até então pouco exploradas do registro arqueológico.

² Existem trabalhos sobre essa temática em outros países que não foram contemplados por ainda representarem iniciativas pouco integradas ou descontinuadas. Alguns exemplos: na África existem pesquisas sobre o tema no Benin (Adandé; Zevounou, 1994), em Botsuana (Kiaga-Mulindwa; Segobye, 1994; Segobye, 2005), Camarões (Mbunwe-Samsa, 1994), Quênia (Wandibba, 1990, 1994), Moçambique (Sinclair, 1990) e Nigéria (Agbelusi, 2015; Daraojimba, 2021); na Ásia, na Índia (Dahya, 1994; Momim; Pratap, 1994); na Oceania, em Papua-Nova Guiné (Blacking, 1990); na América, em Belize (McGill, 2012), na Venezuela (Rojas, 2008), no Chile (Salazar *et al.*, 2020) e na Colômbia (Céron; Mz-Recamán, 1994; López; Reys, 1994; Reyes, 1994; Wade, 1994).

A partir de 1994 as mudanças políticas e sociais decorrentes da queda do regime de apartheid resultaram em transformações na história oficial e na reformulação do currículo escolar. Foi nesse contexto que a arqueologia sul-africana se reorganizou para incluir o conhecimento arqueológico no currículo, desde os mais antigos processos de hominização à complexidade das sociedades negras anteriores ao período neocolonial (Esterhuysen, 2000; Esterhuysen; Lane, 2013). A arqueologia então, se propôs como ferramenta para restaurar um passado antes excluído, como fonte para desafiar seus estereótipos negativos, a segregação racial e a discriminação de etnias e de gênero que imperavam (Esterhuysen, 2000).

A materialidade e a diversidade das evidências arqueológicas davam voz a uma África antiga e ágrafa, prevalecendo sobre as distorções e omissões das fontes escritas produzidas durante os períodos de opressão (Esterhuysen, 2000). A materialidade despertava empatia e identificação nos públicos-alvo. Além disso, a diversidade de interpretações sobre evidências trazia autoconfiança ao possibilitar que esses públicos compreendessem que existem versões da história e não apenas uma história, e incentivos para que se relacionassem com seus próprios patrimônios arqueológicos locais.

A inserção da arqueologia nos currículos escolares foi parte de um movimento político. O novo Estado, que se constituía com eleições e novos legisladores, propôs uma reforma curricular completa. A arqueologia, por seu lado, inseriu-se nessa reforma através de um primeiro esforço que levou às comissões curriculares os conhecimentos da disciplina e, posteriormente, com arqueólogos integrando tais comissões. Na primeira tentativa de organização, a profundidade temporal e a quantidade de informações acabaram comprimindo o conteúdo arqueológico em periodizações amplas e sintéticas, explorando pouco o potencial da disciplina e enquadrando-a em estudos sociais de cunho geral. Anos mais tarde, rediscutindo o currículo, a arqueologia assumiu um papel de maior protagonismo e foi posicionada junto à história (Esterhuysen; Lane, 2013). Mas, apesar de inserida nos currículos escolares, a arqueologia seguiu enfrentando problemas na educação sul-africana:

Primeiro, por questões relacionadas aos contextos da educação (Esterhuysen, 2000). Ainda hoje muitas escolas são carentes de estrutura e condições de ensino, com cenários desiguais entre centro e periferia ou áreas urbanas e rurais que se mantiveram desde os períodos de segregação. Devido ao controle social do apartheid, a formação de professoras e professores em arqueologia foi precária por muito tempo e se mostrou complexo levar a disciplina para profissionais já ativos e instituições de ensino superior. Também, a existência de muitas nuances locais, devido à desigualdade social e diversidade cultural no país, cria a necessidade de atenção focada em cada contexto, seja arqueológico ou de ensino.

E segundo, por questões com origem nas posições assumidas pela própria arqueologia neocolonialista (King, 2012). As descobertas arqueológicas durante o apartheid, enquanto a disciplina era praticada pelos grupos dominantes, deixavam a arqueologia em um limbo entre as políticas de Estado e a riqueza do passado local, afastando-a do público e de seu caráter social. Mesmo para uma resistência intelectual negra que persistia, principalmente entre professoras e professores, a arqueologia sul-africana era algo distante. A falta de divulgação de descobertas arqueológicas que desafiassem a história oficial do apartheid resultou em versões desconectadas do registro arqueológico que foram perpetuadas entre essa elite intelectual, tornando ainda mais complexos os conflitos e negociações entre o passado oficial do período de segregação, o passado que era reconhecido pelas identidades marginalizadas e aquele empírico que passou a figurar nos debates entre arqueologia e educação na década de 1990. De um lado estavam as versões empobrecidas, de outro as utópicas, e junto de cada uma dessas estavam as questões sociais e religiosas. Diante de tudo isso, elaborou-se um novo passado, complexo, diverso e pautado pela materialidade.

Mesmo assim, as aproximações entre arqueologia e educação na África do Sul são consideradas um exemplo de sucesso nas relações entre as áreas (Esterhuysen; Lane, 2013). Bem ou mal, a arqueologia foi ouvida e considerada na elaboração dos currículos. Diante da necessidade de atenção contextual, foram desenvolvidos projetos localizados com o objetivo de fortalecer as identidades marginalizadas

sul-africanas a partir de dados empíricos sobre a riqueza de seus passados, desvencilhando-as dos argumentos neocoloniais, segregacionistas e religiosos. Projetos curriculares e extracurriculares foram colocados em prática, mas ainda com as dificuldades nas condições de ensino, lacunas na formação de professoras e professores e escassez de recursos (King, 2012). Foram feitos esforços conjuntos entre escolas, museus e universidades (Esterhuysen; Lane, 2013) na tentativa de superar as dificuldades de popularizar a arqueologia e a inserir na educação, como idealizado pelas reformas curriculares.

Zimbábue

A dominação neocolonial e os conflitos armados pós-independência que tiveram palco no Zimbábue resultaram em uma situação de enviesamento das pesquisas arqueológicas no país, que foram afastadas da educação (Pwiti, 1994). Por exemplo, durante a maior parte do século XX mesmo a existência de sítios grandiosos era tida como localmente pouco significativa e associada a colonizadores estrangeiros (e.g. o complexo arqueológico Grande Zimbábue, com suas grandes construções e monumentos). Era um contexto de pesquisa que buscava a todo custo se desvencilhar de identidades indígenas. O ensino escolar era organizado, infelizmente, de forma a perpetuar essas visões.

Na década de 1980, findo o domínio neocolonial e se recuperando de um período de guerra civil, o país tentava reestruturar-se em uma democracia e se libertar das versões coloniais acerca de seu passado e de sua diversidade cultural. A educação formal foi a principal ferramenta nesse sentido, encontrando em propostas de ensino de história e arqueologia balizas para a nova identidade nacional que se constituía (Pwiti, 1994). A arqueologia participou do processo de reorganização da educação enquanto fonte de dados históricos para períodos remotos, principalmente aqueles a que as fontes escritas não alcançavam ou sobre os quais exerciam excessiva manipulação, e também como advertência de que a história não se faz apenas com a escrita e com grandes nomes, mas também com os acontecimentos cotidianos das sociedades (Pwiti, 1994). Buscava-se, justamente, a identificação com as pessoas comuns. A disciplina tornou-se protagonista e necessária ao ensino de história, sendo apresentada a partir dos dados mais recentes que as pesquisas arqueológicas produziam no país (Plescia, 2019).

A elaboração de novos currículos e livros didáticos foi parte desse processo. Uma análise de materiais do Zimbábue dos anos 1990, quando a reestruturação curricular surtia maior efeito, demonstra que em um primeiro momento a arqueologia foi integrada aos livros didáticos de uma forma ativa, em uma relação cooperativa com a história. A arqueologia deveria entrar em sala de aula apresentando seus dados sobre a complexidade do passado indígena no país, bem como seus métodos e a forma de construção do conhecimento empírico (Plescia, 2019). Era proposto que a disciplina se tornasse a ferramenta para contar um passado antes desconhecido e para problematizar as versões coloniais mais difundidas.

Apesar das boas perspectivas, as relações entre Arqueologia e Educação não progrediram: os recursos financeiros destinados a essa integração eram e continuam sendo escassos (Katsamudanga, 2015; Pwiti, 1994); existem lacunas duradouras na formação profissional de professoras e professores na área (Katsamudanga, 2015); e a forma como a arqueologia é apresentada em sala de aula deixou de lado a criticidade e tornou-se excessivamente técnica e, pior ainda, ilustrativa (Katsamudanga, 2015; Plescia, 2019). A proposta de aproximar arqueologia e educação sob uma perspectiva histórica foi formatada naquele momento de libertação, mas não se consolidou, e a realidade contemporânea é outra.

Os objetivos da educação no país mudaram. Se naquele primeiro momento a educação buscou na arqueologia uma aliada para fortalecer identidades indígenas marginalizadas, agora encontra nela apenas lapsos de memória. O espaço da disciplina nos currículos oficiais ainda

existe, mas uma análise de livros didáticos publicados a partir da década de 2000 demonstrou o surgimento de uma nova perspectiva política com foco patriótico na formação de uma outra identidade nacional (Plescia, 2019). Ao invés das pessoas comuns e da materialidade indígena do conhecimento arqueológico, os livros exploram os relatos de grandes feitos do passado através principalmente da tradição oral das comunidades contemporâneas e de fontes primárias escritas — essas últimas quase sempre escritas por cronistas europeus. A arqueologia aparece nos livros didáticos do século XXI apenas como coadjuvante, no papel de ilustração complementar em temas deixados na penumbra pelas memórias locais da história oral e pelos cronistas estrangeiros.

Além disso, é nas ações da própria arqueologia que essa posição se perpetua. Durante as décadas que se seguiram àquele momento de libertação, a disciplina se manteve distante das pessoas. Ficou restrita ao ambiente acadêmico, com o predomínio de publicações de difícil acesso e linguagem inacessível ao grande público. Falta engajamento de arqueólogas e arqueólogos em escrever para o público escolar, incluir-se na formação de professoras e professores, alunas e alunos, e trazer para dentro da sociedade o conhecimento produzido (Katsamudanga, 2015).

Mesmo desvanecida, a arqueologia segue presente nas diretrizes de ensino do Zimbábue. Poderia, então, assumir o posto que as primeiras reformas curriculares lhe reservavam. Em publicação recente sobre o tema, Katsamudanga (2015) recomenda que a arqueologia do país atenda ao currículo oficial em suas tarefas: produza materiais, palestras, cursos, guias, textos acessíveis baseados em trabalhos acadêmicos, se aproxime das escolas e da formação de profissionais e distribua materiais. Finalmente, que inclua escolas e comunidades locais em suas pesquisas e busque maneiras de entregar às pessoas benefícios públicos da disciplina.

Austrália

A arqueologia e a educação formal na Austrália são heranças do período colonial e se constituíram através de práticas de exclusão e assimilação dos povos indígenas (Barlow, 1990; Smith, 2000). Porém, o conhecimento, ensino e aprendizado sobre o passado são muito mais antigos na região e remetem às culturas de grupos aborígenes e nativos do Estreito de Torres, que a ocupam há mais de 60 mil anos. Durante esse extenso período, os australianos nativos desenvolveram formas de registrar e transmitir suas histórias através das gerações, utilizando sistemas religiosos e manifestações tais como canções, danças, arte rupestre e oralidade (Smith, 2000; Watson, 1990). Existem registros, por exemplo, de memórias indígenas da megafauna circulando por terras australianas e de atividade em vulcões que estão há milênios adormecidos (Watson, 1990). Mas essas e outras memórias locais foram ignoradas por muito tempo pela arqueologia e pela educação formal, em um jogo de forças marcado pelo conflito entre o sistema de conhecimento ocidental de raízes coloniais e sistemas de conhecimento indígenas (Smith, 2000; Wilson, 2007). É justamente “conflito” o termo que melhor define o processo de consolidação do que existe hoje de arqueologia e educação na Austrália.

A educação australiana, do século XVIII até a segunda metade do século XX, era organizada e praticada como um instrumento de dominação dos grupos indígenas, visando sua assimilação à nação de modelo colonial que se constituía. Os currículos escolares eram compostos por temas de culturas inglesa, missões religiosas cristãs tinham protagonismo na prática de ensino e crianças indígenas foram separadas de suas famílias por brutais programas oficiais para receberem apenas a educação promovida pelo Estado (Barlow, 1990). Mesmo diante das pressões dessas práticas, as culturas indígenas resistiram, e resistiu também sua própria história (Watson, 1990).

No momento de tais disputas, a arqueologia ocupava uma posição antagonista aos povos indígenas. No seu papel de ciência estrangeira e colonial, a disciplina assumiu até meados da década de 1960 uma suposta neutralidade científica quanto às questões de identificação entre grupos contemporâneos e o patrimônio arqueológico e às lutas por terras e direitos indígenas, priorizando o direito à pesquisa mesmo quando isso significava a profanação de túmulos e lugares sagrados

dos aborígenes e nativos do Estreito de Torres (Smith, 2000). As pesquisas assumiam um tom preservacionista, fetichizando o patrimônio enquanto relíquias de um passado desconectado dos grupos do presente, ignorando que para esses grupos o passado permanecia vivo em suas culturas (Barlow, 1990; Smith, 2000).

Essa relação conflituosa resultou em um desinteresse generalizado em temas da arqueologia australiana. Por um lado, a parcela da população com ascendência ocidental não se identificava com as histórias contadas pela disciplina, preferindo temas do mundo antigo mediterrâneo e minimizando a importância do patrimônio local (Colley, 2000, 2007). Por outro, aborígenes e nativos do Estreito de Torres tinham a arqueologia como uma área de conhecimento alheia a suas culturas e, portanto, incapaz de contribuir para seu próprio conhecimento histórico (Colley, 2000; Watson, 1990). A arqueologia australiana, enquanto tema desinteressante para todos os envolvidos, foi relegada a um completo distanciamento da educação.

Essa situação vem se transformando na última década em decorrência de mudanças sociais que têm palco no país desde a segunda metade do século XX e estão ampliando e garantindo o direito e a participação indígena nas políticas nacionais (Barlow, 1990). A violência do processo colonial é parte das histórias indígenas e tradições orais aborígenes e dos nativos do Estreito de Torres nos últimos três séculos, mas apenas integrou o conhecimento histórico acadêmico australiano nos últimos cinquenta anos. Até então a história oficial tratava apenas de uma colonização gloriosa, desenvolvimentista e autoproclamada necessária para fazer evoluir sociedades indígenas que considerava atrasadas (Zarmati, 2015a). Reminiscências dessa versão convivem até hoje na sociedade australiana, onde ainda se faz necessário aos aborígenes e nativos do Estreito de Torres reivindicar uma história mais antiga que a colonial (Balme; Wilson, 2004; Barlow, 1990; Owen; Steele, 2005; Watson, 1990; Zarmati, 2015a).

Em reformas curriculares recentes, as perspectivas indígenas ganharam espaço no ensino escolar. Mudanças curriculares em 2012 e 2022 incorporaram temas de arqueologia australiana e pontos de vista indígenas, principalmente no currículo de História (Riley, 2019; Zarmati, 2015a, 2022). Primeiro chamada de História Antiga australiana, e depois de História do Tempo Profundo na Austrália, as inserções exploram questões de tempo e antiguidade, paisagens e mudanças, diversidade de culturas e pontos de vista, materialidade e processos de pesquisa (Riley, 2019; Zarmati, 2022). Os temas foram distribuídos nos períodos de formação de acordo com as características cognitivas das faixas etárias dos estudantes, incentivando a reflexão acerca da diversidade de histórias e culturas indígenas entre estudantes mais jovens e a criticidade e problematização da violência colonial entre os mais velhos (Zarmati, 2015a).

A inclusão de arqueologia australiana no currículo oferece possibilidades de questionar a história oficial de uma colonização “benéfica”, bem como o argumento de que as sociedades indígenas necessitavam ser civilizadas (Zarmati, 2015a). Além disso, ela permite superar a linearidade tradicionalmente apresentada na academia de sociedades nômades e caçadoras e coletoras, incluindo as contemporâneas, evoluindo finalmente para industriais (Zarmati, 2015a) – dado que a classificação das culturas nativas australianas no estágio inicial desse modelo é uma herança da arqueologia colonial. Isso, aliado às correntes contemporâneas da arqueologia australiana, que trabalha em conjunto com comunidades indígenas (e.g. Beck *et al.*, 2005; May *et al.*, 2005, 2018; Smith, 2007) e também é desenvolvida por pesquisadores indígenas (e.g. Million, 2005; Watson, 1990; Wilson, 2007; Wijnjorroc *et al.*, 2004), contribui para a inclusão de suas histórias e perspectivas no ensino escolar (Zarmati, 2015a).

Essas mudanças vêm trazendo para professoras e professores a responsabilidade e a necessidade de dominar temas arqueológicos (Zarmati, 2022). A arqueologia não ignora essa situação, sugerindo o contato constante de docentes com comunidades indígenas (Colley, 2000; Watson, 1990) e com as pesquisas de suas regiões (Colley, 2000; Owen; Steele, 2005; Zarmati, 2015b) durante o planejamento dos currículos, além de incentivar que arqueólogas e arqueólogos

incluam problemáticas constantes nas diretrizes curriculares como parte de suas pesquisas (Nichols *et al.*, 2005; Zarmati, 2015b). Nesse sentido já existe, por exemplo, uma publicação recente em revista especializada de educação com o objetivo de orientar professoras e professores na formulação independente de práticas de ensino que tratem de arqueologia (e.g. Zarmati, 2022). Um ponto de vista isolado argumenta que temas arqueológicos seriam melhor tratados por arqueólogas e arqueólogos envolvidos em projetos de educação (Owen; Steele, 2005), do que discordamos por considerarmos professoras e professores os profissionais mais aptos para práticas de ensino em qualquer temática (e.g. Azevedo; Scheel-Ybert, 2021).

O papel da arqueologia como fonte histórica acerca das culturas aborígenes e dos nativos do Estreito de Torres está sendo reconhecido pela educação (Owen; Steele 2005; Riley, 2019; Zarmati, 2015a, 2022), pela população australiana contemporânea (Colley, 2007) e pela própria disciplina, que tomou para si a responsabilidade de contribuir com o ensino do tema (Barlow, 1990). Mas, superados (ou superando) os conflitos coloniais que estão na origem das áreas, recursos e formação profissional de professoras e professores nessas temáticas ainda são graves problemas e instituições de cultura ainda estão demasiadamente concentradas nos grandes centros (Colley, 2000).

Canadá

A educação da sociedade canadense foi pensada a partir de conceitos coloniais até o final do século XX, e nas temáticas indígenas o tom era dado por políticas oficiais de assimilação (Devine, 1990, 1991; Lea; Frost, 2011; Supernant, 2020). A educação indígena era especificamente organizada nesse sentido, com um modelo de escolas residenciais mantido por missões religiosas para crianças indígenas sequestradas de suas famílias e o ensino voltado a afastá-las de suas raízes (Supernant, 2020). Foi um sistema violento, marcado por casos de abusos físicos, sexuais e psicológicos que levaram ao sofrimento, morte e sepultamentos clandestinos de uma quantidade ainda desconhecida de crianças indígenas, e que perdurou do século XIX até o final dos anos 1990 (Supernant, 2020).

No final do século XX e nas primeiras décadas do XXI a sociedade canadense começou a tomar consciência dessa grave situação. Em meio a coberturas jornalísticas que trouxeram casos a público, de conflitos causados pela implantação de empreendimentos recreativos em terras indígenas e do avanço de obras de infraestrutura sobre territórios tradicionais, as questões indígenas foram revestidas de maior importância e o projeto de assimilação em curso começou a ser controvertido (Devine, 1994; Jamieson, 1994; Lea; Frost, 2011; Nicholas, 2001; Supernant, 2020). Mudanças foram organizadas a partir daí, muitas delas na educação e na arqueologia.

As sociedades indígenas começaram a demandar participação na organização do ensino e dos materiais didáticos sobre si mesmos, opondo-se ao domínio das abordagens oficiais sobre o tema (Devine, 1994; Jamieson, 1994; Supernant, 2020). Também, uma maior presença de representantes indígenas na política criou oportunidades de colocar em foco culturas tradicionais no sistema educacional, direcionando novas prioridades no ensino como a perpetuação de tradições, memórias, conceitos indígenas alternativos para visões de mundo e métodos holísticos de ensino (Devine, 1994; Jamieson, 1994; Supernant, 2020). Essas mudanças passaram por comissões curriculares regionais com participação indígena (Devine, 1994; Jamieson, 1994) e por ações nacionais como a Truth and Reconciliation Commission [Comissão de Verdade e Reconciliação] (TRC). A TRC trabalhou entre 2008 e 2015 para esclarecer e tornar público a violência da assimilação indígena no Canadá e dar voz às vítimas sobreviventes das escolas residenciais, resultando em planos de ação para reconciliação entre as sociedades indígenas e o restante da sociedade canadense (Supernant, 2020).

Desde então, a educação e a arqueologia trabalham de forma conjunta para responder a esses planos de ação, com um importante foco no potencial que a arqueologia tem de atuar como fonte para

a história indígena e suas possibilidades no ensino escolar (Devine, 1991, 1994; Jamieson, 1994; Hogg, 2012; Nicholas, 1997, 2001; Pennanen; Guillet 2020; Supernant, 2020; Welch; Corbishley, 2020). A relação entre as áreas, entretanto, não é simples. Esse potencial da arqueologia já foi tratado com resistência por lideranças e profissionais indígenas envolvidos no movimento de revisão da educação canadense, motivados pelo fato de o passado indígena ter sido, por muito tempo, retratado de forma superficial e estereotipada por profissionais não indígenas, em um fazer arqueológico de matriz colonial que desconsiderava conhecimentos nativos e atropelava suas sacralidades (Devine, 1990, 1994; Lea; Frost 2011; Jamieson, 1994). Um exemplo está no fervoroso debate sobre a antiguidade da ocupação humana na América do Norte, por muito tempo pouco consensual mesmo dentro da academia, em oposição à religiosidade indígena que estende a ocupação humana a tempos mitológicos (Devine, 1994; Supernant, 2020). Outro, em trabalhos de arqueologia de contrato que foram considerados prejudiciais por indígenas ao ignorarem pontos de vista nativos sobre os contextos arqueológicos em seus pareceres (Nicholas, 1997).

A aproximação entre arqueologia e ensino de história indígena passou por mudanças teóricas e metodológicas no seio da disciplina, que vem se aproximando dos povos tradicionais em pesquisas colaborativas e na formação de profissionais indígenas (Arendt, 2013; Devine, 1991, 1994; Jamieson, 1994; Lea; Frost 2011; Nicholas, 1997, 2001; Supernant, 2020). Também existe um movimento na arqueologia canadense para desenvolver pesquisas e materiais voltados à educação e amplificar as vozes indígenas no ensino (Devine, 1991; 1994; Jamieson, 1994; Nicholas, 1997; Smardz, 1990; Supernant, 2020). O argumento em debate é de que é necessário envolvimento indígena na arqueologia para que ela possa chegar ao ensino, da mesma forma que a Arqueologia no ensino aumentará o engajamento indígena no futuro (Devine, 1991, 1994; Jamieson, 1994; Supernant, 2020).

Nos trabalhos com foco na educação, a arqueologia canadense vem encontrando resultados satisfatórios em cooperações entre profissionais da área e indígenas envolvidos na revisão e composição de currículos. Trabalhos colaborativos e em comissões têm surtido efeito ao trazer a perspectiva histórica indígena com contribuições da arqueologia (Devine, 1994; Jamieson, 1994; Supernant, 2020), além de relações com outras disciplinas do ensino escolar, como Linguagem, Ciências, Artes e Matemática (Pennanen; Guillet 2020). Professoras e professores se apoiam na arqueologia para complementar suas aulas e atender aos planos de ação da TRC (Pennanen; Guillet, 2020; Supernant, 2020) e, também, se interessam pelo potencial de ensino prático e desenvolvimento de habilidades que a disciplina possibilita (Devine, 1990, 1994; Smardz, 1990).

No Canadá, a arqueologia já reconheceu para si a responsabilidade de externar suas produções, e a educação é vista como responsabilidade da disciplina. Lá, a arqueologia é história para conectar a sociedade canadense e estudantes indígenas com seus passados (Jamieson, 1994; Nicholas, 1997, 2001; Supernant, 2020) e é vista como parte da solução para os problemas que o país enfrenta (Welch; Corbishley, 2020). O ensino escolar é considerado a melhor maneira de educar sobre arqueologia e uma análise de currículos oficiais identificou o grande potencial de aplicação da disciplina (Hogg, 2012). Mesmo assim, os temas arqueológicos comumente seguem sendo abordados de forma superficial e localizada, sendo preciso maior aproximação prática entre arqueologia e os currículos (Devine, 1990; Hogg, 2012; Kristensen *et al.*, 2020; Welch; Corbishley, 2020). Ainda existe a necessidade de maior atuação junto a professoras, professores e indígenas na prática, em um cenário onde a maior parte dos projetos educativos ainda é executado por arqueólogas e arqueólogos (Jamieson, 1994; Kristensen *et al.*, 2020; Smardz, 1990; Supernant, 2020) e o foco segue em temas mais arqueológicos e preservacionistas que curriculares (Devine, 1990; Esterhuysen; Lane, 2013; Supernant, 2020). Há também carência de materiais didáticos dos novos currículos e de ações para formação de professoras e professores (Frost, 2004; Jamieson, 1994; Kristensen *et al.*, 2020; Nicholas, 1997, 2001; Supernant, 2020), especialmente indígenas, pela situação de desvantagem no acesso à educação a que esses profissionais foram submetidos por muito tempo e pelo protagonismo que agora lhes é requerido por sua própria demanda e pela TRC.

Estados Unidos da América (EUA)

O ensino formal nos EUA tem um forte apelo cívico, servindo como instrumento de Estado para orientar a formação de cidadãos úteis e produtivos sob o ponto de vista do capitalismo, do mercado e da formação de mão-de-obra (Davis, 2000; Kehoe, 1990). Por muito tempo esse viés orientou um ensino de história restrito aos conhecimentos do período colonial (Kehoe, 1990), voltado ao patriotismo e que colocava a disciplina em uma posição de coadjuvante frente às ciências exatas — situação fortemente impulsionada pela corrida espacial dos primeiros anos da Guerra Fria (Davis, 2000). A história dos (e para os) indígenas ficava de fora desse quadro, relegada a crônicas de senso comum acerca da violência da usurpação de suas terras e dos processos de assimilação (a que até dado momento o ensino formal ainda servia). Histórias e diversidade cultural indígenas não faziam parte de um ensino formal atuante para modelação da cidadania e imposição cultural, e com elas ficava de lado a arqueologia (Blancke; Slow-Turtle, 1990, 1994).

No decorrer dos anos 1960 e 1970, essa situação começou a mudar, a reboque das rupturas provocadas pelos movimentos de contracultura (Blancke; Slow-Turtle, 1990, 1994). A sociedade norte-americana balançava e encampava antigas e novas demandas, como direitos indígenas, igualdade de gênero, igualdade racial e pacifismo. Tudo isso ecoava na educação e na arqueologia, pondo em cheque certas ideias sem, entretanto, abandonar o viés cívico (Kehoe, 1990). Principalmente a partir dos anos 1980 as duas áreas incorporaram um foco em responsabilidade social e passaram a trabalhar em conjunto. A educação tornou-se uma responsabilidade da arqueologia, com reflexões sobre preservação e aspectos éticos e legais da pesquisa e do retorno à sociedade. O debate acerca da conjunção entre as duas áreas passou a figurar nas reuniões da Society for American Archaeology e nas diretrizes éticas profissionais (Bartoy, 2012; Esterhuysen; Lane, 2013), com apoio a iniciativas e disponibilização de materiais didáticos sobre o tema (e.g. Jeppson; Brauer 2007; Lewis, 2007; McCully, 2022; Moe, 2016; Project Archaeology, 2022; SAA, 2022).

Em um primeiro momento prevaleceu uma perspectiva preservacionista, voltada à manutenção do registro arqueológico e à máxima de conhecer para preservar. Apesar de reminiscências dessa abordagem (e.g. Eisenwine, 2003), entraram no debate posicionamentos críticos (Bartoy, 2012; Jeppson; Brauer, 2007; Zimmerman *et al.*, 1994) que direcionaram o foco para as comunidades de ensino e incorporaram o público que estava por trás do patrimônio material (e.g. Bartoy, 2012; Blancke; Slow-Turtle, 1994; Jeppson; Brauer 2007; Landau, 2019; Lewis, 2007; McCully, 2020; Oland, 2020; Zimmerman *et al.*, 1994). Foi reconhecida a necessidade de aproximar o ensino de arqueologia às agendas da educação, escutando professoras e professores para formular e apresentar conteúdos que pudessem realmente ser utilizados em sala de aula, garantindo assim o interesse do público e o uso efetivo do conhecimento arqueológico no ensino para além da manutenção de patrimônios materiais (Davis, 2000; Jeppson; Brauer, 2007; Moe, 2016; Zimmerman *et al.*, 1994).

A arqueologia nos EUA, no que concerne suas abordagens no ensino formal, voltou-se à formação de professoras e professores ressaltando as possibilidades práticas da disciplina (contato com cultura material, escavações reais e simuladas), o potencial de desenvolvimento de habilidades dos alunos e a multiplicidade de temas, de forma que pudessem aplicá-la por si só em suas aulas (Davis, 2000; Frost, 2004; Lewis, 2007; McCully, 2020; McManamon, 2003; Moe, 2016; Moe; Letts, 1998). Foi reconhecido que profissionais da educação atuam mais e melhor que arqueólogas e arqueólogos quando se trata de ensino e, por isso, seria importante estabelecer contatos e construir parcerias (Frost, 2004; Jeppson; Brauer, 2007; McCully, 2020), garantindo a incorporação da arqueologia aos currículos para além dos projetos extracurriculares (Jeppson; Brauer 2007).

O maior problema nessa abordagem é a continuidade (Davis, 2000). Apesar de intensos debates e esforços no cerne das áreas, na prática, faltam recursos, apoios institucionais e governamentais e formação desde a graduação (Davis, 2000; Zimmerman *et al.*, 1994). Os temas de arqueologia, quando abordados, os são por iniciativa de professoras e professores que têm interesse pessoal na temática

(e.g. Wheeler, 2019), ou por ações de divulgação de arqueólogas e arqueólogos durante seus projetos de pesquisa (Popson; Selig, 2019). Qualquer que seja o caso, são ações localizadas. Continuidade depende de acesso à informação de qualidade, recursos didáticos, formação e atualização profissional e contatos e debates constantes entre profissionais da educação e da arqueologia, elementos que ainda são apenas idealizados (Davis, 2000; Jeppson; Brauer, 2007; Moe, 2016; Popson; Selig 2019).

A arqueologia no ensino formal dos EUA ainda segue, mas de forma superficial: está focada em aulas de estudos sociais e séries iniciais e voltada a temas de arqueologia locais das áreas das escolas, temas estrangeiros e questões indígenas estereotipadas (Blancke; Slow-Turtle, 1990; Davis, 2000; Kehoe, 1990; McCully, 2020). Contribui para tal superficialidade a forma de organização do ensino no país, onde as demandas e temas de interesse das comunidades locais prevalecem sobre os currículos da federação (Davis, 2000; McManamon 2003). Apesar da positividade em se considerar sempre as visões de mundo de públicos locais, em alguns casos isso vem perpetuando pontos de vista e ideologias localizadas, deixando pouco espaço para novas abordagens. Questões indígenas, por exemplo, são ressaltadas por alguns autores que chamam atenção para o potencial que a arqueologia tem de, junto ao ensino, desmontar estereótipos acerca dos povos originários (e.g. Blacke eBlancke; Slow-Turtle 1990, 1994; Davis, 2000; Kehoe, 1990). Mas frequentemente essa temática é ofuscada pelas demandas locais, e mesmo quando o foco está em grupos marginalizados a história indígena não tem tanto espaço (e.g. Henderson; Levstik, 2016, que se refere a minorias sem incluir esses grupos). Existem esforços para aprofundar o tema na sala de aula e aumentar o foco em questões de arqueologia indígena mais amplas (e.g. Blancke; Slow-Turtle, 1990, 1994; Davis, 2000; Kehoe, 1990), mas a forma regionalizada de organização do ensino formal atua como obstáculo. É nesse sentido que Davis (2000) provoca a arqueologia e a educação dos EUA a ampliar o ensino às histórias de todas as pessoas, principalmente aquelas não escritas.

Argentina

Até o final do Regime Militar, nos anos 1980, o ensino argentino esteve focado em temas de uma identidade nacional ligada historicamente à colonização europeia e à sociedade colonial, que rompia com os passados da diversidade cultural indígena (Giacomasso; Mariano; Conforti, 2014; Pernicone, 2011; Podgorny, 1990, 2000). O ensino era tido enquanto agente “civilizador” frente à “barbárie” indígena americana (Pernicone, 2011). Desse passado “bárbaro” eram reconhecidos apenas alguns atos heroicos e fundadores, em especial quando de suas inserções na sociedade colonial, representado em figuras nativas culturalmente simplificadas e homogeneizadas (Pernicone, 2011; Podgorny, 1994). A história indígena que importava era apenas aquela que reafirmava o valor superior da colonização e o clímax da sociedade industrial moderna e que, portanto, não poderia existir em fatos relevantes, ou que valessem o esforço de serem ensinados, anteriores a 1492 (Novarro, 1998-1999; Pernicone, 2011; Podgorny, 1990, 1994; Pupio *et al.*, 2009). A exceção ficava em uns poucos casos sobre as sociedades andinas e nos grupos nômades e caçadores-coletores, tidos como orgulhosos exemplos nacionais da força rude pampeana. Ambos eram considerados como elementos importantes da identidade nacional então formulada (Podgorny, 1990).

A arqueologia argentina e suas relações com a educação foram formatadas nesse contexto (Giacomasso; Mariano; Conforti, 2014). A disciplina se desenvolveu em museus de história natural, adquirindo um viés naturalista que lhe dava uma organização mais geográfica que social (Podgorny, 1994, 2000). Ainda durante a Ditadura Militar, a forte repressão às ciências humanas atingiu em cheio a disciplina e lhe forjou um caráter positivista com pesquisas afastadas da sociedade (Oliva, 1994; Podgorny, 1990, 2000). Somam-se a isso estudos economicistas voltados aos modos de subsistência, em detrimento de reflexões sobre pensamentos simbólicos e outras relações sociais (Pupio; Palmucci; Simón, 2010). Tudo isso conectava a arqueologia à educação de um modo que apagava a diversidade cultural dos passados indígenas, colocando-os como atores secundários

e já superados da sociedade colonial, caracterizados com um viés evolucionista por seus modos de sobrevivência e restritos à Pré-História, sem continuidade significativa na sociedade contemporânea (Podgorny, 1994, 2000; Pupio *et al.*, 2009).

A educação argentina tem forte influência das ideologias de Estado. Inicialmente, o ensino formal foi organizado para modelar as concepções de mundo e o comportamento da sociedade, de modo que as escolas eram reconhecidas pelo poder público como um instrumento fundamental de socialização e utilizadas por um Estado que, mais do que representante, assumia a posição de formador (Pernicone, 2011; Podgorny, 2000). Hoje, isso continua, mas sob a ideologia do Estado contemporâneo que desde o final dos anos 1980 atua para a ascensão da democracia no país (Podgorny, 1990; Rocio; Conforti, 2022). A ruptura democrática trouxe a proposta de um ensino emancipador que vem se concretizando em diretrizes legais publicadas em 1993 e 2006 (Rocio; Conforti, 2022; Simón, 2010). Se antes a educação se propunha a dominar e formar uma identidade nacional, agora se propõe a desenvolver criticidade e despertar o interesse pela diversidade cultural (Pernicone, 2011).

Essas mudanças trouxeram consigo novas propostas de temáticas indígenas na educação, abrindo caminho para incorporar a arqueologia no ensino e provocando a disciplina a se movimentar nesse sentido (Montenegro, 2012; Pupio *et al.*, 2009; Rocio; Conforti, 2022). A arqueologia se percebeu capaz de carregar outros passados para dentro de uma educação que almejava ser intercultural (Pernicone, 2011), respondendo, por exemplo, às demandas de debate e reafirmação das múltiplas identidades atreladas aos bens culturais no país (Rocio; Conforti, 2022). Desde os anos 1990 a arqueologia argentina se debruça sobre questões educacionais e busca formas de integração com o ensino formal (Podgorny, 1990). Infelizmente, parafraseando Podgorny (1990), o que é dito é diferente do que é feito.

Na prática, apesar das diretrizes de ensino e da boa intenção da arqueologia, os temas indígenas seguem abordados de forma contraditória ao que é idealizado nos objetivos oficiais (Novarro, 1998-1999; Pupio *et al.*, 2010; Simón, 2010): perpetuam-se explicações superficiais, versões homogeneizantes da diversidade humana e os temas arqueológicos, quando presentes, são simplificados em linhas gerais e desatualizadas (Endere; Conforti, 2016; Pernicone, 2011; Pupio *et al.*, 2010; Rocio; Conforti, 2022; Simón, 2010). Mesmo com as reformas na educação, os preconceitos propagados por décadas estão presentes em noções de formação de identidades e concepções eurocêntricas e coloniais que não aprofundam os temas indígenas e os genocídios dos contatos culturais (Novarro, 1998-1999; Pernicone, 2011; Pupio *et al.*, 2010; Simón, 2010). Essas abordagens se estendem aos livros didáticos (Oliva, 1994; Pupio *et al.*, 2010; Simón, 2010).

Mesmo assim, a arqueologia é reconhecida por professoras e professores por seu potencial de engajamento no ensino, principalmente quanto aos temas indígenas, ao patrimônio local e nacional, ao tratamento a temas abstratos e à diversidade cultural, à transdisciplinaridade das pesquisas e ao desenvolvimento de habilidades dos estudantes (Colombo, 2020; Podgorny, 1990; Rocio; Conforti, 2022). Grande parte da integração de temas arqueológicos em sala de aula é mérito das professoras e professores envolvidos no cotidiano escolar (Rocio; Conforti 2022). No que depender de entusiasmo, o cenário da arqueologia na educação argentina só pode melhorar, mas faltam ferramentas para isso.

A arqueologia nas escolas segue afastada da pesquisa acadêmica (Endere; Conforti, 2016; Pernicone, 2011; Rocio; Conforti, 2022). A disciplina carece de uma tomada de consciência mais intensa para produzir voltada ao ensino, sendo essa uma atividade menosprezada no meio acadêmico, cuja falta resulta em escassez de materiais didáticos e de diálogo entre a academia, professoras e professores (Endere; Conforti, 2016; Giacomasso; Mariano; Conforti, 2014; Pernicone, 2011; Podgorny, 1990, 2000; Rocio; Conforti, 2022) e na dificuldade de se integrar temas arqueológicos à formação de profissionais da educação (Colombo, 2020; Pernicone, 2011; Podgorny, 1990, 2000; Rocio; Conforti, 2022).

Mas o que é dito ainda pode se aproximar do que é feito. Como mérito da arqueologia argentina percebemos a preocupação recorrente em ouvir as demandas e trabalhar os patrimônios reconhecidos pelas comunidades locais (e.g. Colombo, 2020; Giacomasso; Mariano; Confort, 2014; González; Albeck, 2013; Montenegro, 2012; Oliva, 1994; Rocio; Conforti, 2022), nisso incluídos professoras e professores, administradores educativos, editoras de livros didáticos e financiadores (e.g. Podgorny, 1994; Pupio *et al.*, 2009).

Nesse esforço há, ao menos, quatro elementos delicados para serem equacionados: primeiro, a falta de materiais, verba e trabalhos na área; segundo, a organização da política e da ciência no país, às quais grupos indígenas possuem acesso e influência ainda limitada (Montenegro, 2012; Oliva, 1994); terceiro, o cuidado no tratamento de discursos históricos revisionistas ao debater diversidade com comunidades nas quais há forte reconhecimento com identidades europeias coloniais, dado que a arqueologia é muitas vezes demanda dessas comunidades (Montenegro, 2012)³; e quarto, de ordem prática, a dificuldade de incorporação de temas arqueológicos em sala de aula frente ao excesso de conteúdos já previstos para serem ensinados, gerando resistência entre muitos docentes a incluir novos temas (Pernicone, 2011).

A arqueologia ainda pode fixar sua posição no sistema educativo argentino e contribuir na formulação dos conhecimentos escolares e na complexificação dos debates sobre história e diversidade cultural do país. Desde que o faça com atenção às identidades e saberes indígenas e das comunidades locais, em constante colaboração com professoras e professores para superar as lacunas didáticas da disciplina e tomando o cuidado de produzir para esse público (Pernicone, 2011; Podgorny, 1990).

Brasil

No Brasil, o ensino escolar já foi marcado por perspectivas reducionistas, generalizantes e homogeneizantes acerca dos povos indígenas. Do século XIX até o final do Regime Militar, na década de 1980 do século XX, a educação recebeu a incumbência de consolidar uma identidade nacional não indígena, ou predominantemente não indígena, atuando como instrumento de reprodução e difusão das ideologias dominantes (Araujo, 2013; Funari; Piñon 2020; Grupioni, 1995; Lima, 2007; Lima; Silva 1999; Oliveira, 1995). Destacam-se os anos da Era Vargas e da Ditadura Militar, com seus arroubos nacionalistas que levaram a políticas de valorização de uma suposta mestiçagem homogênea, com foco em controle social. Esse modelo de escola cristalizou o esmaecimento e a exclusão dos povos indígenas da sociedade brasileira e o fortalecimento de uma identidade nacional oficial de cultura ocidental. A arqueologia participou desse processo ao colaborar na formulação de tal identidade, ilustrando o passado dos povos indígenas como de povos alheios à história, subdesenvolvidos ou em decadência (Lima, 2007; Noelli; Ferreira 2007).

A ruptura política e social da redemocratização oficializou o começo de uma longa e contínua transformação nesse cenário. A reformulação da Educação brasileira se fez através da promulgação da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), da Lei nº 9.394/1996, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), e de novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), fomentando o debate sobre diversidade cultural e de povos no Brasil contemporâneo e antigo. A constituição lançou as bases para o ensino democrático, multivocal e de amplo acesso no país, Poucos anos depois, a LDB firmava compromisso com a diversidade e os PCN abriam espaço para discutir a temática indígena em sala de aula, bem como sítios arqueológicos e suas implicações no ensino de

³ Um exemplo está no caso da comunidade relacionada ao sítio arqueológico indígena e patrimônio mundial de Quebrada de Huamaca, onde a comunidade local tem interesse em estudar sua História e preservação, tanto quanto demanda pesquisas que abordem sua identidade colonial gaucha (e.g. Montenegro, 2014).

história (Curado, 2013; Lima, 2014). Mais recentemente o foco na questão da diversidade cultural e temas relacionados à história e arqueologia indígenas foi ampliado através da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), que tornou obrigatório o ensino de história e culturas indígenas e afro-brasileiras, sendo amplamente difundido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017). Nesse momento revelou-se um amplo espaço para a arqueologia, em abordagens temáticas e atividades práticas para tratar do passado e da materialidade desses povos.

A arqueologia acompanhou essa transformação. O primeiro grande movimento da disciplina nesse sentido foi o Seminário para a Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus, organizado em 1993 por Maria Cristina Tenório e Teresa Cristina Franco (Tenório; Franco, 1994b), em uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Ministério da Educação (MEC). O Seminário era parte de um programa homônimo e congregou um grupo de arqueólogas e arqueólogos na tentativa de responder ao espaço que se abria à disciplina na redemocratização (Afonso, 1994; Assis, 1994; Beltrão *et al.*, 1994; Bruno, 1994; Lotufo, 1994; Prous, 1994; Schmitz, 1994; Silva, 1994; Siqueira, 1994; Tenório; Franco, 1994b; Vasconcellos, 1994). Era planejada uma grande publicação voltada ao ensino escolar, que se materializou no livro *Pré-História da Terra Brasilis* (Tenório, 1999), uma completa coletânea de artigos direcionada ao público em geral tanto quanto a pesquisadores. O evento serviu para aproximar a arqueologia e a educação brasileiras, até então historicamente afastadas, e foi o momento de trazer para a responsabilidade da arqueologia uma série de argumentos presentes até hoje na interface entre as áreas: trabalhar com atenção a temas de história indígena, considerando as demandas contemporâneas; atenção às memórias coletivas de grupos locais sobre temas regionais; atenção às dificuldades da educação, como por exemplo as demandas de professoras e professores, a estrutura carente e a dificuldade de acesso ao conhecimento; olhar crítico sobre as produções didáticas já existentes; trabalhar para maior participação de especialistas na produção de conteúdo educacional; fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio; foco na superação de questões sociais e na formação para cidadania; e nesse processo, valer-se dos valores da educação democrática que se modelava.

Desde então, o ensino escolar segue acompanhando o projeto oficial de nação. Frente a uma educação que pretende reforçar a autoestima e valorizar a amplitude e pluralidade das culturas nacionais, a arqueologia, enquanto patrimônio cultural brasileiro, se faz presente como elemento complementar. Parte importante desse processo passa justamente pela atenção às diretrizes escolares e às demandas da legislação vigente, que colocam no centro do debate o ensino de história indígena. Muitas pesquisas e ações de arqueologia e educação já pautam explicitamente suas proposições pelos PCN, BNCC e pela Lei nº 11.645/2008, dando ênfase a conteúdos de temática indígena (e.g. Almeida, 2002; Curado, 2013; Leite, 1994; Schiavetto; Bernardes; Carvalho, 2021; Silva, 2020). Em uma perspectiva contemporânea entende-se que os objetivos do ensino formal já estão postos nos documentos oficiais e, então, a disciplina deve atuar para atendê-los (Azevedo; Scheel-Ybert, 2021).

Isso é um desafio para a arqueologia, mas há um elemento facilitador: ela e a educação brasileiras compartilham ideias e ideais alinhados em diversos aspectos. A arqueologia pública, por exemplo, atua para produzir e divulgar temas relacionados à diversidade de histórias e culturas do país, com foco em grupos marginalizados e responsabilidade social (Funari, 1994, 2000, 2004). E é no conjunto de seu arcabouço teórico que se desenvolvem a maior parte dos projetos de arqueologia e educação. Da mesma forma, Paulo Freire, patrono da educação brasileira desde 2012, demonstra a importância da educação como prática libertadora e conscientizadora para fortalecer e emancipar identidades sociais e pessoais em suas diversidades (Freire, 2020), o que está posto como objetivo da educação brasileira. Ora, ações conjuntas de arqueologia e educação permitem justamente o acesso à história para diferentes grupos sociais, multiplicando as vozes do discurso sobre o passado. A arqueologia fomenta a capacidade desses grupos de problematizar a realidade,

serem atores históricos e agentes na construção de suas identidades e de resistirem à identidade dominante que antes era imposta.

Mais ainda, ao dialogar com a educação, a arqueologia é colocada no centro de uma complexa rede teórica e metodológica que integra os saberes e práticas das duas áreas. Essa rede é formada pelos conteúdos de diferentes componentes curriculares, pelas relações de ensino e aprendizagem e pelos saberes de comunidades e profissionais envolvidos. Em meio a isso, a arqueologia atua na educação entre conteúdo e prática.

Ao conteúdo referem-se principalmente as abordagens curriculares. A maior parte dos trabalhos de arqueologia e educação no Brasil está focada no componente de história (e.g. Carbonari, 2017; Curado, 2013; Funari; Noelli 2020; Funari; Piñon, 2020; Guerra, 2019; Leite, 1994; Lima, 2014, 2020; Lima; Silva, 1999; Lotufo, 1994, 2001; Neves, 1995; Oliveira; Andrade; Aragão, 2020; Pereira, 2019; Piñon; Funari, 2004; Rodrigues; Marinoci, 2002; Santos, 2021; Silva; Silva; Ribeiro, 2017; Soares; Perius; Arend, 2013; Souza, 2016; Souza; Sampaio, 2018; Vasconcellos; Alonso; Lustosa, 2000). Entretanto, outros se apropriam do potencial transdisciplinar da disciplina e integram artes, ciências, geografia, matemática e português, se debruçando inclusive sobre a pedagogia (e.g. Almeida, 2002; Bezerra, 2005; Pereira, 2010; Piasson; Chaves, 2021; Schiavetto, 2015; Schiavetto; Bernardes; Carvalho, 2021; Silva; Tamanaha; Lima, 2021; Torres de Sá; Jacaúna, 2017; Vasconcellos, 2014; Wingert; Martins; Reichert, 2018; Zank *et al.*, 2021). A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são características muito importantes da arqueologia para integrar o ensino escolar, em completa sintonia com as diretrizes oficiais da BNCC, tanto nos componentes curriculares quanto nos temas transversais (Azevedo; Scheel-Ybert, 2021), e por isso é um elemento cada vez mais requisitado. A integração de conhecimentos é um dos objetivos da educação brasileira contemporânea.

Quanto às questões práticas, a disciplina aprecia assuntos inerentes ao ensino, como objetivos pedagógicos e projetos educativos de cada contexto. Em seus esforços, a arqueologia brasileira reconhece a importância do planejamento de atividades que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e cognição dos estudantes, como lógica, criatividade e criticidade adequadas para cada etapa de aprendizado (Almeida, 2002). Outros objetivos pedagógicos amplos, como habilidades de orientação temporal, espacial e compreensão da existência de diferentes matrizes de pensamento também são contribuições possíveis (Lima, 2014). A disciplina cria situações de aprendizagem que envolvem múltiplas faces do desenvolvimento cognitivo dos estudantes (Lima, 2014) e explora em si os aspectos de ludicidade, investigação e descoberta do fazer arqueológico (Almeida, 2002).

Outro elemento da atuação da arqueologia brasileira nas escolas está na consideração das ideias prévias do público sobre seus temas e, principalmente, sobre a história indígena (e.g. Almeida, 2002; Lima, 2014; Silva, 2022). A disciplina propõe se apropriar dessas perspectivas de forma integrativa e crítica, na construção de um discurso que traga novas ideias. Ao mesmo tempo, vem discutindo formas de implementar suas contribuições na história indígena para a educação.

A comunicação do conhecimento científico atualizado, quando se dá em diálogo com os saberes do público, influencia positivamente o resultado de propostas educativas (e.g. Almeida, 2002; Lima, 2014; Silva, 2022). Para isso, a materialidade inerente à arqueologia é um excelente recurso didático, mobilizando aspectos do cotidiano e relações sociais, e estimulando a interpretação e a reflexão dos alunos enquanto sujeitos na construção do conhecimento. Ela é palpável, empírica e desperta consciência. Inclusive, a possibilidade da existência de diferentes interpretações sobre uma mesma fonte empírica é utilizada em atividades de arqueologia e educação como ferramenta para a problematização da construção do conhecimento científico, da existência e transformação de múltiplos discursos sobre história e como forma de valorização da agência dos estudantes e comunidades locais no processo de ensino e aprendizagem (e.g. Almeida, 2002; Carbonari, 2017; Funari; Noelli 2020; Guerra, 2019; Lima, 2014; Neves, 1995; Schiavetto *et al.*, 2015; Schiavetto; Bernardes, 2021; Silva; Silva; Ribeiro, 2017; Souza, 2016).

Infelizmente os resultados de todos esses esforços ainda são escassos. Isso porque a arqueologia brasileira encontra muitas dificuldades para se engajar na educação devido à falta de formação pedagógica da maior parte de seus profissionais. O afastamento de arqueólogas e arqueólogos da prática pedagógica é um problema de longa duração, urgente de ser equacionado (notado desde Tenório e Franco [1994b], passando por Almeida [2002] até Samia [2021] entre outros, em décadas de esforços sobre o tema). Além disso, a escola no Brasil ainda é mais receptora que produtora de ações educativas sobre arqueologia, ficando dependente de profissionais externos cujas atuações pontuais que dificultam a implementação de projetos maiores e resultados duradouros (Lima, 2014). Existe um afastamento entre o ambiente da arqueologia acadêmica e o escolar que faz o conhecimento arqueológico circular essencialmente no primeiro, sendo divulgados para o segundo apenas resultados simplificados e pouquíssimos materiais. Professoras e professores, de seu lado, veem essa simplificação de forma crítica, mas não possuem por si só ferramentas para a suplantar (Leite, 1994).

Como tentativa de superar essa situação, a arqueologia brasileira propõe ações de formação de professoras e professores e de aproximação com faculdades de licenciaturas (e.g. Afonso, 1994; Almeida, 2002; Andrade, 2019; Assis, 1994; Leite, 1994; Schiavetto *et al.*, 2015; Schiavetto; Bernardes; Carvalho, 2021; Silva, 2020; Siqueira, 1994; Vasconcellos, 2019), por vezes executadas até mesmo em trabalhos de educação patrimonial. Mais do que apenas uma ação própria da disciplina, essa é uma demanda de professoras e professores que aparece frequentemente em trabalhos de pesquisa (e.g. Silva, 2020). Mas a maior parte das iniciativas ainda acontece pontualmente, através de cursos locais e do oferecimento de disciplinas sobre arqueologia brasileira em poucos cursos de graduação. Por se tratarem de ações esparsas, ainda não apresentaram resultados mais amplos na educação brasileira. Ainda assim, é certo que cada vez mais a disciplina atua nesse sentido, multiplicando-se nos últimos anos a oferta de cursos de formação continuada para professoras e professores. Existe também o argumento de que é necessário incluir arqueologia nos cursos de licenciaturas tanto quanto é necessário incluir temas pedagógicos nos cursos de Arqueologia (Almeida, 2002; Leite, 1994), mas esse ainda é um debate a ser construído.

Um estreitamento de relações entre arqueólogas, arqueólogos, professoras e professores contribuiria para solucionar esse impasse, ao articular arqueologia e pedagogia usufruindo dos saberes de cada grupo. Nessa integração entre profissionais, o cenário pode mudar e a escola pode se tornar um espaço de desenvolvimento de arqueologia pública. Em artigo anterior (Azevedo; Scheel-Ybert, 2021), apresentamos a proposta de ações dialógicas baseadas na formação continuada de professoras e professores para aproximar a arqueologia brasileira do ensino, procurando responder às demandas desse grupo e do sistema educacional adequando os conhecimentos da disciplina à realidade das escolas. Essas ações vêm sendo desenvolvidas desde então (Azevedo *et al.*, 2021, 2022) e se pretende que a sistematização de seus resultados contribua para ampliar as possibilidades de aproximação entre as áreas.

Em suas empreitadas na educação, a arqueologia brasileira reservou ainda esforços para uma avaliação crítica das publicações de materiais didáticos. No Brasil, livros didáticos foram implementados como um meio de difusão da história oficial e instrumentos de acesso aos conteúdos para professoras, professores e estudantes. São, às vezes, a única fonte oficial de aprendizado (Vasconcellos *et al.*, 2000). E desde a redemocratização, deveriam trazer referências ao pluralismo ideológico e à diversidade cultural do país. Durante os anos 1990 e 2000 essa transformação não foi tão efetiva quanto poderia, sendo mantidos livros com ideias ultrapassadas e desatualizadas sobre o passado indígena (Lima; Silva, 1999; Vasconcellos, 1994; Vasconcellos; Alonso; Lustosa, 2000). O tema era apresentado desconectado da história oficial brasileira, atrapalhando o processo de ensino e aprendizagem sobre os povos indígenas na medida que os separa da história posterior ao período colonial (Soares; Perius; Arend, 2013). Relatos de professoras e professores indicam que nos materiais mais recentes essa situação vem se modificando, com as novas edições

de livros didáticos posteriores à BNCC integrando temas transdisciplinares e maior quantidade de assuntos de arqueologia brasileira (Azevedo *et al.*, 2021, 2022), mas esse dado ainda carece de uma análise das publicações.

Em grande parte, essas lacunas são responsabilidade da própria arqueologia. Isso porque por muito tempo os profissionais da área pouco se engajaram no processo de produção desse material (tampouco se engajaram na divulgação científica para o grande público) e também não foram consultados pelos autores e mercado editorial para tal. Além disso, faltam fontes de divulgação científica que levem suas pesquisas até os materiais didáticos e estímulo da área acadêmica para esse tipo de produção (Lima; Silva, 1999). Como uma resposta a isso, existem esforços pontuais da disciplina em produzir materiais instrucionais e didáticos para docentes (e.g. Funari; Noeli, 2020; Funari; Piñon, 2020; Neves, 1995; Silva; Tamanaha; Lima, 2021; Souza, 2016; Vasconcellos, 2014), mas que infelizmente não são amplamente utilizados. No caso de materiais impressos, pesa estarem sujeitos aos limites do mercado editorial, relativos a custo, escassez de ilustração e rápida desatualização; no caso dos materiais digitais, pesa a carência de divulgação e indexação frente ao volume de informação existente on-line; e pesa ainda a carga de trabalho e curricular exigida de professoras e professores do ensino formal, que dificulta sua constante atualização e busca por materiais instrucionais. É necessário que a arqueologia encontre facilitadores para esse processo.

Apesar das dificuldades, desde a redemocratização a arqueologia brasileira tem ganhado cada vez mais espaço na educação. É interessante notar que existe até mesmo um movimento paralelo à disciplina, capitaneado por professoras e professores (profissionais e em formação) que buscam ferramentas para educar e encontram na arqueologia respostas e possibilidades de práticas de ensino. Seus estudos debatem o assunto a partir de suas práticas docentes, sem necessariamente aproximar-se da arqueologia acadêmica ou ter participação de formação na área (e.g. Carbonari, 2017; Gomes, 2022; Guerra, 2019; Lima, 2020; Oliveira; Andrade; Aragão, 2020; Pereira, 2019; Santos, 2021; Silva; Silva; Ribeiro, 2017; Souza; Sampaio, 2018; Torres de Sá; Jacaúna, 2017; Zank *et al.*, 2021). E existem também professoras e professores que atuam como tal e possuem formação em arqueologia, debatendo reflexões sobre as duas áreas (e.g. Andrade, 2019; Curado, 2013; Leite, 1994; Lotufo, 1994, 2001; Nunes, 2021; Piasson; Chaves, 2021; Wingert; Martins; Reichert, 2018). Como resultado são desenvolvidas propostas de ensino e aprendizagem, projetos educativos e já foram produzidos guias e materiais didáticos com o intuito de contribuir para a atuação de colegas em sala de aula (Piasson; Chaves, 2021; Santos, 2021; Zank *et al.*, 2021).

Apesar de todos esses esforços, ainda existem muitas dificuldades: o interesse da arqueologia na educação é crescente, mas ainda não é predominante entre profissionais; a formação de professoras e professores em temas de arqueologia é rara nas licenciaturas; também é crescente, mas ainda insuficiente, o oferecimento de oportunidades de formação continuada para professoras e professores; esses precisam atuar por conta própria sem ferramentas adequadas, ou ficam dependentes de atividades pontuais trazidas por arqueólogas e arqueólogos para suas aulas; as tentativas de integração das áreas ainda são muito restritas à história; e são graves problemas a burocracia, os prazos, os limites de financiamento, o excesso de trabalho e os apertados compromissos curriculares que envolvem as atividades das professoras e professores no ensino formal.

Mas está cada vez mais claro que a educação formal é uma das principais ferramentas de que a disciplina dispõe para atingir seus objetivos de fortalecimento de identidades e preservação do patrimônio. E certamente a arqueologia é uma excelente resposta às demandas oficiais das diretrizes de ensino no Brasil sobre história indígena, diversidade cultural e integração de conhecimentos e currículos. Resta à disciplina demonstrar essa relevância e fazer-se necessária, pois no Brasil “por enquanto a escola é mais importante para a arqueologia do que o contrário” (Lima, 2014, p. 73).

DISCUSSÃO

Percorrendo os caminhos

Nossa revisão bibliográfica demonstrou a existência de um grande volume de publicações sobre arqueologia e educação em contextos oriundos de políticas coloniais e neocoloniais, bem como a reiterada busca por esse tema em pesquisas desenvolvidas nos países abordados. Esse é um elemento importante para a argumentação que propomos, já que a questão indígena é um ponto passivo na maior parte dessas pesquisas, presente na proposta de utilização da arqueologia como instrumento para recuperar as histórias perdidas dos povos nativos nas versões oficiais, e de implementação dessa contribuição como ferramenta para o ensino escolar.

Compreender o desenvolvimento conjunto da arqueologia e da educação nos contextos coloniais e neocoloniais ao redor do mundo, e como tais contextos se reorganizaram após as rupturas do século XX, é importante para refletirmos sobre o caso brasileiro e as possibilidades de ação que temos no país. Retomamos aqui alguns pontos definidores desses trajetos.

No continente africano a arqueologia se desenvolveu enquanto disciplina permeada pelos contextos neocoloniais: missões estrangeiras voltadas ao trânsito unidirecional de conhecimentos e relíquias para as metrópoles, desinteresse no desenvolvimento de centros de pesquisas locais, ausência da divulgação das descobertas arqueológicas para o público do local de origem (ao contrário, por vezes havia um esforço em escondê-las sob teorias raciais e religiosas) e formulação de hipóteses acerca das evidências arqueológicas destinadas à validação da estrutura de domínio neocolonial. O desenvolvimento da educação se deu através de parâmetros similares, objetivamente voltado ao controle social das colônias por suas metrópoles, geralmente representadas nas elites locais. Os sistemas de ensino foram simplesmente ignorados, ou, nas raras vezes em que foram organizados, fez-se de forma a justificar a existência e a plausibilidade das desigualdades sociais.

Na Oceania, a arqueologia se desenvolveu em um contexto de apagamento dos povos indígenas, deliberadamente evitando relacionar grupos contemporâneos aborígenes e do Estreito de Torres ao patrimônio arqueológico local, apesar de tal relação ser amplamente considerada pelos indígenas. A disciplina estava focada apenas na pesquisa de um passado abordado como desconectado da realidade contemporânea e em políticas preservacionistas. A educação, por sua vez, foi organizada como violento instrumento de dominação promovido pelo Estado para afastar as crianças indígenas de suas famílias e evitar que aprendessem suas culturas, na tentativa de criar uma situação artificial de assimilação delas à nação colonial.

Nas Américas, o desenvolvimento da arqueologia e da educação se deu de forma semelhante, apesar das idiosincrasias do processo colonial no continente. De forma geral a arqueologia ignorava o passado indígena enquanto história, limitando-a ao período posterior à colonização do século XVI, enquanto o primeiro era tido como um patrimônio cultural distante no tempo e desligado da contemporaneidade. As pesquisas sustentavam perspectivas preservacionistas e um tom de relíquias de sociedades extintas era dado ao patrimônio indígena, prevalecendo abordagens direcionadas à formação de identidades nacionais homogêneas. Na educação o teor também era esse, restringindo o ensino do passado ao período colonial e sua sequência e organizando a história como forma de consolidação das identidades dominantes no momento. Cabe destacar a existência de contundentes investidas nacionalistas e processos violentos de incorporação forçada de indígenas à sociedade de modelo colonial — educava-se com vistas à total assimilação desses povos.

Nos contextos com essas características a arqueologia e a educação foram situadas em lados opostos e não era considerado interessante educar as populações dominadas acerca da riqueza e diversidade de seus passados. Naquele tempo a arqueologia forjou uma versão medíocre de si mesma, empobrecida quanto aos passados indígenas. E a educação tratou de consolidar essa versão no imaginário social, com consequências até o presente.

Mudanças nesse cenário começaram a tomar forma com a emancipação colonial/neocolonial e as rupturas democráticas e culturais do século XX. A arqueologia mudou de lado e começou a movimentar-se para rever antigas hipóteses e recuperar o lugar das culturas indígenas na história. A riqueza de seus passados começou a ser explorada a serviço da construção e fortalecimento de identidades independentes daquelas outrora dominantes, com o cuidado de valorizar a diversidade cultural nesses cenários. Também nesse momento, novas políticas foram implementadas na Educação, agora com o objetivo idealista de fortalecer essas mesmas identidades e histórias que antes eram ignoradas ou enfraquecidas.

Desde então, arqueologia e educação cruzaram muitas vezes os caminhos uma da outra, sempre sob o viés da complexidade dos processos históricos, dos patrimônios arqueológicos e da diversidade cultural. O ensino formal desempenhou um papel central, com a implementação de práticas para aproximar a arqueologia das escolas. Essas ações se deram tanto por iniciativas de Estado quanto por debates internos da disciplina e têm em comum a apropriação do valor histórico da arqueologia como ferramenta para visibilizar a diversidade de histórias e identidades indígenas.

Ao trazer esses elementos para o ensino, a maior parte das abordagens de arqueologia e educação foram integradas aos currículos de história, mas também há casos de outras disciplinas. Isso porque a arqueologia é uma área do conhecimento interdisciplinar, capaz de integrar temas de diversos — se não de todos — componentes curriculares. A arqueologia contribuiu para a educação com problematizações acerca da existência de diversidade de versões sobre o passado e sobre como é complexa a construção do conhecimento científico. A materialidade do passado arqueológico se apresentou como uma fonte empírica cujas interpretações dependem de como ela é abordada, sendo menos impositiva para o público que materiais escritos e permitindo que ele participe de sua explicação.

Um ponto imprescindível nessa relação foi o diálogo. Através dele, a arqueologia começou a se interessar por temas caros à educação, como suas diretrizes oficiais, organização curricular, teorias, métodos, materiais e objetivos de ensino. Ouvir as demandas das diretrizes escolares, de professoras e professores e das comunidades envolvidas foi e é imperativo para qualquer desenvolvimento satisfatório de abordagens conjuntas entre as áreas. Foi nessas oitavas que a arqueologia tomou conhecimento da importância de compreender o processo de ensino e aprendizagem, de como isso afeta a distribuição de seus temas nos currículos e as possibilidades de aprendizado que cada um deles pode trazer. A disciplina descobriu, frente à educação, sua potencialidade em colaborar para o desenvolvimento de habilidades dos estudantes. E ao propor abordagens para o desenvolvimento de tais habilidades, ela ultrapassou os limites curriculares e definiu propostas práticas de integração pedagógica.

Apesar de tamanho avanço nas últimas décadas, a integração entre as áreas enfrenta dificuldades: apesar da demanda, há falta de estrutura e recursos nas escolas para receber novas abordagens; a formação de professoras e professores em temas arqueológicos é insuficiente; há escassez de materiais para esse público e para estudantes e dificuldade de acesso à informação; abordagens de arqueologia em sala de aula ainda são muito dependentes de ações pontuais da disciplina e do interesse pessoal de professoras e professores; segue existindo dentro da arqueologia acadêmica algum distanciamento da educação e da divulgação científica; e ainda existe no público certa resistência a novas histórias, pela persistência de versões hegemônicas sobre o passado.

Traçando uma rota para o Brasil

Tanto o avanço na integração de arqueologia e educação quanto seus problemas são realidade no Brasil. A arqueologia brasileira parece estar no caminho certo e no mesmo tom de outros países com contextos semelhantes, mas suas ações ainda são insuficientes para obter resultados mais amplos e evidentes. As diretrizes curriculares no país, principalmente a BNCC, requerem que

diversidade cultural e história indígena se integrem transversalmente em currículos e permitam o desenvolvimento de habilidades dos estudantes. Mas apesar de a arqueologia se propor a atuar nesse sentido, o volume e as características dos trabalhos existentes não dão conta da demanda.

Para levar história indígena e diversidade cultural ao ensino, abordar e integrar conteúdos, e desenvolver habilidades, a arqueologia brasileira precisa sanar os mesmos problemas que a disciplina enfrenta em outros lugares do mundo. Apesar de diversos, todos eles estão relacionados a uma só questão: como fazer o conhecimento arqueológico chegar à sala de aula? Uma solução possível passa pela independência de professoras e professores para abordar os temas arqueológicos em suas práticas. Isso pode se dar através do incremento da formação continuada de profissionais, pela aproximação com cursos de graduação em licenciaturas e também pela produção e divulgação de materiais instrucionais de qualidade.

Ora, tudo isso já é realizado de alguma maneira. Afinal, a arqueologia brasileira não está alheia à situação e vem tentando contribuir nesse sentido há pelo menos três décadas. Então como potencializar a efetividade de ações como essas no futuro? Propomos como caminho possível um maior foco no diálogo com a educação.

O primeiro diálogo deve ser feito com as diretrizes. A total atenção às demandas oficiais dará maior clareza à arqueologia sobre suas possibilidades de contribuição. É necessário delimitar os temas de pesquisa, os currículos, as habilidades e as faixas etárias em que a integração é possível. Todas essas informações precisam ser claras na produção e na divulgação de conteúdos e materiais instrucionais, de forma que efetivamente alcancem seu público-alvo e permitam o desenvolvimento dos temas e habilidades a que se propõe.

O segundo diálogo é com as professoras e os professores. Esses são os agentes centrais da Educação, desempenhando em suas aulas, e melhor do que ninguém, o ensino sobre temáticas arqueológicas. Portanto, conhecem também melhor do que ninguém sua própria necessidade de formação e material. Utilizar esse saber das professoras e professores para direcionar os esforços da arqueologia pode resultar na produção de cursos de formação e materiais que venham a ser efetivamente empregados, atendendo às suas necessidades e às dos estudantes.

Um terceiro diálogo ainda é necessário: esse com a sociedade e com as comunidades locais. As versões hegemônicas sobre o passado ainda são muito presentes nas narrativas históricas e não se dissipam com a simples exposição de novos dados. É necessário explorar essa relação, com foco na construção do conhecimento científico e nos saberes locais. Esta é uma relação de negociação entre verdades bem estabelecidas e informações provocadoras que devem levar o público a questionar-se, sem necessidade de imposição de uma versão sobre a outra.

O conceito de Freire (2020) acerca do uso de *temas geradores* que partam de relações de identificação do público como facilitadores de aprendizado na composição de conteúdos programáticos dialoga com essas experiências. Em artigo anterior (Azevedo; Scheel-Ybert, 2021), apresentamos a proposta de que a arqueologia brasileira busque na interação entre seus conhecimentos e as diretrizes escolares, principalmente a BNCC, *temas geradores* que estimulem os estudantes a desenvolverem habilidades. Nesta mesma linha Samia (2021) propõe o conceito de *arqueologia pedagógica*, que pretende, mais do que descrever o passado, explorar suas conexões com sociedades e lugares contemporâneos. E Demarchi (2021) traz o conceito de *patrimônio gerador*, que considera como patrimônio cultural aquele que parte de referências culturais preexistentes nos grupos sociais, dando protagonismo às comunidades para definir seus próprios patrimônios. Aí está um quarto diálogo, que tem lugar na interface teórica e metodológica entre arqueologia e educação e se pauta pelas contribuições possíveis e complementares dos saberes e práticas de cada uma delas. Essas perspectivas serão emancipadoras se aplicadas a contextos escolares, criando contrapontos aos patrimônios históricos hegemônicos que reiteram o sistema de dominação colonial.

A educação brasileira vem propondo uma mudança nos estereótipos da sociedade acerca de seu passado e na visão do povo brasileiro sobre si mesmo. Almeja-se uma escola pautada

pela liberdade, diversidade e desenvolvimento de habilidades individuais que contribuam para a formação da cidadania. A arqueologia brasileira, ao participar desse processo de forma atenta e dialógica, pode contribuir muito e se fazer constantemente presente nas escolas, tornando-se parte da solução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imperialismo europeu do século XIX e XX foi cruel com a África na pilhagem dos despojos neocoloniais, levando consigo também o patrimônio histórico e deixando em seu lugar memórias artificiais de um passado desvalido. Da mesma forma se deram os resultados do colonialismo a partir do século XVI na Oceania e América e do controle social de ditaduras do século XX na América Latina. Mas o século XX foi longo o bastante para que essa situação começasse a mudar. “Começasse” porque, é importante pontuar, até hoje, no século XXI, ela ainda é fonte de inúmeras guerras civis, desigualdades sociais e sofrimento pessoal nesses cenários. Ainda assim, foi nesse período que profundos processos de ruptura social tomaram forma. Diante dos estados nacionais que se constituíam ou se reorganizavam, tornou-se imperativo recuperar a riqueza histórica espoliada nos anos anteriores.

Foi aí que se estabeleceu uma nova relação de caráter emancipatório entre arqueologia e educação, voltada a grupos sociais marginalizados, e um marcante apoio e estímulo a ideologias e políticas oficiais de Estado para reformulação e apresentação desse conhecimento ao público. Essa relação tem culminado na inserção da disciplina em sala de aula.

Dentro das escolas a arqueologia se mostrou uma ferramenta precisa na educação pautada por valores democráticos. Diversas abordagens de conteúdo de disciplinas específicas, temas transversais, práticas pedagógicas isoladas ou integradas e desenvolvimento de habilidades dos estudantes foram experimentadas. A materialidade arqueológica aborda temas integradores no que se refere à multiplicidade e diversidade de elementos existentes nos processos históricos e atua enquanto recurso didático para suscitar a compreensão, identificação e empatia do público sobre temas de diversidade cultural. O passado torna-se tangível, e elementos do presente passam a conter e a compor de forma lúdica e cativante histórias de longa duração.

O que está posto em todos os casos apresentados nesse artigo, distribuídos em diferentes regiões do mundo, é que a arqueologia reconhece seu valor para a educação, para as identidades e histórias marginalizadas, e reflete acerca de maneiras de produzir e colaborar com os sistemas de ensino. Há também em comum, em todos os casos, as dificuldades de se produzir conhecimento nativo e ensiná-lo em contextos sociais de tão recente superexploração, com a existência de desigualdades extremas, sistemas de ensino frágil, falta de financiamentos e infraestrutura e lacunas na formação profissional.

No caso brasileiro, arqueologia e educação já trabalham juntas em diversos momentos, mas de forma pontual e sem resultados amplos para os objetivos de ensino do país. Para superar essa situação e atingir um maior potencial de integração, sugerimos a construção de uma relação dialógica entre as áreas. Acreditamos que assim a arqueologia pode desenvolver e disponibilizar produtos que atendam de fato às demandas da educação e que permitam um uso efetivo e contínuo em sala de aula.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às professoras MaDu Gaspar e Márcia Bezerra, com quem tivemos a oportunidade de debater esse texto no decorrer do processo editorial, e às valiosas e cuidadosas contribuições dos pareceristas da Revista de Arqueologia. Tudo isso certamente aumentou a qualidade do artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADANDÉ, Alexis; ZEVOUNOU, Irénée. Education and Heritage: An Example of New Work in the Schools of Benin. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, P. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 315-325.
- AFONSO, Mariza Coutinho. O ensino de pré-história no curso superior: a experiência na Universidade de São Paulo. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 27-30.
- AGBELUSI, Odunyemi Oluseyi. Archaeological Education in Nigeria: Concepts, Methods, Challenges, and Recommendations. *Archaeologies*, v. 11, p. 220-245, 2015.
- ALMEIDA, Marcia Bezerra de. *O australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ANDRADE, Cilcair. Educação patrimonial em arqueologia: a dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 239-255, 2019.
- ARAUJO, Cinthia Monteiro de. Uma outra história é possível?: o saber histórico escolar na perspectiva intercultural. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (org.). *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 265-285.
- ARENDT, Beatrix. Making it Work: Using Archaeology to Build Job Skills for Careers Other than Archaeology. *Public Archaeology*, v. 12, n. 2, p. 79-100, 2013.
- ASSIS, Eneida. O ensino de pré-história: principais problemas. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 60-63.
- AZEVEDO, Leonardo Waisman de; SCHEEL-YBERT, Rita. Histórias em diálogo no ensino escolar: contribuições possíveis da arqueologia brasileira. *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 2, p. 140-158, 2021.
- AZEVEDO, Leonardo Waisman de; SCHEEL-YBERT, Rita; CAPUCHO, Tais Cristina Jacinto Pinheiro; PATZLAFF, Rubia Graciele. *Curso de extensão Arqueologia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
- AZEVEDO, Leonardo Waisman de; SCHEEL-YBERT, Rita; CAPUCHO, Tais Cristina Jacinto Pinheiro; PATZLAFF, Rubia Graciele. *Curso de extensão Arqueologia Brasileira para Professores: Ciência, Transdisciplinaridade e Práticas de Ensino*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.
- BALME, Jane; WILSON, Moss. Perceptions of Archaeology in Australia amongst Educated Young Australians. *Australian Archaeology*, v. 58, n. 1, p. 19-24, 2004.
- BARLOW, Alex. Still Civilizing?: Aborigines in Australian Education. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 68-87.
- BARTOY, Kevin M. Teaching through Rather than About. In: SKEATES, Robin; MCDAVID, Carol; CARMAN, John (org.). *The Oxford Handbook of Public Archaeology*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2012. p. 552-565.
- BECK, Wendy Elizabeth; MURPHY, Dee; PERKINS, Cheryl; PERKINS, Tony; SMITH, Anita J; SOMERVILLE, Margaret. Aboriginal Ecotourism and Archaeology in Coastal NSW, Australia: Yarrowarra Place Stories Project. In: SMITH, Claire; WOBST, H. Martin (ed.). *Indigenous Archaeologies: Decolonising Theory and Practice*. London (GB): Routledge, 2005. p. 213-228.
- BELTRÃO, Maria; LOCKS, Martha; MOINHOS, Valéria; NEME, Salete; RABELLO, Angela; ZARONI, Lígia; CHERFAN, Andrea; QUEIROGA, Isabella de; NIEMEYER, Helianne. Pré-história brasileira na região arqueológica de Central, Bahia: o ensino de pré-história a nível de 1º grau. In: TENÓRIO, Maria Cristina;

- FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 70-73.
- BEZERRA, Marcia. Make-Believe Rituals: Reflections on the Relationship between Archaeology and Education through the Perspective of a Group of Children in Rio de Janeiro, Brazil. *Archaeologies*, v. 1, n. 2, p. 60-70, 2005.
- BLACKING, John. Culture houses in Papua New Guinea. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 160-172.
- BLANCKE, Shirley; SLOW-TURTLE, Ciigkitoonuppa John Peters. The Teaching of the Past of the Native Peoples of North America in US schools. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 109-133.
- BLANCKE, Shirley; SLOW-TURTLE, Ciigkitoonuppa John Peters. Traditional American Indian Education as a Palliative to Western Education. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 438-452.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRUNO, Maria Cristina. A pré-história nos museus: uma contribuição à educação. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 8-13.
- CARBONARI, Márcia. Arqueologia, história e cultura material no ensino de História. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CULTURA MATERIAL E ARQUEOLOGIA, 1., 2017, Passo Fundo. *Anais [...]*. Passo Fundo: UPF, 2017. p. 1-13.
- CÉRON, Ivonne Delgado; MZ-RECAMÁN, Clara Isabel. The Museum Comes to School in Colombia: Teaching Packages as a Method of Learning. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p.148-158.
- COLE, Trudie. Understanding and Assessing the Theories Behind Archaeological Education. *Public Archaeology*, v. 14, n. 2, p. 115-136, 2015.
- COLLEY, Sarah. Archaeology and Education in Australia. *Antiquity*, v. 74, n. 283, p. 171-177, 2000.
- COLLEY, Sarah. Public Benefits of Archaeology: Results from a Student Questionnaire. *Australian Archaeology*, v. 65, n. 1, p. 30-36, 2007.
- COLOMBO, Mariano Jorge. El patrimonio en su lugar: programa de investigaciónnación y educación sobre pasado y presente indígena en escuelas rurales de la provincia de Buenos Aires, Argentina, 2020. *Práctica Arqueológica*, v. 3, n. 1, p. 49-64, 2020.
- CURADO, Danilo. *Contradições entre as políticas públicas do PCN e PNLD 2011: uma análise da arqueologia brasileira nos livros didáticos de história*. 2013. Tese (Doutorado) –Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.
- DAHIYA, Neelima. A Case for Archaeology in Formal School Curricula in India. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 299-314.

- DARAOJIMBA, Kingsley Chinedu. Archaeology Education in Igbo-Ukwu, South East Nigeria. *Archaeologies*, v. 17, n. 2, p. 193-216, 2021.
- DAVIS, M. Elaine. Archaeology Education and the Political Landscape of American Schools. *Antiquity*, v. 74, n. 283, p. 194-198, 2000.
- DEMARCHI, João Lorandi. Patrimônio-gerador: perspectivas de Paulo Freire no patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 2, p. 71-83, 2021.
- DEVINE, Heather. Archaeology in the Alberta Curriculum: An Overview. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 190-200.
- DEVINE, Heather. The Role of Archaeology in Teaching the Native Past: Ideology or Pedagogy? *Canadian Journal of Native Education*, v. 18, n. 1, 1991.
- DEVINE, Heather. Archaeology, Prehistory and the Native Learning Resources Project: Alberta, Canada. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 478-494.
- EISENWINE, Marilyn J. Archaeology in the Seventh Grade: An Interdisciplinary Unit of Study. *Social Education*, v. 67, n. 1, 2003.
- ENDERE, Maria Luz; CONFORTI, María Eugenia. Mitos y realidades de la comunicación pública de la arqueología: la vigencia del modelo de déficit en Argentina. *Publicar-En Antropología y Ciencias Sociales*, n. 21, p. 9-23, 2016.
- ESTERHUYSEN, Amanda B. The Birth of Educational Archaeology in South Africa. *Antiquity*, v. 74, n. 283, p. 159-165, 2000.
- ESTERHUYSEN, Amanda B.; LANE, Paul J. Archaeology and Education. In: MITCHELL, Peter; LANE, Paul (ed.). *The Oxford Handbook of African Archaeology*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2013. p. 239-252.
- FERNANDES, Evandro; CIBEL, Nora Cecilia Lima Boccacio; LOPES, Véra Neusa (org.). *Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 73. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FROST, Karolyn E. Smardz. Archaeology and Public Education in North America: View from the Beginning of the Millennium. In: MERRIMAN, Nick (ed.). *Public Archaeology*. London (GB): Routledge, 2004. p. 73-98.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Rescuing Ordinary People's Culture: Museums, Material Culture and Education in Brazil. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 120-136.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Archaeology, Education and Brazilian Identity. *Antiquity*, v. 74, n. 283, p. 182-185, 2000.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Public Archaeology in Brazil. In: MERRIMAN, Nick (org.). *Public Archaeology*. London (GB): Routledge, 2004. p. 202-210.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola*. São Paulo: Contexto, 2020.
- GAWÉ, Stephen; MELI, Francis. The Missing Past in South African History. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 98-108.

- GIACOMASSO, María Vanesa; MARIANO, Mercedes; CONFORTI, María Eugenia. Jóvenes re-significando patrimonios: análisis de una experiencia escolar en la ciudad de Olavarría. *Espacios en Blanco*, Serie Indagaciones, v. 24, n. 2, p. 225-246, 2014.
- GOMES, Gustavo Ferreira. A Pré-História na educação básica: um estudo acerca do ensino da Pré-História e da História Antiga no nível fundamental. *Revista GAÍÁ*, v. 13, n. 1, 2022.
- GONZÁLEZ, Ana María; ALBECK, Maria Ester. Quebrada de Humahuaca, más de 10.000 años de historia. Ilustración Luis Zapana. Buenos Aires (AR): Ministerio de Educación de la Nación, 2013.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, DF: MEC; MARI; UNESCO, 1995. p. 481-526.
- GUERRA, Lolita Guimarães. Questionamentos sobre o Neolítico da história que se ensina a partir de um diálogo entre os sítios arqueológicos da Ásia Ocidental e das terras baixas da Amazônia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2019.
- HENDERSON, A. Gwynn; LEVSTIK, Linda S. Reading Objects: Children Interpreting Material Culture. *Advances in Archaeological Practice*, v. 4, n. 4, p. 503-516, 2016.
- HENSON, Don. Archaeology and Education. In: MOSHENSKA, Gabriel (ed.). *Key Concepts in Public Archaeology*. London (GB): University College London, 2017. p. 43-59.
- HOGG, Erin A. An Analysis of the State of Archaeology in Canadian Public School Curricula. 2012. Thesis (BA) – Department of Anthropology, University of British Columbia, Vancouver (CA), 2012.
- JAMIESON, John. One View of Native Education in the Northwest Territories, Canada. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p.495-510.
- JEPSON, Patrice L.; BRAUER, George. Archaeology for Education Needs: An Archaeologist and an Educator Discuss Archaeology in the Baltimore County Public Schools. In: JAMESON, John H.; BAUGHER, Sherene (ed.). *Past Meets Present: Archaeologists Partnering with Museum Curators, Teachers, and Community Groups*. New York (US): Springer, 2007. p. 231-248.
- KATSAMUDANGA, Seke. Consuming the Past: Public Perceptions towards the Discipline of Archaeology in Zimbabwe. *Public Archaeology*, v. 14, n. 3, p. 172-190, 2015.
- KEHOE, Alice B. “In fourteen hundred and ninety-two, Columbus sailed...”: The Primacy of the National Myth in US School. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 201-216.
- KING, Rachel. Teaching Archaeological Pasts in South Africa: Historical and Contemporary Considerations of Archaeological Education. *Archaeologies*, v. 8, p. 85-115, 2012.
- KIYAGA-MULINDWA, David; SEGOBYE, Alinah Kelo. Archaeology and Education in Botswana. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 46-60.
- KRISTENSEN, Todd J. *et al.* Grand Challenge nº 5: Communicating Archaeology Outreach and Narratives in Professional Practice. *Journal of Archaeology and Education*, v. 4, n. 3, p. 1-38, 2020.
- LANDAU, Kristin. The Alma College Archaeological Project: Toward a Community-Based Pedagogy. *Journal of Archaeology and Education*, v. 3, n. 4, p. 1, 2019.
- LEA, Joanne; FROST, Karolyn Smardz. Public Archaeology in Canada. In: MATSUDA, Akira; OKAMURA, Katsuyuki. *New Perspectives in Global Public Archaeology*. New York (US): Springer, 2011. p. 57-76.

- LEITE, Nívea. Pré-história nas escolas. *Série Estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, n. 1, p. 87-92, 1994.
- LEWIS, Ann-Eliza H. Transportation Collections: On the Road to Public Education. In: JAMESON, John H.; BAUGHER, Sherene (ed.). *Past Meets Present: Archaeologists Partnering with Museum Curators, Teachers, and Community Groups*. New York (US): Springer, 2007. p. 299-318.
- LIMA, Leilane Patrícia de. *A arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina (PR)*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014
- LIMA, Savio Queiroz. Paleoarqueologia e educação no Brasil: riscos e descasos da atualidade no ensino de “Pré-História” brasileira. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2020, Paraná; SEMANA DE HISTÓRIA, 24., 2020, Maringá. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2020.
- LIMA, Tânia Andrade. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. *Canindé*, v. 10, p. 11-26, 2007.
- LIMA, Tania Andrade; SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. 1898-1998: a Pré-História brasileira em cem anos de livros didáticos. *Fronteiras*, v. 3, n. 6, p. 91-134, 1999.
- LÓPEZ, Carlos Eduardo; REYES, Margarita. The Role of Archaeology in Marginalized Areas of Social Conflict: Research in the Middle Magdalena Region, Colombia. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 137-147.
- LOTUFO, Cesar. A prática pedagógica de arqueologia no ensino de 1º, 2º e 3º graus: o desafio da preservação do patrimônio cultural do Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 38-45.
- LOTUFO, César. A prática pedagógica da arqueologia no ensino fundamental e médio: o desafio da preservação do patrimônio cultural no Brasil. *Revista Dissertar*, v. 1, n. 1, p. 22-24, 2001.
- MAY, Sally K; GUMURDUL, Donald; MANAKGU, Jacob; MARALNGURRA, Gabriel; NAWIRRIDJ, Wilfred. ‘You write it down and bring it back... That’s what we want’: Revisiting the 1948 Removal of Human Remains from Kunbarlanja (Oenpelli), Australia. In: SMITH, Claire; WOBST, H. Martin (ed.). *Indigenous Archaeologies: Decolonising Theory and Practice*. London (GB): Routledge, 2005. p. 102-121.
- MAY, Sally K., MARSHALL, Melissa, SANZ, Inés Domingo; SMITH, Claire. Reflections on the Pedagogy of Archaeological Field Schools within Indigenous Community Archaeology Programmes in Australia. *Public Archaeology*, v. 16, n. 3-4, p. 172-190, 2018.
- MBUNWE-SAMBA, Patrick; NIBA, Matthias Livinus; AJENJI, Ndambi Isaac. Archaeology in the Schools and Museums of Cameroon. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 326-337.
- MCCULLY, Sarah Elizabeth. *Stop, Collaborate, and Listen: Creating Archaeological Education Resources with Local Teachers’ Needs in Mind*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Cornell University, Ithaca (US), 2020.
- MCGILL, Alicia Ebbitt. Old Tings, Skelintans, and Rooinz: 1 Belizean Student Perspectives about Archaeology. *Chungara*, v. 44, n. 3, p. 475-485, 2012.
- MCMANAMON, Francis P. Presenting Archaeology to the Public in the USA. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 2003. p. 61-81.
- MERRIMAN, Nick (ed.). *Public Archaeology*. London (GB): Routledge, 2004.
- MILLION, Tara. Developing an aboriginal archaeology: receiving gifts from White Buffalo Calf Woman. In: *Indigenous archaeologies*. Routledge, 2004. p. 39-51.

- MOE, Jeanne M. Archaeology Education for Children: Assessing Effective Learning. *Advances in Archaeological Practice*, v. 4, n. 4, p. 441-453, 2016.
- MOE, Jeanne M.; LETTS, Kelly A. Education: Can It Make a Difference? *Common Ground*, v. 3, n. 1, p. 24-29, 1998.
- MOMIN, K. N.; PRATAP, Ajay. Indian Museums and the Public. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (Ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 290-298.
- MONTENEGRO, Mónica. Arqueología en la escuela: experiencias en el sector septentrional del noroeste argentino. *Chungará (Arica)*, v. 44, n. 3, p. 487-498, 2012.
- MONTENEGRO, Mónica. Una experiencia de arqueología pública y colaboración intercultural en el sector septentrional de Argentina. *Revista Arqueología Pública*, v. 8, n. 2 [10], p. 26-43, 2014.
- NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, DF: MEC; MARI; UNESCO, 1995. p. 171-196.
- NICHOLAS, George P. Education and Empowerment: Archaeology with, for, and by the Shuswap Nation, British Columbia. In: NICHOLAS, George P.; ANDREWS, Thomas D. (ed.). *At a Crossroads: Archaeology and First Peoples in Canada*. Burnaby (CA): Department of Archaeology; Simon Fraser University, 1997. p. 85-104.
- NICHOLAS, George P. The Past and Future of Indigenous Archaeology: Global Challenges, North American Perspectives, Australian Prospects. *Australian Archaeology*, v. 52, n. 1, p. 29-40, 2001.
- NICHOLS, Stephen; PRANGNELL, Jonathan; HASLAM, Michael. Hearts and Minds: Public Archaeology and the Queensland School Curriculum. *Australian Archaeology*, v. 61, n. 1, p. 71-79, 2005.
- NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, 2007.
- NOVARRO, Gabriela. Diversidad cultural y conocimiento escolar: el tratamiento de los indios en los contenidos educativos. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, v. 18, p. 297-314, 1998-1999.
- NUNES, Renata. Experiências com a arqueologia em sala de aula – Profª Renata Nunes. Rio de Janeiro: Artefato, Arqueologia e Patrimônio, 17 ago. 2021. 1 vídeo (25 min 30 s). Publicado pelo canal Artefato, Arqueologia e Patrimônio. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c9N8Eglq25A&ab_channel=ArtefatoArqueologia%26Patrim%C3%B4nio. Acesso em: 27 dez. 2023.
- OLAND, Maxine H. Teaching Archaeology with Inclusive Pedagogy. *Journal of Archaeology and Education*, v. 4, n. 1, p. 1, 2020.
- OLIVA, Fernando. Education as a Means of Protection of the Archaeological Heritage in the Districts of Buenos Aires Province, Argentina. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 109-119.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; ANDRADE, Juliana Alves de; ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. O conceito de pré-história nos livros didáticos de História no Brasil. *PerCursos*, v. 21, n.47, p. 277-302, set./dez. 2020.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio?: uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, DF: MEC; MARI; UNESCO, 1995. p. 61-86.
- OWEN, Tim; STEELE, Jody. Perceptions of Archaeology amongst Primary School Aged Children, Adelaide, South Australia. *Australian Archaeology*, v. 61, n. 1, p. 64-70, 2005.

- PENNANEN, Kelsey; GUILLET, Lynnita-Jo. Experiential Learning and Archaeology: Reconciliation through Excavation. *Papers on Postsecondary Learning and Teaching*, v. 4, p. 58-67, 2020.
- PEREIRA, Jocilene Gordiano Lima Tomaz. Salas temáticas: uma maneira criativa de se trabalhar arqueologia no ensino fundamental. In: PBL 2010, CONGRESSO INTERNACIONAL, 2010, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: PBL, 2010.
- PEREIRA, Washington Kuklinski. Escavar, descobrir e aprender: a arqueologia no processo de ensino-aprendizagem na educação básica. *RELACult*, v. 5, 2019.
- PERNICONE, Verónica Leonor. Los arqueólogos y la historia escolar: reflexiones sobre un desafío no asumido: perspectivas de la educación intercultural desde la antropología y la arqueología. In: Campos, A, de Haro, M. T., Rocchietti, A.M., Runcio, M.A., Hernández de Lara, O (eds.), *Perspectivas de la educación intercultural desde la antropología y la arqueología*, pp.113 -125. Buenos Aires: Instituto Superior del Profesorado Dr. Joaquín V. González, 2011.
- PIASSON, André M.; CHAVES, Lucas M. (org.). *Arqueologando/arqueológicas*. Passo Fundo: Acervus, 2021.
- PIÑON, Ana; FUNARI, Pedro. Contando às crianças sobre o passado no Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 1, n. 1, p. 13-30, 2004.
- PLESCIA, Bronwyn Bianca. *History through Archaeology: A Case Study of Zimbabwean History Textbooks*. 2019. Tese (Doutorado) – University of Pretoria, Pretoria (ZA), 2019.
- PODGORNY, Irina. The Excluded Present: Archaeology and Education in Argentina. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past*. London (GB): Routledge, 1990. p. 183-189.
- PODGORNY, Irina. Choosing Ancestors: The Primary Education Syllabuses in Buenos Aires, Argentina, between 1975 and 1990. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 408-417.
- PODGORNY, Irina. Archaeology and Education in Argentina. *Antiquity*, v. 74, n. 283, p. 151-155, 2000.
- POPSON, Colleen P.; SELIG, Ruth O. Putting Archaeology and Anthropology into Schools: A 2019 Update. *Journal of Archaeology and Education*, v. 3, n. 3, p. 1, 2019.
- PROJECT ARCHAEOLOGY. 2022. Disponível em: www.projectarchaeology.org. Acesso em 12 dez. 2022.
- PROUS, André. Algumas reflexões sobre o quê e como ensinar a respeito da Pré-História brasileira. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 54-59.
- PUPIO, María Alejandra; MAZZIA, Natalia; SALERNO, Virginia; FRONTINI, Romina; VECCHI, Rodrigo; BAYÓN, Cristina; GONZÁLEZ, María Isabel; WEITZEL, Celeste; FLEGENHEIMER, Nora; COLOMBO, Mariano. La arqueología en el aula: desarrollo, financiación y gestión. *Patrimonio Cultural: In VÁZQUEZ, Cristina et al. Patrimonio Cultural: la Gestión, el Arte, la Arqueología y las Ciencias exactas aplicadas*. Editorial Talleres Gráficos Centro Atómico Constituyentes. CONEA, Argentina, 2009.
- PUPIO, Maria Alejandra; PALMUCCI, Daniela; SIMÓN, Cecilia. Pueblos errantes: las sociedades cazadoras recolectoras en el discurso de los manuales escolares. In: BERÓN, Mônica; LUNA, Leandro; BONOMO, Mariano; MONTALVO, Claudia; ARANDA, Claudia; AIZPITARTE, Manuel Carrera (ed.). *Mamül-Papu: pasado y presente desde la arqueología pampeana*. Ayacucho (PE): Libros de Espinillo, 2010. p. 499-511.
- PWITI, Gilbert. Prehistory, Archaeology and Education in Zimbabwe. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (Ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 338-348.
- REYES, Honorio Rivera; Ethnic Representation in Colombian Textbooks. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 298-407.

- RILEY, Melissa. Simulating Archaeology: Designing an Effective Simulated Excavation for School-Aged Children. *Archaeologies*, v. 15, p. 82-104, 2019.
- ROCIO, Lencina; CONFORTI, María Eugenia. Posibilidades y desafíos en el abordaje del pasado en la educación formal de la provincia de Buenos Aires, Argentina. *Revista Arqueología Pública*, v. 17, p. e022005-e022005, 2022.
- RODRIGUES, Isabel Cristina; MARINOCI, Márcia Cristina. Pré-História do Brasil nos livros de História para 5 à 8 séries do Ensino fundamental. Maringá: Eduem, 2002.
- ROJAS, Gladys Gordones. ¿Arqueología para qué?: reflexiones sobre el conocimiento arqueológico en el ámbito educativo venezolano. *Boletín Antropológico*, v. 26, n. 72, p. 7-24, 2008.
- SAA. Society for American Archaeology. 2022. Disponível em: www.saa.org. Acesso em 12 dez. 2022.
- SALAZAR, Diego *et al.* Arqueología y educación formal en la costa de Taltal-Paposo: reflexiones sobre “arqueología pública”. *Chungará (Arica)*, v. 52, n. 4, p. 651-669, 2020.
- SAMIA, Danielle Gomes. Arqueologia pedagógica: reflexões teóricas e conceituais. *Revista de Arqueología Pública*, v. 16, n. 2, p. 179-195, 2021.
- SANTOS, Luis Marcelo. *História e arqueologia marajoara: possibilidades para o ensino de história indígena*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.
- SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira; BERNARDES, Adonias Santos; CARVALHO, Thaís Ronsini de. Paulo Freire e arqueologia: uma experiência da abordagem da diversidade cultural em contextos escolares. *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 2, p. 23-40, 2021.
- SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira; GUIMARÃES, Alegna C.; MORAS, Iara C. S.; REIS, Luciana G. As possibilidades de um projeto arqueológico em uma Faculdade de Educação. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 12, n. 23, p. 234-249, 2015.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Conteúdos de Pré-História brasileira para 1º, 2º e 3º graus. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 21-24.
- SEGOBYE, Alinah Kelo. The Revolution Will Be Televised: African Archaeology Education and the Challenge of Public Archaeology: Some Examples from Southern Africa. *Archaeologies*, v. 1, n. 2, p. 33-45, 2005.
- SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, DF: MEC; MARI, 1995.
- SILVA, Maurício André da. Formação de novas gerações nos museus universitários: o papel do educativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. *Revista CPC*, v. 15, p. 294-320, 2020.
- SILVA, Mauricio André da. Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da FLONA Tefé, Amazonas. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- SILVA, Maurício André da; TAMANAHA, Eduardo Kazuo; LIMA, Marjorie do Nascimento (org.). *Arqueologia e conhecimentos tradicionais nas comunidades ribeirinhas: da terra para a lousa*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2021.
- SILVA, Micheli Gomes; SILVA, Amanda K. A.; RIBEIRO, Helena A. S. A cultura material como recurso didático no ensino de história. *Revista Extensão e Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 85-94, 2017.

- SILVA, Rosângela Albano. O ensino escolar de Pré-História na rede escolar de Lagoa Santa. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 74.
- SIMÓN, Cecilia. Las representaciones de las sociedades indígenas prehispánicas y de la arqueología en las imágenes y los textos presentes en los manuales escolares (1993-2006). 2010 Monografía (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca (AR), 2010.
- SINCLAIR, Paul. The Earth is Our History Book: Archaeology in Mozambique. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 152-159.
- SIQUEIRA, Alexandra Simões. A experiência de ensino de Pré-História no 1º grau em Belo Horizonte. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 25-26.
- SKEATES, Robin. Making Sense of the History of Archaeological Representation. In: SKEATES, Robin; MCDAVID, Carol; CARMAN, John (ed.). *The Oxford Handbook of Public Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, p. 82-99, 2012.
- SMARDZ, Carolyn. Archaeology in the Toronto School System: The Archaeological. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 293-307.
- SMITH, Claire. The Indigenous Transformation of Archaeological Practice. *The SAA Archaeological Record*, v. 7, n. 2, p. 35-39, 2007.
- SMITH, Laurajane. A History of Aboriginal Heritage Legislation in South-Eastern Australia. *Australian Archaeology*, v. 50, n. 1, p. 109-118, 2000.
- SOARES, André Luís Ramos; PERIUS, Eduardo; AREND, Jéssica Fernanda. A arqueologia nos livros didáticos. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, p. 520-531, 2013.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Indígenas no Rio Grande do Sul: breve relato de grupos humanos autóctones no sul do Brasil. In: FERNANDES, Evandro; CIBEL, Nora Cecília Lima Boccacio; LOPES, Véra Neusa (org.). *Da África aos indígenas do Brasil: caminhos para o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 43-63.
- SOUZA, Juliana Alves; SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. Contribuições da arqueologia amazônica para o ensino de história. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2., 2018. *Anais [...]*. Pará: PROPIT; Unifesspa, 2018.
- STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education* London (GB): Routledge, 1990.
- SUPERNANT, Kisha. Grand Challenge nº 1: Truth and Reconciliation Archaeological Pedagogy, Indigenous Histories, and Reconciliation in Canada. *Journal of Archaeology and Education*, v. 4, n. 3, p. 1-22, 2020.
- TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. Introdução. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994a, p. 5-6.
- TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 149p, 1994b.
- TENÓRIO, Maria. Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*, Editora UFRJ, 380p. Rio de Janeiro, 1999.
- TORRES DE SÁ, Ivandrigues; JACAÚNA, Carmem L. F. S; Artefatos arqueológicos como ferramenta pedagógica no ensino de geografia e na compreensão da arqueologia da paisagem. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Graduação) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.

- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A Pré-História brasileira no livro didático. In: TENÓRIO, Maria Cristina; FRANCO, Teresa Cristina. *Seminário para Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. p. 14-20.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello (org.). *Recursos pedagógicos no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, 2014. 88 p.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Arqueologia e educação patrimonial: a experiência do MAE-USP. *Revista CPC*, v. 14, n. 27 esp, p. 255-279, 2019.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ALONSO, Ana Carla; LUSTOSA, Paulo Rodrigues. A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 10, p. 231-238, 2000.
- WADE, Peter. Blacks, Indians and the State in Colombia. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 418-437.
- WANDIBBA, Simiyu. Archaeology and Education in Kenya. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 43-49.
- WANDIBBA, Simiyu. Archaeology and Education in Kenya: The Present and the Future. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 349-358.
- WATSON, Lilla. The Affirmation of Indigenous Values in a Colonial Education System. In: STONE, Peter G.; MACKENZIE, Robert (ed.). *The Excluded Past: Archaeology in Education*. London (GB): Routledge, 1990. p. 88-97.
- WELCH, John R.; CORBISHLEY, Michael. Grand Challenge nº 4: Curriculum Design-Curriculum Matters: Case Studies from Canada and the UK. *Journal of Archaeology and Education*, v. 4, n. 3, p. 1-25, 2020.
- WHEELER, Ryan. Archaeology in the Classroom at a New England Prep School. *Journal of Archaeology and Education*, v. 3, n. 2, p. 1-46, 2019.
- WILSON, Christopher L. Indigenous Research and Archaeology: Transformative Practices in/with/for the Ngarrindjeri Community. *Archaeologies*, v. 3, p. 320-334, 2007.
- WINGERT, Vitoria Duarte; MARTINS, Jander Fernandes; REICHERT, Inês Caroline. O ensino da arqueologia na educação infantil. *Argumentos Pró-Educação*, v. 3, n. 8, 2018.
- WIYNJORROC, Phyllis; MANABARU, Peter; BROWN, Nell; WARNER, Andrew. We Just Have to Show You: Research Ethics Blekbalawei. In: SMITH, Claire; WOBST, H. Martin (ed.). *Indigenous Archaeologies: Decolonising Theory and Practice*. London (GB): Routledge, 2004. p. 297-308.
- ZANK, Sofia; HANAZAKI, Natalia; PERONI, Nivaldo; LEVIS, Carolina (org.). *Diversidade biocultural na escola: reflexões e práticas para professoras e professores*. Porto Alegre: SBEE, 2021.
- ZARMATI, Louise. Using Archaeology to Teach Australia's 'Difficult' Indigenous Past. *Conservation and Management of Archaeological Sites*, v. 17, n. 1, p. 91-106, 2015a.
- ZARMATI, Louise. Archaeology as Pedagogy at Sydney's 'The Big Dig'. *The Historic Environment: Policy e Practice*, v. 6, n. 2, p. 177-191, 2015b.
- ZARMATI, Louise. Thinking Archaeologically about Australia's Deep Time History. *Teaching History*, v. 56, n. 1, p. 14-21, 2022.
- ZIMMERMAN, Larry J; DASOVICH, Steve; ENGSTROM, Mary; BRADLEY, Lawrence. Listening to the Teachers: Warnings about the Use of Archaeological Agendas in Classrooms in the United States. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. (ed.). *The Presented Past*. London (GB): Routledge, 1994. p. 359-374.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

PROARQ AUDIOVISUAL: O PAPEL DO AUDIOVISUAL E DAS MÍDIAS SOCIAIS NA DIFUSÃO E POPULARIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

Adriano da Silva Ferreira*

Leandro Domingues Duran**

Luis Felipe Freire Dantas Santos***

RESUMO

O presente artigo aborda o uso do audiovisual e das mídias sociais na divulgação e popularização da arqueologia, por meio do estudo de caso do projeto Proarq Audiovisual. O objetivo é compreender as possibilidades e desafios da comunicação científica na arqueologia acadêmica, destacando o papel da linguagem audiovisual e das mídias sociais na transmissão de informações precisas e confiáveis sobre a arqueologia brasileira. O estudo ressalta a importância de aprimorar as práticas de comunicação científica e promover uma cultura científica pública. O projeto Proarq Audiovisual, ao utilizar vídeos e mídias sociais, buscou estabelecer um diálogo direto com o público interessado em arqueologia. O artigo contribui para uma melhor compreensão da divulgação científica na arqueologia e propõe o uso integrado do audiovisual e das mídias sociais como estratégias eficazes para a disseminação do conhecimento arqueológico.

Palavras-chave: linguagem audiovisual; mídias sociais; divulgação científica; popularização da arqueologia; Proarq Audiovisual.

* Bacharel em Arqueologia pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
E-mail: ferreiraalucena@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2940-9268>.

** Doutor em Arqueologia. Professor do Departamento de Arqueologia (DARQ) e do Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PROARQ) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
E-mail: duan.arque@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7636-0692>.

*** Doutor em Arqueologia, bolsista de pós-doutorado Capes (PDPG-POSDOC) do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: luisfelipe_freire@yahoo.com.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0301-1587>.

PROARQ AUDIOVISUAL: THE ROLE OF AUDIOVISUAL AND SOCIAL MEDIA IN DISSEMINATING AND POPULARIZING ARCHAEOLOGY

ABSTRACT

This article discusses the use of audiovisual and social media in disseminating and popularizing Archeology by means of a case study on the Proarq Audiovisual project. It aims to understand the possibilities and challenges of scientific communication within academic Archaeology, highlighting the role of audiovisual language and social media in broadcasting accurate and reliable information about Brazilian Archeology. The study emphasizes the importance of improving scientific communication practices and promoting a public scientific culture. Proarq Audiovisual, by using videos and social media, sought to establish a direct dialogue with the interested public. The article contributes to a better understanding of scientific dissemination in Archeology and proposes the integrated use of audiovisual and social media as effective strategies for disseminating archaeological knowledge.

Keywords: audiovisual language; social media; scientific dissemination; archeology popularization; Proarq Audiovisual.

PROARQ AUDIOVISUAL: EL PAPEL DEL AUDIOVISUAL Y LAS REDES SOCIALES EN LA DIFUSIÓN Y POPULARIZACIÓN DE LA ARQUEOLOGÍA

RESUMEN

Este artículo aborda el uso del audiovisual y las redes sociales en la difusión y popularización de la arqueología mediante el estudio de caso del proyecto Proarq Audiovisual. Su objetivo es comprender las posibilidades y los desafíos de la comunicación científica en la arqueología académica enfatizando el papel del lenguaje audiovisual y de las redes sociales en la transmisión de información precisa y fiable sobre la arqueología brasileña. Se destaca la importancia de mejorar las prácticas de comunicación científica y de promover una cultura científica pública. Al utilizar videos y las redes sociales, el proyecto Proarq Audiovisual intentó establecer un diálogo directo con el público interesado en la arqueología. El artículo contribuye a una mejor comprensión de la divulgación científica en este campo y propone el uso integrado del audiovisual y de las redes sociales como estrategias eficaces para difundir el conocimiento arqueológico.

Palabras clave: lenguaje audiovisual; redes sociales; divulgación científica; popularización de la arqueología; Proarq Audiovisual.

APRESENTAÇÃO

A divulgação científica (DC) tem se popularizado na sociedade devido à crescente demanda por conhecimento técnico-científico e ao desejo da comunidade científica de expandir sua interação com a sociedade, visando estreitar as relações dos espaços de produção, dos mais distintos conhecimentos científicos, com os mais diferentes públicos. Isso possibilita a abertura de caminhos para a correção de equívocos e estereótipos associados à “sua ciência”, como também instrumentalizando a sociedade a um olhar crítico em tempos de pós-verdade (Alves-Brito; Massoni; Guimarães, 2020; Lima; Giordan, 2021).

Ao tratarmos do contexto brasileiro de produção científica arqueológica, temos uma necessidade cada vez mais urgente de entendimento da DC, compreendendo a sua importância, o seu alcance e as suas limitações. Alinhado a isso, cabe considerarmos a institucionalização de sua prática nos mais diversos espaços de produção de conhecimento arqueológico, visto sua relevância estratégica para as instâncias acadêmicas, gerando a demanda pelo desenvolvimento de estratégias de DC contínuas e efetivas com os mais diferentes públicos. Dentro desse complexo, e necessário, cenário de atuação da arqueologia, enviesada em seu aspecto comunicacional, que nos encontramos com a presente pesquisa.

O objetivo deste artigo científico será o de realizar uma análise crítica sobre o papel do audiovisual e das mídias sociais na atualidade, na difusão e popularização da arqueologia através do estudo de caso do projeto Proarq Audiovisual, iniciado em 2019 pelo programa de Pós-Graduação em Arqueologia (Proarq) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cujo autores participaram ativamente. Idealizado pelo prof. dr. Leandro Duran, o Proarq Audiovisual buscou a expansão do diálogo institucional (Proarq) com um público mais amplo por meio da produção de peças audiovisuais, explorando em suas narrativas as ações de pesquisa e ensino do programa de pós-graduação.

Logo, a partir desse estudo de caso, examinaremos as possibilidades e desafios da DC da arqueologia ligada a um espaço de produção acadêmica, além de avaliar como a linguagem audiovisual e as mídias sociais podem ser utilizadas de maneira eficiente para divulgar informações precisas e confiáveis para o grande público acerca da arqueologia brasileira, mas sobretudo auxiliando no processo de instrumentalização da sociedade sobre o funcionamento da “cadeia operatória” de produção do conhecimento arqueológico, corroborando com uma “blindagem” às fake news¹ e as pseudociências, a exemplo das “arqueologias proibidas”,² sendo, a mais recente, o caso de Ratanabá.³

¹ No artigo, utilizo o termo fake news como uma derivação simplista e contemporânea do conceito de pós-verdade, buscando uma distinção dessas narrativas pseudocientíficas do conhecimento arqueológico formalmente (cientificamente) produzido, considerando que, no contexto atual, impulsionadas pelas mídias sociais, acabam atingindo um público maior que o atingido pelas instituições científicas (Santaella, 2021).

² Referência a uma estrutura narrativa tematizada em elementos conspiracionistas e especulativos e que se popularizou na internet por meio do livro *Forbidden Archaeology*, de Michael A. Cremo e Richard L. Thompson (1993). Essa obra questiona as teorias evolucionistas ao reunir evidências arqueológicas que atestam uma longínqua presença do ser humano na Terra, contrariando os posicionamentos da “ciência tradicional”. Em síntese, optou-se pelo jargão “arqueologias proibidas” para ilustrar as referidas narrativas que se popularizaram na internet, compartilhando quase sempre similaridades discursivas no que tange à aceitação de uma conspiração, liderada por um influente e poderoso grupo político-social, que busca superioridade e controle social das massas, bem como fundamentando suas “provas incontestáveis” em teorias de natureza ufológica e/ou criacionista (Rocha, 2022).

³ Teoria difundida nas mídias sociais, principalmente em 2022, tendo grande espaço da mídia tradicional, acerca da suposta existência de uma cidade oculta chamada Ratanabá, localizada na região amazônica, que teria parte de sua extensão em Apiacás/MT, a cerca de mil quilômetros de Cuiabá. A utilização de teorias da conspiração como ferramenta política não é algo novo, entretanto, nos últimos anos, tem-se tornado cada vez mais prevalente entre grupos políticos extremistas. Um exemplo notório é a disseminação de uma narrativa

A DC se tornou uma prática popular na sociedade, facilitada com a revolução comunicacional promovida pelas novas tecnologias, sobretudo, pelas mais variadas formas de adaptação da linguagem audiovisual, voltada para os mais diferentes públicos e plataformas digitais. A produção de conteúdo, que visa construir uma cultura científica pública⁴ é vital para a disseminação e o fortalecimento da ciência. Em parte, esse movimento é motivado pelo interesse de setores da sociedade interessados na divulgação e circulação do conhecimento técnico-científico e pela própria comunidade científica, que busca a legitimação de sua prática social, pela ampliação de suas formas de interlocução com o público leigo (Alves-Brito; Massoni; Guimarães, 2020; Bueno, 2010; Lima; Giordan, 2021).

Mesmo existindo divergências conceituais sobre as estratégias de tradução e de disseminação da informação científica entre pesquisadores e divulgadores científicos, é consenso a necessidade constante de melhorar a compreensão e de promover novas práticas e estratégias para a comunicação pública da ciência. Para tanto, é fundamental, e inevitável, que a DC seja produzida na interseção de esferas de criação ideológica, com a esfera da cultura científica, colaborando com outras áreas, a exemplo do audiovisual, como discutiremos a partir do estudo de caso aqui analisado (Lima; Giordan, 2021).

O Proarq Audiovisual foi idealizado compreendendo a linguagem audiovisual integrada a uma estratégia de distribuição e interação com seu público-alvo por meio das mídias sociais, como parâmetro de popularização da prática arqueológica e ensino da instituição, objetivando despertar o interesse de uma parcela da sociedade que não conhece o programa de pós-graduação. Em um primeiro momento, por meio da produção de vídeos com uma linguagem cinematográfica documental, buscou-se o registro e a divulgação da produção científica pelos docentes e discentes do Proarq, aproximando o público das atividades científicas desenvolvidas. Concomitantemente à elaboração e divulgação de produtos audiovisuais, a manutenção da presença ativa em redes sociais foi fundamental para ampliar o alcance das ações e produções do Proarq. Por meio de plataformas como Facebook, Instagram e YouTube, estabeleceu-se uma comunicação mais direta e constante com o público, divulgando notícias, eventos, projetos em andamento, gerando interação e engajamento com a comunidade interessada em arqueologia.

Com este artigo, pretende-se entender o Proarq Audiovisual não como um modelo a ser replicado por outras instituições, mas como um campo fértil de reflexão e discussão da natureza da DC, principalmente no que tange à formulação de práticas de disseminação e popularização do conhecimento arqueológico, por meio de uma linguagem audiovisual integrada às mídias sociais. A partir das problemáticas surgidas no desenvolvimento do projeto, das suas limitações e potencialidades, busca-se contribuir para uma melhora da compreensão dessa atividade e, conseqüentemente, fomentar a produção de novas práticas e estratégias para difusão e popularização da arqueologia.

fictícia sobre a existência de uma civilização perdida na Amazônia, que tem sido utilizada no debate político e circulado entre os grupos extremistas. Em um contexto de polarização tóxica e disseminação rápida de informações pelas mídias sociais, o potencial dessas teorias para influenciar a opinião pública é significativo. O caso do místico Urandir Fernandes de Oliveira, cujas teorias foram desmentidas pela imprensa, mas ainda assim tem inúmeros seguidores que acreditam em extraterrestres e na teoria da “terra convexa”, ilustra o poder das teorias da conspiração em mobilizar as pessoas. Além disso, há a preocupação com o ressurgimento de uma história distorcida, conhecida como “Ratanabá”, que adultera uma descoberta científica sobre civilizações antigas na Amazônia. Esses exemplos demonstram a importância de combater a disseminação de informações falsas e teorias conspiratórias para manter uma sociedade informada e crítica (Biernath, 2022).

⁴ Entende-se aqui a ideia de público no sentido de “para todos”, uma conduta acessível a todas as pessoas ou a algum setor específico da sociedade.

AS PRIMEIRAS INTERSEÇÕES: A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E A ARQUEOLOGIA

A premente dificuldade em difundir e popularizar o conhecimento científico produzido não é uma exclusividade da arqueologia, mas uma realidade compartilhada por toda a ciência brasileira. Para um pleno desenvolvimento da DC é preciso superar as tradicionais barreiras comunicacionais, inclusive o distanciamento do(a) cientista em relação à socialização das práticas acadêmicas, gerando uma incapacidade do divulgador(a) científico(a) para (re)codificar o discurso acadêmico, comprometendo o processo de entendimento da cultura científica (Manso, 2012).

A divulgação científica no Brasil teve início no século XIX com os periódicos científicos e evoluiu ao longo do século XX com instituições, revistas populares, programas educacionais e iniciativas diversas. Atualmente, a prática se expande para plataformas digitais, como YouTube, podcasts e redes sociais, com canais independentes e institucionais diversificando temas e promovendo a popularização da ciência. Nesse sentido, buscando um entendimento do cenário atual da DC no Brasil, observamos as contribuições recentes, as quais revelam um cenário dinâmico e em constante modificação (Bueno; Fonseca, 2021; Santos; Müller, 2022).

As áreas da ciência mais abordadas pelos divulgadores científicos brasileiros abrangem temas gerais e multidisciplinares, incluindo tecnologia, saúde, meio ambiente, física, química, biologia e astronomia, entre outros, tendo uma menor produção para as ciências humanas. A diversidade temática reflete o interesse em atrair diferentes públicos, no sentido de configuração de uma cultura científica para combater a disseminação de informações falsas. Contudo, a falta de tempo e de recursos financeiros é o principal desafio para os profissionais e os divulgadores científicos. A escassez de tempo impacta na produção regular de conteúdo e na interação com o público, enquanto a falta de recursos financeiros limita a qualidade e o alcance da divulgação científica. Quanto às principais redes sociais, YouTube, Twitter (atual X), Facebook e Instagram são as preferidas pelos divulgadores. Cada plataforma oferece recursos específicos, com o YouTube se destacando em conteúdo em vídeo, o Twitter em notícias em tempo real, o Facebook em interação e o Instagram em compartilhamento audiovisual. Em síntese, o panorama da divulgação científica no Brasil revela avanços significativos, mas também desafios a serem superados. A diversificação de temas e a busca por diferentes plataformas indicam uma adaptação constante aos meios de comunicação contemporâneos. A falta de tempo e de recursos destaca a necessidade de apoio institucional e de políticas públicas para fortalecer essa prática essencial para aproximar a ciência da sociedade (Bueno; Fonseca, 2021; Santos; Müller, 2022).

Na arqueologia brasileira, temos uma escassa prática da DC, na maioria proveniente das mesmas “barreiras” de outrora, compartilhadas por outras ciências. Contudo, temos as nossas idiosincrasias, que levam à atual impopularidade da arqueologia com grande parcela da sociedade, resultante dos desentendimentos conceituais das práticas, ou estratégias, comunicacionais dessa ciência (DC, educação patrimonial e arqueologia pública) e pela falta de parâmetros normativos que balizem uma conduta efetiva da DC, nos casos em que é exigida sua aplicação em pesquisas arqueológicas. Para um vislumbre da problemática existente em relação à DC e à arqueologia brasileira, cabe pontuar as constatações feitas pela pesquisadora Glória Tega-Calippo (2012) ao analisar o processo de comunicação do conhecimento arqueológico em reportagens e notícias publicadas na Folha de S.Paulo entre 2000 e 2010.

Com base na análise do discurso de linha francesa, Tega-Calippo (2012), realizou a seleção e a comparação de 935 textos publicados entre 2000 e 2010 com os levantamentos de portarias de autorização emitidas para pesquisas arqueológicas realizadas. A análise quantitativa desses textos mostrou que o número de matérias publicadas sobre pesquisas realizadas no mundo ainda é muito maior do que o número de matérias que abordam pesquisas feitas no Brasil. Além disso, o número de textos publicados na *Folha de S.Paulo* não acompanhou o grande crescimento das pesquisas em arqueologia realizadas no país. Isso pode ser devido ao desinteresse dos

arqueólogos em divulgar suas pesquisas ou à falta de conhecimento dos jornalistas sobre o assunto. A *Folha de S. Paulo* tendeu a se concentrar em pesquisas científicas em lugares como Lagoa Santa, Serra da Capivara ou Floresta Amazônica e em descobertas antigas e grandiosas. A palavra “antigo” e suas variações estão quase sempre presentes nos textos publicados no jornal sobre pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil. Apesar do trabalho da Tega-Calippo (2012) focar na DC realizada por jornalistas em veículos tradicionais de difusão, no caso, a mídia impressa, acessa uma realidade compartilhada para outras variações da difusão do conhecimento arqueológico, atualmente realizada de maneira (in)formal, nas linguagens audiovisuais determinadas pelas mídias sociais. Mesmo depois de uma década do trabalho de Tega-Calippo, é notável a dificuldade existente da comunidade arqueológica em promover estratégias para popularizar o conhecimento por ela produzido, bem como a expectativa estereotipada do público em relação à ciência, ainda muito presa no “fetiche” do objeto arqueológico ou da “grande descoberta”.

Em grande parte, as visões distorcidas da arqueologia resultam de processos mais amplos de configuração de uma *tecnocultura* que conformam a sociedade a partir de uma ótica colonialista que desconsidera aspectos locais, bem como os legados históricos de grupos sociais indígenas e de matriz africana. A *tecnocultura*, constituída pelo mercado e meios de comunicação, implicam uma transformação das formas tradicionais de socialização, gerando, no indivíduo, uma condição antropológica e de configuração de um novo tipo de relacionamento individual com a concretização de novas verdades. Do ponto de vista midiático tradicional, televisão e entretenimento, o poder da *tecnocultura* é homólogo à hegemonia norte-americana no Ocidente de produzir a maior parte dos objetos da economia midiática e de atrair as consciências para uma forma de vida sempre modernizadora, por vias do liberalismo democrático e do consumo. Assim, a lógica dos processos de mídia, desde fins do século XIX, associa-se a uma propaganda da dinâmica de vida norte-americana, que, com a expansão globalizante dos Estados Unidos, exacerbou-se a uma dimensão imperial do poder desse país sobre o resto do mundo por meio de um processo midiático com molduras neoliberais de homogeneização (Sodré, 2009).

Desse modo, sendo consumidores de uma cultura popular ocidental de visões da arqueologia, por meio do consumo de filmes, jogos e outros produtos midiáticos, comumente nossa sociedade absorve estereótipos da ciência arqueológica pré-fabricados, que foram divididos por Cornelius Holtorf (2007) em quatro categorias principais: o arqueólogo como aventureiro; o arqueólogo como detetive; o arqueólogo fazendo revelações profundas; e o arqueólogo cuidando de sítios e descobertas antigas. Nenhum dos quatro temas leva o passado particularmente a sério. Principalmente, o arqueólogo é retratado não em relação à sua capacidade real de descobrir o que aconteceu no passado, mas em relação a certas qualidades que estão associadas a essa ambição básica. O fenômeno de que o objeto e os resultados dos estudos científicos podem parecer menos interessantes do que o desejo e o processo de estudo em si não são exclusivos da arqueologia. Ocorrem também em muitas outras ciências que apresentam “mistérios não resolvidos”, trabalho de campo aventureiro, buscas por evidências e perspectivas de grandes revelações, entre outros temas populares.

Em relação às visões distorcidas da arqueologia, o nosso desafio é posto no sentido de captar esses estereótipos e os ressignificar em prol da construção de uma cultura científica, auxiliando na manutenção de uma mentalidade que compreenda as esferas políticas do patrimônio cultural e a sua preservação. Logo, para superarmos esse desafio, devemos considerar o ponto da dificuldade do(a) pesquisador(a) em ser um(a) divulgador(a), bem como da fundamental necessidade que isso ocorra, para que a mensagem seja transmitida sem cair nos erros das pré-noções da arqueologia pelas mídias tradicionais (Bueno, 2010).

Cabe pontuar que existe, no campo da DC, a polêmica sobre se a divulgação seria melhor realizada pelos próprios pesquisadores, personagens com mais afinidade e conhecimento das suas produções. Contudo, há que se considerar que, na maioria, falta habilidade e prática comunicativa para estabelecer estratégias efetivas de popularização da ciência, além da falta de componentes

nas formações (graduação e pós-graduação) que atuem na capacitação para fins comunicativos da ciência (Bueno, 2010; Manso, 2012).

Nota-se atualmente movimentos visando alterar a realidade de escassez da DC em arqueologia no Brasil. Muitos laboratórios e instituições de pesquisa em arqueologia já tem presença digital em diferentes plataformas, realizando divulgações de suas pesquisas e trabalhando na construção de noções básicas para um público mais amplo. Também podemos observar pesquisadores independentes que têm se especializado em atuar profissionalmente na produção de conteúdo de DC para a internet (Moreno de Sousa, 2018). Apesar dos esforços, a desproporcionalidade de pesquisas em relação às ações comunicativas da arqueologia é gritante, como apontado em 2012 por Tega-Calippo. Com a presente pesquisa não pretendemos analisar esse aspecto, ainda que seja importante de ser analisado, mas, a partir do estudo de uma experiência local, o Proarq Audiovisual, refletirmos sobre os caminhos tomados pela produção audiovisual e a utilização das mídias sociais e como elas podem ensejar práticas efetivas para difusão e popularização do conhecimento arqueológico na continuidade do próprio projeto.

Como mencionado previamente, nota-se uma confusão conceitual no contexto brasileiro sobre as práticas/estratégias comunicacionais da arqueologia (DC, educação patrimonial e arqueologia pública), principalmente no que tange às suas particularidades, alcances, estruturas, linguagens e públicos. Uma questão transversal nelas todas, que buscaremos trabalhar mais adiante, é a possibilidade de integração da linguagem audiovisual como facilitador e meio na socialização da cultura científica. No entanto, o emprego da linguagem audiovisual varia de acordo com cada tipo de prática comunicativa realizada. Como em nosso estudo de caso, centraremos no emprego desse aparato comunicacional para fins de DC, considerando necessário explorar conceitualmente esse campo da comunicação.

Em primeiro lugar, precisamos diferenciar a comunicação científica da divulgação científica. A comunicação científica é a transferência de informações especializadas para especialistas. A divulgação científica é a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações para o público leigo. O público-alvo da comunicação científica está familiarizado com o método científico, reconhecendo sua validação pela comprovação empírica, enquanto o público da divulgação científica apresenta equívocos e percepções difusas sobre ciência e tecnologia (C&T), individualizando e romantizando a produção científica. A comunicação científica utiliza jargão técnico e pressupõe que o público compartilha os mesmos conceitos. A divulgação científica precisa recodificar o discurso especializado por meio de recursos, como metáforas e ilustrações, tornando-o acessível ao público leigo (Bueno, 2010).

Porém, os pesquisadores da área ainda não chegaram a um consenso quanto à natureza da produção conhecida como divulgação científica (DC). Alguns a entendem como um tipo de tradução ou simplificação discursiva que transforma um discurso científico em uma linguagem acessível e familiar ao público leigo. Por outro lado, há quem interprete a DC como um gênero discursivo próprio, com suas próprias estruturas composicionais, unidades temáticas e estilos. Independentemente dessas diferenças, o divulgador científico tem o importante papel de traduzir a linguagem específica da ciência para uma linguagem comum aos interlocutores, contribuindo para massificar o acesso ao conhecimento científico. A DC é uma função do discurso científico que ocorre por meio do disseminador, que desempenha um papel central no processo de divulgação. Essa relação entre a DC e o discurso científico enfatiza a distância entre os especialistas, no topo da cadeia comunicativa, e o público leigo, na outra ponta. Assim, cabe ao divulgador científico a importante função de reunir os discursos dos especialistas e dos leigos, contribuindo para uma maior compreensão e disseminação do conhecimento científico (Lima; Giordan, 2021).

Não é recente o interesse pela mercantilização do conhecimento científico, visto a demanda do público consumidor, sejam eles leigos ou especialistas. Nos últimos anos, ocorre um intenso debate em torno da importância da DC para os periódicos brasileiros, bem como na amplitude e confluências

do seu conceito. Como discutimos antes, o termo “divulgação científica” tornou-se sinônimo do ato de transmissão de conhecimento científico para um público leigo no assunto. Contudo, é essencial acrescentarmos a ideia que a DC também mira nos pesquisadores enquanto público-alvo, por ser uma prática social ampla em seus objetivos e formas de abordagem. Nas últimas décadas, livros, canais de TV, revistas e enciclopédias são empreendidas pensando nesse vasto público, que inclui “iniciados e não iniciados”. Embora a DC tenha acompanhado a pesquisa científica por séculos, as mudanças na ciência como instituição modificaram sua relação com a sociedade (Massola; Crochík; Svartman, 2015).

O conhecimento científico, sobretudo o arqueológico, pode servir a interesses específicos de dominação e a disseminação da ciência para justificar a imagem ideológica da sociedade como um todo homogêneo e coeso, bem como atender agendas políticas, vide o caso de Ratanabá. A tradução de ideias científicas para o leigo pode distanciar o público do conhecimento e a divulgação de resultados sem apresentar o método pode resultar em uma fetichização do conhecimento sem substância. Os efeitos negativos da divulgação científica, podem levar à fetichização do conteúdo científico, impedindo o pensamento crítico e a compreensão do público leigo. Nesse sentido, a DC opera na oposição de dois sujeitos: o produtor do conhecimento científico e o consumidor do conhecimento científico. A própria atividade de DC pode ser responsável pelo mal que ela busca combater e pede uma reflexão sobre a relação entre ciência e sociedade para tornar o conhecimento científico acessível sem deturpá-lo e/ou mercantilizá-lo (Massola; Crochík; Svartman, 2015).

Contudo, acreditamos que o único caminho para a efetividade e o alcance das ações de DC dependem de sua institucionalização e do apoio sistemático por parte do poder público (Natal; Alvim, 2018). A DC e a pesquisa exigem apoio social para obter financiamento e prestígio, mas os pesquisadores também priorizam seu próprio acúmulo de capital científico em detrimento da popularização da ciência para o amplo público. Isso prejudica a compreensão da ciência e a alfabetização científica da sociedade. Portanto, é essencial disseminar a prática comunicativa da C&T na comunidade acadêmica, por meio do estabelecimento de disciplinas, laboratórios e projetos (a exemplo do Proarq Audiovisual), que garanta o estabelecimento de uma relação de transparência e a participação dos cidadãos na pesquisa nacional (Manso, 2012).

Nem todo(a) pesquisador(a) precisará tornar-se um(a) divulgador(a), mas deverá ter clareza sobre sua responsabilidade política, social e ética em encontrar meios de difusão do conhecimento produzido para um público mais amplo do que os seus pares e os espaços convencionais de circulação. Será inevitável não prever, em suas pesquisas e projetos, divulgadores científicos especializados na tradução das informações próprias de determinada área do conhecimento. Em síntese, precisamos considerar a formação de profissionais de arqueologia que sejam especialistas em DC, desenvolvendo neles habilidades de produção de conteúdo (vídeos, podcasts, *social media*, fotografia etc.) da mesma forma que tradicionalmente são especializados na leitura de artefatos arqueológicos (líticos, cerâmicos, entre outros). No desenrolar desse processo, todo(a) pesquisador(a) será convocado para a “ação comunicativa”, podendo ajudar na superação dos tensionamentos existentes no processo de difusão da informação, identificando pontos comuns para a melhor veiculação da cultura científica.

A teoria da ação comunicativa (TAC), baseada nas ideias do filósofo alemão Jürgen Habermas, é uma estrutura útil para gerenciar tensões e conflitos entre divulgadores e pesquisadores. Quando a comunicação é orientada para o entendimento, ela cria a ação comunicativa, em que todos os atores envolvidos reconhecem as posições uns dos outros e desenvolvem um plano de ação que favorece o acordo. Entretanto, quando as relações são baseadas em objetivos individuais, ocorre a ação estratégica, que desconsidera os propósitos dos outros e reduz a linguagem a um mero meio de informação. Para que a ação comunicativa ocorra, é preciso estabelecer processos democráticos e cooperativos, sem imposições ou manipulações. Todos os personagens envolvidos são

caracterizados como primeira, segunda ou terceira pessoa, sendo as duas primeiras intersubjetivas e a última como observadora. Ao reconhecer as propostas uns dos outros e vincular suas ações a elas, pesquisadores e divulgadores podem evitar conflitos e interrupções na interação (Manso, 2012).

Por outro lado, não podemos desconsiderar como um fator importante nesse quadro de configuração da DC em nosso país a situação de precariedade para o desenvolvimento de pesquisas. A maior parte das pesquisas científicas realizadas no Brasil é financiada por recursos públicos, geridos por ministérios, instituições públicas de ensino superior e agências de fomento à pesquisa, entre outros. Quase sempre a quantidade de recursos empregados para as pesquisas mal supre a tarefa primordial de produção do conhecimento científico, tornando secundária a sua difusão. Porém, temos que encontrar meios, pois o retorno da produção científica à sociedade torna-se um compromisso ainda mais imperativo, visto serem resultados dos tributos civis, em grande parte da esfera nacional. Nesse sentido, a comunicação pública da ciência também deveria ser potencializada e institucionalizada (Natal; Alvim, 2018).

Ao utilizarmos da DC na arqueologia visamos estimular a reflexão, a interação e a compreensão dessa ciência, bem como incentivar a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos para a sociedade (Dias *et al.*, 2013). Para isso, é necessário utilizar recursos que tornem a linguagem especializada e codificada do cientista em algo mais acessível e compreensível para o público leigo. A linguagem audiovisual pode ser um desses recursos por permitir explorar os aspectos dinâmicos, ilustrativos e visuais da arqueologia, como os processos de trabalho em campo, as ferramentas e as peças encontradas e os temas das pesquisas (Dias *et al.*, 2013).

Antes de aprofundarmos a transversalidade e a contribuição da linguagem audiovisual com a arqueologia, temos que pontuar uma questão importante sobre o contexto normativo da prática da DC em pesquisas arqueológicas brasileiras. Atualmente, contamos com a vigência de normativas, especificamente a Portaria nº 7/1988 e a Instrução Normativa (IN) nº 1/2015 — ambas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que reforçam a necessidade do desenvolvimento de estratégias de difusão do conhecimento produzido pelas pesquisas arqueológicas em território nacional.

A relação comunicativa, arqueologia, educação e divulgação passa a ter uma maior atenção a partir de 1 de dezembro de 1988 com a publicação da Portaria nº 7, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) — atual IPHAN. Em seu artigo 5º, inciso IV, a normativa demanda dos pedidos de autorização de pesquisa arqueológica a necessidade de apresentação de uma “proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais”. Da mesma forma, segundo o inciso VII do artigo 11, nos relatórios técnicos das pesquisas, deve-se apresentar a “indicação dos meios de divulgação da pesquisa”. No entanto, nenhuma outra norma técnica ou documento foi gerado desde então, no sentido de esclarecer quais os critérios balizadores das propostas de difusão do conhecimento produzido.

Em 17 de dezembro de 2002, o IPHAN publicou a Portaria nº 230, que desempenhou um papel crucial ao enfatizar a importância da educação patrimonial em projetos de arqueologia incluídos nos processos de licenciamento ambiental (Carneiro, 2014; Cerqueira *et al.*, 2006). Mesmo com a vigência da Portaria nº 230, a falta de balizas normativas para esse tipo de atividade levou ao desenvolvimento de uma série de projetos de educação patrimonial sem qualidade, objetivos e públicos definidos (Baima; Boiondo; Nito, 2015). Dessa forma, grande parcela dos projetos se limitaram à produção de material expositivo, como cartilhas e palestras, e os projetos educativos acabam se voltando só para divulgação dos dados, “acalmado” o público impactado e quase sempre executados de forma isolada (Carneiro, 2014).

Soma-se à situação, com o passar das últimas duas décadas, o aumento das pesquisas no licenciamento em relação às desenvolvidas em meios acadêmicos, evidenciando-se uma deficiência dos projetos de arqueologia com as questões voltadas à educação patrimonial e DC.

Vale destacar que, com o intuito de melhorar a situação comunicativa da arqueologia, tentou-se uma melhor definição técnica sobre os itens essenciais para esses projetos e para tentar preencher algumas das lacunas deixadas pela Portaria nº 230, substituindo-a pela IN nº 1, de 25 de março de 2015, a qual passou a exigir, para determinados níveis de empreendimentos, o Projeto Integrado de Educação Patrimonial, a ser implementado ao mesmo tempo (e desde o início) do processo de licenciamento, buscando, mediante uma padronização, o aumento da qualidade técnico-científica, dando parâmetros mínimos para as ações. Também será a primeira vez que o termo “divulgação científica” será vinculado às pesquisas, quando determina a necessidade de apresentação da “proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão” para os projetos de pesquisa arqueológica preventiva e nos projetos de salvamento arqueológico.

Contudo, diferentemente do que foi feito em relação à educação patrimonial, criando critérios balizadores de qualidade, com a definição de público-alvo, objetivos, metodologia, entre outros fundamentos para a prática comunicativa com fins educacionais, a DC continua sem definição clara de qual é a sua função nas pesquisas arqueológicas. Devemos pontuar que a falta de normativas técnicas, ou a existência de lacunas nas normas vigentes, são um dos principais fatores que levam à precarização do trabalho arqueológico, principalmente no licenciamento ambiental, devido ao protagonismo que hoje exercem essas pesquisas em termos quantitativos.

Precisamos criar precedentes que auxiliem em uma maior abertura da comercialização de programas mais bem fundamentados e estruturados, exigindo um custo, ou investimento, que seja destinado à prática comunicativa da arqueologia. Com as exigências da IN nº 1/2015 para o projeto de educação patrimonial, notaremos, aos poucos, maiores oportunidades de termos o financiamento de projetos com maior qualidade, mas quando tratamos das ações de DC, exigidas em mais fases de pesquisa que a educação patrimonial, ainda continuamos sem critérios qualitativos normativamente definidos, limitando a gama de possibilidades de conteúdos que podem ser desenvolvidos para esse fim.

Se não tivermos normativas de maior abrangência às nossas necessidades, e se também não houver uma maior sensibilidade dos profissionais do IPHAN na avaliação desses itens nos projetos e relatórios de pesquisa, ficará cada vez mais difícil inserirmos no mercado do licenciamento ambiental, onde atualmente temos uma maior possibilidade de captação de recursos financeiros, uma mentalidade de boas práticas para as questões de difusão e popularização da arqueologia.

AS OUTRAS INTERSEÇÕES: A LINGUAGEM AUDIOVISUAL E A ARQUEOLOGIA

Não é consensual um conceito do que seja a linguagem audiovisual. Segundo a *Enciclopédia INTERCOM de comunicação* não há conceito de forma isolada, mas o termo é usado na explicação de outros conceitos, como “arte cinematográfica”, “audiovisual”, “cinema”, “cultura audiovisual” e “documentário na televisão”. Os autores da *Enciclopédia* não fornecem uma compreensão clara do significado de “linguagem audiovisual”, e o conceito não é apresentado como uma reflexão estruturada, contudo, de forma generalista de ver o conceito na pesquisa em comunicação, podemos dizer que essa forma de linguagem está fortemente ligada à ideia de cinema e se refere à base expressiva de todas as tecnologias derivadas dele (Melo, 2010).

Destarte, ao explorarmos a ideia de cinema como uma entidade dotada de linguagem, observamos que muitos teóricos exploraram esse viés, dando suas próprias perspectivas sobre o que constitui a linguagem cinematográfica e como ela deve ser analisada. Jean-Claude Bernardet (1980) e Ismail Xavier (2005) são dois teóricos que discutiram a ideia de linguagem cinematográfica, mas com base em princípios diferentes. Bernardet discute a construção de gramáticas para a linguagem cinematográfica, enquanto Xavier contrasta a opacidade e a transparência no discurso do cinema. Segundo este, o cinema não é apenas dotado de linguagem, mas também configura

discursos e carrega a estética e a lógica de seu produtor. Marcel Martin (2005) também apresenta uma gramática da linguagem cinematográfica e argumenta que o cinema é uma linguagem porque é um processo de conduzir uma narrativa e transmitir ideias. Martin enumera os elementos que constituem a linguagem cinematográfica, reconhecendo também a influência da perspectiva do cinema estético-ideológico proposto pelo cineasta soviético Serguei Eisenstein. Entretanto, apesar das tentativas de definir o cinema como uma linguagem, ou um fenômeno dotado de linguagem, ainda há discordância entre os teóricos sobre o que exatamente constitui o cinema. Embora haja discordância, todos concordam que a ideia de linguagem permeia os conceitos articulados por eles. Alguns o consideram uma linguagem de arte ligada a outros sistemas de significados, enquanto outros se concentram em seus processos narrativos e de edição.

De *Indiana Jones* ao documentário sobre um contexto arqueológico específico, a linguagem audiovisual tem a possibilidade de se integrar de diferentes formas, bem como com diferentes abordagens de trabalhar o conhecimento em suas narrativas. Um exemplo de abordagem da arqueologia pela linguagem audiovisual documentária é o filme *A caverna dos sonhos esquecidos*, do diretor alemão Werner Herzog, que apresenta as pinturas rupestres da caverna de Chauvet, na França, consideradas as mais antigas do mundo. O filme capta a beleza dos desenhos e o admirável interior da caverna, onde apenas poucos cientistas têm permissão para entrar (Dias *et al.*, 2013). Uma abordagem documental poética extremamente sensível e informativa.

Portanto, a linguagem audiovisual é uma forma de comunicação que pode ser utilizada para divulgar o conhecimento científico produzido pela arqueologia, bem como valorizar o patrimônio cultural e a memória coletiva. Ao utilizar imagens e sons, a linguagem audiovisual pode despertar o interesse e a curiosidade do público pelo tema, além de facilitar a compreensão dos conceitos e das metodologias dessa ciência, possibilitando a construção coletiva de uma cultura científica.

Nesse contexto, a utilização de mídias digitais, como redes sociais e recursos audiovisuais, vem sendo considerada como uma alternativa promissora para a difusão do conhecimento arqueológico, o que tem se refletido na crescente produção de conteúdo arqueológico na internet. Esse fenômeno é impulsionado pela ampla acessibilidade e facilidade de compartilhamento das informações por meio dessas plataformas. Segundo Marinho (2021, p. 31), “as mídias sociais têm se mostrado ferramentas promissoras para a promoção do patrimônio arqueológico, permitindo uma ampla divulgação das pesquisas e das descobertas realizadas pelos arqueólogos”. Para ele, as mídias sociais representam um importante meio de comunicação entre os pesquisadores e a sociedade, permitindo a divulgação de informações relevantes e o compartilhamento de conhecimento especializado. Ademais, a disseminação do conhecimento arqueológico por meio das mídias sociais pode contribuir para a valorização do patrimônio cultural e para o fortalecimento da identidade dos povos. Além disso, o audiovisual é uma ferramenta fundamental para a difusão do conhecimento arqueológico, permitindo a apresentação de informações complexas de forma acessível e didática, atraindo a atenção do público para questões que, muitas vezes, passam despercebidas. Atualmente, nota-se que a produção de vídeos e documentários sobre a arqueologia tem sido explorada em diferentes plataformas digitais, como o YouTube e o Instagram.

A produção de conteúdo arqueológico em plataformas de mídia social e audiovisual apresenta obstáculos e perigos que devem ser reconhecidos pelos estudiosos. Entre essas dificuldades, destaca-se a produção de materiais de qualidade que transmitam informações precisas e confiáveis sobre o patrimônio cultural. Além disso, é imperativo considerar questões éticas e preservacionistas relacionadas ao patrimônio para evitar a divulgação inadequada do conhecimento arqueológico, o que pode prejudicar a integridade dos sítios e artefatos (Tega-Calippo, 2012).

Além de auxiliar no impulsionamento de informações, as mídias sociais também auxiliam no processo de desinformação através do compartilhamento de informações falsas. Fatores como as “curtidas”, “compartilhamentos” e “comentários”, bem como a confiança interpessoal entre grupos on-line, legitimam as postagens feitas na internet, favorecendo a circulação de

desinformação, ao ponto desta, em contextos de polarização social, ofuscar o papel do jornalismo e da DC (Santaella, 2021). É uma situação complexa e que gera debates políticos constantes no país, a exemplo do Projeto de Lei (PL) nº 2.630, de 2020, que

estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei.

Precisamos enfatizar a importância da reflexão crítica sobre o papel das plataformas de mídia social e audiovisual na produção e disseminação do conhecimento arqueológico. Mas é necessário ponderarmos sobre a relação entre a produção de conteúdo arqueológico e a construção de significados que circulam na sociedade, os quais podem ser influenciados pelas características peculiares das mídias sociais e audiovisuais, assim como pelas representações culturais predominantes (Tega- Calippo, 2012). Com base nessas reflexões, é possível elaborar estratégias para fomentar a arqueologia nas plataformas de mídia social e audiovisual, levando em consideração a importância da divulgação do conhecimento científico aliada à ética e à preservação do patrimônio cultural: “É necessário que os pesquisadores produzam conteúdo que transmita informações precisas e confiáveis, ao mesmo tempo em que desperte o interesse e a curiosidade da população em relação ao patrimônio cultural” (Tega-Calippo, 2012, p. 21).

É de suma importância destacar que a produção de conteúdo sobre arqueologia na internet exige uma abordagem cuidadosa e responsável, fundamentada em critérios éticos e metodológicos adequados. Conforme ressaltado por Silva (2017), a arqueologia digital apresenta um desafio para os pesquisadores, dada a complexidade das questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural, à privacidade dos sujeitos envolvidos e à interpretação dos dados arqueológicos. A difusão do conhecimento arqueológico por meio das redes sociais pode apresentar desafios, principalmente no que tange à qualidade da informação e à salvaguarda do patrimônio cultural. Para tanto, torna-se imprescindível estabelecer critérios éticos e metodológicos para a produção de conteúdo arqueológico, garantindo a confiabilidade e a veracidade das informações divulgadas.

PROARQ AUDIOVISUAL: ESTUDO DE CASO

Com o intuito principal de divulgação das ações de pesquisa e ensino do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (Proarq-UFS), o projeto Proarq Audiovisual foi inicialmente pensado como uma série de conteúdos audiovisuais, vídeos de curta-metragem (tempo de duração inferior a 15 minutos), com o enfoque em sua distribuição através da plataforma YouTube. Nesse sentido, o projeto surge como um impulso do programa de pós-graduação em institucionalizar uma prática de divulgação e popularização da arqueologia, paralelamente gerando uma presença digital do programa nas mídias sociais, até então uma grande deficiência existente para a instituição.

Pensar a criação de conteúdos audiovisuais implicava pensarmos os meios de distribuição e veiculação do que seria produzido, tanto por questões narrativas e de adaptação da linguagem quanto por questões estratégicas de acessibilidade do público-alvo almejado. Aspirando esse objetivo, criou-se a identidade visual do programa e do projeto, elaborada por Luis Felipe Freire Dantas Santos, autor do presente artigo, membro do projeto e também responsável pela direção e edição da série de vídeos. Criaram-se também, nas mídias sociais, as contas do programa de pós-graduação, no YouTube (www.youtube.com/@proarqufs) e no Instagram (www.instagram.com/proarq_ufs).

Figura 1. Variações da identidade visual criada para o Proarq-UFS e o projeto Proarq Audiovisual.



Fonte: Proarq-UFS, 2019.

A parte de produção do projeto contou com a participação dos docentes Leandro Duran e Daniela Magalhaes Klökler, e dos discentes Luis Felipe Freire Dantas Santos (Proarq-UFS) e Adriano da Silva Ferreira (Darq-UFS). O desenvolvimento da série (pré-produção) foi iniciada em julho e agosto de 2019, concomitantemente à criação da identidade visual e das contas nas redes sociais. Como o objetivo inicial era o de atingir um público já iniciado na arqueologia ou com interesse na temática, a fim de apresentar o programa como uma possibilidade para o ingresso de novos(as) pesquisadores(as). A série audiovisual adotou uma linguagem cinematográfica documental, com características narrativas ligadas à modalidade de representação definida por Bill Nichols (2008) como modo participativo, optando pela criação de uma linguagem narrativa que aproxima o público do interlocutor apresentado em tela.

Em seu estudo sobre o gênero cinematográfico, Nichols define as modalidades de representação no documentário e como elas evoluíram ao longo do tempo, destacando quatro modalidades principais: expositiva, observativa, participativa e reflexiva. Cada uma delas têm características distintas e abordagens específicas para retratar a realidade. Essas modalidades surgem como padrões organizativos dominantes que estruturam a maioria dos documentários. O modo participativo busca uma interação mais direta entre o realizador e os indivíduos retratados, empregando entrevistas e táticas participativas, colocando o público no lugar do criador ao atraí-lo para a posição de entrevistador, na relação dialógica estabelecida em tela com o entrevistado.

Ao desenvolvermos a ideia de criação de uma série com características da linguagem do documentário de modo participativo, moldado a partir do registro da interlocução com pesquisadores da instituição, adotamos uma estratégia de roteiro aberto, que se resolve, em grande parte, na pós-produção (montagem), contudo, guiado por um questionário semiestruturado para controle dos rumos dos assuntos objetivados para a obra.

No documentário, ao contrário do filme de ficção, o controle sobre o universo de representação é adquirido gradualmente pelos responsáveis pela concepção da obra audiovisual. Inicialmente, buscam-se elementos externos ao cineasta através de negociações prévias para viabilizar o registro. Esse processo marca o início de uma troca entre o “eu” (criador) e o “outro” envolvido na história. A captura desse intercâmbio, conduzida pelo diretor, e a condução da entrevista, torna-se fundamental para a construção de uma narrativa. Uma vez que todo o material captado será formatado para construção do discurso da obra audiovisual, o processo de montagem será o momento de pleno controle sobre o universo de representação do filme. É nessa etapa que todas as decisões finais são tomadas para construir a narrativa e a mensagem pretendida pelo documentário. Logo, a entrevista tem como foco conduzir o entrevistado a assuntos que são almejados e idealizados pelo autor, ou seja,

o percurso é marcado pela perspectiva daquilo que está por vir, a captura de um real que gradualmente vai sendo moldado até se transformar em filme. Estamos falando da construção de um discurso sedimentado em ocorrências do real. Se existe um discurso, o filme, quer seja ele narrativo ou não, existirá sempre alguém que o profere, um sujeito da enunciação (Soares, 2007, p. 21).

Nesse sentido, houve a necessidade de se pensar em dois roteiros de entrevistas, sendo um para discentes e docentes e um para coordenadores de laboratório. Enquanto o primeiro focava em explorar as experiências do entrevistado no programa, bem como suas motivações para com a arqueologia e a escolha da instituição, o segundo roteiro focava na apresentação da estrutura dos laboratórios ligados ao Proarq. Ambos os roteiros tinham como objetivo atingir um interesse de um público mais amplo, porém ainda vinculado ao universo acadêmico, já que explorava pontos atrativos da instituição para o estímulo do ingresso de novos estudantes. Segue abaixo a estrutura dos roteiros de entrevistas.

Roteiro #1: Laboratório

Qual o papel do laboratório?

Como ele atua na formação de arqueólogos?

Quais as linhas de pesquisa por ele desenvolvidas?

Qual a relevância de laboratórios de arqueologia diante do atual cenário político-social?

Quem são os pesquisadores envolvidos e como funciona a divisão das funções?

Roteiro #1: Discentes e docentes

O que te motivou a ingressar na Universidade Federal de Sergipe (UFS)?

O que te motivou a participar do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFS?

Qual a sua temática de estudo?

Qual a relevância do seu papel para a transformação da sociedade?

O que é arqueologia?

Qual a importância da arqueologia?

Qual o perfil dos seus professores?

Quais áreas/temáticas costuma pesquisar?

Quais transformações são necessárias em um futuro próximo diante do cenário político/social atual?

Foram realizadas dezessete entrevistas de docentes e discentes, além dos coordenadores de três laboratórios. Contudo, devido às limitações para a pós-produção, principalmente a falta

de equipe técnica e as complicações geradas pela pandemia de covid-19, somente cinco episódios foram produzidos.

Através dos dados disponibilizados pela ferramenta Analytics⁵ do YouTube, os administradores do canal Proarq Audiovisual extraíram informações pertinentes sobre a série. Os resultados revelam aspectos significativos relacionados ao desempenho desses vídeos, que podem nos ajudar numa reflexão sobre as estratégias mais eficientes para a DC da instituição.

O primeiro vídeo em consideração, “Apresentando o Proarq-UFS | Prof. dr. Leandro Duran | Proarq Audiovisual #1”, publicado em 25 de outubro de 2019, registrou 424 visualizações. O tempo total de exibição desse vídeo alcançou aproximadamente 14,8396 horas. Além disso, houve um acréscimo de dezoito inscritos após sua divulgação. A duração média de visualização do vídeo foi de 2 minutos e 5 segundos.

O segundo vídeo analisado, “Apresentando o Labiarq-UFS | Proarq Audiovisual #2”, divulgado em 24 de novembro de 2019, obteve 202 visualizações. O tempo total de exibição dele foi de cerca de 13,2964 horas. Esse vídeo gerou um aumento de seis inscritos, enquanto sua duração média de visualização foi de 3 minutos e 56 segundos.

O terceiro vídeo, “Entrevista com a dra. Lorena Garcia | Proarq Audiovisual #3”, publicado em 19 de janeiro de 2020, acumulou 224 visualizações. O tempo de exibição dele foi de aproximadamente 13,1147 horas e resultou em um acréscimo de dez novos inscritos. A duração média de visualização deste vídeo foi de 3 minutos e 30 segundos.

O quarto vídeo, “Entrevista com a dr. Juliana Machado | Proarq Audiovisual #4”, publicado em 1º de junho de 2020, obteve 107 visualizações. O tempo de exibição atingiu aproximadamente 5,9503 horas, resultando em um acréscimo de seis novos inscritos. A duração média de visualização foi de 3 minutos e 20 segundos.

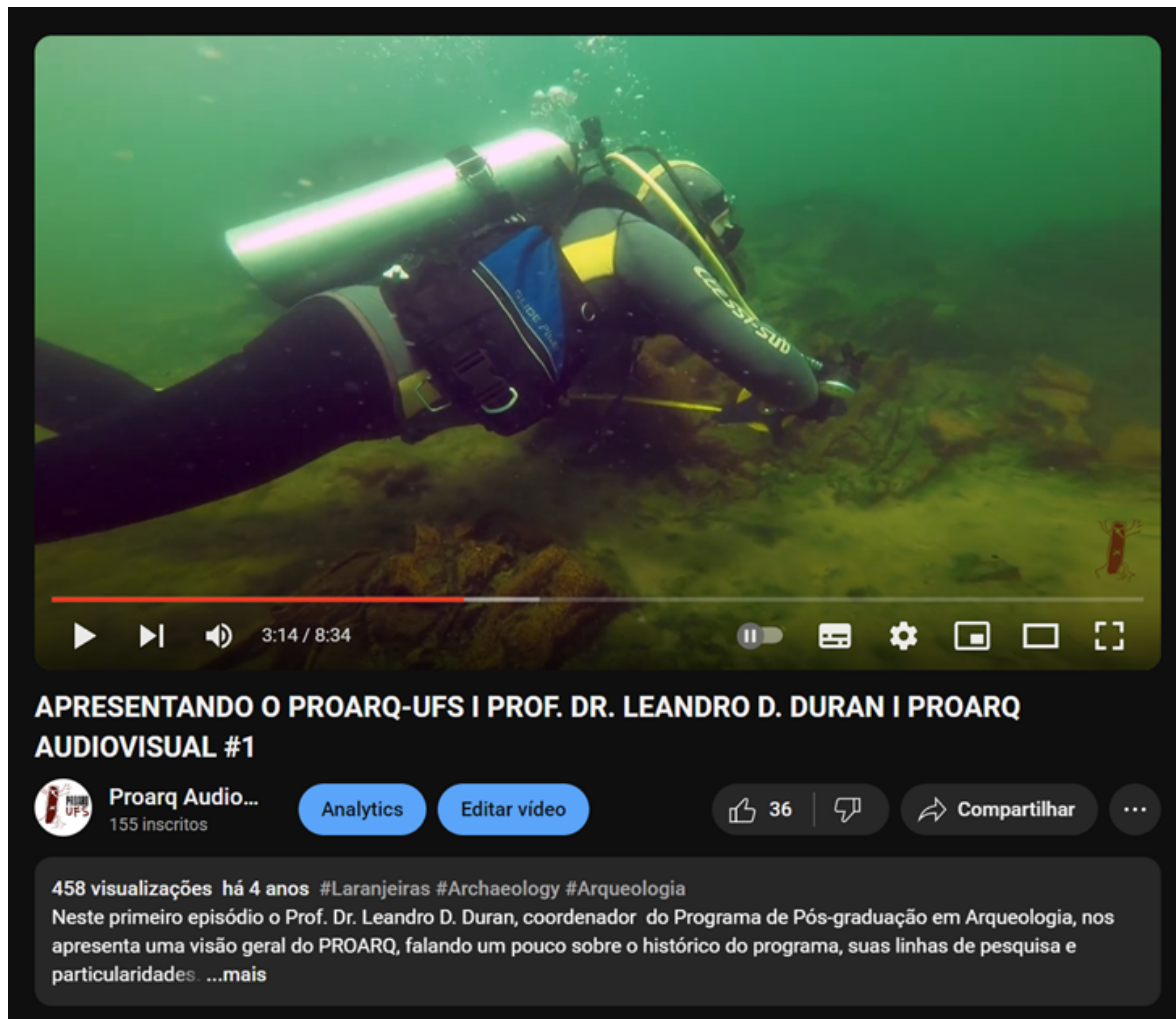
Por fim, o quinto vídeo, “Entrevista com o dr. Bruno Sanches | Proarq Audiovisual #5”, publicado em 26 de agosto de 2020, obteve 228 visualizações. O tempo de exibição totalizou aproximadamente 16,2879 horas. Embora o número de novos inscritos tenha sido menor que nos vídeos anteriores, com dois registros, a duração média de visualização atingiu 4 minutos e 17 segundos.

Essas informações oferecem uma perspectiva detalhada do desempenho das entrevistas realizadas pelo canal Proarq Audiovisual no YouTube, permitindo observar as variações de alcance, engajamento e duração média de visualização entre os vídeos analisados.

Durante o período analisado, o canal Proarq Audiovisual no YouTube apresentou resultados significativos em termos de tráfego e envolvimento da audiência. No total, o canal acumulou 2.739 visualizações, com uma duração combinada de aproximadamente 255,3433 horas. A média de tempo de visualização foi de cerca de 5 minutos e 35 segundos. Além disso, registraram-se 27.145 impressões, resultando em uma taxa de cliques de impressões de 4,42%.

⁵ Dados analisados em julho de 2023.

Figura 2. Vídeo "Apresentando o Proarq-UFS | Prof. dr. Leandro Duran | Proarq Audiovisual #1", publicado em 25 de outubro de 2019 no canal do YouTube do Proarq Audiovisual.



Fonte: Proarq-UFS, 2023.

Ao considerar a origem do tráfego,⁶ destacam-se os seguintes insights: o tráfego externo⁷ contribuiu com 665 visualizações, o que corresponde a uma duração de aproximadamente 46,2024 horas. Nessas visualizações externas, a média de tempo de visualização foi de cerca de 4 minutos e 10 segundos.

⁶ A origem do tráfego no YouTube se refere às diferentes fontes pelas quais os espectadores encontram e acessam os vídeos. Isso inclui pesquisas na plataforma e em mecanismos de busca externos, sugestões de vídeos relacionados, links externos compartilhados, notificações de assinaturas e destaque em canais e playlists. Compreender a origem do tráfego é importante para os criadores de conteúdo do YouTube para direcionar suas estratégias de promoção e alcançar maior audiência.

⁷ O tráfego externo no YouTube se refere às visitas e às visualizações de vídeos provenientes de fontes externas, como links compartilhados em outros sites, redes sociais, e-mails e fóruns. É uma fonte de exposição e alcance para os criadores de conteúdo, permitindo que seu conteúdo seja descoberto por novos públicos. Os criadores podem analisar o tráfego externo para identificar as fontes que geram mais visualizações e ajustar suas estratégias de promoção para expandir seu alcance.

As pesquisas realizadas no YouTube geraram 609 visualizações, com um tempo de exibição total de aproximadamente 56,6294 horas. A duração média dessas visualizações provenientes de pesquisas foi de cerca de 5 minutos e 34 segundos. Além disso, essas pesquisas resultaram em 14.646 impressões, com uma taxa de cliques de impressões⁸ de 3,48%.

O canal Proarq Audiovisual foi responsável por atrair 552 visualizações, o que corresponde a uma duração total de aproximadamente 53,288 horas. A duração média dessas visualizações provenientes das páginas do canal foi de cerca de 5 minutos e 47 segundos. Vale ressaltar que o canal também gerou 6.066 impressões, com uma taxa de cliques de impressões de 6,94%.

Os recursos de navegação apresentaram resultados promissores, com 255 visualizações registradas e uma duração acumulada de aproximadamente 24,6308 horas. A duração média dessas visualizações provenientes dos recursos de navegação foi de cerca de 5 minutos e 47 segundos. Além disso, esses recursos contribuíram para 2.827 impressões, com uma taxa de cliques de impressões de 5,52%.

Embora uma parcela do tráfego tenha origem direta, isto é, desconhecida, essas fontes resultaram em 251 visualizações, com um tempo de exibição total de aproximadamente 29,4767 horas. A duração média dessas visualizações foi de cerca de 7 minutos e 2 segundos.

Os vídeos sugeridos, como mecanismo de descoberta de conteúdo,⁹ apresentaram um papel significativo na atração de visualizações. Foram registradas 166 visualizações, com uma duração total de aproximadamente 23,3888 horas. A média de tempo de visualização nessas recomendações foi de cerca de 8 minutos e 27 segundos. Adicionalmente, esses vídeos sugeridos geraram 2.465 impressões, com uma taxa de cliques de impressões de 3,04%.

Outros recursos do YouTube também tiveram impacto modesto, resultando em 120 visualizações e uma duração de aproximadamente 9,7102 horas. A duração média das visualizações provenientes desses recursos foi de cerca de 4 minutos e 51 segundos.

Infelizmente, em relação ao perfil do público atingido, a ferramenta Analytics do YouTube não nos permitiu visualizar a procedência das visualizações (cidades), gênero e faixa etária dos espectadores por não ter, segundo a página de suporte da plataforma, “dados demográficos suficientes para mostrar este relatório”. Segundo as diretrizes do YouTube, geralmente essa condição é gerada quando o “canal não tem dados relevantes o suficiente para exibir”, ou seja, quando o vídeo ou canal não tem tráfego suficiente durante um período selecionado para os padrões mínimos definidos pela plataforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações fornecidas, podemos chegar a algumas conclusões sobre o desempenho dos vídeos do canal Proarq Audiovisual no YouTube, bem como a estratégia de DC implementada. Em primeiro lugar, para alcançar um público maior, é necessário promover os vídeos do canal de forma mais eficaz, explorando estratégias de marketing digital e compartilhamento em

⁸ A taxa de cliques de impressões no YouTube é uma métrica que calcula a porcentagem de espectadores que clicam em um vídeo após visualizarem sua miniatura ou título. É um indicador do engajamento e interesse gerados pelo vídeo. Uma taxa alta indica um bom desempenho na atração de espectadores, enquanto uma taxa baixa sugere falta de relevância. É uma métrica útil para avaliar estratégias de marketing e a otimização de conteúdo.

⁹ Os mecanismos de descoberta de conteúdo no YouTube se referem às diferentes formas pelas quais os usuários encontram e são expostos a vídeos na plataforma, como recomendações personalizadas, pesquisas, sugestões de vídeos relacionados e notificações enviadas pelos canais seguidos. Esses mecanismos desempenham um papel fundamental na exposição e distribuição de conteúdo no YouTube, permitindo que os espectadores descubram novos vídeos com base em seus interesses e comportamentos de visualização.

outras plataformas, ampliando assim os usos das mídias sociais na divulgação da série, para isso, seria interessante pensar em formatos audiovisuais específicos para esse fim, a exemplo de vídeos curtos (de 1 a 5 minutos), com linguagem próximas aos conteúdos para fins recreativos, uma forma de tornar o tema atrativo, direcionando o público para o conteúdo no YouTube.

Em relação à retenção de espectadores, embora a duração média de visualização seja razoável, há espaço para melhorar esse aspecto. É possível aumentar o envolvimento do público através de conteúdo mais cativante, trabalhando outros temas ligados à arqueologia ou trabalhando sua ligação com “assuntos do momento”, edição mais eficiente e um formato que mantenha o interesse dos espectadores por mais tempo. Para isso também poderia se pensar em outros formatos de vídeos com uma duração menor (até 5 minutos).

A importância da transdisciplinaridade nas áreas do conhecimento, como comunicação, jornalismo e cinema, é fundamental para a DC. Não podemos mais encarar essa faceta da pesquisa como algo acessório que só poderá ser realizado através de parcerias com essas áreas. A DC faz parte da ciência arqueológica, logo, precisamos considerar a formação de profissionais de arqueologia que sejam especialistas em DC, desenvolvendo neles habilidades de produção de conteúdo (vídeos, podcasts, *social media*, fotografia etc.), da mesma forma que tradicionalmente são especializados na leitura de artefatos e na escavação de sítios arqueológicos.

O presente artigo examinou as possibilidades e desafios da DC da arqueologia com base no estudo de caso do Proarq Audiovisual, contudo, visando um fortalecimento da proposta, seria interessante, no futuro, uma comparação com experiências análogas desenvolvidas por outros programas de pós-graduação, laboratórios e iniciativas ligadas à arqueologia. Acreditamos que dessa forma seja possível pensar em modelos mais efetivos que se apliquem ao contexto de desenvolvimento da DC no contexto nacional.

A interação e colaboração transdisciplinar entre a arqueologia e as áreas de comunicação, jornalismo e cinema permitem ampliar o alcance e a relevância da divulgação do conhecimento arqueológico. Portanto, reconhecer a importância da transdisciplinaridade e investir na formação de profissionais qualificados são passos essenciais para fortalecer a divulgação científica, estabelecer conexões mais significativas entre a ciência e o público em geral, e garantir que informações precisas e confiáveis sobre a arqueologia sejam acessíveis e compreendidas pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-BRITO, Alan; MASSONI, Neusa Teresinha; GUIMARÃES, Ricardo Ranchel. Subjetividades da comunicação científica: a educação e a divulgação científicas no Brasil têm sido estremecidas em tempos de pós-verdade? *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 37, n. 3, p. 1598-1627, 2020.

BAIMA, Carlúcio; BIONDO, Fernanda; NITO, Mariana Kimie. Educação patrimonial no campo da arqueologia: desafios e contribuições. *Revista Arqueologia Pública*, v. 9, n. 3 [13], p. 1-11, 2015.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BIERNATH, André. Ratanabá: arqueólogo explica por que lenda de ‘cidade perdida na Amazônia’ não faz sentido. *g1*, jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/amazonia/noticia/2022/06/15/ratanaba-arqueologo-explica-porque-lenda-de-cidade-perdida-na-amazonia-nao-faz-sentido.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BUENO, Leonardo M.; FONSECA, André A. Breve panorama da divulgação científica brasileira no YouTube e nos podcasts. *Cadernos de Comunicação*, v. 25, p. 1-19, 2021.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Inf. Inf.*, v. 15, p. 1-12, 2010.

- CARNEIRO, Carla Gibertoni. Educação patrimonial e arqueologia: alguns aspectos desta interface. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 442-458, 2014.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara *et al.* Programa Memoriar: sensibilização de jovens para a diversidade identitária por meio da educação patrimonial. In: ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 5. *Anais [...]*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006. p. 1-8.
- CREMO, Michael A.; THOMPSON, Richard L. *Forbidden Archeology: The Hidden History of the Human Race*. Badger (US): Govardhan Hill, 1993.
- DIAS, Camila Delmondes *et al.* Divulgando a arqueologia: comunicando o conhecimento para a sociedade. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, p. 48-52, 2013.
- HOLTORF, Cornelius. *Archaeology is a Brand! The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture*. Walnut Creek (US): Left Coast, 2007.
- LIMA, Guilherme da S.; GIORDAN, Marcelo. Da reformulação discursiva a uma práxis da cultura científica: reflexões sobre a divulgação científica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 28, n. 2, p. 375-392, 2021.
- MANSO, Bruno L. C. Divulgação científica: o desafio de popularizá-la na própria ciência. *Revista do EDICC*, v. 1, p. 47-57, 2012.
- MARINHO, Cláudio R. *Patrimônio arqueológico e mídias sociais: ações de educação patrimonial e de divulgação científica em arqueologia*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. Tradução Lauro António e Maria Eduarda Colares. Lisboa: Dinalivro, 2005.
- MASSOLA, Gustavo M.; CROCHÍK, José L.; SVARTMAN, Bernardo P. Por uma crítica da divulgação científica. *Psicologia USP*, v. 26, n. 3, p. 310-315, 2015.
- MELO, José Marques de (ed.). *Enciclopédia Intercom de comunicação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.
- MORENO DE SOUSA, João Carlos. Internet Use for Archaeological Education. In: SMITH, Claire (ed.). *Encyclopedia of Global Archaeology*. 2nd ed. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 1-10.
- NATAL, Camila B.; ALVIM, Marcia H. A divulgação científica e a inclusão social. *Revista do EDICC*, v. 5, n. 1, p. 76-86, 2018.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- ROCHA, Débora B. *Sobre a aposentadoria compulsória de Indiana Jones: uma análise sobre a Arqueologia no YouTube entre 2010 e 2019*. 2022. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, SE, 2022.
- SANTAELLA, Lucia. *De onde vem o poder da mentira?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2021.
- SANTOS, Lucas O. dos; MÜLLER, Karen B. Caracterização do atual cenário da divulgação científica brasileira em mídias digitais a partir do levantamento dos perfis de divulgadores científicos. *JCOM – América Latina*, v. 5, n. 2, A01, p. 1-20, 2022.
- SILVA, Marcelo M. Comunicação e divulgação científica em arqueologia. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 45-56, 2017.
- SOARES, Sérgio José Puccini. *Documentário e roteiro de cinema: da pré-produção a pós-produção*. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, SP, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEGA-CALIPPO, Glória Maria Vagioni. *Arqueologia em notícia: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

O LUGAR DO MUIRAQUITÃ NO CENTRO DE IMAGINÁRIOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Anderson Márcio Amaral Lima Amaral*

RESUMO

Os muiraquitãs são um dos artefatos mais conhecidos e enigmáticos da arqueologia amazônica. Neste artigo nos aproximamos de aspectos relacionados à engenhosidade da mente humana em criar e dar vida a sonhos, símbolos e imagens, em contextos individuais ou coletivos, e do papel social dado ao muiraquitã, a partir da perspectiva arqueológica relacionada às sociedades indígenas Tapajó e Konduri, que no século XVI controlavam uma extensa área no Baixo Amazonas. Veremos que a formulação, transformação e manutenção do muiraquitã em contextos amazônicos a partir de centros culturais de origem pré-colonial na região de Santarém são o resultado de complexas tessituras sociais, com raízes duráveis, que de forma intencional ou subjetiva foram incorporadas ao cotidiano do invasor europeu e perenizadas no imaginário da sociedade nacional.

Palavra-chave: redes de sociabilidades; muiraquitã; imaginário; perspectiva.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS-MPEG) e bacharel em Arqueologia pelo Programa de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (PAA-Ufopa). É analista de pesquisa e desenvolvimento no laboratório de arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), vinculado ao Grupo de Pesquisa Arqueologia e Gestão do Patrimônio Cultural da Amazônia. E-mail: kawayba@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3532-899X>.

THE PLACE OF THE MUIRAQUITÃ AT THE CORE OF THE IMAGINARY OF THE BRAZILIAN AMAZON

ABSTRACT

Muiraquitã are one of the most well-known and enigmatic artifacts of Amazonian archeology. This study addresses aspects related to the ingenuity of the human mind in creating and giving life to dreams, symbols, and images, whether in individual or collective contexts and the social role given to muiraquitã from the archaeological perspective related to Tapajó and Konduri, Indigenous societies that controlled an extensive area in the lower Amazon in the 16th century. We will see the formulation, transformation, and maintenance of muiraquitã in Amazonian contexts from cultural centers predating the colonial time in the region of Santarém. They result from complex social fabrics with long-term roots, which were intentionally or subjectively incorporated into the daily life of the European invader and perpetuated in the imagination of the national society.

Keyword: sociabilities networks; green stone pendants; imaginary; perspective.

EL LUGAR DEL MUIRAQUITÃ EN EL CENTRO DE LOS IMAGINARIOS DE LA AMAZONÍA BRASILEÑA

RESUMEN

Los *muiraquitãs* son uno de los artefactos más conocidos y enigmáticos de la arqueología amazónica. En este artículo abordamos aspectos relacionados con el ingenio de la mente humana para crear y dar vida a sueños, símbolos e imágenes en contextos individuales o colectivos, y el papel social otorgado al *muiraquitã* a partir de una perspectiva arqueológica relacionada con las sociedades indígenas Tapajó y Konduri, que en el siglo XVI controlaban una extensa área del Bajo Amazonas. Veremos que la formulación, la transformación y el mantenimiento del *muiraquitã* en contextos amazónicos desde centros culturales de origen precolonial en la región de Santarém son el resultado de complejos tejidos sociales, con raíces duraderas, que intencional o subjetivamente se incorporaron a la vida cotidiana del invasor europeo y se perpetuaron en el imaginario de la sociedad nacional.

Palabras clave: redes de sociabilidad; *muiraquitã*; imaginario; perspectiva.

INTRODUÇÃO

Na busca por conhecer a importância do muiraquitã entre coletivos indígenas na região do Baixo Amazonas antes e depois da invasão europeia, é necessário considerar que as formas de ordenamento de mundo descritas e testemunhadas entre estes grupos (Bettendorff, 2010) apontam que os Tapajó e Konduri se utilizavam de um conceito ontológico amplamente difundido no continente, segundo o qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que entendem o mundo segundo pontos de vista distintos (Castro, 1996, p. 115).

Essa concepção em certa medida se entrelaçou ao imaginário europeu, um conceito vinculado à construção e evocação de imagens pelo indivíduo (Fernandes, 2012), podendo ser compreendido pelo aspecto intrassubjetivo — da relação do sujeito com seu ego — ou intersubjetivo — relação do sujeito com a imagem de seu semelhante, uma evocação coletiva nos processos de construção de memórias (Fernandes, 2012; Linhares, 2015), que é transmitida de diversos modos, partindo da identidade e alteridade do outro ao coletivo e, por conseguinte, às redes sociais intra e interétnicas, que o recebem, processam e transformam à sua maneira, seja no âmbito coletivo ou individual (Amaral, 2017, 2018).

O entrelaçamento entre os mundos indígena, europeu e de africanos escravizados no Baixo Amazonas pode ser constatado na continuidade da importância imagética e mística envolvendo as origens dos muiraquitãs, artefatos raros, alguns emulando rãs e sapos, que adquiriram uma importância notável na longa duração, sendo um dos itens mais estudados pela arqueologia amazônica, todavia com significados ainda muito pouco acessíveis (Amaral, 2017; Costa *et al.*, 2021).

Aspectos interessantes a esse respeito demonstram que a origem de mitos tem como base um acontecimento real ou mítico, não estando restrito ao seu ponto de origem, grupos sociais ou linguísticos (Schaan, 2014). Como exemplos tomamos as esferas de interações regionais multiétnicas e multilinguísticas, envolvendo trocas, rituais e cosmologias no alto Xingu, alto rio Negro e nas Guianas (Heckenberger, 2011; Koch-Grumberg, 2005). Para a região de Santarém, Nhamundá e Trombetas, sistemas semelhantes envolviam diretamente os Tapajó e Konduri.

No registro histórico, não há menções diretas sobre quais línguas esses grupos falavam (Bettendorff, 2010; Heriarte, 1874). O que sabemos por meio da literatura acerca do tema é que os Tapajó falavam a mesma língua dos Urucucú do rio Arapiuns, que era distinto do idioma falado pelos Konduri (Nimuendajú, 1953, p.56). Tapajó e Konduri cultivaram, por séculos, estreitas relações socioculturais imbricadas em ideologias e cosmologias (Amaral *et al.*, 2020; Bettendorff, 2010; Heriarte, 1874), que eram compartilhadas e propagadas por meio das míticas Icamíabas — do tupi “peito partido” (Tibiricá, 1984) — e tidas como produtoras e detentoras do segredo do muiraquitã, umas das peças centrais no Baixo Amazonas pré-colonial e colonial, que abarca principalmente as fases cerâmicas Tapajó e Konduri da Tradição Incisa e Ponteada.

Um horizonte cerâmico com origem supostamente localizada na bacia do rio Orinoco, na Venezuela (Schaan; Amaral, 2012, p. 17) e amplamente distribuído no Baixo Amazonas entre as cidades de Parintins/AM e Prainha/PA (Amaral, 2017; Nimuendajú, 2004), sendo inicialmente datadas entre os séculos XI e XV d.C. (Alves, 2016, 2020; Guapindaia, 1993).

Dessa forma, o intuito é tentar demonstrar como se criou um “lugar” para o muiraquitã dentro do perspectivismo indígena e no imaginário europeu. Veremos que essa é uma construção histórica e contextual que nos possibilita melhor compreender processos graduais e períodos de alternância de forças que transformaram a ordem social e cultural (Corrêa, 2013) de populações indígenas antes e depois da invasão europeia, que evoluíram para se tornar o principal componente de práticas culturais e sociais intimamente entrelaçadas ao *modus vivendi* Tapajó e Konduri e de outros grupos direta ou indiretamente (Amaral, 2024), que incluía e mesclava vivência cotidiana, fenômenos da natureza e sua interpretação por meio da cosmovisão (Castro, 2017), materializada na forma de objetos de grande relevância social e cultural (Figura 1).

Figura 1 Muiraquitãs antropozoomorfos manufacturados sobre suportes de pedra verde.



Fonte: Museu Paraense Emilio Goeldi; © Mauricio de Paiva; © Márcio Amaral.

O baixo curso do rio Amazonas, na região das Guianas e nas Antilhas (Boomert, 1987; Falci, 2015) desperta grande interesse na pesquisa arqueológica, mormente a existência de refinadas indústrias líticas, de origem pré-colonial, voltadas para a manufatura de objetos lavrados em minerais de cor verde e matiz esverdeada. Sua produção, uso e significado suscitou nas pesquisas arqueológicas, desde muito cedo, uma série de questionamentos acerca de sua origem e relevância em contextos sociais e cosmológicos (Koehler-Asseburg, 1951; Rodrigues, 1875).

Na região de Santarém, o muiraquitã adquiriu uma importância notável em seu contexto de produção, uso e circulação, visto que, mesmo com o “desaparecimento” dos agentes que lhe davam voz, aspectos do cotidiano Tapajó e Konduri foram transmitidos (Figura 2) e incorporados pelo imaginário de terceiros (Amaral *et al.*, 2020).

Figura 2. O imaginário europeu da perspectiva indígena, tendo na região do Baixo Amazonas representada a figura da Icamiaba. Mapa de Theodore de Bry, de 1599.



Fonte: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

Desde que os primeiros europeus desceram todo o rio Amazonas pela primeira vez em 1542 até as primeiras pesquisas da arqueologia moderna, uma quantidade fenomenal de exploradores chegou à Amazônia e uma vasta historiografia foi produzida (Barreto; Machado, 2001). O estudo e interpretação dos dados contidos nesses documentos, por se tratarem, na maioria dos casos, de temas secundários e alheios às finalidades das primeiras expedições e entradas, e à posterior negação de uma história indígena de longa duração (Varnhagen, 1978), acabaram gerando um complicador para a pesquisa arqueológica no século XX, dificultando a compreensão de dados históricos, inclusive refutando a existência de culturas pré-coloniais complexas, suas redes de sociabilidades, ideologias e cosmogonias (Roosevelt, 1999; Meggers, 1990), uma colcha de retalhos de histórias de vida e trânsito pelos diversos territórios que a permeiam e acolhem (Barreto *et al.*, 2021; Boomert, 1987; Weissmann, 2018), funcionando como *verdadeiras vias de mão dupla*, por onde fluíam processos de compartilhamentos, influenciando fortemente a cosmovisão coletiva sobre pedras verdes, sinônimos de muiraquitãs em pontos diversos da Amazônia, da costa atlântica e do Caribe (Amaral, 2017; 2024; Boomert, 1987; Falci, 2015)

Embora de qualidade desigual e viés eurocêntrico, o estudo e a interpretação das crônicas e relatos de viagem dos primeiros invasores europeus na calha do rio Amazonas dão o viés introdutório para um entendimento do *status quo* indígena entre os séculos XVI e XIX, podendo ser complementados com trabalhos voltados para o campo etnológico, que podem nos aproximar de um olhar crítico acerca das interpretações históricas e arqueológicas para as terras baixas amazônicas (Fausto, 2000; Fausto; Rodgers, 1999), onde as emblemáticas figura do muiraquitã e ídolos de pedra (Figura 3) se sobressaem no conjunto artefactual da cultura Santarém.

Figura 3. Ídolo de pedra ou vaso de beber de aspecto tridimensional representando homem agachado, em provável transe, sustentado por seu alter ego sáurio, sentado em um tamborete, imbricado de peixe e ave de rapina. Oriundo da região de Óbidos/PA.



Fonte: Nimuendajú, 2004; © Per Stenborg.

Nas terras baixas não se tem o registro da utilização de alfabetos fonéticos anteriores à chegada de Colombo, todavia não poucas sociedades indígenas eram detentoras de complexos padrões iconográficos e mantenedoras de práticas culturais identitárias na longa duração, sendo que os grafismos executados sobre a pele e sobre suportes cerâmicos e líticos formavam um poderoso sistema de comunicação. Marajó, Tapajó e Konduri são exemplos clássicos (Barreto, 2000, 2015; Schaan, 2014), um tipo de “escrita” “dos mitos de origem, acontecimentos sociais, políticos e rituais (Barata, 1950; Pereira, 1942), legíveis e inteligíveis entre grupos culturalmente associados e funcionando de maneira eficaz na propagação de ideias e ideologias (Figura 4) do universo indígena (Almeida, 2013), uma maneira de utilização ordenada das diferentes estéticas da vida cotidiana, em que forma e sentido estão solidamente entrelaçadas no contexto da interação social (Lagrou, 2007).

Figura 4. Pontos de convergência cultural estética e cerimonial entre estatuetas Konduri (1) e Marajó (2). A: pente, B: tiara e corte de cabelo, C: muiraquitã, D: braços atrofiados, E: campo decorativo da pintura corporal.



Fonte: © Cristina de Martini, © Museu Nacional vetorizada por Mayara Sá.

Em contrapartida, gerava um complicador para a mente do invasor ocidental, que interpretava o mundo com base em caracteres fonéticos, transcritos em tinta, pena e papel, como sendo “gregas e/ou romanas”, que não expressam minimamente o propósito contido nesses objetos, não considerando que para essas sociedades os enunciados estéticos sancionam determinadas visões do cotidiano que, em contextos variados, participam da definição das pessoas, assim como de suas relações e produções (Amaral, 2017; Van Velthem, 2010). Logo, as impressões disponíveis na historiografia são construídas basicamente pela ótica inversa daquela da perspectiva indígena.

Ainda assim a ótica ocidental de “interpretar” o universo indígena constitui um modo de abordagem interessante para compreender a importância que certos objetos exerciam sobre uma parcela significativa de antigas populações amazônicas, compondo um quadro baseado no real, simbólico e mnemônico (Laplantine; Trindade, 1997, p. 27), sintetizando e materializando nas pedras verdes cosmovisão e cotidiano, conferindo ao místico “muiraquitã” características sociopolíticas, atuando como veículo ou valores para consolidação de alianças (Boomert, 1987), casamentos, compra de cativos, bem como ser portador de funções mágico-religiosas como símbolo provável de fertilidade, preventivo de enfermidades renais, melancolia, raiva, epilepsia, fluxo menstrual, curativo contra peçonha de cobra, capaz de aumentar a lactação, além de tornar importante quem o carrega (Amaral, 2017, p. 52). Ou seja, o objeto seria a personificação de uma espécie de tônico e antídoto para várias moléstias e males de ordem física e psicológica, bem como seria capaz de proporcionar status social diferenciado ao seu portador:

Ainda hoje para muitos o muirakytã é uma pedra sagrada, tanto que o indivíduo que a traz no pescoço, entrando na casa de algum tapuyo, se disser: muirakytã katu, é logo muito bem recebido, respeitado e consegue tudo quanto quer (Rodrigues, 1889, p. 25).

No entanto, por um longo período a importância e complexidade das indústrias líticas do Baixo Amazonas foram direcionadas para a estética de objetos inteiros, as cadeias operatórias de produção não recebendo a devida atenção por parte dos investigadores profissionais, dado os modelos teóricos vigentes (Lima *et al.*, 2016; Meggers, 1990) e a predileção pela cultura material cerâmica (MacDonald, 1972; Palmatary, 1950).

Essa problemática foi muito pouco abordada na região de Santarém, e tem nos trabalhos de Koehler-Asseburg (1951), Barata (1954) e Palmatary, (1960), importantes referências, seguidos de pesquisas recentes realizadas na região da foz do Tapajós (Amaral, 2017; Moraes *et al.*, 2014; Silva, 2016) e na calha do rio Trombetas (Rodet *et al.*, 2019).

No século XX a etnografia contribuiu para a retomada de várias questões concernentes aos usos e costumes entre populações indígenas remanescentes (Koch-Grunberg, 2005; Nimuendajú, 2004; Pereira, 1942). Uma dessas questões diz respeito ao porquê da importância dada aos objetos de pedra verde, já que, mesmo decorridos mais de cinco séculos desde o início da invasão europeia e tendo caído no esquecimento um universo de mitos, os muiraquitãs prosseguem no imaginário atual envoltos em uma aura de mistério, encantamento e respeito.

Isso se explica, em parte, pela preocupação então existente entre populações indígenas do Baixo Amazonas com a manutenção constante de suas tradições e cultura material por meio de padrões iconográficos (Barata, 1950; Pereira, 1942) e da tradição oral, com seus guardiões formais da memória coletiva, que repassavam diariamente aos mais jovens os conhecimentos relativos à história ancestral, social e política do grupo, “*que todos ouvem com atenção, e lhes faz uma indelével impressão*” (Noronha, 1768, p. 7).

A perenidade dos muiraquitãs entre as sociedades amazônicas ultrapassou a barreira física, temporal e real do objeto em si, tornando-se uma representação icônica e mitológica que foi absorvida ou espelhada em parte pelo invasor europeu e posteriormente por escravos de origem africana, fugitivos de cidades e fazendas no Baixo Amazonas (Bates, 1979), e portadores de imaginário próprio, que passaram a casar com mulheres indígenas, a incorporar aspectos culturais e a ressignificar sítios arqueológicos e a cultura material presente nas terras pretas das antigas aldeias relacionadas às ocupações Tapajó e Konduri (Bitencourt, 2017; Lima, 2013), ocasionando processos de interculturalidades nas Amazônia colonial e atual.

Atualmente populações cabocas e quilombolas de Santarém e do Trombetas geralmente estão assentadas sobre sítios arqueológicos de terra preta indígena, e suas relações com a cultura material e imaterial Tapajó e Konduri são estreitas, presentes abaixo de suas moradias, roçados, bem como nos sistemas de manejo agroflorestais, técnicas de caça, pesca, plantios, hábitos alimentares etc., conformando processos de fruição, incidindo no ordenamento de parte do cotidiano desses grupos na atualidade. Reflexos das ontologias compartilhadas no passado entre Tapajó e Konduri por meio de uma linguagem sociocultural (Barreto, 2015; Bezerra, 2013; Schaan, 2014; Schaan; Alves, 2015), que pode ser desnudada ao analisarmos o conjunto artefactual cerâmico imbricado nas figuras tridimensionais dos muiraquitãs e ídolos de pedra (Fonseca, 2010), que, dependendo do ângulo, se transformam em representações humanas, não humanas e híbridas.

Figura 5. Muiraquitã antropozoomorfo de tamanho incomum (7cm), recuperado nas proximidades do rio Iriri, um afluente da margem esquerda do rio Xingu. Um segundo exemplar com as mesmas proporções, matéria prima e cadeias operatórias de produção correlatas, foi encontrado no município de Belterra, e está na coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi.



Fonte: © Márcio Amaral.

A partir do século XVI, a historiografia (Carvajal, 1984) começa a relatar e a disseminar no imaginário europeu a existência não comprovada de grupos formados exclusivamente por mulheres entre as sociedades indígenas do Baixo Amazonas, mesmo sem se darem conta, estes autores, que estavam operando interculturalidades ao fundirem as Icamiabas amazônicas com as amazonas gregas (Lemes, 2022, p. 57).

Ressalta-se que, apesar do relato alegórico do frade Carvajal, as Icamiabas e os muiraquitãs estão presentes na oralidade e na cultura material Tapajó e Konduri, com representações que mesclam figuras antropomorfas e zoomorfas (Fonseca, 2010), cujas origens são muito anteriores à chegada dos primeiros invasores europeus na Amazônia no início do século XVI (Boomert, 1987).

Atualmente o registro arqueológico nos permitem sustentar, com evidências e datações, que a iconografia ritual cerâmica e lítica Tapajó e Konduri relacionada ao muiraquitã e às Icamiabas antecede em sete séculos (Amaral, 2024) a chegada dos primeiros europeus à foz do rio Amazonas. Portanto, não pode ser definida como derivações dos mitos das Amazonas Gregas e Valquírias germânicas, presentes no imaginário coletivo de grupos indo-europeus com raízes no Oriente Médio (Lemes, 2022; Noronha, 1768).

A PERENIDADE DO MUIRAQUITÃ

A dizimação e desarticulação dos povos Tapajó e Konduri como unidades culturais associadas e produtoras de muiraquitã não impediu que a importância do objeto persistisse e sua influência se espalhasse. Isso é visto tanto no registro arqueológico (Costa *et al.*, 2021; Schaan; Amaral, 2012; Veiga, 2011) como no cotidiano de comunidades e cidades paraenses, onde ao muiraquitã são atribuídos poderes, e é repetidamente espelhado sobre os mais variados suportes (Weissmann, 2018), que são transportados para locais distantes do seu ponto de origem e corriqueiramente ofertados como regalo especial a pessoas queridas. Esses gestos são repetidos de maneira intencional ou subjetiva

há incontáveis gerações, inserindo continuamente o objeto mítico em novas redes informais de sociabilidade, dessa forma assegurando à emblemática figura, sua permanência na longa duração e no imaginário coletivo de parcela significativa da sociedade nacional (Figura 6).

Figura 6. Muiraquitãs de cerâmica e conchas comercializados na cidade de Santarém, grupo maracatu muiraquitã de Minas Gerais e muiraquitã de arqueologia experimental, elaborado sobre suportes de concha e jadeíta.



Fonte: ©Anderson Márcio Jr. © maracatu muiraquitã, © Márcio Amaral.

Um fato nos chama atenção: embora amplamente conhecido, e funcionando como meio circulante altamente valorizado e cobiçado, havia (e ainda há) a crença de uma origem fantástica atribuída a esses objetos, mesmo entre grupos indígenas que ocupavam áreas imediatamente próximas às regiões onde eram produzidos. Essa era uma maneira provável das políticas utilizadas pelas chefias regionais Tapajó e Konduri de justificarem que as origens intangíveis para os muiraquitãs seriam propagadas por meio das mitológicas Icamiabas em locais próximos ou afastados dos centros de produção no Baixo Amazonas, suscitando a ideia de uma espécie de controle acerca da aquisição de matéria-prima, manufatura, estilo, circulação e rotas de distribuição.

O rígido controle de rotas por onde fluíam muiraquitãs e pedras verdes na região do Baixo Amazonas encontra subsídios nos trabalhos de La Barre e Pierre Grenand (Ricardo, 1983), em que ambos afirmam que a guerra ocorrida no século XVII entre os Galibi (Kalina) e Palikur teve como uma das causas as pedras verdes. Os Galibi, falantes de língua Caribe e originários do norte das Guianas, queriam ter acesso direto aos grupos Tupinambá, produtores da região da foz do rio Amazonas e do Baixo Tocantins, e a grupos de línguas não identificadas, provavelmente Tapajó e Konduri, que produziam por contrato ou encomenda mútua contas diversas, vasos de beber, pássaros, rãs

e outras figuras (Heriarte, 1874, p. 37), sendo os Galibi barrados pelos Palikur de língua Aruaque, assentados na região litorânea do Amapá e controladores das rotas direcionadas para o norte das Guianas (Ricardo, 1983, p. 21).

Na região das Guianas, grupos de línguas caribe controlavam rotas na zona costeira e nos cursos fluviais, permutando com os europeus e aplicando política excludente aos grupos rivais desse circuito, isso apesar das tentativas dos Manaó, de língua aruaque, de quebrar o monopólio comercial dos caribes via holandeses no rio Essequibo (Rostain, 2014; Whitehead, 1993). Na bacia do rio Tocantins, havia inclinação belicosa generalizada entre populações que ordinariamente moviam guerra umas contra as outras, “*em defesa das suas pedreiras, que estimam por se servirem das pedras de fogo ou sílex*” (Noronha, 1768). As informações contidas nesses trabalhos atestam a complexidade interétnica na qual as redes de sociabilidades de longo alcance e fontes de matéria prima estavam inseridas, e a importância dada por esses grupos em mantê-las sob controle, ocasionando inclusive eventos prolongados de guerra.

O acesso à compreensão aproximada de como funcionavam as antigas redes de sociabilidade a partir da região de Santarém e sua relação provável com outras áreas, a montante e a jusante, encontra parâmetros nos sistemas multiétnicos da Amazônia atual (Heckenberger, 2011), e, guardadas as distâncias socioculturais, temporais e geográficas, no estudo comparado das etnografias produzidas na região da Papua-Nova Guiné, envolvendo sistemas de sociabilidades entrelaçados aos machados de pedra cerimoniais, valorizados e amplamente “comercializados” como objetos de prestígio intangíveis com importância social e simbólica (Amaral, 2017; Burton, 1984) similar ao muiraquitã amazônico.

O provável controle e acesso restrito às fontes atuais de matéria-prima de localização incerta,¹ ou desconhecida, e de oficinas de produção de muiraquitã na cidade de Ocara Açu (Santarém), antigo centro político dos Tapajó (Amaral, 2024), e imediações, com o artefato pronto e circulando em várias direções o produziu no cotidiano indígena — e, depois, no imaginário europeu e de africanos escravizados no Baixo Amazonas —, que os muiraquitãs seriam feitos de uma “argila” retirada no fundo de um lago, que endurece em contato com o ar, ou ainda espécies vivas de animais que se petrificavam a partir de uma gota de sangue das Icamiabas (Amaral, 2017). Perpassando a ideia do domínio e controle das cadeias operatórias de produção de muiraquitã pelas mulheres, sendo algo intangível a outros grupos, dessa maneira preservando-se o “segredo” da origem das pedras verdes, amparada pela crença amplamente difundida de uma origem intangível, com poderes sobrenaturais conferidos aos muiraquitãs entre os grupos não produtores.

AS ORIGENS MÍTICAS DO MUIRAQUITÃ

A origem mítica para as pedras verdes no baixo Amazonas está fundada na tradição pan-amazônica da Boiuna, ou cobra mãe (Figura 7), expressa pela tradição oral e que viveria nas profundezas do lago Yaci Uaruá (espelho da lua), localizado — dependendo da variante do mito — em um ponto dos rios Nhamundá, Amazonas e Tapajós (Rodrigues, 1899).

No lago *Yacyuaruá* reuniam-se as Amazonas em certa época do ano, em determinada fase da lua, e depois de dias de expiação faziam uma festa dedicada á lua, e á *mãe do muyrakyatã*, que no fundo do lago habitava. Finda a festa, quando as águas estavam límpidas e n’ellas, como em um espelho, a lua se reflectia, todas as Amazonas se lançavam no lago e iam ao fundo receber das mãos

¹ Notas de campo, de 2011, não publicadas, de pesquisas desenvolvidas na região de Breu Branco/PA, que identificaram uma grande pedreira de quartzito verde.

da *mãe dos muyrakytã* os mesmos, com as formas que desejavam. Sabiam molles, mas em contacto com o ar endureciam (Rodrigues, 1899, p. 30).

Outra variante do mito nos conta que os muiraquitãs estariam vivos em um lago, e que uma gota de sangue das Icamiabas os transformava em pedra:

No lago *Yacyuaruà* os muyrakytã existiam vivos, como peixes, e que as Amazonas reunidas em torno do lago, feriam uma parte do corpo e lançando o sangue na agua, aquelle, sobre o qual este cabia, parava. Então a mulher lançava-se n'agua e o apanhava, e com elle presenteava o homem que lhe linha feito ser mãe de uma filha, porque os filhos eram rejeitados ou mortos (Rodrigues, 1899, p. 30).

Figura 7. Provável representação da cobra mãe dos muiraquitã, tendo uma Icamiaba agarrada ao corpo da Boiuna.



Fonte: Nimuendajú, 2004; © Per Stenborg.

Nota: Ídolo em arenito da formação Alter do Chão. 14cm, Óbidos/PA.

Nas duas versões do mito a origem do muiraquitã está situada nas regiões de Santarém, Nhamundá e Trombetas (Heriarte, 1874, p. 38; Rodrigues, 1889, p. 30). Em Santarém as pesquisas arqueológicas recentes corroboram que a cidade é umas das áreas de produção, uso e dispersão de muiraquitãs (Amaral, 2017; Moraes *et al.*, 2014). Também é um indício a cultura material, em que figuras antropomorfas ou duais são retratadas usando muiraquitãs no pescoço e na cabeça (Figura 8), paramentadas com pintura corporal complexa, contendo padrões geométricos emulando uma cobra (*Bothrops jararaca*²) enrodilhada ao corpo da mulher, cujos seios estão intencionalmente posicionados de forma assimétrica, fazendo-se dos olhos da serpente, devorando o pequeno muiraquitã que ela traz pendente ao pescoço por um fio ou colar de sustentação, que na parte posterior apresenta duas contas que não estão amarradas. Causa a impressão de aspecto estático (provavelmente morta), com olhos e boca inchados no estilo grãos de café, tendo a face pintada em linhas geométricas do alto da testa, perpassando pelos olhos até o queixo, sugerindo a provável utilização de máscara, e reforçando a ideia de pessoas morta (Amaral, 2024, p. 120). A figura apresenta um penteado elaborado, preso a um coque na nuca, encimado por um grande pente, similar aos registrados por Walter Bates (1979) entre as indígenas Tapajó do bairro Aldeia na segunda metade do XIX (Amaral, 2024).

Figura 8. A Cunhã vestida de cobra: estatueta de base semilunar, de provável estilo Konduri



Fonte: Óbidos/PA, vetorizada por Anna Mendonça; ©Amaral (2024).

Por outro lado, a inserção desses objetos como os mais desejados nos sistemas de sociabilidades ficava a cargo dos homens fecundadores das mulheres sem maridos, lançando as pedras verdes que circulavam de maneira contínua em várias direções (Boomert, 1987). Cabe aqui mencionar que grupos Tupi, grandes produtores, usuários e dispersores de tembetás, botoques, pulseiras e colares de contas feitos a partir de pedras verdes, tinham versão própria para a origem mítica desses objetos, fundada no demiurgo Curupira (primeiros homens), que implicaria em sérios riscos de morte para a sua obtenção e um feito intangível a uma pessoa comum (Hart, 1885, p. 155).

² O padrão da *Bothrops jararaca* foi identificado pelo herpetólogo Iuri Debien Valente, do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio).

O MUIRAQUITÃ NO VELHO MUNDO

As primeiras pedras verdes de que se tem registro foram levadas da América Central pelos espanhóis, por quem eram conhecidas como pedras *rajadas*, ou nefríticas (Rodrigues, 1899). Da América Central, o “interesse” europeu, espalhou-se para as Antilhas e América do Sul, de onde eram transportadas para a Europa (Koehler-Asseburg, 1951). A bordo de caravelas, os muiraquitãs cruzaram o oceano Atlântico por séculos, não aleatoriamente, mas fomentados pelo ponto de vista indígena que lhes conferia agência, gerando processos de interculturalidades e fixando no imaginário dos invasores as qualidades mágico-terapêuticas das pedras verdes.

Athé esta provincia chegam náos de alto bordo, e por este rio dos Tapajós vam quatro jornadas a resgatar madeiras, redes, orucús, e pedras verdes, que os índios chamam de *buraquitas*, e os estrangeiros do norte estimam muito (Heriarte, 1874, p. 37).

Na Europa os muiraquitãs eram moídos e utilizados como instrumentos terapêuticos contra cálculos renais, epilepsia, gota etc., transformando o valor simbólico do muiraquitã em moeda corrente, fato que pode ter contribuído para uma expressiva diminuição na quantidade de muiraquitãs e, ao mesmo tempo, aumentado a crença no imaginário coletivo de que eles seriam feitos de uma espécie de barro (Heriarte, 1874, p. 19; Rodrigues, 1899, p. 23).

Em Santarém, no rio Xingu, no Amapá e nas Guianas há registros de que eram enterrados com seus donos, transportando sua importância para outro plano (Boomert, 1987; Costa *et al.*, 2021; Nimuendajú, 2004; Veiga, 2012), um procedimento ritual mantido em período colonial na região do Amapá, onde vasos funerários continham muiraquitãs, fragmentos, contas de vidro e ferramentas de origem europeia (Nimuendajú, 2004).

No século XIX as redes de sociabilidades de longo alcance já haviam entrado em colapso em seu eixo principal, e as áreas produtoras no baixo Amazonas, localizadas próximas à calha principal, provavelmente haviam perdido o acesso às fontes de matérias-primas e às técnicas de manufatura, abandonadas e/ou esquecidas, à exceção de áreas nos cursos superiores dos rios Nhamundá-Trombetas, onde Curt Nimuendajú (2004) registrou que grupos indígenas preservaram até tardiamente as técnicas de manufatura aplicadas às cadeias operatórias de produção lítica, com uma iconografia que os remete aos clássicos ídolos da cultura Santarém.

Figura 9. Estatueta lítica zooantropomorfa de morcego alado/humano, coletada por Curt Nimuendajú no início do século XX entre grupos do Alto Trombetas, que ainda dominavam as cadeias operatórias de produção lítica desses objetos.

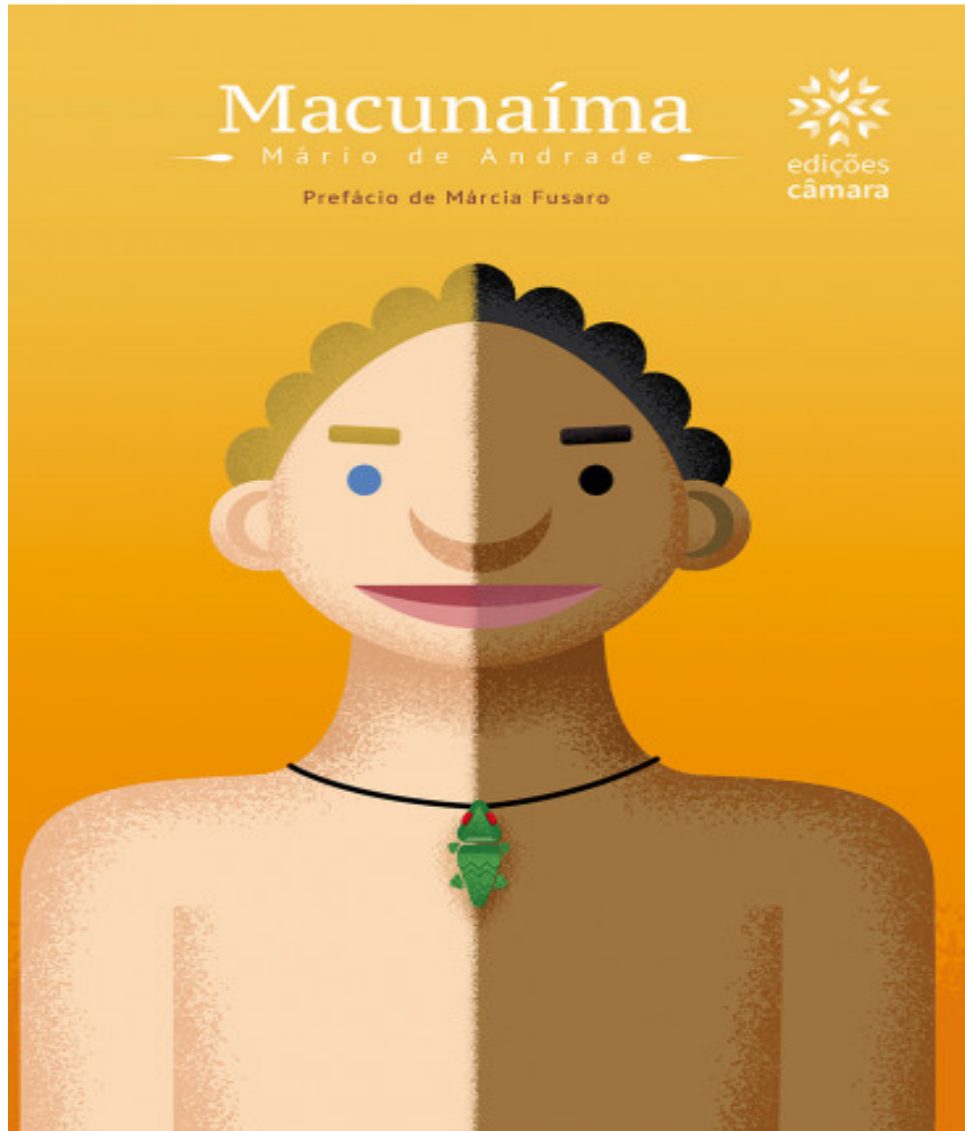


Fonte: Världskulturmuseet Göteborg; © Per Stenborg.

No século XIX o muiraquitã e as Icamiabas eram temas que ocupavam um lugar de destaque no meio acadêmico e na política da corte imperial brasileira, tanto que imperador D. Pedro II entregou um programa para os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que estabeleceu pesquisas em sítios arqueológicos da Amazônia, e os resultados deveriam ser utilizados como reforço ao ideário de uma nação com passado civilizado e glorioso (Langer, 2004). Rodrigues esteve na Amazônia entre os anos 1872 e 1875 em uma missão científica do governo imperial, buscando as origens do muiraquitã e as Icamiabas, suas produtoras. Na vila de Alter do Chão obteve, por meio de emissários, dois muiraquitãs: o primeiro ele carregava encastado à corrente do relógio, e com o segundo presenteou a princesa Isabel (Rodrigues, 1889). No início do século XX o muiraquitã persistia no imaginário brasileiro, sendo parte importante do movimento modernista, em que esse artefato, ao ser colocado no lábio inferior de Macunaíma (Andrade, 1978; Farias, 2019) adquiriu uma função prática (ideológica) nova, fundindo nesse aspecto as culturas Tapajó e Tupinambá, o que implica na continuidade temporal e persistência do objeto no imaginário coletivo de terceiros, muito além da sua região de origem.

Na atualidade o conceito aplicado ao muiraquitã em Santarém se utiliza da representação emblemática e enigmática da rã verde ou sapo, garantindo, dessa maneira, que, a despeito da negação de um passado indígena glorioso, o extermínio e resistência diante da invasão europeia, a incorporação forçada à sociedade nacional ou o “apagamento” intencional da cultura de antigas populações amazônicas, a perda da cognição dos modos de produção e o colapso nas redes de sociabilidades. O muiraquitã continua presente no cotidiano e imaginário coletivo, envolto em uma aura de mistério e magia.

Figura 10. Capa do livro *Macunaíma*, em que o herói sem caráter usa o muiraquitã em forma de jacaré, que foi a ele dado como presente por sua companheira, Ci.



Fonte: Reprodução da internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As origens das importâncias social e cultural depositadas na figura do muiraquitã a partir de centros de produção identificados pela pesquisa arqueológica no Baixo Amazonas (Amaral, 2017; Moraes *et al.*, 2014) certamente têm suas raízes em processos socioculturais na longa duração, sendo uma parte indissociável do complexo tecido social do período pré-colonial tardio Tapajó e Konduri, iniciado por volta do século VII da era cristã, e plenamente estabelecido como região de influência sociocultural indígena no século XVI, coincidindo com a chegada dos primeiros invasores europeus na Amazônia (Amaral, 2018).

Os muiraquitãs como entidade mitológica intrincada na materialidade das pedras verdes (e outras matérias primas) apresentam essencialmente características ontológicas e cosmogônicas, produzidas e sistematizadas a partir das vivências cotidianas de Tapajó e Konduri, que também incorporaram elementos socioculturais de grupos indígenas antecessores e contemporâneos.

Esses povos também atribuem a eles características tangíveis e intangíveis intencionalmente depositadas no imaginário de terceiros, tornando-se um elemento-chave nas ontologias indígenas do Baixo Amazonas, resistindo a cinco séculos de repressão colonial, imperial e republicana e se perenizando no imaginário coletivo atual como um aglutinador de funções diversas, inclusive em movimentos de resistência e ressurgimento de grupos indígenas e quilombolas no Baixo Tapajós, pois a tradição funciona como mantenedora do imaginário, como elo entre o passado e o presente, não só em termos de tempo e espaço, mais também culturalmente; como elo de culturas do passado e atuais, ou seja, ela estreita os laços entre a oralidade, a etnologia e a arqueologia (Frickel, 1964, p. 471).

Santarém, área de convergência e irradiação cultural em tempos pretéritos e atuais, funciona como um dos centros de produção e dispersão de muiraquitã em períodos pré-coloniais e atuais no Baixo Amazonas, hodiernamente se utiliza a imagem e nome do muiraquitã como um veículo propagador de sua herança cultural milenar, inserindo o termo e representações formais do objeto no cotidiano regional e nacional.

Figura 11. Orla da cidade de Santarém, que se utiliza fartamente da figura do muiraquitã como herança cultural tapajônica



Fonte: © Anderson Márcio JR.

E, segundo Fernandes (2012, p. 51):

Isso implica dizer que, tal qual a memória, o imaginário têm uma relação com o individual e, ao mesmo tempo, com o coletivo, pois está vinculado ao sujeito, como formulador ou receptor de imagens a partir do real.

A memória coletiva não inventa, todavia registra e conserva, favorecendo ao indivíduo manejar livremente suas relações simbólicas a si mesma (Leroi-Gourhan, 1981), uma perspectiva holística cujas origens prováveis foram depositadas e processadas no cerne da coletividade, operando como centro de fruição contínua para a manutenção e reinvenção cultural do pensamento e os modos de conhecer Tapajó e Konduri, uma espécie de fio condutor ligando com firmeza o passado à coletividade nacional no presente.

Muiraquitã Katu...

AGRADECIMENTOS

Aos Tapajó e Konduri do passado e do presente. Somos gratos ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá pelo apoio institucional; a Geórgia Layla, Eduardo Tamanaha e Marco Fontanella; a Márcia Bezerra, Cristiana Barreto e Helena Pinto Lima (minha orientadora de mestrado) pela leitura, revisão e comentários ao manuscrito; à Julia Ávila pela revisão do resumo em inglês; e a Per Stenborg, por gentilmente ceder algumas imagens e informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fernando Ozorio de. *A Tradição Polícroma no alto rio Madeira*. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ALVES, Marcony Lopes. *Entre Konduri e Santarém: O vaso de gargalo no Baixo Amazonas*. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ALVES, Marcony Lopes. Revisitando os alter egos: figuras sobrepostas na iconografia Konduri e sua relação com o xamanismo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, n. 3, 2020.
- AMARAL, Anderson Márcio. *Contextualização espacial, histórica e tecnológica dos muiraquitãs amazônicos*. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, 2017.
- AMARAL, Anderson Márcio. A ecologia de assentamentos, interações sociais ameríndias e o contexto geográfico dos muiraquitãs no baixo Amazonas. *Cadernos do Lepaarq*, v. 15, n. 30, p. 121-141, 2018.
- AMARAL, Anderson Márcio. *Os Tapajó enterravam seus mortos?: reflexões sobre tratamentos funerários entre os Tapajó*. 2014. Dissertação (Mestrado em Diversidade Sociocultural) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2024.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Coordenação Telê Porto Ancona Lopez. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BAENA, Antonio L. Monteiro. Resposta ao Ilmo. e Exmo. Sr. Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Pará, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goyaz, dada pelo Sr. tenente-coronel Antonio Ladisláo Monteiro Baena, membro correspondente do instituto. *Revista do IHGB*, t. 10, p. 80-107, 1848.
- BARATA, Frederico. A arte oleira do Tapajós I: considerações sobre a cerâmica e dois tipos de vasos característicos. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará. Belém: [s. n.], 1950. (Publicações do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 2).
- BARATA, Frederico. O muiraquitã e as “contas” dos Tapajó. *Revista do Museu Paulista*, v. 8, Nova Série, p. 229-259, 1954.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia brasileira. *Revista USP*, v. 44, n. 1, p. 32-51, 2000.

- BARRETO, Cristiana. Figurine Traditions from the Amazon. In: INSOLL, Timothy. (ed.). *The Oxford Handbook of Prehistoric Figurines*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2015.
- BARRETO, Cristiana; MACHADO, Juliana. Exploring the Amazon, Explaining the Unknown: Views from the Past. In: MCEWAN, Colin; BARRETO, Cristiana; NEVES, Eduardo (ed.). *Unknown Amazon, Nature and Culture in Ancient Brazil*. London (GB): British Museum Press, 2001.
- BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; ROSTAIN, Stéphen; HOFMAN, Corinne. Koriabo Ceramics, Carib Multiethnic Interaction Spheres and the Colonial Enterprise in the Lower Amazon. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; ROSTAIN, Stéphen; HOFMAN, Corinne. *Koriabo: From Caribbean Sea to the Amazon River*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2021. p. 245-264.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- BETTENDORFF, João Felipe. Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2010.
- BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 7, n. 1, p. 107-122, 2013.
- BITENCOURT, Daiane Brum. *Remédios da terra, amuletos e medicina popular: a etnofarmacobotânica nas artes de curar dos amazônidas entre Oriximiná (PA) à Nhamundá (AM), 1870-1940*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BOOMERT, Arie. Gifts of the Amazons: “Green Stone” Pendants and Beads as Items of Ceremonial Exchange in Amazonia and the Caribbean. Port of Spain (TT): University of the West Indies, 1987.
- BURTON, John. *Axe Makers of the Wahgi: Pre-Colonial Industries of the Papua New Guinea Highlands*. 1984. PhD (Thesis) – Australia National University, Canberra (AU), 1984.
- CARVAJAL, Gaspar de. *Descubrimiento del rio de las Amazonas*. Bogotá (CO): Prensas de la Biblioteca Nacional, 1984.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CORRÊA, Ângelo Alves. *Longue durée: história indígena e arqueologia*. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, 2013.
- COSTA, Marcondes Lima da; KIPNIS, Renato; VALENTE, Glayce Jholy S. S.; SILVA, Tallyta Suenny Araújo da; RODRIGUES, Suyanne Flávia Santos; SCHAAN, Denise Pahl. Um muiraquitã em seu contexto arqueológico no lendário amazônico. *Amazônica*, v. 13, n. 1, p. 101-120, 2021.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (ed.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- D’EVREUX, Yves. *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614 para le pere Yves d’Evreux*. Publié d’après l’exemplaire unique conservé à la Bibliothèque Impériale de Paris. Avec une introduction et des notes par M. Ferdinand Denis. Paris (FR): A. Franck et Albert Herold, 1864.
- DREYFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana ocidental. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Maria Manuela (org.). *Amazônia: Etnologia e história indígena*. São Paulo: FAPESP, 2016. p. 19-42.
- FALCI, Catarina Guzzo. *Stringing Beads Together: A Microwear Study of Bodily Ornaments in Late Pre-Colonial North-Central Venezuela and North-Western Dominican Republic*. 2015. Dissertation (MA in Archaeology) – Leiden University, Leiden (NL), 2015.

- FALCI, Catarina Guzzo; RODET, Maria Jacqueline. Adornos corporais em Carajás: a produção de contas líticas em uma perspectiva regional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 11, n. 2, 2016.
- FARIAS, Dália Poliane Feitosa. *Macunaíma, nos rastros da Cobra Grande*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Sociais e suas Humanidades) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAUSTO, Carlos; RODGERS, David. Of Enemies and Pets: Warfare and Shamanism in Amazonia. *American Ethnologist*, v. 26, n. 4, p. 933-956, 1999.
- FERNANDES, José Guilherme dos Santos. *Largueza e lassidão: a mitopoética dos espaços das águas*. 1998. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.
- FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Crônicas da França equinocial: imaginários dos religiosos franceses na Amazônia oriental no século dezessete. *Gragoatá*, v. 17, n. 33, p. 47-62, 2012.
- FONSECA, João Aires da. As estatuetas líticas do baixo Amazonas. In: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini (org.). *Arqueologia amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p. 235-257. v. 2.
- FRIEDE, H. M. Iron-Smelting Furnaces and the Metallurgical Traditions of the South African Iron Age. *Journal of the South African Institute of Mining and Metallurgy*, p. 372-381, 1979.
- FRIEKEL, Protásio. Tradição Tribal e arqueologia no Tumucumaque. *Revista do Museu Paulista*, v. 14, n. spe, p. 471-491, 1964.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. Bibliografia Sobre a Cultura Santarém: História e Perspectivas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 7, p. 155-166, 1997.
- GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. *Fontes históricas e arqueológicas sobre os Tapajó de Santarém: a coleção “Frederico Barata” do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.
- GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. *Além da margem do rio: a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas/PA*. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GUSS, David M. *To Weave and Sing: Art, Symbol, and Narrative in the South American Rainforest*. Berkeley (US): University of California Press, 1990.
- HARTT, Carlos Frederico. Contribuição para a Ethnologia do Valle do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 6, p. 1-174, 1885.
- HECKENBERGER, Michael. Forma do espaço, língua do corpo e história xinguana. In: FRANCHETTO, Bruna (org.). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngue*. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Funai, 2011.
- HERIARTE, Maurício de. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*. Viena (AT): Imprensa do Filho de Carlos Gerold, 1874.
- KOEHLER-ASSEBURG, Iris. O problema do Muiraquitã. *Revista do Museu Paulista*, v. 5, Nova Série, p.199-220, 1951.
- KOCH-GRUNBERG, Theodor. *Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: EDUA; FSDB, 2005.
- LABAT, Jean-Baptiste. *Voyage du Chevalier des Marchais en Guinée, isles voisines, et à Cayenne, fait en 1725, 1726 et 1727*. Paris (FR): Chez Saugrain, 1730. 4 t.

- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Relatório abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional desde o litoral do mar sul até o litoral do Brasil e da Guiana descendo o rio das Amazonas. *Cadernos de Tradução*, v. 43, n. spe, p. 41-50, 2023.
- LAGROU, Els. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- LANGER, Johnni. O mito do Eldorado: origem e significado do imaginário sul-americano (século XVI). *Revista de História*, n. 136, 1997.
- LANGER, Johnni. As amazonas: história e cultura material no Brasil oitocentista. *Mneme*, v. 5, n. 10, 2004.
- LAPLATINE, François; TRINDADE, Lina. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- LEMES, Aline Alves. *Lope de Aguirre: entre sonhos dourados e desilusões tirânicas: um rebelde na Amazônia do século XVI*. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2022.
- LEROI-GOURHAN, André. *Pré-história*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana. Uma nova política para um antigo acervo: a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, 2020.
- LIMA, Aldo Luciano Corrêa de. Terra de negro – preta terra: o uso da terra preta como instrumento de fortalecimento da identidade quilombola no município de Santarém. *Amazônica*, v. 5, n. 1, 2013.
- LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana; BETANCOURT, Carla Jaimes. Novos olhares sobre as cerâmicas arqueológicas da Amazônia. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaimes (org.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016. p. 19-32.
- LINNÉ, Sigvald. Les Recherches Archéologiques de Nimuendajú au Brésil. *Journal de La Société des Americanistes de Paris*, t. 20, p. 71-91, 1928.
- LOPES, Raymundo. A civilização lacustre do Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, v. 1, n. 2, p. 87-109, 1924.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2001.
- MACDONALD, Regina. The Order of Things: An Analysis of the Ceramics from Santarém, Brazil. *Journal of the Steward Anthropological Society*, v. 4, n. 1, p. 39-47, 1972.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Ubu, 2018.
- MARTIUS, Carl Friederich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz (ed.). *Flora brasiliensis*. [S. l.]: R. Oldenbourg, 1906. 40 v.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-312.
- MEGGERS, Betty J. Reconstrução do comportamento locacional pré-histórico na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 6, p. 183-203, 1990.
- MEGGERS, Betty J. Prehistoric Population Density in the Amazon Basin. In: VERANO, John W.; UBELACKER, Douglas H. (ed.). *Disease and Demography in the Americas*. Washington, DC (US): Smithsonian Institution Press, 1992. p. xx-xx.

- MENSE, Hugo. Língua mundurucú: vocabulários especiais, vocabulários apalai, uaboi e maué. *Arquivos do Museu Paranaense*, v. 6, 1947.
- MÉTRAUX, Alfred. Contribution à l'étude de l'archéologie du cours supérieur et moyen de l'Amazonie. *Revista del Museo de La Plata*, v. 32, p. 145-185, 1930.
- MORAES, Claide; AMARAL, Márcio; SANTOS, Rogério. Os artesãos das Amazonas: a diversidade da indústria lítica os tapajó e o muiraquitã. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGÍA AMAZÓNICA, 3., 2014. *Anais [...]*. Quito (EC): Instituto Francés de Estudios Andinos, 2014.
- NETO, Ladisláu. Le Muséum National de Rio-de-Janeiro et son influence sur les sciences naturelles au Brésil. Paris (FR): Forgoten, 2018.
- NETO, Ladisláu. Investigações sobre a arqueologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 7, 1885.
- NIMUENDAJÚ, Curt. In *Pursuit of a Past Amazon: Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region*. [S. l.]: Elanders Infologistik, 2004.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Os Tapajó. *Revista de Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 53-61. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/bibliog:nimuendaju-1953-tapajo>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- NORONHA, José Monteiro de. Roteiro da viagem da Cidade do Pará, até as últimas e colônias do sertão da província. Pará: Typographia de Santos e Irmãos, 1768.
- PADRE JOÃO DANIEL. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 v.
- PALMATARY, Helen. The Archaeology of the Lower Tapajós Valley, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society*, New Series, 1950.
- PEREIRA, André. Relação do que há no rio das Amazonas novamente descoberto no ano de 1616. *Anais da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, v. 1, 1902.
- PEREIRA, Manoel Nunes. *Ensaio de Etnologia Amazônica*. 2. ed. Manaus: Imprensa Pública, 1942.
- PEREIRA, Franz Kreüther. *Painel de lendas e mitos da Amazônia*. Belém: Editora, 2001.
- PROUS, André. Arqueologia brasileira: a Pré-História e os verdadeiros colonizadores. Brasília, DF: Editora UnB, 1991.
- PROUS, André; NAVARRO, Alexandre Guida. Os muiraquitãs das estearias do lago Cajari depositados no Museu Nacional (RJ): estudo tecnológico, simbólico e de circulação de bens de prestígio. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 133-140, 2020.
- RICARDO, Carlos Alberto. Amapá/Norte do Pará: povos indígenas do Brasil. *Instituto Socioambiental*, v. 3, 1983. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/ODL00005.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.
- RODET, Maria Jacqueline; TALIM, Débora Duarte; GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini; MATOS, Amauri. Cadeia operatória, lâminas de machado polidas e imaginário amazônico no sítio arqueológico Boa Vista, Pará. *Teoria e Sociedade*, n. spe, p. 307-332, 2019.
- RODRIGUES, João Barbosa. *Exploração e estudo do valle do Amazonas: rio Tapajós*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.
- RODRIGUES, João Barbosa. *Ensaio de scientia, antiguidades do Amazonas*. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, 1876.
- RODRIGUES, João Barbosa. *O muiraquitã e os ídolos simbólicos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

- ROSTAIN, Stéphen. Antes de Orellana. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGÍA AMAZÓNICA, 3., 2014. Quito (EC): Instituto Francés de Estudios Andinos, 2014.
- ROOSEVELT, Anna C. The Development of Prehistoric Complex Societies: Amazonia: A Tropical Forest. *Archeological Papers of the American Anthropological Association*, n. 9, 1999.
- SANTOS, Rogério Andrade dos. *Dente de ralador e furador?: um estudo preliminar da função de dois tipos de artefatos líticos oriundos do sítio arqueológico do Porto, Santarém/PA*. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2015.
- SILVA, Tallyta Suenny. Banquete lapidoso: tecnologia lítica em contextos festivos no sítio Porto de Santarém, Baixo Amazonas. *Revista de Arqueologia*, v. 29, n. 1, 2016.
- SCHAAN, Denise Pahl. Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia. *Anuário Antropológico*, v. 39, n. 2, 2014.
- SCHAAN, Denise Pahl. Salvamento arqueológico do sítio PA-ST-42: porto de Santarém. Belém: UFPA; CDP, 2012. Ano 2, v. 2. Relatório final.
- SCHAAN, Denise Pahl; ALVES, Daiana Travassos. *Um porto, muitas histórias: arqueologia em Santarém*. Belém: Supercores, 2015.
- SCHAAN, Denise Pahl; AMARAL, Anderson Márcio. Grande expansão geográfica dos Tapajó. In: SCHAAN, Denise Pahl (org.). *Arqueologia, patrimônio e multiculturalismo na beira da estrada: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém – Cuiabá, Pará*. Belém: GK Noronha, 2012. p. 17-36.
- SILVA, Fabiola Andrea. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friederich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. 3 v.
- TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário tupi-português, com esboço de gramática de tupi antigo*. 2. ed. São Paulo: Traco, 1984.
- TILLEY, Chris. Objectification. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susane; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (ed.). *Handbook of Material Culture*. London (GB): Sage, 2008. p. 60-73.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos, séculos XVI-XVII*. Manaus: Valer, 2009.
- VAN VELTHEM, Lúcia Hussak. As artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e artefatos. *Textos escolhidos da cultura e arte populares*, v. 7, n. 1, 2010.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- VEIGA, Wagner. *Aspectos preliminares do muiraquitã identificado no sítio Acampamento Verena, Volta Grande do Xingu, Pará*. [S. l.]: Inside Consultoria, 2012.
- WEISSMANN, Lisette. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. *Revista Construção Psicopedagógica*, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018.
- WHITEHEAD, Neil L. Ethnic Transformation and Historical Discontinuity in Native Amazonia and Guayana, 1500-1900. *L'Homme*, v. 33, n°2-4, p. 285-305, 1993.
- WHITEHEAD, Neil L. (ed.). *Histories and Historicities in Amazonia*. Lincoln (US): University of Nebraska Press, 2003.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

DINHEIRO NA MÃO É VENDAVAL E MOEDA NO LIXO É BOM SINAL: ELEMENTOS DO COTIDIANO E REPRESENTAÇÕES DE INTENÇÕES POLÍTICAS DO ESTADO BRASILEIRO NA CUNHAGEM DE MOEDAS METÁLICAS ENTRE 1969 E 1978

Vanúzia Gonçalves da Amaral^{*}

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um lote de oito moedas metálicas encontradas nas escavações arqueológicas realizadas no Aterro Sanitário de Belo Horizonte em 2018 e 2019. Essas escavações foram etapas de uma pesquisa de doutoramento que exumou moedas e outros 1,9 mil objetos — descarte intencional ou acidental? Ao exumá-las, delimitamos o período entre 1969 e 1978 — cunhados nas moedas — e identificamos a mensagem “alimentos para o mundo” e imagens de torres de petróleo como indicativas de intenções políticas do Estado brasileiro. A expressão “dinheiro na mão é vendaval” remete-nos à fluidez do tempo e à durabilidade de materialidades simultaneamente. Esses artefatos apresentam um potencial a ser explorado sobre a produção de conhecimento sócio-histórico do nosso passado recente.

Palavras-chave: moeda; lixo; arqueologia.

^{*} Prefeitura de Belo Horizonte. E-mail: vanuzia.amaral@pbh.gov.br.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9612-6390?lang=en>.

MONEY BURNS A HOLE IN ONE'S POCKET ON HAND IS A GALE AND A COIN IN THE GARBAGE IS A GOOD SIGN: DAILY ELEMENTS AND REPRESENTATIONS OF POLITICAL INTENTIONS OF THE BRAZILIAN STATE IN THE MINTING OF METALLIC COINS FROM 1969 TO 1978

ABSTRACT

This study aims to describe a batch of eight metallic coins found in archaeological excavations carried out at the Sanitary Landfill in Belo Horizonte/MG in 2018 and 2019. These excavations were stages of a PhD research that exhumed coins and 1.9 thousand other objects. Intentional or accidental disposal? We delimit the period from 1969 to 1978 (which were minted on the coins) and identify the message “food for the world” and images of oil derricks indicating the political intentions of the Brazilian state. The expression “money burns a hole in one’s pocket” reminds us of the fluidity of time and the durability of materialities. These artifacts can be explored regarding the production of the sociohistorical knowledge of our recent past.

Keywords: coins; garbage; archeology.

DINERO EN LA MANO ES VENDAVAL Y MONEDA EN LA BASURA ES BUENA SEÑAL: ELEMENTOS DE LA VIDA COTIDIANA Y REPRESENTACIONES POLÍTICAS DEL ESTADO BRASILEÑO EN LA ACUÑACIÓN DE MONEDAS METÁLICAS ENTRE 1969 Y 1978

RESUMEN

Este artículo tuvo por objetivo presentar un lote de ocho monedas metálicas que se hallaron en las excavaciones arqueológicas realizadas en Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil) en 2018 y 2019. Estas excavaciones formaron parte de etapas de una tesis doctoral que exhumó monedas y otros 1,9 mil objetos –¿desecho intencional o accidental? Al exhumarlas, se delimitó el período comprendido entre 1969 y 1978—acuñado en las monedas—, y se pudo conocer el mensaje “alimentos para el mundo” y las imágenes de torres petrolíferas como intenciones políticas del Estado brasileño. La expresión “*dinheiro na mão é vendaval*” (“dinero en la mano es un vendaval”) se refiere a la fluidez del tiempo y, a la vez, la durabilidad de las materialidades. Estos artefactos tienen un potencial para ser explorado en la producción de conocimiento sociohistórico de nuestro pasado reciente.

Palabras clave: monedas; basura; arqueología.

*Dinheiro na mão é vendaval
 É vendaval!
 Na vida de um sonhador
 De um sonhador!
 Quanta gente aí se engana
 E cai da cama
 Com toda a ilusão que sonhou
 E a grandeza se desfaz
 Quando a solidão é mais
 Alguém já falou...
 Mas é preciso viver
 E viver
 Não é brincadeira não [...]*
 Paulinho da Viola, *Pecado capital*

Ao enfiar pela Rua da Assembleia é que viu a carteira no chão, apanhou-a, meteu no bolso, e foi andando. Honório não pensou nada; foi andando, andando, andando, até o Largo da Carioca. No Largo parou alguns instantes, enfiou depois pela Rua da Carioca, mas voltou logo, e entrou na Rua Uruguaiana. Sem saber como, achou-se daí a pouco no Largo de S. Francisco de Paula; e ainda, sem saber como, entrou em um Café. Pediu alguma coisa e encostou-se à parede, olhando para fora. Tinha medo de abrir a carteira; podia não achar nada, apenas papéis e sem valor para ele. Ao mesmo tempo, e esta era a causa principal das reflexões, a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achasse. Não lhe perguntava com o ar de quem não sabe, mas antes com uma expressão irônica e de censura. Podia lançar mão do dinheiro, e ir pagar com ele a dívida?
 Machado de Assis, *A carteira*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar oito moedas metálicas encontradas nas escavações arqueológicas realizadas no Aterro Sanitário da BR-040, em Belo Horizonte, em 2018 e 2019 (etapas de uma pesquisa de doutoramento concluída em janeiro de 2023 que exumou, além das moedas, 1,9 mil objetos). São artefatos arqueológicos por meio dos quais podemos observar aspectos importantes do Estado brasileiro no período compreendido entre 1969 e 1978 — período em que foram cunhadas. Tratadas como “documentos” da história do país ou como artefatos, nelas identificamos informações fundamentais sobre o processo de construção de uma identidade brasileira — mensagens que enfatizavam, durante o regime militar, uma vocação do país como “celeiro”, ao fornecer “alimentos para o mundo” (texto cunhado em moedas de cinco centavos), de detentor de recursos estratégicos como o petróleo (imagem de torre de petróleo impressa em moedas de vinte centavos) e agente do processo de industrialização (figura alusiva à siderurgia cunhada em moedas de dez centavos). Como ressaltaram Gomes e Kornis (2001), é importante utilizar moedas e cédulas do sistema monetário como objetos de estudo — como documentos — da história da República no Brasil.

Notas impressas em papel-moeda e moedas metálicas normalmente são a forma de materialização do dinheiro. São utilizadas para pagar por bens, como imóveis; por serviços, como consultas médicas, e por outros tipos de obrigações que podem ser medidos e comparados, de forma contábil, a valores de bens, produtos e serviços. O dinheiro é definido como um instrumento

de pagamento usado em trocas comerciais (Dinheiro, [2023]). Para além de uma forma de efetuar quitação de dívidas ou de pagamentos em trocas comerciais, Hart (2019) referiu-se a ele como um “universal humano” que estende o alcance das sociedades além de seus limites locais. Olhando apenas a vertente material do dinheiro, podemos concluir que essa definição não é algo trivial.

Segundo Nunes e Silveira (2013), a moeda é

qualquer objeto que seja amplamente aceito como pagamento em compras de bens e serviços ou em pagamentos de dívidas em uma determinada sociedade. Considerando essa definição, percebemos que moeda não é só papel-moeda ou moeda metálica, mas também cheques, depósitos em contas correntes e até mesmo depósitos em poupanças. (Nunes; Silveira, 2013, p. 11).

Analisando moedas — suas faces, cunhagem, datas, símbolos e tipo de matéria-prima utilizada, por exemplo —, podemos entender, mesmo parcialmente, como determinadas sociedades representam sua riqueza, suas crenças e outros aspectos culturais, econômicos e estéticos. Esses aspectos informam-nos ou direcionam nossas percepções sobre relações culturais. As moedas e as cédulas constituem, assim, uma materialidade valorizada, que ampara compreensões específicas sobre as relações econômicas e é uma força fundamental em qualquer sociedade.

Weber (1999) apresentou os atributos intrínsecos do Estado nacional racional legal. Dentre esses atributos, citou o monopólio do uso legítimo da força, a administração do território, a política fundiária, a política de idiomas, a administração financeira e a da moeda, dos tributos e dos fundos públicos. Não se concebe, então, uma moeda oficial sem a assinatura de um Estado Nacional.

“Moeda” é um termo que engloba conceitos distintos, mas inter-relacionados: pode tratar-se de um objeto metálico circular que levamos no porta-moedas, ou porta níqueis — na língua inglesa é *coin*; pode tratar-se, também, do padrão monetário de um Estado — ou união monetária —, *currency*, como o dólar, o euro ou o real. “Dinheiro” é um sistema de equivalência geral que serve para medir o preço das coisas, chamado, em inglês, de *money*.

Carlan e Funari (2022) buscaram várias referências para contar como a moeda teve — e ainda tem — papel significativo na construção da história das relações humanas. Além de esclarecer que o peso e as imagens impressas nas moedas seguem padrões, apresentaram conceitos sobre “equivalente geral” e “valor liberatório”. Podemos vislumbrar, muito além de sua função de troca econômica, que esses pequenos círculos metálicos representam ideias e práticas cotidianas de determinadas sociedades. Para eles, tanto em termos históricos como conceitualmente, tudo começa com a moedinha que está em nosso bolso: o meio de troca cotidiano (Carlan; Funari, 2012).

As moedas devem conter marcas, emblemas, símbolos e assinaturas do Estado que as emite. A garantia de valor, entretanto, trata-se de problema maior na política econômica. Podemos identificar, além do valor monetário, alguns valores simbólicos nas moedas. O Banco Central do Brasil (BCB) ([2022]) apresenta em seu site um histórico das moedas cunhadas no país. É possível identificar, observando as duas faces de várias moedas retratadas na publicação do BCB, como se alteraram, ao longo do tempo, o nome da moeda oficial brasileira, sua forma, o tamanho dos algarismos nela impressos e a imagem impressa no verso — a certa altura, passaram a representar a intenção de um Estado interessado em ostentar as riquezas do país (como agricultura, fauna, extração de petróleo, personalidades).

Assim como Lima (2011) e Symanski (2014), ressaltamos que atualmente os estudos de cultura material têm natureza transdisciplinar, com múltiplas perspectivas teóricas e grande riqueza epistemológica. A partir das pesquisas arqueológicas desses e de outros autores, podemos considerar as moedas um artefato arqueológico capaz de apresentar-nos relevantes informações sobre a produção material da humanidade passada e da contemporânea.

As moedas proporcionam-nos, obviamente, um conhecimento sobre a dinâmica social dos países que as cunham, e as informações nelas impressas variam entre os temas mais diversos, como homenagens a escritores, cientistas ou políticos, economia, natureza e muitos outros. Normalmente, as moedas que analisamos como artefatos arqueológicos são aquelas encontradas reluzentes em catálogos, coleções de numismatas ou itens de acervos de museus. Assim como não é comum encontrarmos carteiras com dinheiro no chão enquanto caminhamos pelas ruas da cidade, ou encontrar moedas — mesmo as de baixo valor monetário — dispostas no lixo, é raro encontrá-las também em um sítio arqueológico urbano. Parece que esse tipo de achado seria resultante do fator “sorte”. Não é científico contar com a sorte, contudo, em escavações arqueológicas. Embora o professor Hilbert (2016) tenha afirmado que em escavações é comum encontrarmos muitos objetos quebrados, estilhaçados e esquecidos, quando encontramos moedas em escavações arqueológicas, mesmo em aterros públicos de resíduos, estão intactas ou com poucas avarias, manchas e fraturas.

Com as moedas recolhidas nessas escavações encontramos também o valor explicativo de muitas vidas, visto que elas são fontes muito adequadas para entendermos aspectos relevantes de uma sociedade. Carlan (2014) ressaltou alguns aspectos estatais, políticos, jurídicos, religiosos e econômicos, dentre outros, impressos nessa materialidade, e Hart (2019) ensinou sobre uma “economia humana” criada pelo dinheiro e suas formas de circulação.

Os estudos sobre resíduos têm muitas raízes, como indicam Douglas (1966), Melosi (2005), Rathje (1979), Rathje e Murphy (2001) e Zimring (2015). Ao homenagear os estudos de William Rathje, Zimring (2015) cita, por exemplo, a variedade de abordagens sobre descartes de resíduos empreendidas por antropólogos, historiadores e analistas políticos, que tentam compreender o que, como e por que sociedades descartam materiais considerados inúteis ou perigosos. As abordagens sobre descartes incluem análises da criação e da expansão de resíduos industriais, desenvolvimento de infraestruturas como aterros sanitários, estações de tratamento de esgotos e surgimento e predomínio de estruturas de reciclagem, formais e informais.

O estudo interdisciplinar sobre resíduos e suas variadas formas de descartes desenvolvidos por William Rathje (Rathje, 1979; Rathje; Murphy, 2001) são contribuições duradouras, que usam a materialidade dos descartes e, com métodos arqueológicos, conduzem a pensamentos e novas perspectivas sobre as sociedades industriais.

Ao veicular nas moedas suas intenções sobre políticas econômicas, por meio de textos ou imagens, os Estados Nacionais expõem suas “mensagens” de cunho supostamente universais e acessíveis. Ao encontrá-las dispostas em aterros sanitários públicos, constatamos que essas materialidades e as mensagens nelas impressas não se degradam tão rapidamente como se pensa quando se decide usar aterros sanitários como técnica de apagamento de vestígios.

ESCAVAÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO DA BR-040, EM BELO HORIZONTE: MÉTODO DE TRABALHO

A pesquisa arqueológica no antigo aterro de Belo Horizonte, localizado no quilômetro 531 da BR-040 no sentido Brasília/DF, tinha como objetivo realizar uma pesquisa de arqueologia do lixo da capital mineira circunscrita à década de 1970. Para tal foram realizadas escavações em 2018 e 2019. A Figura 1 indica o local das escavações e uma visão aérea de parte do sítio.

Figura 1. Área escavada em 2018 (A1) e área escavada em 2019 (A2).



Fonte: Ferreira (2022).

Ao escavar um aterro público que recebia, em meados da década de 1970, 250 toneladas de lixo por dia, esperamos encontrar grandes quantidades de refugos do cotidiano, descartados propositalmente e de forma estruturada, segundo uma dinâmica administrativa e cultural própria de cada cidade.

Lima (1996) aponta-nos, especialmente nos seus estudos da cultura material do Brasil no século XIX, transformações globais capitalistas nas quais predominou um conjunto de princípios orientados em torno da disciplina e do controle e para as quais a ideologia da higienização foi importante. A higienização de corpos, que Lima (1996) relata de forma preciosa, leva-nos a pensar em como as práticas de dissimular odores e destruir dejetos é comum também em cidades com políticas de limpeza urbana desenhadas com o objetivo de destruir materiais descartados, seja de forma proposital ou acidental.

Os resíduos dispostos em aterros, se escavados posteriormente, estarão deslocados daqueles que os descartaram e em condições de preservação bastante deterioradas, além de conterem baixo potencial informativo. Não esperamos encontrar “pequenas coisas esquecidas”.¹ Lápides, instrumentos musicais, portas ou fragmentos de cerâmica obviamente não são vestígios procurados em um aterro de resíduos urbanos; mas, como Deetz (1977) nos ensinou, pequenos objetos desempenham papéis importantes na vida de indivíduos e, portanto, não devem ser menosprezados

¹ Tradução livre do título original do livro *Small Things Forgotten: The Archaeology of Early American Life*, de James Deetz, publicado em 1977.

em uma investigação arqueológica. Algumas coisas aparentemente pequenas, insignificantes e difíceis de serem encontradas em aterros públicos de grandes cidades acumulam histórias de vida que nos habilitam a pensar em intenções políticas de Estados e em indivíduos que perderam suas moedas ou as descartaram intencionalmente por não encontrarem nelas nenhum valor monetário ou simbólico.

Rathje (1979) e Rathje e Murphy (2001) detalharam os princípios centrais para pesquisarmos “diretamente no lixo”. Os autores afirmaram que os resíduos descartados pelas pessoas permanecem incrivelmente preservados e que podem falar de forma mais eloquente, informativa e verdadeira sobre suas vidas do que outros relatos. Nessa mesma linha, Melosi (2005) confirmou a durabilidade dos vestígios encontrados no lixo e alertou para a extensão do problema ambiental criado pelos resíduos nas cidades. Além disso, ele ressaltou os limites da responsabilidade individual versus a responsabilidade comunitária desse problema.

Olhar para nossos descartes de forma criteriosa é muito produtivo para obtermos um conhecimento da realidade, às vezes mais rentável que observar apenas registros escritos. Pesquisar diretamente no lixo, além de ser surpreendente, pelas características de preservação e de diversidade dos materiais, leva-nos a acessar algumas dimensões tecnológicas, morfológicas e estilísticas que poderíamos julgar ultrapassadas ou mesmo inexistentes. Aproxima-nos, sobremaneira, do entendimento de como esses artefatos representam elementos do cotidiano de todas as esferas da vida social.

A natureza material dos excessos de nossa época está perfeitamente retratada em uma escavação arqueológica de um aterro de resíduos sólidos urbanos: quantidades de resíduos que giram em torno de milhares de toneladas por dia, sendo compactadas em uma vala e recobertas por grossas camadas de terra e de entulho, para esconder os excessos da produção, do consumo e do descarte nas cidades (González-Ruibal, 2008). Nessas operações de aterragem e de apagamento de resíduos, aterram até dinheiro!

As escavações nessa pesquisa foram realizadas com máquina escavadeira da marca Komatsu, hidráulica, sob esteira, com lança de 5m e capacidade da carregadeira (caçamba) em torno de 200 quilos. A caçamba cortante foi usada em sua capacidade máxima, conforme informação do fabricante. Foram retiradas duas caçambas de material por nível estratigráfico, condicionados pela capacidade do local de limpeza e guarda. Estimamos a largura dos furos de retirada das amostras em torno de 1,5 a 2 metros, e a profundidade condicionada pela capacidade da lança da máquina de 5 metros (o maciço escavado tinha aproximadamente 6 metros de altura). A Figura 2 demonstra a primeira etapa de retirada do material inerte que recobria os resíduos — corte no maciço realizado com máquina e acesso aos sedimentos que apresentaram as primeiras alterações de cor.

Figura 2. Fase inicial da escavação: retirada da cobertura dos resíduos.



Fotografia: Vanúzia Amaral (2018).

Após a retirada do material nas escavações, eles foram previamente separados (Figura 3) para evitar misturas de estratigrafia. Nessa etapa observamos grandes blocos de materiais, aglomerados por sedimentos e compostos por matérias-primas distintas. Havia baixa probabilidade de encontrarmos materiais menores que 10 centímetros, especialmente considerando as formas de manipulação e de tratamento de resíduos em grandes aterros de cidades — destruição, compactação e cobertura com grossas camadas de resíduos inertes (entulho e terra e, em alguns casos, nas camadas mais profundas, argila para impermeabilização).

Figura 3. Resíduos escavados no Aterro Sanitário da BR-040, em Belo Horizonte: separação prévia.



Fotografia: Vanúzia Amaral (2018).

Logo após a separação prévia, encaminhamos resíduos para limpeza com água, conforme detalhe da Figura 4. Nos momentos de limpeza, constatamos a grande resistência desses materiais e encontramos as primeiras miudezas e os primeiros fragmentos não identificados. Ficou clara, nessa etapa, a necessidade do uso de luvas para manuseio do material escavado, de água corrente para retirada dos sedimentos impregnados nos resíduos e de escova de dentes para auxiliar na limpeza. Registramos a perda de pequenos fragmentos nesse momento.

Figura 4. Etapa de Limpeza: primeiro encontro de miudezas.



Fotografia: Vinicius Fiumari (2019).

As operações de limpeza e de triagem do material escavado demandaram bastante tempo e recursos para higienização, classificação e guarda. A quantidade de resíduos escavados e de sedimentos que estavam acoplados a esses resíduos foram da ordem de 800 quilos em cada escavação. Foi surpreendente encontrarmos, portanto, enlameados em sedimentos ou colados a algum resíduo plástico ou a papéis, moedas ou outros objetos de uso cotidiano, como botões, isqueiros e garfos. Alguns desses objetos estavam intactos e essa preservação leva-nos a refletir sobre descartes acidentais ou intencionais. A pesquisa arqueológica em aterros de lixo urbano nos faz trazer à tona coisas esquecidas e, normalmente, descartadas propositalmente. Esse movimento nos impele a pensar sobre a linearidade do tempo e em coisas preservadas ou fragmentadas como elementos de um discurso arqueológico.

A Figura 5 demonstra as especificidades e a delicadeza dos gestos necessários para limpeza das moedas.

Figura 5. Limpeza das moedas (uso de água e escova de dentes).



Fotografia: Vinícius Fiumari (2019).

Na Figura 6 estão na mesma imagem as faces das moedas de vinte centavos encontradas na escavação realizada em 2018. Podemos observar, ainda, apesar da limpeza, sedimentos de difícil remoção colados nas moedas. Estão bem visíveis, apesar disso, o valor, o ano de cunhagem — 1975 —, e as imagens de uma torre de petróleo, em uma das moedas, e a da efígie da república em outra.

Figura 6. Faces das moedas de vinte centavos encontradas na escavação de 2018.



Fotografia: Vanúzia Amaral (2018).

As Figuras 7 e 8 apresentam as moedas encontradas na escavação realizada em 2019 e mostram as faces nas quais estão cunhados os valores monetários (cinco, dez e vinte centavos) e os valores políticos (o texto “alimentos para o mundo” e a imagem de um boi na moeda de cinco centavos; a imagem representativa da siderurgia na moeda de dez centavos; e a da torre de petróleo nas moedas de vinte centavos). Os anos de cunhagem variam: 1969 o das moedas de cinco centavos, 1977 o da moeda de dez centavos, e 1977 e 1978 os das moedas vinte centavos.

Figura 7. Face (valor monetário) das moedas encontradas na escavação de 2019.



Fotografia: Vanúzia Amaral (2021).

Figura 8. Verso (efígie da República) das moedas encontradas nas escavações de 2019.



Fotografia: Vanúzia Amaral (2021).

Se encontrar moedas na rua ou em lixeiras é coisa difícil, em escavações arqueológicas em aterros de resíduos sólidos urbanos é quase impossível. Assim, não surpreende a admiração da equipe de trabalho ao exumá-las, procurando identificá-las e especular seu valor atual.

As oito moedas exumadas no projeto de escavação finalizado em 2023 compunham o maciço pesquisado na primeira fase de ocupação do sítio, formado entre 1975 e 1982. O colecionador Claudio André informou que, em 1975, foram cunhadas e colocadas em circulação 102.386 milhões de moedas (Cláudio..., 2019). Essas moedas tinham valores que variavam de um centavo até quinhentos cruzeiros. O Banco Central do Brasil ([2022]) publica, em seu site oficial, uma relação de todas as moedas que circularam entre 1970 e 1986, informando o padrão monetário que seguiu aquele do cruzeiro novo, de 1968.

Os resíduos são instrumentos capazes de contar nossas realidades, sem subterfúgios, e as moedinhas são um meio de refletir sobre o Brasil nesse período histórico recente. Mesmo sem valor monetário, elas indicam uma continuidade da história do país ao voltarem à tona pela escavação.

DINHEIRO NA MÃO É VENDAVAL E ENCONTRAR MOEDAS NO LIXO É BOM SINAL

A Figura 9 mostra que, apesar do método de escavação adotado — totalmente mecânico —, foi possível salvarmos artefatos pequenos (em torno de 2,5 centímetros e 4,80 gramas), em comparação com outros objetos exumados nas escavações. As moedas da escavação de 2018 (Figura 6) tinham valor impresso de vinte centavos de cruzeiro (Cr\$ 0,20) e foram cunhadas em 1975. Na escavação de 2019 encontramos seis moedas (Figura 7), duas de vinte centavos de cruzeiro

(Cr\$ 0,20), uma cunhada em 1977 e outra em 1978, uma de dez centavos de cruzeiro (Cr\$ 0,10), cunhada em 1977, e três moedas de cinco centavos de cruzeiro (Cr\$ 0,05), sendo duas cunhadas em 1969 e uma em 1975.

Figura 9. Moedas exumadas na escavação de 2019.



Fotografia: Vinícius Fiumari.

A quantidade de moedas de vinte centavos corresponde exatamente à metade numérica do lote de oito moedas (sendo duas da escavação de 2018 e duas da escavação de 2019). Todas têm a effigie da República em uma face e as intenções de demonstração de riqueza e de desenvolvimento na outra, onde estão gravadas torres de petróleo, indicando uma forma de desenvolvimento econômico adotada pelo Estado nesse período.

A moeda de dez centavos, cunhada em 1977, apresenta a indústria siderúrgica como outra forma de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado brasileiro.

As moedas de cinco centavos apresentam uma alteração significativa na cunhagem em apenas seis anos: as duas moedas cunhadas em 1969 apresentam a effigie da República, em um lado, e o valor monetário no outro; a moeda cunhada em 1975 inclui a mensagem, gravada em letras maiúsculas, “alimentos para o mundo” e a figura de um boi.

Nas moedas, observamos principalmente intenções e ações de Estados. Normalmente os governos estão interessados em construir imagens relacionadas à riqueza variada, como petróleo, indústria siderúrgica e alimentos para o mundo. Quando emitem moedas, as motivações políticas e econômicas de Estados se tornam ainda mais evidentes quando observados a cronologia e o volume das cunhagens. Silva (2022), por exemplo, refere-se a oficinas de produção monetária, em grande parte das cidades antigas, como ações intermitentes. Algumas autoridades optavam, eventualmente, por cunhar novas moedas e colocá-las em circulação em tempos de guerras e de realização de gastos públicos elevados.

O autor considera as economias antigas complexas, operando em variados sistemas monetários e escalas, demarcados mediante metais, tipos numismáticos e padrões; mas essa pluralidade sobre

emissão de moedas não inibiu o comércio nem as formas não monetárias de dinheiro. Thiago Silva (2011a, 2011b) e Mateus Silva (2022) esclarece ideologias de governos impressas em papel moeda. Especificamente sobre o regime militar, o autor cita vários exemplos, entre os quais merece realce a cédula de 5 mil cruzeiros, emitida em 1981, que homenageava o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro “presidente” do regime, entre 1964 e 1967. Parece claro que aquelas cédulas fizeram uma “exaltação” do regime militar.

Conectar as iconografias das moedas com intenções do governo militar brasileiro, que queria impor uma imagem de progresso industrial e agropastoril, não é propriamente uma novidade. Ao aproximar discursos políticos e mensagens em papel moeda, parece que o governo brasileiro, nesse período histórico, utilizou-se também de uma política da Organização das Nações Unidas (ONU) de combate à pobreza e eliminação da fome. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization [FAO]), que conta com escritório no Brasil desde 1949, lidera esforços internacionais da ONU para derrotar a fome no mundo, promovendo o desenvolvimento agrícola, possibilitando a todos a melhoria nutricional e a segurança alimentar.

Em 1968, a FAO iniciou um projeto visando emitir moedas com o tema da produção de alimentos e obteve a adesão de mais de 20 países. Cada um retratou a cultura alimentícia do seu país, e o Brasil emitiu moedas temáticas em 1975, 1985 e 1995 (FAO, [2024]). O site *Caravelas Coleções* (Moedas FAO..., 2019) mostra a moeda de um centavo de cruzeiro (cunhada em 1978) exibindo açúcar, moedas de dois centavos exibindo soja (cunhadas em 1977), e a moeda de cinco centavos de 1976 com a imagem de um boi e a palavra “carne”. Gonçalves (2020) apresenta oito moedas brasileiras emitidas em virtude da campanha da FAO “Alimentos para o Mundo”: os alimentos cunhados são açúcar, soja, carne e café. A moeda que encerrou essa série é a de 25 centavos, que trazia a mensagem “alimentos para todos” e a imagem de um lavrador cuidando de uma planta. Em 2008 a FAO comunicou o fim desse programa e, embora se ressalte essa boa iniciativa, não se encontram avaliações sobre a campanha.

Almeida, Silva e Braga (2011) informam sobre o comércio do café brasileiro. Nessa economia específica não vimos grandes transformações ao longo de séculos. Os autores citam o café verde como um dos produtos agrícolas de maior relevância no comércio internacional. O Brasil é o maior produtor mundial, e em 2007 suas exportações de café verde corresponderam a 30,55% do total mundial. Podemos pensar, assim, no exemplo do café como “alimento para o mundo” ou como uma economia ou moeda que alimenta poucas pessoas ou corporações?

Schallenger e Schneider (2010) analisaram as formas de desenvolvimento econômico do país, tomando como referência as políticas agrárias e agrícolas da era Vargas e do Regime Militar após 1964. Para os autores, esse período histórico foi marcado por metas de integração territorial e por expansão das fronteiras agrícolas, em vista da expansão do mercado interno. Eles citaram a implementação, a partir de 1964, de um modelo desenvolvimentista fundado na política agroexportadora, levado a cabo pelo governo militar. Bellingieri (2005) também analisou as políticas econômicas do regime militar brasileiro iniciado em 1964. Apontou que no ano de 1979 o governo militar implementou políticas para repetir o “milagre econômico” do início do regime: o ministro Delfim Netto retornou para o governo (havia liderado o Ministério da Fazenda de 1967 a 1974), assumindo o Ministério do Planejamento e do Orçamento (entre 1979 e 1985), e promoveu, entre outras medidas, uma maxidesvalorização do cruzeiro em 30%, o que atrairia dólares para o país. Essa medida gerou inflação de 110%, em 1980, muita especulação e crescimento da dívida pública, segundo Bellingieri (2005).

Tendo em vista essa desvalorização, podemos concluir que não é surpreendente encontrar dinheiro aterrado como lixo urbano. Quando pensamos em moeda desvalorizada, podemos imaginar moedas e cédulas esquecidas em fundos de gavetas ou de cofres. Algumas podem, de fato, virar lixo mesmo antes de serem descartadas. As motivações para o descarte, entretanto, ainda podem ser questionadas: displicência, esquecimento ou refugo proposital?

O BCB publicou, em 2004, uma cartilha chamada *Dinheiro no Brasil*, em que informava que entre 1967 e 1970 a moeda corrente no país era o Cruzeiro Novo (NCr\$), e que entre 1970 e 1986 o nome da moeda voltou a ser cruzeiro (Cr\$) (BCB, 2004). Apenas entre 1970 e 1994 — quando o real, atual moeda brasileira, começou a circular — o Brasil trocou o nome de sua moeda oficial seis vezes (Zanatta, 2022). Essas medidas políticas, chamadas de “políticas econômicas”, alteram sobremaneira a rotina das pessoas que utilizam o dinheiro para as atividades mais triviais, como pagar pelo transporte público, tomar um café em uma lanchonete, ou para outras mais complexas, como a aquisição de terras, objetos de arte, grandes investimentos, entre outras.

Carlan e Funari (2012) explicaram que, logo depois da Primeira Guerra Mundial, o sistema bancário diminuiu a emissão de moedas de ouro e de prata, e que após a Segunda Guerra Mundial essa produção cessou completamente. Ouro ou prata são usados, atualmente, apenas em ocasiões especiais — a moeda comemorativa dos cem anos do presidente Juscelino Kubitschek foi cunhada em prata, na Casa da Moeda do Brasil, em 2002; a moeda comemorativa dos quinhentos anos da “descoberta da América” foi cunhada em prata em 1992. A validade da moeda como objeto arqueológico exige, assim, uma complexa análise da emissão, do número de peças cunhadas, da amplitude de sua circulação econômica e do tempo durante o qual ela circulou. Ainda segundo Carlan e Funari (2012), não podemos esquecer a vinculação das moedas antigas aos limites administrativos, isto é, as moedas funcionavam como meio de troca apenas em limites territoriais bastante restritos.

Hoje ocorre exatamente o contrário na circulação de moedas. Mendes e Nascimento ([199-]) ensinaram sobre a evolução do conceito de moeda de metalista — quando a moeda tinha valor intrínseco ligado ao metal com o qual era cunhada — para a concepção estatal da moeda. Segundo os economistas, atualmente a moeda é um título de poder liberatório emitido pelo Estado, com força de lei e aceitação obrigatória para quitar débitos.

As intenções políticas do governo militar, veiculadas nas impressões feitas nas moedas, estão claras. Parece óbvio que as moedas são protagonistas de uma política governamental que gerou inflação, foram desvalorizadas e, por isso, destinadas à lixeira pública da cidade. Como artefato arqueológico, revelam de forma muito bem preservada histórias e práticas do passado recente.

Ao fazermos as moedas circularem, fazemos as intenções políticas do Estado circularem também por meio das mensagens nelas impressas. Essas mensagens refletem parte de nossas heranças culturais e retratam formas de desenvolvimento social e econômico que deixaram vestígios duradouros. Somos, portanto, agentes da história. Eis a importância da reflexão sobre as mensagens veiculadas em cédulas e moedas.

A expressão “dinheiro na mão é vendaval” leva-nos a pensar na volatilidade de certas materialidades, inclusive do dinheiro em cédulas de papel ou moedas metálicas. O vendaval pode ser, também, o resultado de políticas adotadas por governos autoritários, que não se constrangem em empobrecer aqueles já pobres e, ainda, em adotar medidas como censura e destruição do meio ambiente.

O breve período histórico que pudemos observar nas moedas — entre 1969 e 1978 — foi marcado por políticas nefastas para determinados grupos da sociedade brasileira, que foram torturados por se oporem ao regime político, tiveram seu direito ao voto direto cassado, sofreram degradação de condições de trabalho, viram aumentar a desigualdade social e avançar violentamente a “fronteira” agropecuária, e assistiram à censura à imprensa e a determinadas manifestações artísticas, para citar apenas alguns exemplos de destruição de liberdades democráticas.

Campos (2012) retornou a debates sobre questões de memória e da necessidade de reparação dos crimes cometidos na ditadura brasileira iniciada em 1964. A reparação diz respeito a pagamento de indenizações às pessoas que sofreram tortura ou exílio ao longo do regime militar, por exemplo. O autor problematizou o ônus financeiro das indenizações resultantes desses processos recaírem “apenas” sobre o Estado. Não há incriminação de torturadores, de militares que cometeram as atrocidades e de empresários que financiaram a repressão e enriqueceram com o regime.

Concomitantemente aos graves problemas não resolvidos detectados por Campos (2012), encontramos nas moedas analisadas referências a intenções políticas e econômicas e a lembrança de um tempo histórico específico, indicado pela energia baseada na extração de petróleo e no investimento industrial baseado em siderurgia. Observamos, também, a repetição de modelos econômicos e dos efeitos dessas escolhas políticas.

O passado que encontramos nessas moedas não passou. Ainda somos os herdeiros de modelos de desenvolvimento econômico que mantêm a riqueza concentrada nas mãos de poucos. Quando lemos a mensagem “alimentos para o mundo” ou visualizamos reluzentes torres de petróleo, restamos indagar quem acessou ou ainda acessa os frutos de toda essa riqueza cunhada nas moedas — artefatos pequenos, nos quais estão gravadas duradouras mensagens, sem intermediários, sem rasuras, sem fragmentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dinheiro na mão é vendaval para uns e obsessão para outros. Pode ser “coisa do diabo”, e se traz felicidade, como saber? É algo que guardamos, independentemente do que está cunhado na cara ou na coroa da moeda metálica. Destroí as distâncias, é impessoal e faz-nos repensar as desigualdades. Qualquer um, em qualquer classe social, poderia comprar um automóvel no valor de 200 mil reais, por exemplo — bastaria possuir esse valor em dinheiro. Essa mediação impessoal com o mercado é um atributo importante do dinheiro. A despeito disso, existem representações simbólicas no dinheiro que não alcançamos. Ele pode equalizar situações (todos podem comprar o automóvel), mas esconde desigualdades. Não sabemos o itinerário de cada indivíduo para que acumule o montante suficiente para comprar esse bem.

Como um representante da sociedade política, a moeda representa o Estado e sua confiabilidade. É indispensável para as trocas atuais, sejam em espécie ou em operações digitais que usem o sistema financeiro. O dinheiro é uma materialidade que propicia a compreensão das relações da vida em comunidade; entretanto ele não é a vida social, como afirmam alguns autores. Ao lermos as mensagens e as imagens cunhadas nas moedas, detectamos informações sobre intenções políticas do governo de determinado período histórico. Não sabemos tudo sobre governos apenas analisando cunhagens em moedas, mas podemos afirmar que as moedas são materialidades “falantes”. Nelas estão retratados governantes, cientistas, elementos da flora, fauna, cultura alimentar e outros.

Ao pensarmos em moedas dispostas em aterros públicos de resíduos sólidos urbanos, em qualquer cidade, ocorre-nos refletir sobre intenções a respeito do descarte e de possibilidades de perceber uma “memória do cotidiano” por meio desses artefatos tão usados em nossas rotinas. As moedas encontradas nas escavações do antigo aterro sanitário de Belo Horizonte levaram-nos ao encontro de “documentos” da história recente do país e a rememorarmos ideais como “o celeiro do mundo”, ao visualizarmos figuras de bois e a mensagem da oferta de “alimentos para o mundo” de forma explícita. Encontramos moedas de baixo valor monetário, pouco peso, mas muitos louvores à República, além das indicações de formas de desenvolvimento econômico como industrialização via siderurgia e exploração de petróleo como recurso energético estratégico.

Usar moedas para pensar nas representações nacionais referentes à Ditadura ou à Redemocratização e nos modelos econômicos adotados faz-nos entender também dimensões tecnológicas, morfológicas e estilísticas de artefatos que se transformam de comuns a raros, de acordo com a mudança de governos. Esses artefatos representam elementos do cotidiano de todas as esferas da vida social e indicam a análise dos nossos descartes como fonte de pesquisa muito fértil. Dinheiro descartado, seja acidentalmente ou intencionalmente, remete-nos à reflexão desse fenômeno como o ponto final de uma história que, certamente, envolveu práticas cotidianas de trocas comerciais, de quantidades, intenções políticas e heranças culturais.

Se não podemos estudar os deuses e ignorar suas imagens, também ao analisar artefatos como moedas encontradas no lixo público de uma grande cidade não podemos deixar de pensar nessa materialidade como uma relevante criação humana. A despeito de alterações rápidas sobre seu uso e valor, a moeda funciona como um intermediário entre pessoas, mercados e Estados; indica direções políticas e econômicas, leva-nos a entender sobre valor e não valor; faz-nos ver seus dois lados, com uma tentativa de compreender algo além do que está simplesmente gravado em sua superfície. É, como vimos, um meio de troca cotidiano que diz respeito a muito mais do que simplesmente o preço das coisas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o incentivo e sugestão do Professor Luis Cláudio Pereira Symanski sobre a ‘escolha’ de alguns materiais exumados durante as escavações realizadas no aterro sanitário de Belo Horizonte/MG em 2018 e 2019 para serem analisados individualmente, como itens da coleção. Escolhi as moedas, primeiramente, mas estou sempre pensando que poderia ter escolhido outros. Agradeço, rotineiramente, a leitura atenciosa das professoras Maria Jacqueline Rodet e Giselle Fontana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fernanda Maria de; SILVA, Orlando M. da; BRAGA, Marcelo José. O comércio internacional do café brasileiro: a influência dos custos de transporte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 49, n. 2, 2011.
- AMARAL, Vanúzia Gonçalves. *Arqueologia do lixo de Belo Horizonte em meados da década de 1970: o aterro da cidade indica um passado que não passa, vidas breves e fragmentos duráveis*. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/54695>. Acesso em: 24 maio 2023.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Moedas produzidas. *Gov.br*, [2022]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/moedasemitidas>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Secretaria de Relações Institucionais. *Dinheiro no Brasil*. 2. ed. Brasília, DF: BCB, 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/Cartilha_Dinheiro_no_Brasil.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BELLINGIERI, Júlio César. A economia no Período Militar (1964-1894): crescimento com endividamento. *Revista Hispeci & Lema*, v. 8, 2005. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.
- CAMPOS, Pedro Henrique P. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.
- CARLAN, Cláudio U. Arqueologia, arte e história: a numismática a serviço do Estado. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n. 21, 2014. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2021%20-%20artigo%201.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- CARLAN, Cláudio U.; FUNARI, Pedro Paulo A. *Moedas: a numismática e o estudo da história*. São Paulo: Annablume, 2022.
- CLÁUDIO André Coleções. Moeda de 20 Centavos Ano 1975. *YouTube*, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4xmrF_eOQyE. Acesso em: 22 dez. 2021.
- DEETZ, James. *Small Things Forgotten: The Archaeology of Early American Life*. New York (US): Anchor, 1977.
- DINHEIRO. *Conceito de.*, [2023]. Disponível em: <https://conceito.de/dinheiro>. Acesso em: 14 jun. 2023.

- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa (PT): Edições 70, 1966.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. About. *FAO*, [2024]. Disponível em: <https://www.fao.org/about/abou-fao/en/>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- GOMES, Ângela de C.; KORNIS, Mônica A. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O OUTRO LADO DA MOEDA”, 2001. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/bf9e79c0-61fa-491d-aeda-a21c09cc097f/content>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. *Current Anthropology*. v. 49, n. 2, 2008.
- HART, Keith. O dinheiro é como aprendemos a ser humanos. *Sociologia e Antropologia*, v. 9, n. 3, 2019.
- HILBERT, Klaus. *Ossos do ofício*. Curitiba: Prismas, 2016.
- LIMA, Tânia A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais*, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.
- LIMA, Tânia A. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 2, n. 3, 1996.
- MELOSI, Martin. Introduction. In: MELOSI, Martin. *Garbage in the Cities: Refuse Reform and the Environment*. Pittsburgh (US): University of Pittsburgh Press, 2005a. p. 1-16.
- MELOSI, Martin. One Out of Sight, Out of Mind: The Refuse Problem in the Late Nineteenth Century. In: MELOSI, Martin. *Garbage in the Cities: Refuse Reform and the Environment*. Pittsburgh (US): University of Pittsburgh Press, 2005b. p. 17-41.
- MENDES, Antônio; NASCIMENTO, Edson B. Estudo de direito monetário: a moeda e suas funções; obrigações monetárias; estipulação e indexação de obrigações monetárias. *Revista de Direito Mercantil*, n. 84, [199-]. Disponível em: http://www.gustavofranco.com.br/uploads/files/Mendes_Nascimento.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.
- MOEDAS FAO no Brasil. *Caravelas Coleções*, 2019. Disponível em: <https://blog.caravelascolecoes.com.br/moedas-fao-no-brasil/>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- NUNES, Maurício S.; SILVEIRA, Jaylson Jair da. *Economia monetária*. 2013. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194946>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- PAGAMENTO. *Conceito de*, [2023]. Disponível em: <https://conceito.de/pagamento>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- RATHJE, William. *Advances in Archaeological Method and Theory*. New York (US): Springer, 1979. v. 2. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i20170139>. Acesso em: 27 maio 2023.
- RATHJE, William; MURPHY, Cullen. *Rubbish: The Archaeology of Garbage*. Tucson (US): The University of Arizona Press, 2001.
- SARAIVA, Luiz Fernando (org.). *Economia e estilo de vida: reflexões da história sobre teoria, metodologia e objetos*. São Paulo: Hucitec, 2022. p. 476-509. Disponível em: <https://hal.science/hal-03859855v1/document>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial: ações de governo e dinâmica do capital. *Sociologias*, v. 12, n. 25, 2010.

- SILVA, Mateus M. A. da. Moedas e história econômica: o testemunho numismático como ferramenta para o estudo das economias helenísticas. *In: MORAES, A.; SARAIVA, Luiz Fernando. São Paulo: Hucitec, 2022.*
- SILVA, Thiago S. da. Dinheiro e a circulação de ideologias geográficas na Ditadura Militar Brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 19., 2021. Anais [...].* Campina Grande: Realize, 2021a. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78490>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- SILVA, Thiago S. da. *Iconografia do papel moeda brasileiro, da Ditadura à Redemocratização: ideologias geográficas, projetos de Estado e composição intertextual (1972-1994)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021b.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. Arqueologia – antropologia ou história?: origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras*, v. 2, n. 1, 2014.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: Editora UnB, 2015. v. 2.
- ZANATTA, Pedro. Para combater inflação, Brasil já passou por seis trocas de moeda; entenda. *CNN Brasil*, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/para-combater-a-inflacao-brasil-ja-passou-por-seis-trocas-de-moeda-entenda/>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- ZIMRING, Carl A. The Happiest of Finds: William L. Rathje's Influence on the Field of Discard Studies. *Ethnoarchaeology*, v. 7, n. 2, 2015.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTIGO

UM CACHIMBO DO QUINTAL: FIGURAÇÕES, ESPAÇOS E SUJEITOS EM UMA UNIDADE DOMÉSTICA OURO-PRETANA, MINAS GERAIS

Leonardo Klink*

RESUMO

Com esta proposta, pretendo revisitar as figurações disseminadas pelos cachimbos presentes na coleção do Museu da Inconfidência de Ouro Preto/MG, tidas na arqueologia como “barrocas”. Esta ampliação de amostras será relacionada aos elementos presentes no fragmento de um cachimbo de argila clara, encontrado no quintal de uma unidade doméstica setecentista ouro-pretana. Ao explorar a suposta manifestação do universo barroco-rococó nos fornilhos selecionados para esse exercício, busquei somar à análise a investigação dos referenciais dos agentes que podem ter portado e utilizado o vestígio ainda como cachimbo, como sua relação de descarte com os espaços ao fundo do sobrado geminado de onde foi escavado.

Palavras-chave: cachimbos de barro; Ouro Preto/MG; unidade doméstica.

*Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn-UFGM). E-mail: leonardoklink@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7932-5446>.

A PIPE FROM THE BACKYARD: FIGURATIONS, SPACES, AND SUBJECTS IN A HOUSEHOLD LOCATED IN OURO PRETO, MINAS GERAIS

ABSTRACT

With this proposal, I intend to revisit the elements disseminated by the pipes in the collection of the Museu da Inconfidência in Ouro Preto, Minas Gerais, considered in archaeology as “baroque.” This broadening of samples will be related to the elements of a clay pipe fragment, found in the backyard of an 18th century household unit in Ouro Preto. By exploring the supposed manifestation of the baroque-rococo universe in the artifacts selected for this exercise, I sought to add to the analysis the investigation of the references of the agents who may have carried and used the artifact still as a pipe, such as their discarding relations with the spaces at the back of the two-storied house where it was excavated.

Keywords: clay pipes; Ouro Preto/MG; household.

UNA PIPA DEL PATIO: FIGURACIONES, ESPACIOS Y SUJETOS EN UNA UNIDAD DOMÉSTICA DE OURO PRETO, MINAS GERAIS

RESUMEN

En esta propuesta, pretendo visitar las figuraciones difundidas por las pipas presentes en la colección del Museo de la Inconfidência de Ouro Preto, Minas Gerais (Brasil), consideradas como “barrocas” por la arqueología, para relacionarlas con los elementos presentes en el fragmento de una pipa de arcilla, que había sido encontrada en el patio de una unidad doméstica de Ouro Preto del siglo XVIII. Al explorar la supuesta manifestación del universo barroco-rococó en las pipas seleccionadas para este ejercicio, traté de incluir en el análisis el estudio de las referencias de los agentes que pudieron portar y utilizar la pipa, como su relación de disposición con los espacios en la parte trasera de la casa donde fue excavado el material.

Palabras clave: pipas de arcilla; Ouro Preto/MG; unidad doméstica.

INTRODUÇÃO

Fragmentos de cachimbos estão entre os artefatos mais representativos dos sítios arqueológicos históricos, embora tendem a aparecer em baixas quantidades nas escavações. Podem ter sido manufaturados em diversos formatos, conter acabamentos diferenciados e assumir diversas cores a partir do aspecto de diferentes matérias-primas e dos processos de suas queimas. Suas hastes podem ser longas ou curtas, integradas ao forninho ou à parte deles. Podem apresentar elementos geométricos, antropomorfos e fitomorfos como baixos ou altos-relevos, além de siglas/marcas de fabricantes ou ainda outras marcações derivadas de regionalismos. Fatores que variam de peça para peça conforme o público-alvo a quem seriam destinados ou adquiridos séculos atrás.

Ao me interessar neste artigo pelas escolhas e acessos da população de Vila Rica aos cachimbos categorizados de maneira êmica como de “barro” entre os séculos XVIII e XIX, pretendo exercitar o potencial informativo e interpretativo partindo do fragmento de um forninho de cachimbo em argila clara, oriundo do quintal de uma unidade doméstica situada na Rua Direita (atual Rua Conde de Bobadela) de Ouro Preto/MG, durante uma série de intervenções que a propriedade recebeu desde meados da década passada. Este sítio vem sendo explorado por mim enquanto projeto de pesquisa do doutorado e obteve a atenção da mídia há alguns anos por conter uma singularidade em relação a outras unidades domésticas deste período, circunstância que se relaciona à presença de raros vestígios gráficos em um mural em argamassa no subsolo que podem ou não ser atribuídos à agência africana ou afro-brasileira.

Em uma das reportagens e entrevistas sobre esse imóvel e seus grafismos, um dos proprietários deduziu e relatou brevemente que a agência africana estaria envolvida na confecção dos desenhos e das “cenas africanas” justamente por ter sido encontrado no local um cachimbo que seria típico de negros africanos (Werneck, 2019). Portanto, ao considerar os contextos entre o próprio ambiente do subsolo e a arquitetura setecentista, não me ateei às propriedades do tabaco e seus usuários e às diversidades dos fumos existentes outrora, visto que minha delimitação visa explorar somente o quanto um pequeno objeto cerâmico, cruzado e combinado também ao aporte documental e à materialidade do painel e suas gravuras, pode informar sobre os hábitos e os acessos a recursos por parte de alguns dos indivíduos que fizeram deste sobrado entre os séculos XVIII e XIX, local de morada, de socialização e de criatividade.

Para isto, me atenho principalmente em acrescentar às investigações a coleção de fragmentos de cachimbos do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e seus respectivos metadados informativos, a fim de identificar neste entre os acervos locais e digitais mais acessíveis, categorias morfológicas e padrões figurativos *eticamente* categorizados como “barrocos”, semelhantes aos detectados no fragmento do sítio que focalizarei, estabelecendo comparações e estimulando diálogos com pesquisadores que se depararam com vestígios semelhantes em contextos análogos. Tal destaque e integração deste acervo local ao artigo visou também amparar um futuro mapeamento da dispersão dos padrões “barrocos”, seja por pesquisadores interessados principalmente na temática a níveis nacionais ou regionais.

Além do mais, se o barroco mineiro adentrou não somente as esferas domésticas por meio de diversos suportes, qual seria a relevância de sua presença em suportes frágeis e de valores mais baixos do que os mesmos objetos produzidos em materiais mais bem avaliados? Aliás, seria possível correlacionar a posse e uso deste objeto a algum dos proprietários ou pessoas escravizadas que não somente habitaram a residência, mas que se apropriaram do subsolo, de suas paredes e dos fundos da residência para a reprodução de práticas de lazer em meio às árduas rotinas e tarefas?

CACHIMBOS EM BARRO, CACHIMBOS DE ESCRAVOS?

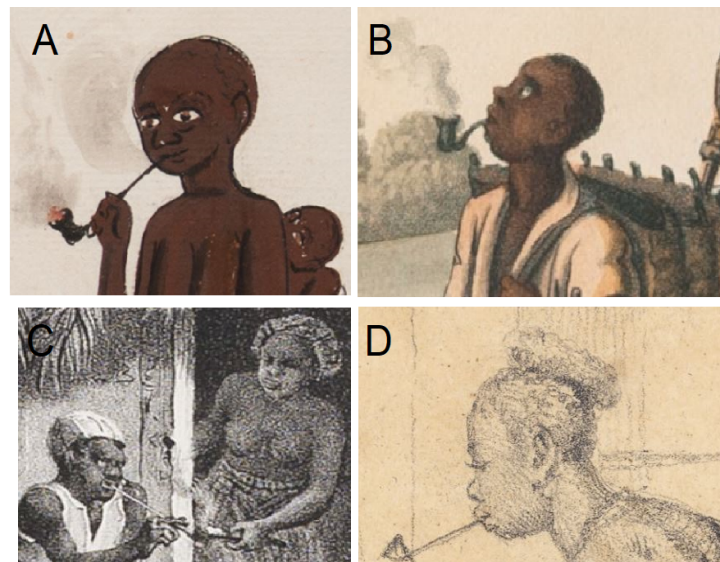
Em algumas conversas nas ruas e becos com alguns dos moradores da cidade de Ouro Preto, foi relatado que além de fragmentos de louças, os cachimbos estão entre os objetos mais encontrados durante reformas e restaurações das casas, surgindo nos quintais quando as ferramentas de roçar os desaterram. Segundo esses proprietários de imóveis, encontrar “cachimbos de escravos” é algo comum.

Enquanto alguns desses objetos podem ser vistos expostos compondo acervos de museus locais, outros sequer veem a luz do sol novamente, ficando trancafiados nas gavetas com outras quinquilharias ou exibidos em prateleiras em meio às coleções particulares, após serem adquiridos em lojas de antiquários de Ouro Preto por algumas notas de três dígitos.

Esses cachimbos têm em comum principalmente a falta de conhecimento acerca de suas procedências. Eles são geralmente retirados de seus irrecuperáveis contextos sem o menor cuidado, situação à qual o sítio da Rua Direita se diferencia — ao menos em partes —, pois a procedência do artefato é conhecida, mas suas relações stratigráficas e cronológicas com o solo do quintal onde esteve depositado por séculos perderam-se após uma reforma no imóvel.

Como mencionado anteriormente, a disseminação de informações provenientes do imaginário popular e do senso comum leva essas peças muitas vezes a serem comercializadas e/ou classificadas como “cachimbos de escravos”. Segundo a arqueóloga Camilla Agostini, alguns dos motivos que corroboram essa atribuição direta e precoce se baseiam na literatura, nas descrições e nas interpretações dos olhares de europeus aos cotidianos no Brasil escravista materializados sugestivamente nas aquarelas, além dos pré-conceitos às influências míticas, fantásticas, alegóricas e sagradas, como os casos do Saci e do Preto Velho (Agostini, 2018, p. 11-12).

Figura 1 Pormenores de gravuras, negros fumando.



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

A: “Escravos nas Ruas do Rio de Janeiro”, c. 1814, Joaquim Cândido. B: “Largo da Glória”, c. 1822, Henry Chamberlain. C: “Habitation de nègres”, c. 1835, Rugendas. D: “Slave Labour”, c. 1825, Charles Landseer.¹

¹ No intuito de preservar os termos e as expressões retiradas das documentações produzidas ao longo dos séculos XVIII e XIX consultadas, optei por reproduzi-las mantendo suas grafias, destacando-as com aspas e itálico no decorrer do corpo do texto.

O contexto arqueológico desses vestígios e alguns dos tipos específicos de elementos figurativos possibilitaram aos arqueólogos desenvolver hipóteses acerca de suas confecções e seus usos, relacionando-os em alguns casos a grupos étnicos africanos e afro-brasileiros, suspeita levantada no Brasil primeiramente por Tânia Andrade Lima, Mariana Cristina O. Bruno e Marta P. R. Fonseca (1993, p. 187-189). Ao que indicam alguns autores, algumas marcas incisas estariam relacionadas com as escarificações “tribais” de origens africanas que, além de motivos decorativos, vinculavam-se a um modelo sutil e silencioso de estratégias de resistências cotidianas e manifestações de referenciais étnicos e identitários a partir de recursos criativos inseridos em novos suportes (Agostini, 1998; Almeida, 2022; Lima; Bruno; Fonseca, 1993; Manfrini, 2021; Souza; Agostini, 2012).

Além de escarificações, Souza e Agostini descreveram outras duas variedades de marcas corporais oriundas do território africano: as tatuagens e as queloides (Souza; Agostini, 2012). Estas podem ser encontradas distribuídas tanto em hastes, em forninhos, em cotovelos de cachimbos quanto em recipientes cerâmicos, em máscaras e em esculturas. Já a variabilidade nos padrões e estilizações podem ser compostas de linhas unitárias ou enquanto conjuntos delas paralelas, horizontais, perpendiculares, em zigue-zague, em frisos, em pontilhados, como cruciformes entre outras variedades incisas, excisas, modeladas, moldadas e escavadas.

Além dos registros iconográficos produzidos entre os séculos XVIII e XIX, a posse de cachimbos por escravizados pôde ser detectada em alguns jornais tipografados em Ouro Preto na segunda metade do século XIX, veículos também trabalhados por Hissa (2020, 2022) em outras localidades e regiões. Nestes anúncios de buscas e recompensas, informações e descrições pejorativas e minuciosas detalhavam alguns dos traços de personalidade, as habilidades manuais, os trejeitos, as estaturas, os atributos físicos marcantes e os hábitos daqueles negros que contestavam suas situações pela fuga, sendo a frase “*uza fumar em cachimbo*” comum a estes anúncios (O Liberal de Minas, 1868, p. 3; Orgão do Partido Conservador, 1884, p. 4). O motivo destas descrições era facilitar o reconhecimento e, então, devolver uma “mercadoria humana” a aquele que era seu proprietário por direito, legalmente (Figura 2).

Figura 2. Anúncios de recompensas em jornais mineiros.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

À esquerda: O Liberal de Minas, 1868, p. 3. À direita: Orgão do Partido Conservador, 1884, p. 4.

O memorialista campanhense Francisco de Paula Ferreira de Rezende registrou em suas memórias alguns dos costumes das sociedades de Minas Gerais, da Corte Fluminense e de São Paulo entre as décadas de 1830-1880. Pelo que pôde observar no decorrer de suas vivências, o cachimbo foi considerado como o verdadeiro “vício” entre os escravizados, sobretudo dos mais velhos (Rezende, 1987, p. 212). Aliás, Ferreira de Rezende chamou atenção a uma outra modalidade do hábito de fumar difundida principalmente entre os africanos, maneira a qual valia-se de uma erva em particular desfrutada como um cigarro:

O cachimbo que um pouco por exceção era encontrado aqui e acolá, era o verdadeiro vício dos escravos e sobretudo dos escravos velhos; havendo ainda alguns africanos que em vez do fumo, fumavam o pango, que é uma erva que existe em nossos matos e que parece eles fumavam sem ser em cachimbo. Pelo menos um que eu vi fumar, o enrolou em uma folha a que ele deu a forma de um funil; pos-lhe fogo; e segurando ou amparando com a mão aquele cachimbo de nova espécie, ele ia tirando baforadas muito maiores talvez do que aquelas que se tiram no pito (Rezende, 1987, p. 212).²

Scott Allen reforça que ao serem encontrados fragmentos de cachimbos nos mais diversos contextos, associa-se suas posses à influência africana e afro-brasileira, mas que, no entanto, não é possível descartar a hipótese do uso desses pitos por outros indivíduos inseridos em segmentos sociais alternativos, os quais também compunham esses sistemas sociais, como homens e mulheres livres e forros de poderes aquisitivo mais baixos, desclassificados, comerciantes, caixeiros, artesãos, quitandeiras etc. (Agostini, 2018, p. 12-13; Allen, 2016, p. 100; Hissa, 2020, p. 56).

Após localizarem alguns exemplares de cachimbos “barrocos” no sítio Aldeia em Santarém, Symanski e Gomes (2012) descreveram duas situações em que a camada senhorial foi mencionada supostamente usufruindo destas peças em barro, algo que realçou a ambiguidade e práticas de reapropriação por indivíduos de referenciais sociais e identitários distintos:

Florence, ao visitar a região de Chapada dos Guimarães (MT), em 1827, descreveu uma senhora de engenho que passava os dias fumando um longo cachimbo, em tudo similar aos usados pelos escravos. Aluísio Azevedo (1857-1913), em seu livro *O Mulato*, faz diversas alusões ao uso de cachimbos de barro pela camada senhorial maranhense, sobretudo os senhores de engenho e fazendeiros, como era o caso de Sebastião Campos, que permanecia na sua rede “...durante horas esquecidas, em ceroulas fumando o seu cachimbo de cabeça preta, fabricado na província”; de dona Maria Bárbara, uma velha maranhense de ascendência portuguesa criada na fazenda, que fumava um “enorme cachimbo de taquari do Pará” (Azevedo, [19--], p. 62-63; Florence, 1977, p. 109-110 *apud* Symanski; Gomes, 2012, p. 81).

O arqueólogo Marcony Lopes Alves destaca também um trecho de um relato da década de 1810 que envolveu a utilização destes cachimbos, no qual além de homens e

² Segundo Soares e Honorato (2019, p. 58), o “pango” seria nada mais do que um termo empregado ao se referir à *Cannabis sativa* de origem asiática, cultivada e comercializada até meados da década de 1830 no Rio de Janeiro, popularmente conhecida como maconha.

mulheres enrolarem cigarros de papel em folhas aromáticas, utilizaram-se de “cachimbos usados pelos pescadores, como em todo o Brasil, particularmente pelos negros e outras pessoas das classes mais humildes, constam de um pequeno recipiente de barro cozido escuro e de um tubo fino e liso” (Wied-Neuwie, 1942, p. 94 *apud* Alves, 2016, p. 1110).

Em vista disso, como evidencia Agostini (1997, p. 21), a ausência de ocorrências visuais e descrições mais amplas não implica obrigatoriamente restrições aos usos e às aquisições, logo que o caráter habitual da prática de fumar nestes suportes em argila poderia não ter despertado o interesse de viajantes e artistas naturalistas que observavam para enfim retratar e relatar.

A COLEÇÃO DE FRAGMENTOS DE CACHIMBOS DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

O acervo expositivo de Ouro Preto contém um bom sortimento de peças angulares curtas, prevalecendo a produção em pastas argilosas de tonalidades mais claras, moldadas e com porta-boquilhas para piteiras vegetais destacáveis. Segundo suas fichas técnicas, as dimensões (profundidades) variam entre 2,9 cm (6A) e 7,6 cm (3A), enquanto no quesito altura se diversificam entre 2,9 cm (6A) e 5,1 cm (4C). Duas das dezenove peças que compõem a coleção museológica não foram privilegiadas neste artigo, por limitações como o desafio de se observar os atributos morfológicos por meio da cúpula dos expositores e dos acessos indiretos ao acervo, isto é, um contato com somente fotografias em baixas qualidades disponibilizadas atualmente no acervo digital.³

Ao que tudo indica, a exceção em relação à matéria-prima trata-se de um forninho com figuração zoomorfa semelhante à cabeça de um touro ou boi, esculpido em chifre de tonalidade preta (3A). Já no quesito coloração, há somente um fragmento em argila avermelhada (3B). Este apresenta cordame contínuo em seu porta-boquilha, a data “1771” incisa em uma de suas laterais além de um “X” em alto-relevo próximo de seu cotovelo em ambas as faces laterais, derivado do próprio formato de seu molde.⁴

Figura 3. Forninho esculpido em chifre e outro em argila avermelhada.



Fonte: Imagens do Acervo Digital do Museu da Inconfidência.

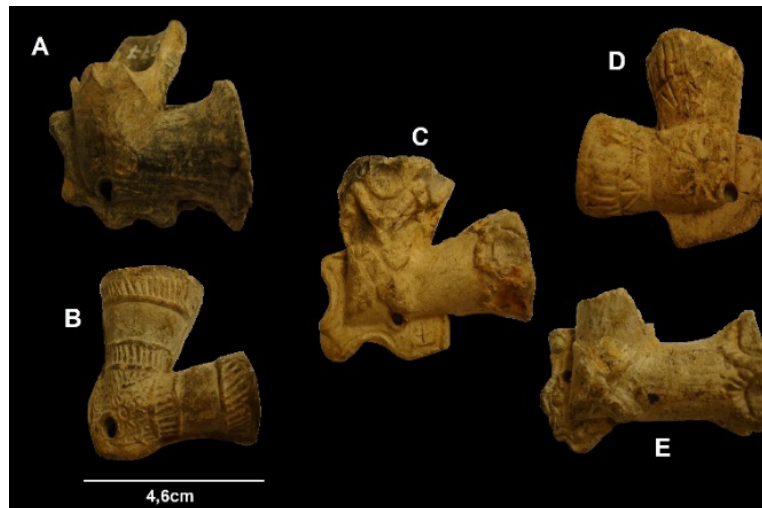
³AcervoDigitaldoMuseudaInconfidênciadeOuroPreto/MG.<https://museudainconfidencia.acervos.museus.gov.br/acervo/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

⁴EldinodaFonsecaBrancanteentendeuaspresençasedecordamesidênticosaaestesemcachimboscomo “remiscências manuelinas” (Brancante, 1981, p. 431).

Vale a pena ressaltar que a presença de elementos como um “X” ou uma “cruz” em recipientes cerâmicos e em cachimbos já foi interpretada na Arqueologia enquanto cosmograma Bakongo, o *Dikenga*. Trata-se de quatro pontos cardeais introduzidos em um círculo composto de inúmeros significados ontológicos e de extrema importância à cosmologia de alguns povos centro-africanos. De acordo com alguns autores, no Congo, constitui e ilustra sua cosmogonia (a concepção da origem do universo e a criação de todos os seres vivos), a explicação dos fenômenos naturais e sobrenaturais, a jornada do sol entre o mundo dos vivos, a *Kalunga* (água) e o âmbito dos mortos, como a energia universal e a infinidade da vida perante os ciclos (Agostini, 2018, p. 45-47; Martínez-Ruiz, 2013; Souza, 2000; Symanski, 2010, 2013). No entanto, não há como garantir que o elemento cruciforme presente no fragmento avermelhado participe deste mesmo contexto de origem africana.

Cinco das peças que contêm orifícios nas barbelas, em frações dos cotovelos, incisões circundando paralelamente a borda do forninho e a porta-piteira (4B e 4D), apresentam elementos fitomorfos em alto-relevo nas superfícies laterais (florais, rosáceas e folhagens).

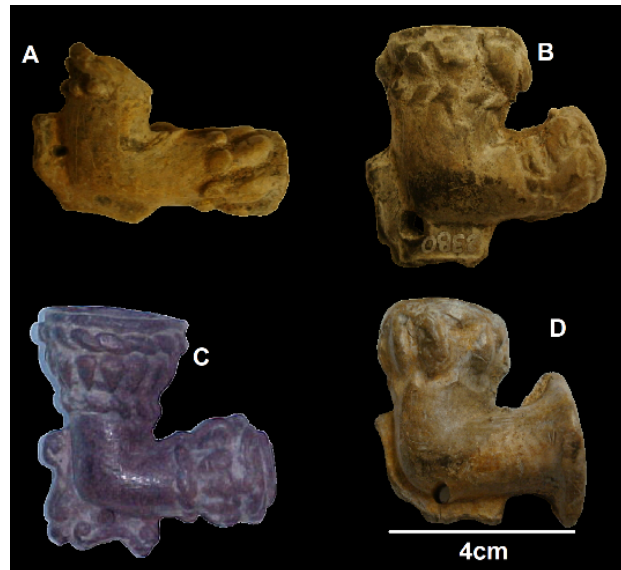
Figura 4. Fornilhos em argila com elementos fitomorfos.



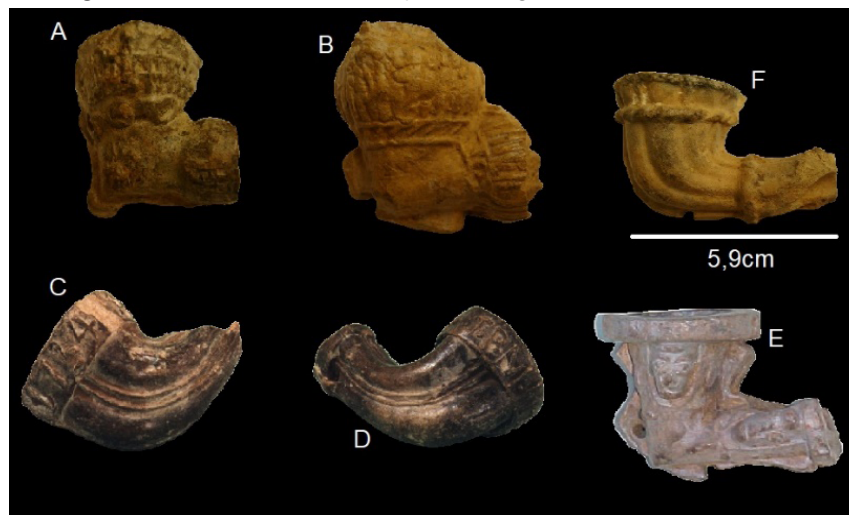
Fonte: Imagens do Acervo Digital do Museu da Inconfidência.

No caso das peças que contêm cordames ao redor das margens dos fornilhos e dos porta-boquilhas/porta-piteiras (4C e 4E), vale a pena mencionar que ao se deparar com elementos similares, Hissa chamou atenção às formas e disposições destas flores e pétalas, as quais apresentariam similaridades com alguns símbolos *Adinkra* (*Bese Saka*, *Nkuma Kese* e *Nserewa*), provenientes de povos como os Akan e Axante, situados na África Ocidental (Hissa, 2022, p. 66-67).

Os cinco fragmentos ilustrados na Figura 5 possuem elementos perolados ovalados maiores e diminutos em alto-relevo aparelhados ao redor das porta-boquilhas (5A, 5B e 5C) e das bordas dos fornilhos (5A, 5B, 5C e 5D), similares aos que Barata (1951), Brancante (1981), Agostini (2018) e Hissa (2022) associaram às rocalhas, às portadas e aos besantes arquitetônicos presentes nos retábulos. O item 5C trata-se de um entre os poucos fornilhos em argila escura e o único a conter a distribuição de volutas curvilíneas preenchendo ambas as laterais de sua barbela. Já no caso do fragmento 5D, não descarto a possibilidade da presença de sutis “amassados” produzidos por pressões de dedos sobre a argila ainda fresca.

Figura 5. Fornilhos em argila com perolados ovalados e irregulares.

Fonte: Imagens do Acervo Digital do Museu da Inconfidência.

Figura 6. Variedade de formas, pastas e figurações em/de fornilhos.

Fonte: Imagens do Acervo Digital do Museu da Inconfidência.

Os fornilhos mais arredondados 6A e 6B contém padrões lineares transversais ao redor das porta-boquilhas e mais próximo das margens dos fornilhos. Também a respeito dos espaços das margens, os objetos 6C e 6D produzidos em argilas negras apresentam as seguintes gravações em alto-relevo como prováveis siglas do fabricante e data de confecção: “A.B.J.P.M. 1734” e “A.B.J.P.M. 1737”.⁵ Já o exemplar 6F, em argila mais

⁵ Em Brancante (1981, p. 429) o autor menciona um cachimbo similar de Diamantina/MG, com as mesmas “iniciais”, mas com a data de 1733 em relevo. Já Hissa se deparou com uma peça de inscrições semelhantes, mas com a data “1774” incisa, compondo o acervo do Museu Regional de Caeté/MG, o que segundo a autora poderia sugerir um ofício familiar de escala de distribuição regional que perdurou por mais de quatro décadas (Hissa, 2022, p. 62).

clara, em tom arenoso, provavelmente também manufaturado em formas duplas, expõe acanalados em torno do corpo e o que aparentam ser cordames ao redor da margem e da porta-boquilha.

Assim como o item 6E, Hissa (2022) e Paiva, Fagundes e Borges (2015) fazem menção às presenças de figurações antropomorfas semelhantes em seus trabalhos. Enquanto Paiva, Fagundes e Borges não excluem a possibilidade de os ricos detalhes das peças como elementos masculinos e femininos remontarem às divisões sexistas envolvendo seus usos e usuários, Hissa aponta que essas duas “faces” distribuídas em ambos os lados poderiam aludir ao carnavalesco e ao teatral, sendo máscaras comuns no campo da comédia e da tragédia no movimento barroco (Hissa, 2022, p. 69-70; Paiva; Fagundes; Borges, 2015, p. 183-184).

O BARROCO AFLORADO DO QUINTAL

O sítio arqueológico o qual me encarregarei de contextualizar é uma unidade doméstica urbana, um sobrado localizado na antiga Rua Direita e atual Conde de Bobadela de Ouro Preto. Após uma reforma no imóvel, dezenas de veículos noticiaram há alguns anos um achado situado onde outrora fora um porão ou a “senzala” da residência: desenhos como baixos-relevos incisos e grafites desenhados aparentemente com carvão vegetal ou outros materiais de queima em uma parede de argamassa sobre os alicerces da casa (Figura 8). O sobrado de arquitetura setecentista possui quatro pavimentos, sendo eles o térreo, o piso nobre, uma camarinha (também chamada de mirante) e o subsolo, onde localiza-se o porão e o quintal (Figura 7). Como um imóvel geminado, a parede que apresenta as inscrições antropomorfas, zoomorfas, zooantropomorfas e figurações geométricas é justamente o elemento que une e segrega este e os cômodos acima das casas vizinhas.

Figura 7. Sobrados geminados da Rua Conde de Bobadela.



Fotografia: Autor, 2023.

À direita: imóvel onde foi encontrado o fragmento de cachimbo e o painel com as figuras situadas no porão.

Em uma produção recente, me encarreguei de produzir a primeira versão da epigrafia do painel, elencar algumas das possíveis gerações que habitaram o sobrado, produzir um breve levantamento de escravizados e forros que compuseram alguns dos grupos domésticos da Rua Direita, além de basear-me na historiografia e na documentação para

investigar quais as procedências de africanos que estavam transitando pelos becos e casas desta rua e de Vila Rica no setecentos e oitocentos (Klink, 2023a).⁶ Uma tentativa de associar as possíveis origens dos agentes à posse do cachimbo encontrado e às inscrições que podem ter sido algumas de suas lembranças no além-mar, logo que não há explicitamente qualquer menção visual aos contextos de violências e os desdobramentos que envolveram a Diáspora Atlântica.

Figura 8. Acima: fotografia do mural em argamassa assentado sobre os alicerces do sobrado da Rua Direita.



Fotografia: Autor, 2023.

Epigrafia adaptada de Klink (2023a).

Abaixo: primeira versão da epigrafia do painel, sem escala.

Logo, foi possível averiguar que 55% dos sujeitos forros que habitaram a Rua Direita em 1804 eram “*crioulos*”, 25% não tinham demais informações, 10% eram “*pardos*”, 5% eram

⁶ Nesse trabalho atualmente em estágio de editoração, tratei de realizar este levantamento dos moradores da Rua Direita entre os séculos XVIII e meados do XIX a partir das listagens nominativas de Vila Rica, de recenseamentos, dos registros dos impostos das décimas prediais, e das listas de aforamentos da localidade. Correspondem a documentos que permitiram vislumbres acerca dos habitantes das vias por conter justamente os nomes dos proprietários, dos inquilinos, a composição dos grupos domésticos, suas “condições” étnicas e sociais (“*livres*”, “*escravos*”, “*forro*” etc.), faixas etárias e quantidade de cativos.

“cabras” e 5% “minas” (Klink, 2023a). A respeito dos escravizados que foram abrigados em sobrados e casas térreas nesta mesma rua no ano de 1804, matriculou-se 27% procedentes dos portos angolanos, 25% de origem “crioula”, 16% de “pardos”, 15% sem informações adicionais, 6% de “cabras”, 6% de nação “mina”, 3% de nação “banguella”, 1% de nações “cambundá”/“maumbé”/“congo” e 1% de “mulatos” (Klink, 2023a). Ou seja, neste momento a predominância de cativos na Rua Direita foi de nascidos na América portuguesa, seguidos de procedências Centro-Occidentais e posteriormente de origem ocidental africana.

Como já explicitado, o cachimbo ao qual me atendo foi encontrado justamente no fundo da propriedade em um ambiente de reformas do sobrado em 2017, mas por funcionários da construção civil encarregados das intervenções e das adaptações aos novos usos que a casa receberia futuramente. O processo de revirar e peneirar a terra do quintal ao transformá-lo em um jardim fez com que um fragmento de forninho aflorasse, sendo o único material desta unidade doméstica a ser encontrado de maneira fortuita durante intervenções ao extrato arqueológico até o momento (Figura 9).

Figura 9. À esquerda: planta de situação com destaque às dimensões e proporções do terreno do sobrado com área construída (preto) e ao quintal descoberto (branco).



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Ouro Preto.

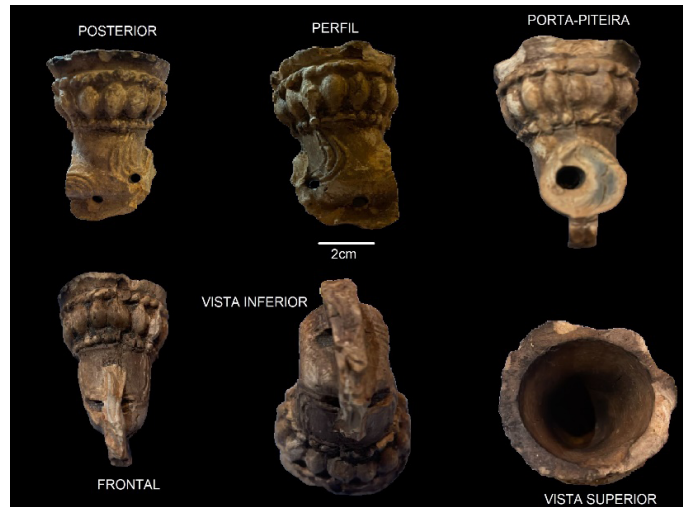
Fotografia: Autor, 2023.

À direita: vista do quintal e dos fundos a partir do porão.

O forninho trata-se de um vestígio de um fragmento de cachimbo produzido em argila moldada, modelo de produção a partir de uma forma de duas peças que favorecia às reproduções e dava espaço à participação de sujeitos não especializados (Agostini, 1997, p. 41; Alves, 2015, p. 1103). Nesta peça clara, porosa e de boa queima, dois pequenos orifícios similares aos localizados em quase todas as outras peças para facilitar suas portabilidades se distribuem pelo seu corpo para além da barbela (Figura 10). Três marcas curvas incisadas em ambos os lados em formatos “semilunares” nos perfis da peça podem acusar à possibilidade de sua elaboração ainda pelo molde, e não com a massa térrea fresca como em alguns dos exemplos de fragmentos ilustrados anteriormente.⁷

⁷ A peça que está atualmente sob a guarda de um dos proprietários do imóvel espera o andamento e a conclusão de mais pesquisas para ser direcionada aos devidos procedimentos museológicos.

Figura 10. Fragmento de forninho encontrado no quintal da unidade doméstica da Rua Direita, a partir de ângulos variados.



Fotografias: Autor, 2023.

Além do aspecto enegrecido propiciado pelo processo de queima do tabaco próximo às extremidades da margem do forninho, uma faixa de padrão figurativo perolado ovalado aparelha-se ao centro de uma variação ordenada de cordames duplos, de formas ovais irregulares e de menores diâmetros. Segundo Souza e Lima, este motivo conhecido como “perolado” ou besante advém de uma origem europeia, se sobressaindo em objetos produzidos em metal, madeira, vidro e cerâmicas, sendo um padrão em alto-relevo ou em negativo comumente ressignificado por grupos de escravizados ao os incorporarem nos aportes dos cachimbos designados como “de barro” (Souza; Lima, 2022, p. 19).⁸ Ademais, essa combinação de atributos e elementos presentes no fragmento de forninho do quintal da Rua Direita podem estar vinculadas às expressões e estéticas barrocas mineiras.

As relações e inspirações da tendência barroca em pitos de argila de Minas Gerais e Santarém foram referenciadas primeiramente por Barata (1951) e Brancante (1981), onde seriam ressaltados por meio de perolados, estrias, volutas, figurações e estilizações fitomorfas (rosáceas, vegetais, acanto etc.) e antropomorfas (figurações angélicas, máscaras etc.). Por sinal, elementos padronizados encontrados como variações em grande parte da coleção de cachimbos derivados de escavações nos perímetros urbanos fluminenses por Souza e Lima (2022), por outros dispersos por acervos mineiros trabalhados por Hissa (2022) e ainda os demais acondicionados no Museu da Inconfidência, como em outras categorias de itens provenientes deste mesmo acervo (Figura 11).

⁸ Um outro padrão perolado foi identificado por Paiva, Fagundes e Borges (2015), autores que não desconsideraram a possibilidade de que estas geometrizações poderiam ter se relacionado em dado momento com uma “representação” de um rosário circundando a face de Nossa Senhora. Já Agostini (2018, p. 24-26) argumenta que há três caminhos de pesquisa que devem ser considerados: uma conexão com as Irmandades católicas, a utilização como amuleto e objeto de poder e a ressignificação e o interesse à Nossa Senhora do Rosário.

Figura 11. Prancha com peças museológicas apresentando volutas, acanalados, perolados e elementos fitomorfos (séculos XVIII-XIX).



Fonte: Imagens do Acervo Digital do Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG).

A) Pia de água-benta; B) Capitel de coluna (retábulo); C) Castiçal; D) Fragmento de lustre; E) Garfo de sobremesa e F) Pequena Medalha devocional.

Em meados do século XVIII, as formas, os elementos, as cores e as atmosferas proporcionadas pelas mesclas dos fenômenos barroco e rococó mineiros foram vivenciados e experienciados para além da ambiência sacra dos diversos templos religiosos de Vila Rica, alcançando, afetando ou condicionando comportamentos e valores de indivíduos de plurais maneiras em muitos outros espaços. Além das manifestações no mobiliário, na tapeçaria, na prataria, na ourivesaria, no estatuário, na música, na dramatização teatral, na literatura, nas pinturas, nas celebrações e na arquitetura, é de se indagar a presença de um movimento artístico e ideológico inspirado e inserido parcialmente em itens quase que descartáveis, destinados a uma camada tida como subalternizada. Por quê?

As gramáticas barrocas se caracterizaram em grande parte pela dramaticidade, pelas profundidades dos planos, pela preferência por curvas e por diagonais, pelas dependências das partes, pelas produções de efeitos e contrastes entre sombras e luz, pelo predomínio dos cheios em relação à aversão aos vazios (Campos, 2006, p. 8), entre outros elementos próprios destas manifestações presentes em alguns dos cachimbos hipoteticamente mineiros descritos por Brancante (1981), Paiva, Fagundes e Borges (2015), Alves (2016) e Hissa (2022).

No caso deste fornildo, não houve o desejo de preencher os espaços vazios, pelo contrário, com exceção da presença de poucos elementos atrelados por dezenas de autores como a influência dita “barroca” nos cachimbos, suas dispersões pelo corpo aparentam ser mais comparáveis e análogas a atributos presentes e associados majoritariamente à estética rococó (1760-1840) e aos retábulos joaninos (1730-1760), hipótese já cogitada mais recentemente por Hissa (2022, p. 77-78). Este movimento ficou conhecido por remeter ao predomínio de vazios sobre os cheios, a leveza, a serenidade, a delicadeza e a simplificação pautada nas relações com a distribuição de iluminação, apostando também nas inserções e no equilíbrio de óvalos, perolados, sanefas, denticulos e rosários (Campos, 2006, p. 17; Oliveira, 2003, p. 13, 34).⁹

⁹ Como o “barroco”, a origem francesa do termo rococó (*rocaille*) baseia-se na raiz semântica derivada de “roc”: concha irregular, perfurada e espriada, se relacionando também com composições à base desses materiais (Campos, 2006, p. 16; Oliveira, 2003, p. 23).

Longe de ter se disperso unicamente pelos templos religiosos destinados aos brancos e às elites locais e regionais, o repertório material do movimento barroco-rococó também marcou a presença aos olhares de outros referenciais em capelas e igrejas destinadas aos pardos e negros, como as igrejas de São José, de Nossa Senhora do Rosário e a de Santa Efigênia em Ouro Preto.

Muito além de uma redução das figurações a “padrões decorativos”, penso que ainda não há como excluir que os elementos característicos destas manifestações presentes nestas classes de cachimbos podem ter indicado — na visão dos fabricantes —, o desejo de produzir e vender não somente itens que comunicassem “diferenciações”, mas que proporcionassem uma espécie de desejo à apropriação do que era visto ornado, exposto e propagado como poder, suntuosidade e veículos aos referenciais litúrgicos na paisagem mineira. Fator que pode ter possibilitado aos consumidores brancos, negros e pardos, a inserção no movimento barroco-rococó, a apropriação, a assimilação ou até mesmo a ressignificação de valores sociais e culturais de origem ibérica moldados e adaptados “à mineira”, que cada vez mais ditavam normas de ser, de se relacionar, de sentir o mundo e de se diferenciar de outras camadas (Silva, 2003, p. 30, 32).

Se ao menos na arquitetura o rococó europeu vinculou-se a um contexto social de renúncia à ostentação sem abdicar do luxo e do bem-estar doméstico proporcionado por ele, privilegiando a vida privada intradomiciliar em relação à vida pública (Oliveira, 2003, p. 36), não seriam esses bons pretextos para o aporte desses elementos moldados serem mais frágeis e mais ordinários? Portanto, ainda sobre essa linha de raciocínio, a “introspecção” seria um entre os fatores que poderia explicar a rara alusão iconográfica pública de sujeitos brancos manuseando e usufruindo do tabaco nestas categorias de cachimbos de barro.

Mas onde, nas redondezas da Rua Direita, poderiam ter sido adquiridos?

VENDAS E PEQUENOS COMÉRCIOS NA VIZINHANÇA DA RUA DIREITA

Em vendas e casas de comércios instaladas nos pavimentos térreos dos sobrados, as portas abriam-se às ruas e à circulação dos mais variados grupos de sujeitos. Estes adquiriam mercadorias, quitavam suas dívidas, transmitiam ideias, entre outras sociabilidades mediadas pelas baforadas nos cachimbos, visto que devido a seus pequenos portes e à existência de orifícios cruzando seus pequenos corpos, poderiam acompanhar seus usuários quase como “extensões de seus corpos” (Souza; Lima, 2022, p. 14). Mas enquanto essas peças poderiam ter circulado junto de seus usuários pelas ruas mineiras, o repúdio aos odores das fumaças derivadas das “cachimbadas” foi demarcado pelas ambientações de algumas esferas de trânsito, como se vê na nota de um jornal de São João del-Rei intitulada de “Falta de Disciplina”, redigida sob o anonimato de “*Uma beata de capote*”:

Os soldados da polícia, nesta cidade, estão de tal modo, que já não procedem mal unicamente nas ruas; até na Igreja se nota como vai bem disciplinado e moralizado o destacamento. Na novena de S. Sebastião no dia 14 na Matriz, uma praça dentro da Igreja *puchou pelo cachimbo, tirou os phosporos e já se dispunha a acender lançando baforadas de fumo para misturar ao incenso*, quando foi obstado pelo cidadão Joaquim da Rocha Mello, que impediu e censurou tão insólito proceder (O Arauto de Minas, 1884, p. 3, grifo nosso).

Na busca por jornais e periódicos que contassem com anúncios de lojas que tivessem comercializado os mais variados produtos locais e estrangeiros em Ouro Preto, onde estes pitos em barro poderiam ter sido adquiridos, me deparei com alguns dos proprietários de lojas e comerciantes na vizinhança da rua que “*Principia do canto do Largo do chafaris*

Subindo pela Rua Direita te a Praça” descritos na listagem nominativa confeccionada em 1804, consultada a partir de Mathias (1969).

Quadro 1. Comerciantes e negociantes matriculados na Rua Direita de Vila Rica e suas proximidades (1804).

Chefia do fogo (domicílio)	Descrição de ofício
Tenente Fernando Luiz Machado	Negócio de fazenda seca
Alferes Manoel Dias do Couto	Negócio de molhados
Nicolau Soares do Couto	Negócio de fazenda seca
Luiz da Silva (pardo)	Com venda
Quartel Mestre Antonio Joze Ribeiro	“loge” de molhado
Manoel Carlos	Vive de sua venda
Ignacio Francisco da Silva	Vive de sua venda
Joaquina Perr ^a . da Mota	Vive de sua venda
Antonio Ribeiro Pardo	“Com sua venda na prasa”
João Joze da Costa	Vive de sua venda

Fonte: Mathias (1969, p. 105-112).

Sabe-se que costumeiramente os pavimentos térreos poderiam receber usos comerciais como lojas, pequenas vendas e escritórios. No caso dos comerciantes mencionados no Quadro 1, ainda não é possível garantir que seus empreendimentos tenham sido de fato na rua que foram matriculados, com exceção de um: o negócio do Capitão Nicolau Soares do Couto (O Universal, 1832, p. 4), separado por duas casas abaixo do sobrado onde foi encontrado o forninho, antigamente enumerado como casa nº 20.¹⁰

Um empreendimento com um bom teor descritivo de suas mercadorias foi localizado somente como um anúncio na década de 1870. Trata-se de um armazém de molhados e padaria de Manoel Rodrigues Fernandes, instalada na Rua de S. José número 29. Entre os sortimentos de padaria (biscoitos, café, roscas etc.), molhados (vinhos, azeites, cervejas, licores etc.), louças (lampiões, aparelhos de jantar e café etc.), ferragens (pregos, fechaduras, bandejas etc.) e calçados, lá estava entre a categoria de artigos “*diversos*” a menção aos cacarecos e miudezas que compunham e proporcionavam o hábito de fumar:

Folha de flandres, chá, rapé, perfumarias, armarinho, *phosphoro*, cebolas, amendoas, nozes, cêra em vellas, vellas de composição, peixe salgado, dito em salmoura, latas de doces de diversas qualidades, línguas e carne secca do Rio Grande, conservas, *fumo em latas, dito em pacotes para*

¹⁰ “Desapareceu da Loja de Nicoláo Soares do Couto uma Caixa de oiro, para rapé, lavrada a buril, e traz na tampa o nome do fabricante — Lopes — pela parte interior: se a alguém for offerecida, inteira, amassada, ou fundida, por pessoa suspeita, roga-se haja de acautelar, e avisar ao annunciante na Rua

cachimbo, farinhas de trigo e de maizena, *charutos*, salames, presuntos (Diário de Minas, 1873, p. 4, grifo nosso).

Hissa detectou um anúncio de uma venda em São Paulo que comercializava cachimbos de barro no início da década de 1860. Enquanto as peças em barro pintadas a mãos com (347 réis) ou sem piteira (125 réis) apresentavam valores unitários mais baixos em comparação aos tipos manufaturados em raiz (500 réis) e louça (750 réis), coube à autora destacar que as primeiras categorias em argila foram as únicas vendidas em “*grosa*”, ou seja, em maiores quantidades em relação à dúzia (Hissa, 2020, p. 120-121).¹¹ Teria essa categoria de venda filiação às maiores propriedades de quebra da argila queimada a baixas temperaturas?

Análises seriais às documentações cartoriais post-mortem ou a processos criminais, como sugere Agostini (2009, p. 43), poderão indicar melhor como e nas mãos de quem esses materiais circulavam. No entanto, como outros objetos de avaliações mais singelas e, devido às facilidades de quebra, os cachimbos de barro deverão estar ausentes de menções nas listagens e nas partilhas de bens.

CACHIMBADAS NO QUINTAL E ALÉM

Ao que foi passível de notar com base na documentação levantada, a unidade doméstica da Rua Direita a que me refiro esteve envolvida em uma extensa rede de inquilinos entre os séculos XVIII e XIX, sendo possível relacionar sua posse a, ao menos, dois sujeitos até o momento.¹² Por volta da década de 1760-1770 o imóvel foi edificado ou adquirido pelo Ajudante Caetano Francisco da Costa, permanecendo consigo até seu falecimento na década de 1780, com a produção do inventário post-mortem em 1788.¹³ Neste momento, nove escravizados foram matriculados na listagem de bens do inventariado, entre suas diversidades de designações pejorativas que nada ou pouco poderiam refletir ou indicar suas origens, incluíam as “*qualidades*”: um “*crioulo*”, duas pessoas como “*nação angolla*”, duas de “*nação mina*”, uma “*parda*”, duas “*mulatas*”, sendo uma delas filha de “*Anna Parda*”, e um homem africano matriculado como de “*nação banguella*”, uma clara alusão ao porto de Benguela na África Centro-Occidental (Klink, 2023a).

Anos mais tarde, mais precisamente em 1793, Francisca Custódia do Pillar surgiu como autora de uma notificação informando que arrematou a dita morada da viúva de Caetano, D. Micaella, ou de seu filho Padre José Caetano da Costa.¹⁴ O imóvel permaneceu como o único bem de raiz de Francisca até o ano de 1844, quando foi inventariada.¹⁵

Direita n. 23 aonde receberá boas alviças. A dita Caixa tem de pezo 23 oitavas e quarto pouco mais ou menos” (O Universal, 1830, p. 8, grifo nosso).

¹¹ A respeito das posses post-mortem, em dois editais de leilões de praças em Juiz de Fora/MG nas décadas de 1870 e 1880 matriculou-se “*1 cachimbo*” sem avaliação entre os bens de Joaquim da Costa (“*africano livre*”) (Pharol, 1882, p. 2) e, outro confeccionado em materiais mais nobres e de avaliação mais alta em meio aos bens do falecido Comendador José Anastacio da Costa Lima, como “*1 cachimbo de prata, em 1\$600*” (Pharol, 1877, p. 1).

¹² Parte do livro 1º de cobrança de foros de toda a freguesia de Vila Rica constando nome das ruas, moradores e respectivos valores. CMOP, cx.: 86, doc.: 40, acervo: Câmara Municipal de Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro.

¹³ Inventário post-mortem de Caetano Francisco da Costa. Cx.: 29, doc.: 328, ano: 1788. Acervo do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

¹⁴ Notificação Francisca Custódia do Pillar (autor). Cx.: 422, doc.: 8487, ano: 1793. Acervo do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

¹⁵ Inventário post-mortem de Francisca Custódia do Pillar. Cx.: 48, doc.: 585, ano: 1844. Acervo

Momento o qual contou com um *monte-mor* bastante singelo e somente um cativo “*crioulo*” de nome Bernardo arrolado entre seus bens (Klink, 2023a). Ainda assim, Francisca foi localizada por Renato Franco sob a condição de mulher “*livre*” enquanto madrinha de quatro sujeitos expostos e treze “*inocentes livres*” da população local (Franco, 2014, p. 96), algo que aliado ao pronome de “*Dona*” incorporado ao seu nome recorrente na documentação, pode indicar sua respeitabilidade em meio à sociedade mineira e a presença em meio às estratégicas redes de sociabilidades tecidas ao longo de sua vida.

Relatos orais enfatizam e associam até os dias atuais a utilização dos porões urbanos enquanto senzalas, fato que pode coincidir com alguns casos isolados, mas não deve ser tomado como regra. Contudo, os corredores, as lojas dos pavimentos térreos, os pequenos compartimentos contíguos às áreas de serviços e mesmo estruturas não-caídas assentadas sobre os quintais, poderiam ter sido utilizados para alojamento de cativos em meio às vilas e cidades.¹⁶ Portanto, mesmo que o porão onde se encontra o painel não tenha sido usufruído como alojamento aos escravizados, mas despensa ou depósito de entulhos e mercadorias, como espaço recluso, pode ter proporcionado melhores momentos para práticas ocultas, sociabilidades e expressões de matrizes próprias, além de relacionar-se com o quintal em termos de circulação, a qual teria sido feita majoritariamente por pessoas de baixos segmentos sociais e/ou sujeitos escravizados.

Figura 12. Vistas parciais do interior e do exterior do porão em período anterior à reforma de 2017.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Ouro Preto.

A respeito dos quintais, viajantes europeus relataram suas impressões a estes espaços durante suas passagens por Vila Rica na primeira metade do século XIX. Ao final da década de 1810 o botânico Saint-Hilaire mencionou que os longos e estreitos jardins aos fundos das casas delimitadas por pequenas muralhas eram pouco cuidados, local onde os moradores cultivavam bananeiras, cafeeiros, laranjeiras, couve, cravo e rosas “*quase sempre sem ordem*” (Saint-Hilaire, 1938, p. 131, 140).

A presença de um item como um cachimbo em um espaço urbano posterior destes não causa estranhamento, muito pelo contrário. Se são múltiplas as atividades realizadas nos quintais, passíveis a momentos de domesticidades, de reclusões e interações íntimas

do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência.

¹⁶ Sobre os autores que discutem os usos da compartimentação colonial, ver: Klink (2023b, p. 121-128).

intrafamiliares, de produção, de criação de aves e suínos, de cultivos e abastecimento como de usos e práticas que remeteriam ao Oeste africano (Ferguson, 1992, p. 128; Klink, 2023b, p. 149; Meneses, 2015), dificilmente haveria um espaço que melhor oportunizasse às baforadas como o quintal murado, que nesta propriedade, era acessado muito provavelmente somente pelo porão (subsolo) e por uma escada que o conectava à cozinha (pavimento térreo) (Vasconcellos, 1977, p. 140).

Figura 13. Vista parcial da área descoberta ao fundo do sobrado, das estruturas metálicas adaptadas, da parede ornada pelo artista Jorge dos Anjos e dos resquícios de um muro em alvenaria de pedras emparelhadas após as intervenções da reforma.



Fotografias: Autor e Caroline Ferreira, 2023.

Assim como os pátios das propriedades, as adjacências dos terrenos recebiam constantemente buracos como lixeiras ao aterro de dejetos: restos de alimentos consumidos na casa, peças do mobiliário, fragmentos de aparelhos de jantar/chá/café, de brinquedos, de recipientes (cerâmica, vidro, louça etc.), entre outros possíveis itens que perderam suas funcionalidades. Enquanto o descarte do fragmento de fornilho como refugio primário remeteria à deposição ainda em seu local de uso, como no caso do porão ou do próprio quintal próximo a ele, consecutivamente, a possibilidade de um descarte secundário não pode ser desprezada. Ou seja, um comportamento vinculado ao transporte do cachimbo quebrado a um local que não diz necessariamente respeito ao seu uso (Symanski, 1998, p. 126), algo que faz mais sentido devido à ampliação de espaços de ação domésticos e públicos nos usos pessoais dos cachimbos, como alega Agostini (2018, p. 21).

Mesmo que uma estimativa do período de produção, de abandono ou do descarte da peça não tenham sido possíveis balizar, dado que uma revisão sistemática acerca das tipologias dos cachimbos de argila no Brasil ainda inexistente, e as preservações das estratigrafias perderam-se, a continuidade no processo de localização de antigos proprietários, de inquilinos e de cativos de procedência ocidental, centro-ocidental africana e brasileira (como o caso de “*crioulos*” e “*mulatos*”) matriculados na documentação consultada abrem caminho ao interesse de como os sujeitos circulantes dos grupos domésticos que habitaram a casa da Rua Direita entendiam e significavam seus espaços e os objetos presentes neles. Afinal, o uso do fragmento de cachimbo deve obrigatoriamente ser pensado considerando as presenças, os usos e as intenções que pairavam sobre o porão, o painel e suas dezenas de figuras. Dimensões que deverão proporcionar novos

frutos com as intervenções arqueológicas ao terreno, com uma possível datação por termoluminescência e a ampliação e aprofundamento do escopo de análise documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa aqui foi a de articular uma breve discussão sobre os cachimbos de argila pautada nas relações morfológicas barrocas, contidas entre as peças da coleção museológica do Museu da Inconfidência e em um fragmento de forninho proveniente do sítio que me ocupo em estudar enquanto projeto de pesquisa do doutorado. O uso dessas categorias de cachimbos cerâmicos não era exclusividade de pessoas escravizadas. Não há como excluir sua circulação em mãos de sujeitos livres brancos, “pardos”, “crioulos” e de poderes aquisitivos mais baixos. Desta maneira, o fragmento de forninho aqui abordado pode ter composto qualquer uma das gerações de ocupantes da casa, portanto, sua história cruza diretamente com qualquer uma das narrativas que podem ser feitas acerca dos períodos de produção das gravuras e do mural. Vestígios que não devem ser abordados isoladamente.

Ainda há muito o que se explorar sobre as origens, os intercâmbios comerciais à níveis nacionais e transatlânticos, e as posses dos cachimbos de argila em Minas Gerais, temáticas que como a expansão do gosto pelo tabaco, não foram alvos de meu interesse neste momento, ora por ainda não estar apto a discutir com propriedade, ora pela delimitação da estrutura deste artigo não comportar tais ponderações.

Como Hissa salientou, as técnicas e a localização dos ambientes de fabricação, as escolhas das argilas e a dispersão de estilos decorativos a níveis nacionais e internacionais, como as significações atribuídas a estes itens, ainda são desconhecidos e poderão ser tópicos mais aprofundados em outras pesquisas futuramente (Hissa, 2020, p. 160-164).¹⁷

Cabe aqui portanto refletir sobre uma última questão, levantada primeiramente por Hissa (2022): julgando que em Minas, cativos, libertos e seus descendentes desempenharam importantes papéis de especialização em ofícios metalúrgicos, na mineração, na carpintaria, em obras domésticas e nas quais refletiam padrões arquitetônicos barrocos e rococós, estariam os escravizados africanos, afrodescendentes e mesmo forros envolvidos com as elaborações das figurações “barrocas” para além não das confecções de peças unitárias, mas a níveis mais profundos, como na manufatura dos moldes usados na confecção desses itens?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, Camilla. “Cachimbos de escravos?": miudezas do cotidiano entre malungos, irmãos e alteridades. In: CHEVITARESE, André Leonardo; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dos artefatos e das margens: ensaios da história social e cultura material no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018. p. 11-36.
- AGOSTINI, Camilla. *Cachimbos de escravos e a reconstrução de identidades africanas no Rio de Janeiro, século XIX*. 1997. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Faculdade de Arqueologia da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1997.
- AGOSTINI, Camilla. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi*, v. 10, n. 18, p. 39-47, 2009.

¹⁷ Em um jornal tipografado em Barbacena/MG, mencionou-se três tipos e qualidades do barro — enquanto sinônimo de argila — e, sua relação com os pitos: “argilla graxa, a ferruginosa; a *magnesianiana* (barro para cachimbo); a compacta; a lithomarga etc. A argilla pura é a branca mas temol-a também verde, azul, vermelha, roxa, amarela etc.” (Correio de Barbacena, 1886, p. 2, grifo nosso).

- AGOSTINI, Camilla. *Mundo atlântico e clandestinidade: dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no Sudeste, século XIX*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.
- AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 2, p. 115-137, 1998.
- ALLEN, Scott Joseph. Afrofatos. *Vestígios*, v. 10, n. 1, p. 93-105, 2016.
- ALMEIDA, Fabio Guaraldo. Cachimbos de barro na comunidade quilombola de Galeão: achados arqueológicos para pensar a Diáspora Africana. *Vestígios*, v. 16, n. 2, p. 30-53, 2022.
- ALVES, Marcony Lopes. Notas sobre cachimbos de barro no Brasil (séc. XVIII e XIX). *Temporalidades*, v. 7, p. 1101-1111, 2016.
- BARATA, Frederico. A arte oleira dos Tapajó. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 5, p. 183-214, 1951.
- BRANCANTE, Eldino da Fonseca. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: [s. n.], 1981.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao barroco mineiro: cultura barroca e manifestação do rococó em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.
- CORREIO DE BARBACENA. Barbacena, MG, n. 4, 1886. Acervo Biblioteca Nacional.
- DIÁRIO DE MINAS. Ouro Preto, MG, n. 151, 1873. Acervo Biblioteca Nacional.
- FERGUSON, L. G. *Uncommon Ground: Archaeology and Early African America, 1650-1800*. Washington, DC (US): Smithsonian Institution, 1992.
- FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- HISSA, Sarah de Barros Viana. A estetização do cotidiano e o teatro onipresente: revisitando os cachimbos barrocos. *Vestígios*, v. 16, n. 2, p. 56-86, 2022.
- HISSA, Sarah de Barros Viana. *Fumo e arqueologia histórica: o tabaco e os cachimbos importados no Brasil, séculos XVII ao XX*. Curitiba: Appris, 2020.
- KLINK, Leonardo Lopes Villaça. Mãos e traços na parede: os baixos-relevos em um contexto de escravidão como subsídios ao estudo da trajetória, da presença e da lembrança africana, Ouro Preto/MG (séculos XVIII-XIX). *Saeculum*, 2023a. No prelo.
- KLINK, Leonardo Lopes Villaça. *O que a arquitetura mascara?: uma arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX)*. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023b.
- LIMA, Tania Andrade; BRUNO, Mariana Cristina O.; FONSECA, Marta P. R. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras/RJ. *Anais do Museu Paulista*, v. 1, n. 1, p. 179-206, 1993.
- MARTÍNEZ-RUIZ, Bárbaro. *Kongo Graphic Writing and Other Narratives of the sign*. Philadelphia (US): Temple University Press, 2013.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.
- MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, v. 23, n. 2, p. 69-92, 2015.
- O ARAUTO DE MINAS. São João del-Rei, MG, n. 39, 1884. Acervo Biblioteca Nacional.

- O LIBERAL DE MINAS. Minas Gerais, n. 49, 1868. Acervo Biblioteca Nacional.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR. Ouro Preto, MG, n. 193, 1884. Acervo Biblioteca Nacional.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, MG, n. 506, 1830. Acervo Biblioteca Nacional.
- O UNIVERSAL. Ouro Preto, MG, n. 828, 1832. Acervo Biblioteca Nacional.
- PAIVA, Zafenathy Carvalho de; FAGUNDES, Marcelo; BORGES, Joina Freitas. “Uma baforada sim sinhô”: cachimbos de escravos para se entender as dinâmicas socioculturais da Diamantina oitocentista. *Revista Tarairiú*, v. 1, n. 9, p. 165-186, 2015.
- PHAROL. Juiz de Fora, MG, n. 49, 1877. Acervo Biblioteca Nacional.
- PHAROL. Juiz de Fora, MG, n. 69, 1882. Acervo Biblioteca Nacional.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. t. 1.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. “*Nas solidões vastas e assustadoras*”: os pobres do açúcar e a conquista do sertão do Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2003.
- SOARES, Mariza de Carvalho; HONORATO, Claudio de Paula. Cachimbo de Barro. In: KNAUSS, Paulo; LENZI, Isabel; MALTA, Marize (org.). *História do Rio de Janeiro em 45 objetos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019. p. 54-60.
- SOUZA, Marcos André Torres de; AGOSTINI, Camilla. Body Marks, Pots and Pipes: Some Correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth and Nineteenth-Century Brazil. *Historical Archaeology*, v. 46, n. 3, p. 102-123, 2012.
- SOUZA, Marcos André Torres de; LIMA, Tania Andrade. Olhando, desejando e incorporando: cachimbos de barro na construção de comunidades diaspóricas. *Vestígios*, v. 16, n. 2, p. 8-27, 2022.
- SOUZA, Marcos Andrés Torres de. *Ouro Fino: arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. Cerâmicas, identidades escravas e criouliização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *História Unisinos*, v. 14, n. 3, p. 294-310, 2010.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: ediPUCRS, 1998.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P.; GOMES, Denise Maria Cavalcante. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, v. 20, n. 2, p. 53-90, 2012.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento: residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- WERNECK, Gustavo. Obra revela “cenas africanas” em porão de Ouro Preto; escravo pode ser o autor. *Estado de Minas Gerais*, 29 set. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/29/interna_gerais,1088821/obra-revela-cenas-africanas-em-porao-de-ouro-preto-escravo-pode-s.shtml. Acesso em: 6 jun. 2023.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

ARTICLE

MOBILITY PATTERNS IN GRANDE ABRIGO DE SANTANA DO RIACHO, MINAS GERAIS, BRAZIL: INSIGHTS FROM A HISTOMORPHOMETRIC ANALYSIS OF SKELETAL REMAINS

Nathalia R. Dias Guimarães*

Justyna J. Miskiewicz**

ABSTRACT

This study analyses skeletal remains from Grande Abrigo de Santana do Riacho to investigate mobility patterns. Previous studies have suggested high mobility based on macroscopic observations of skeletons. This study examined thin sections of femoral Linea aspera of six adult individuals using histomorphometric techniques. The analysed variables include intact and fragmented secondary osteons, osteon area, and the Haversian canal. These data were then compared with other groups to test associations between histological features and mechanical stimuli. The great density of osteons found indicated high levels of physical activity. An attempt to compare sexes was also undertaken but remained inconclusive due to the limitations of the sample. Furthermore, a statistically significant ($p < 0.05$) positive relation occurred between the area of the Haversian canal and the density of secondary osteons, suggesting relatively short events of bone remodeling. This study also highlights the potential of bone paleohistology to investigate Brazilian contexts.

Keywords: histology; paleohistology; Central Brazil; bioarchaeology; biological anthropology.

* School of Archaeology and Anthropology, Australian National University. E-mail: ndg0601@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0471-273X>.

** School of Social Science, University of Queensland. E-mail: j.miskiewicz@uq.edu.au.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9769-2706>.

PADRÕES DE MOBILIDADE EM GRANDE ABRIGO DE SANTANA DO RIACHO, MINAS GERAIS, BRASIL: PERCEPÇÕES DE UMA ANÁLISE HISTOMORFOMÉTRICA DE SEPULTAMENTOS

ARTIGO

O presente estudo analisa sepultamentos de Grande Abrigo de Santana do Riacho, com objetivo de investigar os padrões de mobilidade. Estudos anteriores, baseados em análises macroscópicas, sugerem alta mobilidade. Neste estudo, foram examinadas lâminas microscópicas da região da linha áspera do fêmur de seis indivíduos adultos, utilizando técnicas histomorfométricas. As variáveis analisadas incluem ósteons secundários intactos e fragmentados, área do ósteon e do canal de Havers. Esses dados foram comparados com outros grupos para testar associações entre características histológicas e estímulos mecânicos. Alta densidade de ósteons foram encontrados, indicando elevados níveis de atividade física. Também foi realizada uma tentativa de comparação entre os sexos, que se mostrou inconclusiva devido às limitações da amostra. Ao mesmo tempo, foi observada uma relação positiva estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre a área do canal de Havers e a densidade dos ósteons secundários, sugerindo eventos relativamente curtos de remodelação óssea. O estudo também destaca o potencial da paleohistologia para investigações de contextos brasileiros.

Palavras-chave: histologia; peleo-histologia; Brasil Central; bioarqueologia; antropologia biológica.

PATRONES DE MOVILIDAD EN GRANDE ABRIGO DE SANTANA DO RIACHO, MINAS GERAIS, BRASIL: PERSPECTIVAS A PARTIR DE UN ANÁLISIS HISTOMORFOMÉTRICO DE ENTIERROS

RESUMEN

El presente estudio analiza entierros en el Grande Abrigo de Santana do Riacho, con el objetivo de investigar patrones de movilidad. Estudios previos sugieren alta movilidad basada en observaciones macroscópicas de esqueletos. En este estudio se examinaron láminas microscópicas de la región de la línea áspera del fémur de seis individuos adultos, utilizando técnicas histomorfométricas. Las variables analizadas incluyen osteonas secundarias intactas y fragmentadas, área de osteonas y canal Haversiano. Estos datos se compararon con otros grupos para probar las asociaciones entre las características histológicas y los estímulos mecánicos. Se encontró una alta densidad de osteonas, lo que indica altos niveles de actividad física. También se realizó un intento de comparación entre sexos, pero no concluyente debido a las limitaciones de la muestra. Al mismo tiempo, se observó una relación positiva estadísticamente significativa ($p < 0,05$) entre el área del canal de Havers y la densidad de osteonas secundarias, lo que sugiere eventos de remodelación ósea relativamente cortos. El estudio también destaca el potencial de la paleohistología para investigaciones de contextos brasileños.

Palabras clave: histología; peleo-histología; Brasil Central; bioarqueología; antropología biológica.

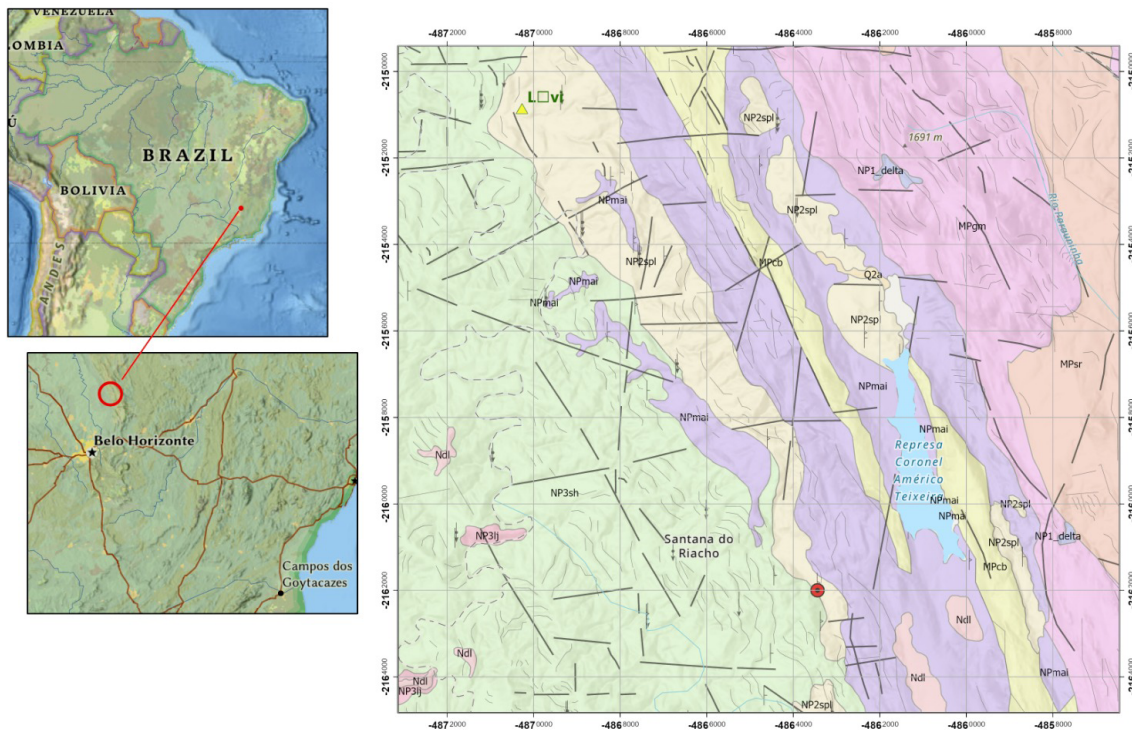
INTRODUCTION

Microscopic analyses constitute only a small portion of bioarchaeological studies, although some previous successful reconstructions of ancient human bone function from histology have been published (e.g., Miskiewicz; Mahoney, 2016, 2017; Miskiewicz *et al.*, 2021; Mulhern, 2000; Mulhern; Van Gerven 1997; Robling; Stout, 2003). This recognizes histology as a helpful tool to understand bone responses to lifestyle in archaeological contexts. As adult bone remodelling reflects bone metabolic processes, it suffers the influence of several factors, including age (Paine; Brenton, 2006; Richman; Ortner; Schuler-Ellis, 1979), health and disease (Aaron; Roger; Kanis, 1992), hormones (Manolagas, 2002), sex (Mulhern; Van Gerven, 1997), genetics (Thompson; Gunness-Hey, 1981), and physical activity (Robling; Castillo; Turner, 2006). While paleohistology has been applied to multiple archaeological contexts from across North America, Africa, Europe, and Asia-Pacific (Miskiewicz; Mahoney, 2016; Miskiewicz *et al.*, 2021), no study has yet analysed bone histology in an archaeological human Brazilian sample. Only a few studies applied histological methods to South American collections (Barrientos; Sarmiento; Galligani, 2016; Brachetta Aporta *et al.*, 2016; Desántolo; Inda, 2016; Suzuki; Tiesler, 2015; Vazquez *et al.*, 2021), with only one study aiming to discuss behaviour (Robling; Stout, 2003) This study described the first data for archaeological Brazilian human remains and used it to test a hypothesis that these individuals experienced high mobility.

Mobility at Santana do Riacho

Human skeletal remains excavated from a rock shelter in Santana do Riacho in Minas Gerais, Southeast Brazil (Figure 1), were reported in the early 1990s (Karfunkel *et al.*, 1992). The dates obtained for this site range from $8,280 \pm 40$ – $9,460 \pm 110$ BP, representing one of the earliest archaeological sites with human remains on the South American continent (Neves *et al.*, 2003). Grande Abrigo de Santana do Riacho was excavated twice during the 1970s, unearthing 40 individuals (Prous *et al.*, 1992). The site is considered part of the Lagoa Santa region, in which one of the earliest human skeletons in America was found (Neves *et al.*, 1999). Therefore, the site shows evidence of the very early human occupation of the continent.

Genetic research showed connections between the individuals representing this early South American population and the Clovis contexts (Posth *et al.*, 2018). One of the central debates brought by genetic evidence refers to differences in the subsistence strategies between the North and South American contexts. While the Clovis population have been primarily described as hunters, showing indications of a physically demanding lifestyle and reliance on big game animals (Martin, 1973), the Lagoa Santa population is associated with a different subsistence strategy, relying mostly on plants (Resende; Prous, 1992) and presenting a lithic industry more compatible with the hunting of small to medium-sized animals (Araujo *et al.*, 2018). The paleopathological analysis of human remains (Gloria, 2012) also indicates a less mobile lifestyle, more compatible with gathering activities than with hunting. These differences in archaeological records are important because, if proven correct, it can be inferred that the Lagoa Santa population migrated to South America and adopted a very different lifestyle in a relatively short period, showing a very high degree of environmental adaptability (Gloria; Hubbe; Neves, 2018).

Figure 1 Site context and location.

Source: Authors.

Several prior studies have been conducted on the sample (Cornero, 2005; Cornero; Neves; Prous, 1999; Gloria, 2012; Melo e Alvim, 1977; Souza, 1992, 1993). The first complete paleopathological assessment of the remains described a high level of sexual dimorphism (Cornero, 2005). In adult individuals, males showed greater stature, 12% taller than females (Cornero, 2005). Additionally, sex differences were noted in some of the skeletal features: male individuals' thoracic vertebra had more osteophytes, while more lesions associated with osteoarthritis were noticed in females (Cornero, 2005). In general, females presented showed a more gracile build (Cornero, 2005). Diseases associated with nutritional deficiencies were moderate when compared with other South American hunter-gatherer populations, with 11% of individuals showing signs of porotic hyperostosis and cribra orbitalia (Cornero, 2005). Additionally, Cornero (2005) argued that the local hygiene and sanitary conditions were sufficient to avoid severe pathological effects. Evidence of this includes the low frequency of prenatal (5%) and early childhood death (7.5 %) (Cornero, 2005). Occupational fractures and functional stress, such as compression fractures, osteophytes, and Schmörl nodes, have also been found suggesting occupations related to lifting and transport of weight, although insufficient to provoke mobility issues to individuals. Traumatic lesions occurred in 33% of individuals, indicating fracture remodelling and survivorship (Cornero, 2005). The number of caries was higher (10.5%) than expected for a hunter-gatherer population (Steckel; Sciulli; Rose, 2002), indicating relatively high ingestion of sugar at Santana do Riacho (Cornero, 2005).

Dental analysis is particularly significant because one of the primary interests of early researchers in the region was related to the hunting activities of the earlier Americans and its connection to the megafauna. The assessment of human remains and archaeological assemblage in Santana do Riacho has indicated that, although megafauna and humans had co-existed, such interactions showed no indication of this early population relying on hunting as a primary source of their diet. The archaeological assemblage shows reliance on roots, fruits, and tubers, suggested

by the recovered materials (Resende; Prous, 1992) and the incidence of caries (Cornero, 2005; Cornero; Neves; Prous, 1999). The materials obtained point to a low impact on the environment, with appropriate conditions to undertake a relatively healthy lifestyle (Cornero, 2005).

The most recent paleopathological analysis of the site included Santana do Riacho and other sites in the Lagoa Santa region (Gloria, 2012). In general, the analysis for Santana do Riacho matched the descriptions by Cornero (2005), and the difference observed between sexes has been interpreted as behavioural variance, such as a possible sexual division of the labour (Gloria, 2014).

Researchers assessed the mobility patterns of the population using two approaches: analysis of femoral midshaft diaphyseal shape (FMS) (Gloria, 2012) and recently by the analysis of strontium ($^{86}\text{Sr}/^{87}\text{Sr}$) isotopic signatures sampled from teeth enamel (Gomes, 2021).

Regarding femoral midshaft diaphyseal shape (FMS) at Lagoa Santa, analysis showed low values when compared to other hunter-gatherer populations, being interpreted as a population with low mobility. However, when considering only the data for Santana do Riacho, values suggest a highly mobile population. The comparisons between sexes show that the female individuals from Santana do Riacho show data that better agrees with the other sites at the Lagoa Santa region, whereas male individuals show higher values (Gloria, 2012). The sexual dimorphism in the FMS of the individuals from Santana do Riacho can also be interpreted as an indication of the high mobility of the population (Wescott, 2006).

Regarding strontium isotopic analyses ($^{86}\text{Sr}/^{87}\text{Sr}$), Gomes (2021) compared Lagoa Santa with Santana do Riacho, showing substantial differences. Santana do Riacho had higher strontium levels, indicating diverse subsistence strategies despite both groups being hunter-gatherers. Furthermore, the data from Santana do Riacho showed no significant differences in isotopic signatures in comparisons between sexes (Gomes, 2021). The author also used the mobility models developed by Binford to describe the mobility of both populations (Gomes, 2021). Binford distinguished between residential (involving the relocation of all members of a residential base from one locality to another) and logistical mobility, which pertains to the movement of specifically organized task groups on temporary excursions from a residential base (Binford, 1980). Gomes (2021) describes Santana do Riacho as a population with a high logistic mobility and low residential mobility, whereas Lagoa Santa evinced the opposite pattern.

Concerning the insertion of Santana do Riacho in the Lagoa Santa region, it is important to consider the different geology of the two locations; while Lagoa Santa is in the karst, Santana do Riacho is a quartzite rock shelter in the Espinhaço Mountain Range. The topography of the Lagoa Santa Karst includes *lapiés*, poljes, dolines, canyons, and caves. Isotopic analysis also showed that the individuals from Santana do Riacho would not primarily focus their foraging strategies in the areas southwest of the shelter in the geological context of the Bambuí Group of Neoproterozoic age. Similarly, individuals from Lapa do Santo would not obtain food resources beyond the limits of the karst to the northeast, specifically in the Espinhaço Supergroup with Mesoproterozoic age (Gomes, 2021).

Bone structure, modelling and remodelling

Bones are categorized into two types: woven and lamellar. Woven bone, deposited during foetal development, has a fibrous appearance, and is quickly replaced by mature bone. It occurs in embryonic skeletons, fracture repair sites and bone tumours (White; Folkens, 2005). Lamellar bone, a more organized structure, forms by the ordered deposition of layers (lamellae) during appositional growth, gradually replacing primary bone at a slower pace (White; Folkens, 2005).

At the microstructural level (Figure 2), cortical bone lamellae are concentrically organized around Haversian canals, blood vessels that facilitate bone nourishment. A network of these canals, along with Volkmann's Canals interconnecting them with the periosteum, contributes

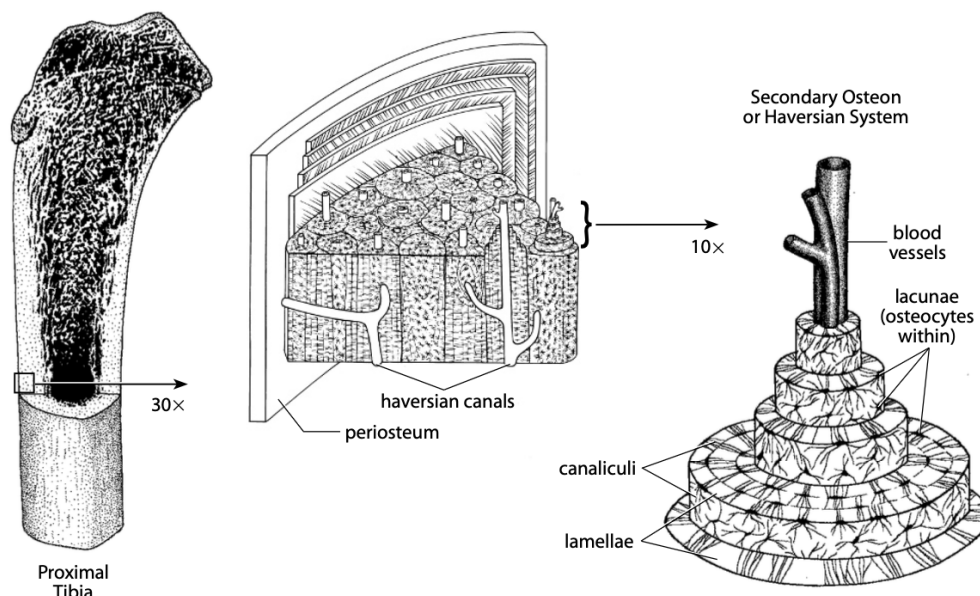
to the high vascularization of bones. Osteocyte lacunae, small cavities within lamellae, house bone maintenance cells called osteocytes. Nutrient exchange occurs by canaliculi connecting lacunae with Haversian canals and other lacunae (White; Folkens, 2005). Apart from concentric lamellae, the skeletal system shows interstitial (between osteons, remnants of older bone) and circumferential lamellae (parallel to the outer edge of bone, beneath the periosteum).

The Haversian system, or osteon, constitutes the foundational functional unit of compact bone, with primary osteons forming without previous resorption and secondary osteons resulting from remodelling.

Bone cellular structure involves four main cell types: osteoblasts, osteoclasts, bone lining cells, and osteocytes. Osteoblasts, responsible for bone production, also contribute to collagen synthesis, hematopoiesis, immune functions and osteoclast regulation (Lynnerup; Klaus, 2019). They secrete an unmineralized bone matrix (osteoid) consisting of structured layers of collagen type I fibrils. Hydroxyapatite crystals are then deposited between the collagen fibres, leading to mineralization and the transformation of mature osteoblasts into osteocytes or bone lining cells (Gartner; Hiatt, 2006).

Bone histology analysis include two fundamental processes: bone modelling and remodelling. Bone modelling involves forming bone by osteoblasts without prior bone resorption. It occurs by appositional processes, with some resorption on the endosteal surface. This process is particularly active during skeletal development, spanning from prenatal stages to early adulthood, facilitating changes in bone size and shape (Seeman, 2008). Bone remodelling is defined as “The mechanism by which older bone is replaced by the coordinated (tethered) action of bone-resorbing osteoclasts and bone-forming osteoblasts, collectively referred to as a basic multicellular unit (BMU) of remodelling or simply bone remodelling units” (Stout; Crowder, 2011, p. 2). Bone remodelling is essential for the maintenance of mineral homeostasis, the adaptation to mechanical loads, and the repair of microdamage (Burr, 2002).

Figure 2. Gross and microscopic bone structure.



Source: White and Folkens (2005, p. 45).

MATERIALS AND METHODS

Archaeological Context

When alive, bone is a dynamic tissue, adapting and responding to external and internal stimuli by modelling and remodelling (Robling *et al.*, 2006). While the process of modelling is vigorous during skeletal growth, remodelling occurs throughout life.

In biological anthropological approaches, bone histology analysis applied to human remains has been used to address a variety of research questions, such as differentiation between human and non-humans (Mulhern; Ubelaker, 2001), the identification of taphonomy processes (Stout, 1978; Turner-Walker; Jans, 2008); age-at-death estimation (Stout; Crowder, 2011), paleopathology (Aaron; Rogers; Kanis, 1992; Wakely; Manchester; Roberts, 1991; Weston, 2009) and responses to biomechanical stress and behaviour (Miszkievicz; Mahoney, 2016; Mulhern, 2000; Robling; Stout, 2003). The studies aiming to assess behaviour in past contexts using bone histology investigated a range of variables (PEARSON; BUIKSTRA, 2006) such as mobility patterns (Robling; Stout, 2003), the sexual division of labour (Mulhern; Van Gerven, 1997), socio-economic status (Miszkievicz; MAHONEY, 2016), nutritional stress (Martin; Armelagos, 1985) and diet (Richman; Ortner; Schuller-Ellis, 1979). In South America, the only study investigating the relationships between bone histomorphometry and behaviour was carried out in a Peruvian context, dated from 6,500 to 4,500 B.P (Robling; Stout, 2003). The authors studied the changes in bone histology across time in a Peruvian population and confirmed that bone microstructure alterations followed changes in economic strategies. The economic shift from strict hunter-gatherer subsistence to a maritime economy changed the bone microstructure, showing less evidence of responses to mechanical stimuli (Robling; Stout, 2003).

The literature has a gap concerning bone microanalysis in South American archaeological assemblages, and analysis of bone histology in such contexts can potentially bring a deeper and more complete understanding of past contexts that is unattainable by other types of analysis. Paleohistological analyses offer a unique opportunity to observe the responses of the body to the environment and cultural change from an observed perspective rarely.

Histological variation will confirm whether the early individuals in Santana do Riacho evince high mobility at the microscopic level. Mobility patterns in archaeological contexts have been investigated by different lenses. Therefore, it is important to establish that this study considers mobility “a proxy to lower limb activity, implying not only the linear distance crossed everyday but also the amount of force applied to the lower limb” (Gloria, 2012, p. 111).

This study aims to 1) use bone histology to establish the mobility of the Santana do Riacho population and 2) describe bone remodelling in the Santana do Riacho population.

1. We hypothesize that individuals with a lifestyle associated with a high mobility would show higher values of osteon densities in association with smaller areas of secondary osteons and Haversian canals, whereas the opposite characteristics occur in individuals with a more sedentary lifestyle.
2. We hypothesize the relationship between Haversian canal and osteon areas in the analysed samples. Bone remodelling can be understood as a self-organising process of adaptation to mechanical loads (Smit; Burger; Huyghe, 2002), and such correlation may offer insights into bone remodelling events and their effects on the geometric properties of microstructure features.

The Samples

The analysed samples represent a pre-colonial population dating to $8,280 \pm 40 - 9,460 \pm 110$ BP (Neves *et al.*, 2003). The human remains were recovered from Santana do Riacho, southeastern Brazil. The samples belong to a larger collection of 40 individuals and 28 burials

(Cornero, 2005; Gloria, 2012). This study relies on the osteological assessment conducted by Pedro da Gloria (2012), which resulted in two males and three females, and one individual with indeterminate biological sex.

The following paragraphs summarize the individuals sampled for this study, describing their sex, age at death, preservation conditions, and details about the health assessment undertaken. It is important to note that the Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (MHNJB-UFMG), the institution responsible for safe keeping the collection for more than 40 years, was partially devastated by a fire in 2020, which destroyed the Santana do Riacho Collection.

Individual II: The individual showed excellent preservation. The individual was estimated as a 35-50-year-old male (Gloria, 2014). Concerning oral health, the individual presented caries, antemortem tooth loss, and an abscess on tooth 27 (Gloria, 2014). The infection on tooth 27 likely affected the sinus bone as the bone showed signs of said infection (Gloria, 2014). Trauma was identified on the arms, hands, and nasal bone. A degenerative joint disease was present on the shoulders, elbows, hips, knees, wrists, and osteophytes were observed on two cervical, three thoracic, and two lumbar vertebrae (Gloria, 2014). Additionally, the individual showed *criba orbitalia*, porotic hyperostosis, and an infection on one of the ribs, but due to the fragmentary state of the bone, it was not possible to establish its possible causes (Gloria, 2014).

Individual Va: The individual was estimated as a 15-25-year-old female (Gloria, 2014). Concerning oral health, caries, abscess, antemortem tooth loss, and linear enamel hypoplasia was observed (Gloria, 2014). The presence of *criba orbitalia* and porotic hyperostosis was observed, as well as trauma on one of the arms and the vault (Gloria, 2014).

Individual IX: The individual was estimated as a 50+ year-old female (Gloria, 2014). Osteophytes were present on one of the cervical, one thoracic, and one lumbar vertebra (Gloria, 2014).

Individual XII: The individual was estimated as a 25-30-year-old female (Gloria, 2014). One of the legs and hand had trauma and one tibia showed signs of infection (Gloria, 2014). Moreover, signs of a degenerative joint disease were present at the shoulder, elbow, hip, knee and wrist (Gloria, 2014).

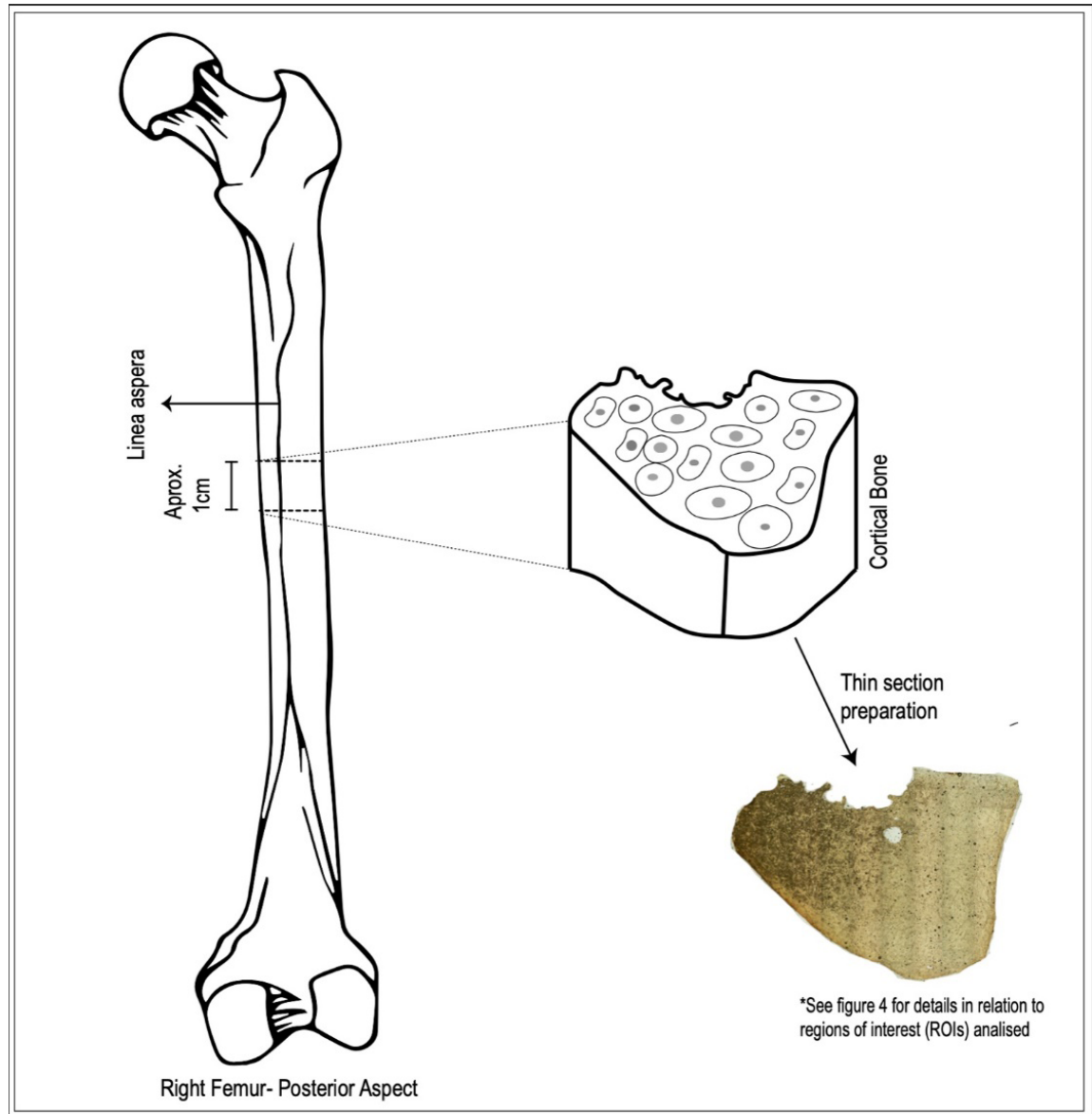
Individual XVIII: The individual was estimated as an adult male (Gloria, 2014). Although Gloria estimated the age as an adult, Cornero (2005) estimated the individual as a young adult, with a mean age of 22 years. Only part of the postcranial was preserved (Cornero, 2005). Cornering the health assessment showed signs of degenerative joint disease on the shoulder, elbow, hip and knee, and signs of trauma on the leg and hand (Gloria, 2014)

Individual XXVII: Only one rib, one femur, and two tibiae were preserved (Cornero, 2005), thus limiting estimations regarding age at death and health assessments. Still, signs of degenerative joint disease were noted on the hips and knees, as trauma on one of the legs, accompanied by infectious disease on the tibiae (Gloria, 2014). Gloria (2014) estimated the sex as undetermined but Cornero deemed the individual as a male (Cornero, 2005). Here, for consistency reasons, the sex will be considered unknown.

Despite the size of the collection, permission to undertake invasive sampling was limited to a small sample size (see the “Statements and Declarations” section of this article). This was further impacted by the fact that femora were largely fragmented, leaving only six individuals for study. In some cases, skeletal elements were well preserved, whereas others showed signs of exposition to fire or evidence of chemical changes due to insect activities (Cornero, 2005). Still, the preservation of the human femora selected for this study was satisfactory enough to enable the removal of bone for histological analysis. Considering that the femur is a major weight-bearing bone, receiving different mechanical loads depending on the individual (Miszkiewicz, 2016; Pfeiffer *et al.*, 2006), this bone was chosen for sampling to address mobility and physical activity. Using standard digital callipers, measurements of the femur were taken where possible, including maximum length, midshaft circumference, midshaft diameter (anterior-posterior, medial-lateral planes) and femoral head

(all in cm). Approximately 1 cm of cortical bone from the posterior aspect of the femur was removed to produce thin sections. Bone sections were removed from the posterior linea aspera (Miszkiewicz; Mahoney, 2016, 2017). A rotary tool (Ozito® RTR-2000) was used to make parallel and longitudinal cuts into the bone to extract the material that became loose.

Figure 3. Posterior aspect of the femur and details of the sampled area in this study.



Source: Authors.

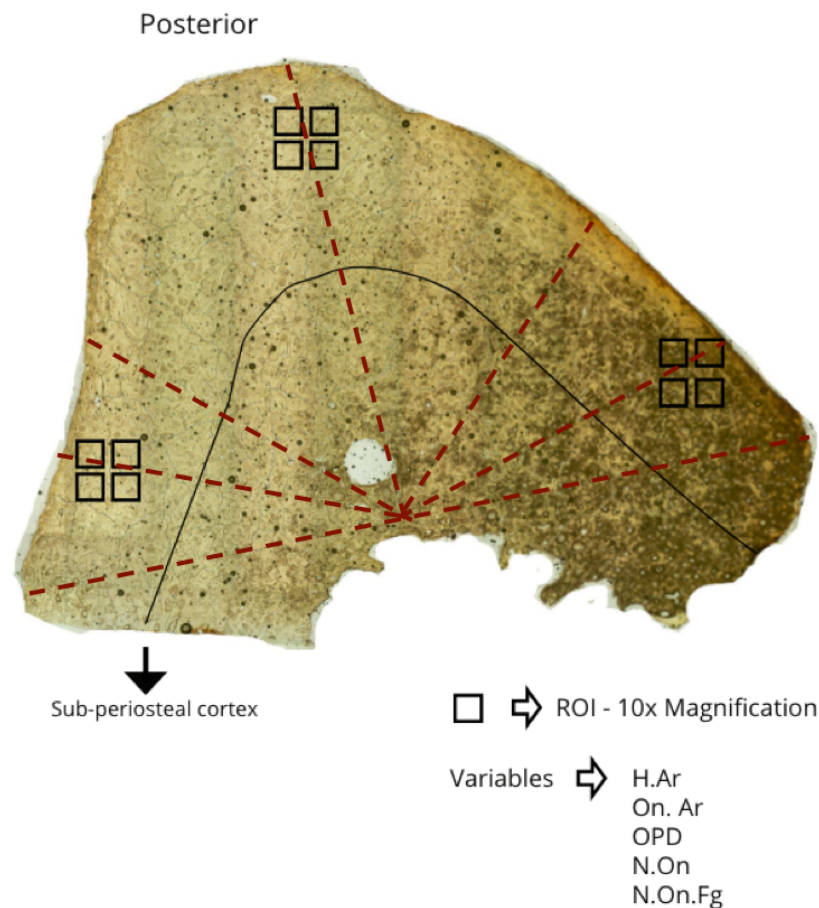
Histological Procedures

Samples were fixed in resin (Buehler Epocixure® resin and hardener). The embedded samples were then divided into two parts by a Kemet 151 precision saw equipped with a diamond blade. The cut samples were later mounted onto microscopic glass slides using epoxy glue. This was followed by grinding on a series of grinding pads placed on a rotating plate of a Buehler Ecomet 300 Grinder-Polisher. The samples were next polished using Buehler Micro polish II 0.3µm powder. Finally, the samples were placed in an ultrasonic bath for debris removal, which was followed by

dehydration in ethanol baths. The final steps in the preparation of the thin sections consisted of cleaning the samples using xylene and then sealing them with a glass coverslip.

Images of each slide were taken using an Olympus DP74 camera mounted on a BX53 high-powered microscope and the Olympus software cellSens[®]. The images were analysed using ImageJ[®]. In each sample, 12 regions of interest (ROIs) (Figure 3) were identified and imaged using a 10× objective lens (100× total magnification). As different criteria for selecting regions of interest have been reported in the literature (ROIs) (Villa; Lynnerup, 2010), ROIs were selected for the guiding question of this study. For this study, ROIs lied in the sub-periosteal region of the bone, defined as the most immediate area to the most outer periosteal layers. These ROIs were chosen as the periosteum, the most affected region by remodelling as a response to high mechanical stimuli (Miskiewicz; Mahoney, 2016; Robling; Castillo; Turner, 2006). Overall, four images were taken at the midpoint of each sample immediately below the linea aspera and four additional images were taken from each side of the sample (lateral and medial).

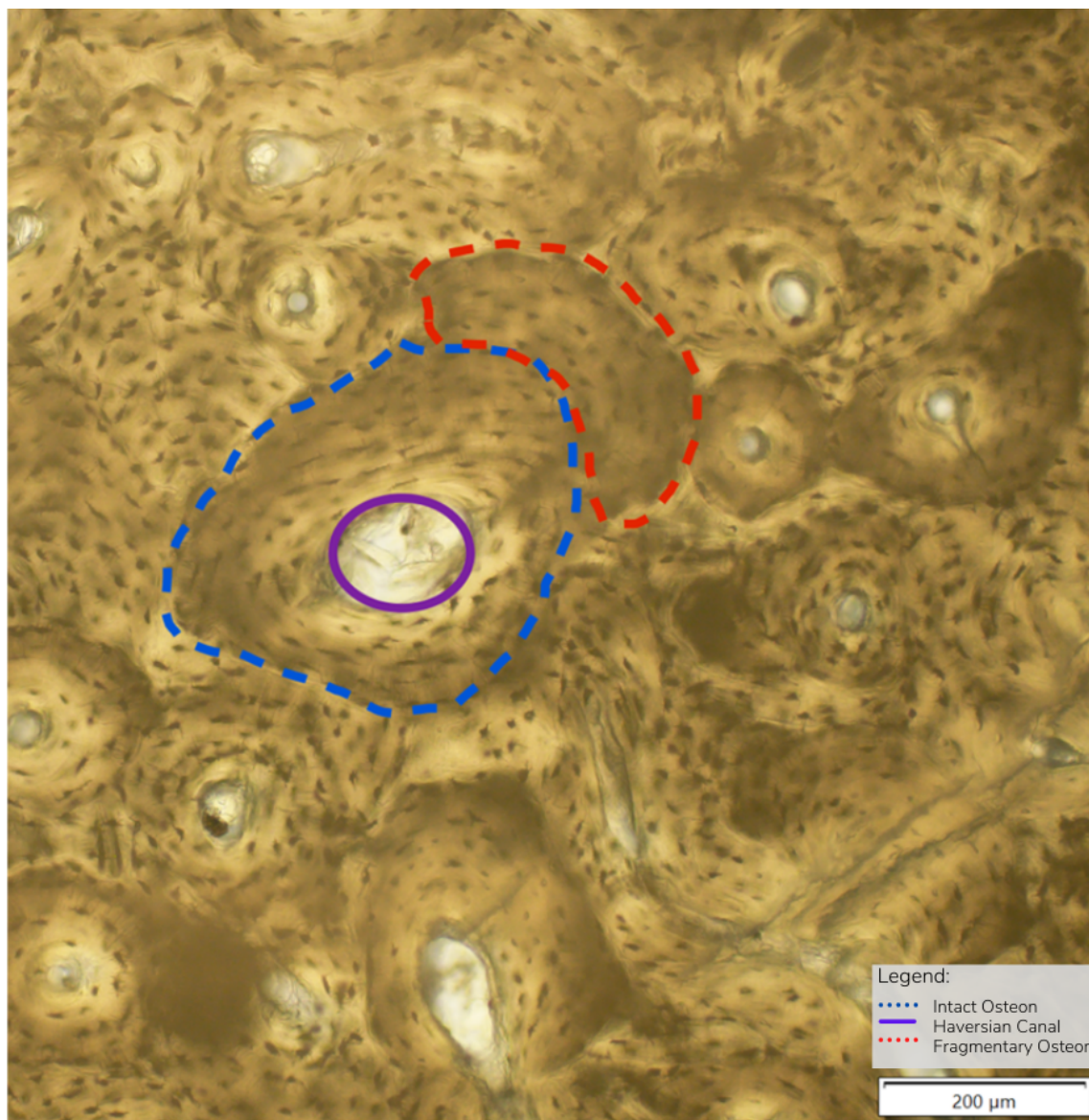
Figure 4. Analysed Regions of Interest.



Source: Authors.

Using these images, five histology variables were measured (Figure 4). These variables were chosen to describe the geometric properties of products of bone remodelling — secondary osteons and Haversian canals. Haversian canal area (H.Ar), osteon area (On.Ar), osteon population density (OPD), intact osteon density (N.On) and fragmentary osteon density (N.On.Fg) were collected.

Figure 5. Analysed structures, such as intact osteon (blue), fragmentary osteon (red) and Harversian canal (purple).



Source: Authors.

Table 1. Variables examined in this study.

VARIABLE AND ABBREVIATION	DEFINITION
Midshaft Circumference (Circ)	The measure of the circumference on the diaphyseal midpoint (e.g., Buikstra; Ubelaker, 1994; Miskiewicz; Mahoney, 2016).
Intact Osteon Density (N.On)	The number of osteons with complete Haversian canals and intact cement lines per area of sampled bone, measured in mm ² . This variable was counted at 10× magnification (e.g., Miskiewicz; Mahoney, 2016; Stout; Crowder, 2011).

continues...

Table 1 Continuation

Fragmentary Osteon Density (N.On.Fg)	The number of fragmentary osteons with surfaces and/or Haversian canals of >10% resorption per area of sampled bone, measured in mm ² . This variable was counted at 10× magnification (e.g., Miskiewicz; Mahoney, 2016; Stout; Crowder, 2011).
Osteon Population Density (OPD)	N.On.Fg+N.On per area of sampled bone, measured in mm ² . This variable was counted at 10× magnification (e.g., Miskiewicz; Mahoney, 2016; Stout; Crowder, 2011).
Haversian Canal Area (Mean) (H.Ar)	Area of Haversian canals reported in μm. The magnification used to take the measurements was 10× (e.g., Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006).
Osteon Area (Mean) (On.Ar)	Area of osteons with intact cement lines and complete Haversian Canals, reported in μm. The magnification used to take the measurements was 10× (e.g., Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006).

Source: Authors.

Due to the small sample size, the presented analysis was limited to descriptive statistics (minimum, maximum, mean and median). A comparison with histology data published for other ancient populations and one inferential statistical (Pearson's *r* correlation) approach to test relationships between some characteristics of the bone responses to physical activity and weight-bearing were made.

Comparisons

Population comparisons with the same type of paleohistology data available for other archaeological samples used data extracted from five studies (nine contexts) published from 1964 to 2016:

- The Late Stone Age foragers dated from 6,000 to 2,000 BP in South Africa (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). The sample size included 44 individuals: 19 males and 25 females, most of whom with an age-at-death around 30 years old. Up to 2,000 BP, the population included exclusively foragers (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). Analysis of the relative strength of adult long bones, combined with archaeological evidence, indicates a reliance on overland trekking (Stock; Pfeiffer, 2004).
- Christ Church Spitalfields, East London, dated from AD 1729 to 1857 (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). In total, 20 young adults aged from 25 to 50 years were included in this sample, totalling 11 males and nine females (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). Regarding context, the sample includes individuals that lived during the industrialization period, with considerable coal-generated air pollution (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). Some sampled individuals are believed to be of French origin and involved in textile industries (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). Individuals came from the lower middle class, and some were relatively wealthy (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006).
- St Thomas Anglican Church in Ontario (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006), consisting of 21 sampled individuals who died from AD 1827 to 1873: 14 males and seven females. Age-at-death ranged from 17 to 81 years (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006).
- St Gregory's Priory in Canterbury, with 40 individuals from the Middle Ages (Miskiewicz; Mahoney, 2016). The sampled individuals included young and middle-aged adults. Overall,

10 females and 30 males were analysed (Miszkiewicz; Mahoney, 2016). Archaeological and historical evidence shows that wealthy individuals were buried at the location, with individuals believed to be less subject to biological and physical stress and with a high protein intake (Miszkiewicz; Mahoney, 2016).

- A cemetery in medieval Canterbury, England, associated with the aforementioned St. Gregory’s Priory but of lower socioeconomic status (Miszkiewicz; Mahoney, 2016). For the study, 205 males and 207 females were analysed (Miszkiewicz; Mahoney, 2016). The individuals were mainly peasant farmers, with low protein intake and a physically demanding lifestyle (Miszkiewicz; Mahoney, 2016).
- Kulubnarti in Sudanese Nubia with late medieval burials (AD 1250-1450) included a total of 43 individuals; 24 females and 19 males, with age-at-death ranging from 20 to 50 years (Mulhern; Van Gerven, 1997). Populations in this region lived in farming villages under harsh environmental conditions (Mulhern; Van Gerven, 1997). Staple crops included sorghum, millet, barley, beans, lentils, peas, dates and wheat. Cattle, sheep and pigs were a source of some protein (Mulhern; Van Gerven, 1997). The terrain also contributed to physical stress, and studies show a high rate of fractures and traumatic lesions on long bones, describing a rate of degenerative joint disease that agrees with populations enduring intense physical stress (Kilgore, 1984).
- The Paco Indians, an agriculturalist Native American community from north-central New Mexico, dated from the 14th to the 19th century, were also included in comparisons (Burr; Ruff; Thompson, 1990). The sample consisted of 55 individuals; 27 women and 28 men, with an age-at-death from 21 to 60 years (Burr et al., 1990). In this egalitarian agricultural community, all had equal access to environmental and cultural resources, without evidence of serious malnutrition or food shortages (Burr; Ruff; Thompson, 1990).
- This modern human sample was studied by Currey (1964). For the study, 19 samples were extracted from the autopsy of individuals with ages ranging from 23 to 89 years (Currey, 1964). The samples represented 11 females and eight males.

We attempted to obtain data for the Peruvian sample (Robling; Stout, 2003), but it was not possible. We acknowledge this South American sample would have otherwise formed a geographically close and suitable comparison to the sample used in this study.

RESULTS

Bone Histology and Mobility

Tables 2 and 3 show the descriptive data. Table 2 shows the data obtained for each individual and the means and medians for the entire sample. Table 3 shows the minimum and maximum values and the standard deviation for each analysed variable.

Table 2. Sampled individuals, corresponding values obtained for the analysed variables, and the mean value for each variable.

Individual	Sex	OPD (mm ³)	N.On (mm ²)	N.On.Fg (/mm ²)	H.Ar (µm)	On.Ar (µm)	Circ (cm)
II	Male	20.51	17.35	3.15	1113.32	20770.8	8.5
Va	Female	15.78	14.43	1.30	1120	22616.02	6.8

continues...

Table 1. Continuation

IX	Female	20.03	15.25	4.77	1255.11	21436.91	7.2
XII	Female	16.85	13.11	3.73	2085.69	31513.04	7.5
XVIII	Male	12.36	11.61	0.74	2235.51	27636.16	8.1
XXVII	Unknown	16.55	14.55	1.99	1582.24	25747.29	8
Mean		17.01	14.38	2.61	1565.31	24953.37	7.68

Source: Authors.

Table 3. Means, minimums, maximums, and standard deviations for each variable analysed in this study.

Variable	Mean	Min.	Max.	Standard deviation
OPD	17.01	12.36	20.51	2.991
N.On	14.38	11.61	17.35	1.943
N.On.Fg	2.61	0.74	4.77	1.536
H.Ar	1565.31	1113.32	2235.51	493.775
On.Ar	24953.37	20770.8	31513.04	4151.614

Source: Authors.

Previous studies have indicated sexual dimorphism, highlighting variations in diets and potentially distinct routines and activities between males and females (Gloria, 2012; Gloria; Larsen, 2014). This study attempted to compare bone microstructures between sexes (Table 4). However, it became evident that the limitations imposed by the collection and the small sample size hindered the reliability of results.

This is evident in the osteon population density (OPD) comparisons. For instance, the individual with the highest OPD value is a male (ind. II), followed by a female (ind. IX) and an elderly individual, which would potentially explain the observed bone microstructure characteristics. Regarding OPD, both the highest and lowest values belong to males (ind. II and XVIII). The difference might be attributed to a possible age gap, but age-at-death estimation for Individual XVIII was not feasible.

Another limitation in comparing sexes is evident in Individual XXVII's data. It is not possible to use histological information to gain any insights into a sex estimation for the individual due to the absence of clear patterns for a match. These instances underscore the challenges and constraints in drawing conclusive insights from the available data regarding sex differences.

Table 4. Comparison between sexes.

	Mean H.Ar	Mean On.ar	OPD	N.On	N.On.Fg
Indeterminate	1582.24	25747.29	16.55	14.55	1.99
Female	1486.93	25188.65	17.55	17.55	3.266
Male	1674.41	24203.48	14.48	14.48	1.945

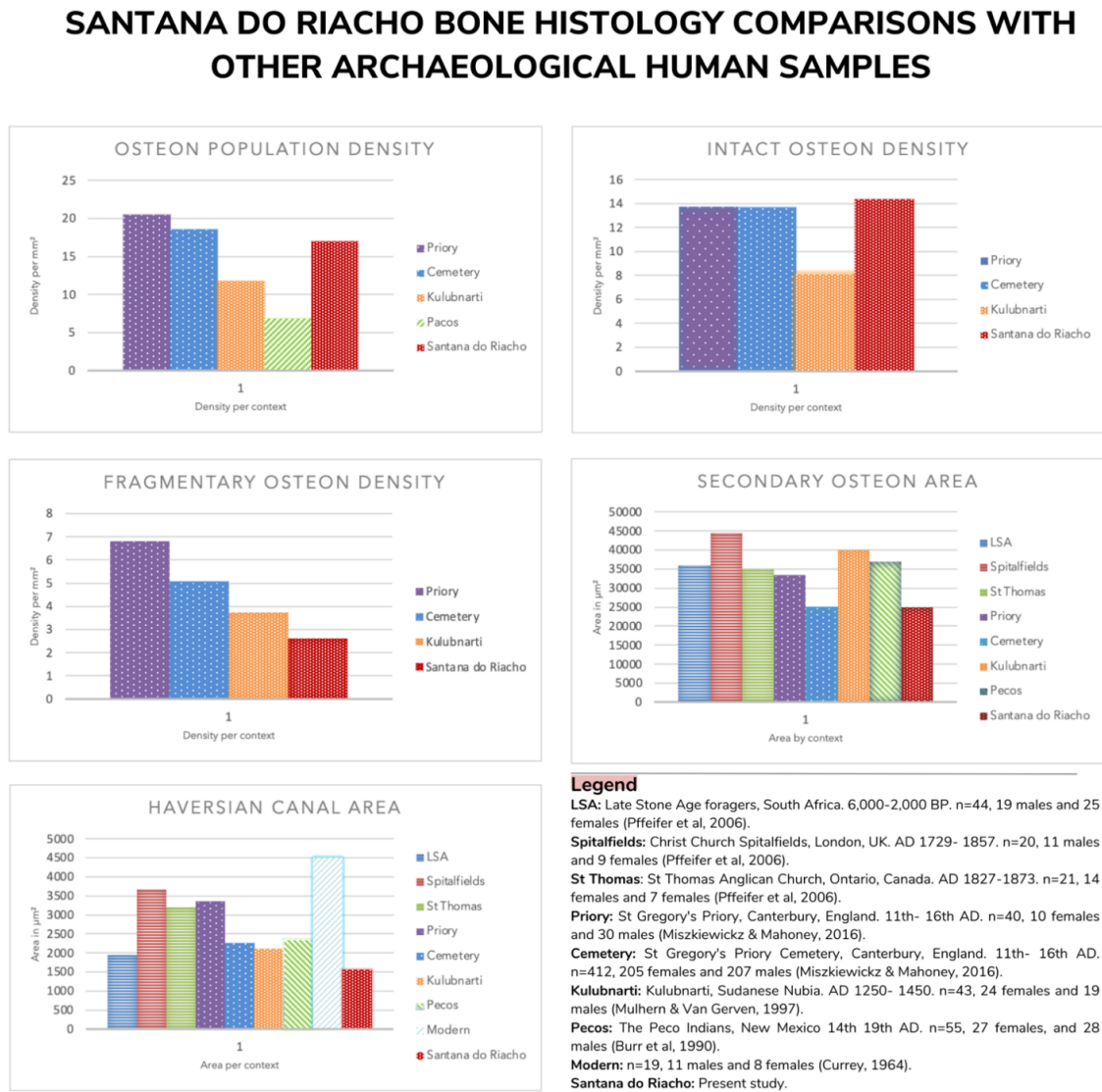
Source: Authors.

The next step was to compare the sample to other contexts for which bone histology had been analysed by other authors (Figure 5). Only data obtained from femoral sections were used in the comparisons, obtained from nine archaeological contexts. Santana do Riacho shows the third highest osteon population density, with a value closer to that of the two groups with the highest scores. Santana do Riacho also shows the highest number of intact osteons, associated with the lowest number of fragmentary osteons. Regarding geometric properties, Santana do Riacho shows the smallest osteon area, associated with the smaller Haversian canal area. Interestingly, for two variables, osteon area and population density, Santana do Riacho showed values quite similar to those in another population: from Canterbury Cemetery (Miszkiwicz; Mahoney, 2016).

Regarding osteon area, while Santana scored the lowest value, Spitalfields scored the highest, followed by Kulubnarti, the Pecos Indians and Late Stone Age foragers. For the Haversian canal area, while Santana do Riacho shows the smallest canals, modern samples showed the largest, followed by Spitalfields and The Canterbury Priory.

Concerning density properties, fewer contexts were compared, and for the number of intact osteons, Santana do Riacho shows the highest value, slightly higher than the Cemetery and the Priory, whereas Kulubnarti shows a significantly smaller value. For the number of fragmentary osteons, the Priory shows the highest number, followed by the Cemetery and Kulubnarti, whereas Santana do Riacho showed fewer fragmentary osteons. Osteon population density also includes the Pecos Indians. Both groups from England showed values higher than Santana do Riacho, whereas the other two populations (Kulubnarti and the Pecos Indians) showed lower values.

Figure 6. Comparison with other contexts.



Source: Authors.

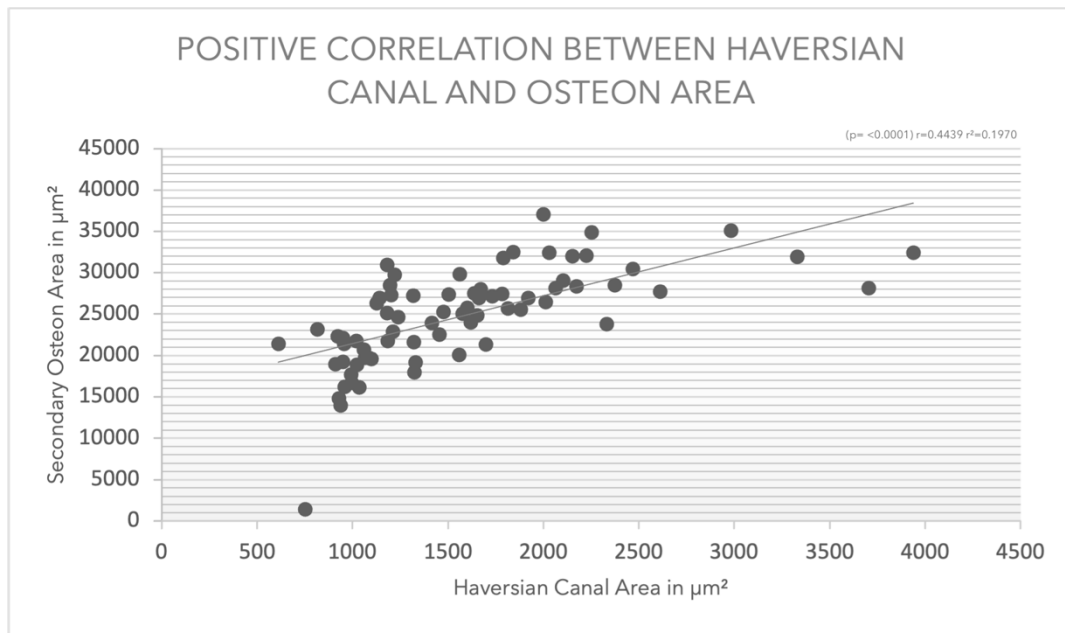
From these basic descriptions, it can be concluded that this sample shows possible indicators of an overall pattern of high mobility. The measurements showed a pattern that combined high osteon population density with small osteons and small Haversian canals, which characterize populations under high levels of physical activity.

Correlations between histological variables

A total of 72 measurements indicated a statistically significant relationship ($p < 0.0001$) with $r = 0.4439$, which obtained $r^2 = 0.1970$. This means that this correlation can explain approximately 20% of the data. This, however, is a weak correlation. This means that the correlation between On.Ar and H.Ar show a positive biological relationship, whereby the size of the Haversian canal increases with an increase in the size of the secondary osteon. Figure 6 shows the distribution of the data, which aligned the data in a positive direction. Osteon and Haversian canal areas show a statistically significant positive relationship, confirming the alternative hypothesis. The observed

positive relationship evinces relatively longer remodelling events, in which osteons would have had enough time to accrue larger surfaces.

Figure 7. Data distribution. Source: Authors.



Source: Authors

DISCUSSION

In comparison with other archaeological samples (Burr; Ruff; Thompson, 1990; Currey, 1964; Miskiewicz; Mahoney, 2016; Mulhern; Van Gerven, 1997; Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006), the analysis of bone histology in the archaeological Santana do Riacho sample showed high values of secondary osteon densities in association with smaller areas of secondary osteons and Haversian canals. Santana do Riacho showed the smallest Haversian canal and osteon areas, associated with an osteon population density higher than the Kulubnarti and the Pecos Indians but lower than medieval England (St. Gregory Priory and the Canterbury cemetery). These characteristics support the hypothesis that Santana do Riacho individuals were highly mobile. They also showed a possible sex difference, whereby the bone histology in male individuals indicated a more mobile lifestyle than that of women.

Bone Histology and Mobility

Bone remodelling is a multifactorial process, in which several variables influence bone maintenance. Among these factors, mechanical load plays an important role in stimulating microstructural bone redistribution and adaptation (Robling *et al.*, 2006). Bone turnover increases in a state of disuse and overuse. Disuse accelerates bone resorption, with consequent bone loss, whereas overuse damages tissues and can stimulate an increase in bone deposition (Robling; Castillo; Turner, 2006). Therefore, periosteal bone formation decreases in disuse and increases in use (Robling; Castillo; Turner, 2006). This increased bone formation is characterized by a high number of osteons (OPD), associated with small osteons and Haversian canals. Osteons and Haversian canals are expected to be smaller under high mechanical load application due to accelerated bone formation, in which more osteons are formed before older osteons increase in size. In comparison

with the other populations, Santana do Riacho indicates patterns compatible with such an increased remodelling, likely linked to a high level of physical activity. However, it is important to note that only one of the compared archaeological contexts includes foraging individuals, namely the Late Stone Age South African foragers (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). Considering the geometric properties of the histomorphometric data available alone (On.Ar and H.Ar) indicates that these foragers were less physically active than those from St. Thomas, Priory, Cemetery and Santana do Riacho, which is very unlikely. Pfeiffer, Crowder and Harrington (2006) recognized that measures of the osteon area and Haversian canal area are unable to be solely used to reconstruct behaviour. Among the compared groups, the one that most resembles the patterns observable in Santana do Riacho is the Canterbury cemetery (Miszkiwicz; Mahoney, 2016). High demands of physical activity for a hunter-gatherer population occupying a new and unknown territory for the first time are expected, as previously described by Gloria (2012) and Gomes (2021), which also seems to mirror the laborious lifestyle of British medieval peasants, who configured the backbone of the European workforce at the time (Miszkiwicz; Mahoney, 2016). The limited femur bone exterior data also points to thicker and larger, rather than gracile, femoral shafts.

Comparisons between sexes examined the histomorphometry variables of two male individuals and three females were examined. The limited sample size significantly challenges drawing conclusive comparisons, rendering the results of the histomorphometry analysis inconclusive. Instead, this analysis serves to indicate the potential for further research to establish whether the results align with findings from previous studies (Cornero, 2005; Cornero; Neves; Prous, 1999; Gloria, 2012; Gloria; Larsen, 2014)

As bone remodelling is a complex process influenced by various factors, a reliable comparison between sexes requires considering factors such as the age and health of individuals. Unfortunately, consistent results were unattainable in this study. The FMS analysis conducted by Gloria (2012) indicated that male individuals showed signs of greater physical activity than females. This opens avenues for additional research, exploring other sites in the region and utilizing bone samples less affected by mechanical stimuli, such as ribs (Mulhern, 2000). Such an approach would enhance the control and understanding of factors influencing bone response and remodelling.

Expanding the sample size could offer a more nuanced understanding of sex-related divisions in population tasks and other factors contributing to differences in bone remodelling, such as diet (Richman; Ortner; Schuler-Ellis, 1979) and hormones (Manolagas, 2002). Previous palaeopathology studies in Santana do Riacho addressed differences between males and females, highlighting a higher incidence of caries in females (Gloria, 2012) in the Lagoa Santa population. This suggests potential variations in diets, with females possibly relying more on carbohydrates than males. Consequently, a plausible division of daily routine activities between sexes may exist, leading to distinct skeletal outcomes, which can be further explored by bone histology.

Relations between bone histomorphometric variables and insights into remodelling

The correlation between H.Ar and On.Ar showed that the two variables are in a statistically significant (although weak) relation. This study deals with archaeological remains dated from 8,200 to 9,500 BP, so a larger sample size would shed more light on these associations. Miszkiewicz (2016) also found this relationship between these two variables by analysing the relationship between several histomorphometric variables in human femoral sections. The author associated the relationship between the two variables with an indication of response to mechanical stimuli, considering that several studies agreed that small osteons and Haversian canal areas lie in an inverse relationship with strain application (Miszkiwicz, 2016). Bones with long-term disuse show lower osteon population density, associated with larger osteons and Haversian canal areas (Schlecht *et al.*, 2012), showing that the relationship between these geometric variables may

provide information over the impact of physical activity on the remodelling of the human skeleton. The positive relationship between Haversian canal and osteon areas on human femurs indicates that remodelling, coordinated by BMUs, occurs in a manner that influences histomorphometrical properties (Miszkiwicz; Mahoney, 2016; Smit; Burger; Huyghe, 2002). In this case, the positive relationship shown by the statistical tests indicates a decreased remodelling rate. Bone remodelling can be understood as a self-organizing process of adaptation to mechanical loads (Smit; Burger; Huyghe, 2002), and the found correlation shows that remodelling likely occurred over a relatively longer length of time, enabling the completion of larger osteons and Haversian canals. This was an unexpected result since descriptive analysis indicated a high impact of physical activity on bone microstructure. This contradiction exemplifies the complexity of bone dynamics and the importance of further research within South American contexts to understand the relationships between the observed phenomena. A broader analysis including other sites of the region could also explain the differences in mobility between Santana do Riacho and other sites located at Lagoa Santa since past analyses have described Santana do Riacho as having a greater sexual dimorphism and more signs of high impact of physical activity on the skeleton (Cornero, 2005; Gloria, 2012).

Further Remarks on Interpretations

This study addresses archaeological human remains from a context without written records, obtaining information about the lifestyle of the studied individuals by bioarchaeology or analysis of the archaeological record. It is important to take into consideration that, although physical activity influences bone remodelling, it remains a natural independent process (Pfeiffer; Crowder; Harrington, 2006). Additionally, human bone remodelling can suffer the influence of a range of other factors (such as sex, diet, disease and genetics). Therefore, it is important to address alternative explanations for the obtained results.

Concerning population comparisons, it is primordial to consider that genetic factors are involved in bone growth and maintenance (Thompson; Gunness-Hey, 1981), which may have influenced results. It is also important to consider that bone modelling and remodelling are multifactorial processes (Miszkiwicz; Mahoney, 2016). Therefore, results cannot be considered as a result only of mechanical load application.

A comparison between North Americans from the same period and Brazilian samples would improve the understanding of what factors determined the observed phenomena in the bone microstructure analysed in this study. Considering the genetic evidence that recently linked the Lagoa Santa population with the Clovis culture in North America (Posth *et al.*, 2018), the comparison between these two groups — which share genetic traits but inhabited very different environments and relied on very distinct sources of food — would bring very interesting results, which could more accurately infer the diet and physical activity effects on bone microstructures.

Among the factors that influence bone remodelling, age can be considered an important factor, since older adults would show osteon accumulation (Kerley, 1965), which would increase osteon population density. Therefore, the age-at-death estimation configures key information when comparing bone histomorphometric variables since comparison between a very varied age group could be biased. The problem is that, age-at-death estimation can be problematic in archaeological remains (especially those without a written record), especially regarding the underestimation of older individuals (Cave; Oxenham 2017). At least three osteological assessments have been conducted in Santana do Riacho (Cornero, 2005; Gloria, 2012; Souza, 1992, 1993), showing very different results concerning the age-at-death of individuals. Cornero (2005), for example, was unable to identify any individuals older than 39 years, whereas Gloria (2012) found a female individual as older than 50 years old.

This example shows that estimation can be complicated, and that the Santana do Riacho collection is complex. Therefore, the high osteon population density at Santana do Riacho can alternatively stem from a higher age-at-death than expected, especially considering that, for two analysed individuals, age-at-death estimation was not possible. Therefore, a greater number of osteons would alternatively indicate osteon accumulation due to age instead as an effect of mechanical stimuli.

CONCLUSIONS

In conclusion, considering the data purely in the light of the influence of mechanical stimuli on human bones, the individuals from Santana do Riacho endured more biomechanical stress than the populations to which they were compared, except for the individuals buried in the Canterbury cemetery. It is also important to acknowledge that most of the compared contexts were agriculturalist, except for the Late Stone Age South African foragers. Moreover, agrarian contexts expectedly configure more sedentary lifestyles. Therefore, it can be concluded that Santana do Riacho was more physically active than other contexts, but a fair comparison would include other South American hunter-gatherer populations to achieve a higher degree of understanding of the observed phenomenon. Unfortunately, more meaningful comparisons are impossible at this stage as this study only constitutes the second research in South America on behaviour by paleohistological analysis.

This first analysis using Brazilian archaeological human remains to investigate the relation between bone microstructure and mechanical stimuli confirms the potential of histological investigations to address past behaviour and lifestyle. The results of this study show that expanding sample sizes, including more samples, and incorporating more sites into the research in the region would offer great possibilities. Santana do Riacho is part of the Lagoa Santa region, one of the largest and earliest collections of human remains in America, and a larger sample size would increase understanding on how physical activity influenced bone microstructures, how genetic factors guided bone adaptation, and the differences between sexes in the population. A deeper understanding of these aspects would further detail how this early population adapted to this new environment.

STATEMENTS AND DECLARATIONS

Authors

Nathalia R. Dias Guimarães: This research is a sub-product of the author's master's thesis.
Justyna J. Miskiewicz: Supervision.

COMPETING INTERESTS

The authors have no competing interest to declare.

FUNDING

Miskiewicz is supported by the Australian Research Council (DE190100068). The laboratory equipment used to prepare the samples examined in this study is funded by the Australian Research Council (DE190100068) and the Australian National University.

ETHICS

This study used invasive techniques in human remains. Therefore, it is fundamental to acknowledge that the thin sections of ancient human remains were prepared and examined in accordance with codes of ethics and good practice in Biological Anthropology:

- Recommendations made by the National Museum of Australia.
- British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology Code of Ethics (2008).
- British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology Code of Practice (2010).
- Code of Ethics of the American Association of Physical Anthropologists (2003).
- Science and the Dead: guidelines for the destructive sampling of archaeological human remains for scientific analysis (MAYS *et al* 2013).

Additionally, the authorization for sampling the evaluated bones was obtained from *Museu de História Natural e Jardim Botânico* at *Universidade Federal de Minas Gerais*, and the transportation of the samples to Australia was granted by the *Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Natural (IPHAN)*- ref no 01514.000056/2019 in accordance with Brazilian legislation *IPHAN - Portaria nº 197/2016*.

REFERENCES

- AARON, Jean E.; ROGERS, Juliet; KANIS, John A. Paleohistology of Paget's Disease in Two Medieval Skeletons. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 89, n. 3, p. 325-331, 1992. DOI: 10.1002/ajpa.1330890306.
- ARAUJO, Astolfo; PUGLIESE, Francisco; SANTOS, Rafael; OKUMURA, Mercedes. Extreme Cultural Persistence in Eastern-Central Brazil: The Case of Lagoa Santa Paleaeoindians. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 90, n. 2, p. 2501-2521, 2018. Suplemento 1. DOI: 10.1590/0001-3765201720170109.
- BARRIENTOS, Gustavo; SARMIENTO, Patricia; GALLIGANI, Paula. Evaluación de la diagénesis ósea mediante el uso de microscopía electrónica de barrido (Meb): aproximaciones analíticas aplicables a muestras arqueológicas. *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 18, n. 2, 2016. DOI: 10.17139/raab.2016.0018.02.03.
- BINFORD, Lewis R. Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. *American Antiquity*, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980. DOI: 10.2307/279653.
- BRACHETTA APORTA, Natalia; GONZALEZ, Paula; BERNAL, Valeria; MARTINEZ-MAZA, Cayetana. Cambios morfológicos en la mandíbula durante la ontogenia: un aporte desde la histología y la morfometría geométrica. *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 18, n. 2, 2016. DOI: 10.17139/raab.2016.0018.02.06. Available at: <http://www.revistas.unlp.edu.ar/raab/article/view/2515/2454>. Accessed on: 20 Dec. 2023.
- BURR, David B. Targeted and Nontargeted Remodeling. *Bone*, v. 30, n. 1, p. 2-4, 2002. DOI: 10.1016/S8756-3282(01)00619-6.
- BURR, David B.; RUFF, Christopher B.; THOMPSON, David D. Patterns of Skeletal Histologic Change through Time: Comparison of an Archaic Native American Population with Modern Populations. *The Anatomical Record*, v. 226, n. 3, p. 307-313, 1990. DOI: 10.1002/ar.1092260306.
- CAVE, Christine M.; OXENHAM, Marc F. Sex and the Elderly: Attitudes to Long-Lived Women and Men in Early Anglo-Saxon England. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 48, p. 207-216, 2017. DOI: 10.1016/j.jaa.2017.08.003.
- CORNERO, Silvia. *Biología esquelética de los primeros americanos*. La Plata (AR): Universidad Nacional de La Plata, 2005. DOI: 10.35537/10915/4431.

- CORNERO, Silvia; NEVES, Walter; PROUS, Andre. Prevalencia de caries en una muestra de la población de Santana do Riacho I, o el mito del paleoindio cazador. *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 2, n. 1, p. 301-306, 1999.
- CURREY, J. D. Some Effects of Ageing in Human Harversian Systems. *Journal of Anatomy*, v. 98, p. 69-75, 1964.
- DESÁNTOLO, Bárbara; INDA, Ana. Estimación microscópica de edad a partir de la zona cortical del fémur en individuos adultos: revisión metodológica. *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 18, n. 2, 2016. DOI: 10.17139/raab.2016.0018.02.04. Available at: <http://www.revistas.unlp.edu.ar/raab/article/view/2514/2450>. Accessed on: 20 Dec. 2023.
- GARTNER, Leslie; HIATT, James. *Color Textbook of Histology E-Book*. Amsterdam (NL): Elsevier Health Sciences, 2006.
- GLORIA, Pedro da. *Health and Lifestyle in the Paleoamericans: Early Holocene Biocultural Adaptation at Lagoa Santa, Central Brazil* Author Info. 2012. Ohio (US): Ohio State University, 2012.
- GLORIA, Pedro da; LARSEN, Clark Spencer. Oral Health of the Paleoamericans of Lagoa Santa, Central Brazil. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 154, n. 1, p. 11-26, 2014. DOI: 10.1002/ajpa.22467.
- GLORIA, Pedro da; HUBBE, Mark; NEVES, Walter A. Lagoa Santa's Contribution to the Origins and Life of Early Americans. *Evolutionary Anthropology*, v. 27, n. 3, p. 121-133, 2018. DOI: 10.1002/evan.21587.
- GOMES, Lisiane Müller Plumm. *Padrão de mobilidade de grupos humanos encontrados no Brasil Central durante o Holoceno Inicial: um estudo isotópico sobre a dinâmica ocupacional das paisagens regionais*. 2021. Dissertação (Mestrado em Genética e Biologia Evolutiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: 10.11606/D.41.2021.tde-14042021-080959.
- KARFUNKEL, Joachim; NOCE, Carlos Mauricio; KÖHLER, Christiana. A geologia do Grande Abrigo de Santana do Riacho e vizinhanças, Serra do Cipó, Minas Gerais. *Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 13/14, p. 33-41, 1992.
- KERLEY, Elis. R. The Microscopic Determination of Age in Human Bone. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 23, n. 2, p. 149-163, 1965. DOI: 10.1002/ajapa.1330230215.
- KILGORE, Lynn. *Degenerative Joint Disease in a Medieval Nubian Population*. Boulder (US): [s. n.], 1984.
- LYNNERUP, Niels; KLAUS, Haagen D. Fundamentals of Human Bone and Dental Biology. In: BUIKSTRA, Jane E. (ed.). *Ortner's Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains*. Amsterdam (NL): Elsevier, 2019. p. 35-58. DOI: 10.1016/B978-0-12-809738-0.00004-1.
- MANOLAGAS, Stavros C. Sex Steroids and Bone. *Recent Progress in Hormone Research*, v. 57, n. 1, p. 385-409, 2002. DOI: 10.1210/rp.57.1.385.
- MARTIN, Debra L.; ARMELAGOS, George J. Skeletal Remodeling and Mineralization as Indicators of Health: An Example from Prehistoric Sudanese Nubia. *Journal of Human Evolution*, v. 14, n. 5, p. 527-537, 1985. DOI: 10.1016/S0047-2484(85)80031-2.
- MARTIN, Paul S. The Discovery of America. *Science*, v. 179, n. 4077, p. 969-974, 1973. DOI: 10.1126/science.179.4077.969.
- MELO E ALVIM, Marília Carvalho. Os antigos habitantes da área arqueológica de Lagoa Santa. *Arquivos do Museu de História Natural UFMG*, v. 2, p. 119-174, 1977.
- MISZKIEWICZ, Justyna J. Investigating Histomorphometric Relationships at the Human Femoral Midshaft in a Biomechanical Context. *Journal of Bone and Mineral Metabolism*, v. 34, n. 2, p. 179-192, 2016. DOI: 10.1007/s00774-015-0652-8.

- MISZKIEWICZ, Justyna J.; MAHONEY, Patrick. Ancient Human Bone Microstructure in Medieval England: Comparisons between Two Socio-Economic Groups. *The Anatomical Record*, v. 299, n. 1, p. 42-59, 2016. DOI: 10.1002/ar.23285.
- MISZKIEWICZ, Justyna J.; MAHONEY, Patrick. Human Bone and Dental Histology in an Archaeological Context. In: ERRICKSON, David; THOMPSON, Tim (ed.). *Human Remains: Another Dimension*. Amsterdam (NL): Elsevier, 2017. p. 29-43. DOI: 10.1016/B978-0-12-804602-9.00004-7.
- MISZKIEWICZ, Justyna J.; VALENTIN, Frédérique; VRAHNAS, Christina; SIMS, Natalie A.; VONGSVIVUT, Jitraporn; TOBIN, Mark J.; CLARK, Geoffrey. Bone Loss Markers in the Earliest Pacific Islanders. *Scientific Reports*, v. 11, n. 1, p. 3981, 2021. DOI: 10.1038/s41598-021-83264-3.
- MULHERN, Dawn M. Rib Remodeling Dynamics in a Skeletal Population from Kulubnarti, Nubia. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 111, n. 4, p. 519-530, 2000. DOI: 10.1002/(SICI)1096-8644(200004)111:4<519::AID-AJPA7>3.0.CO;2-7.
- MULHERN, Dawn M.; UBELAKER, Douglas H. Differences in Osteon Banding Between Human and Nonhuman Bone. *Journal of Forensic Sciences*, v. 46, n. 2, p. 14952J, 2001. DOI: 10.1520/JFS14952J.
- MULHERN, Dawn M.; VAN GERVEN, Dennis P. Patterns of Femoral Bone Remodeling Dynamics in a Medieval Nubian Population. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 104, n. 1, p. 133-146, 1997. DOI: 10.1002/(SICI)1096-8644(199709)104:1<133::AID-AJPA9>3.0.CO;2-S.
- NEVES, Walter; PROUS, Andre; GONZÁLEZ-JOSÉ, Rolando; KIPNIS, Renato; POWELL, J. Early Holocene Human Skeletal Remains from Santana do Riacho, Brazil: Implications for the Settlement of the New World. *Journal of Human Evolution*, v. 45, n. 1, p. 19-42, 2003. DOI: 10.1016/S0047-2484(03)00081-2.
- NEVES, Walter A.; POWELL, Joseph F.; PROUS, Andre; OZOLINS, Erik G.; BLUM, Max. Lapa Vermelha IV Hominid 1: Morphological Affinities of the Earliest Known American. *Genetics and Molecular Biology*, v. 22, n. 4, p. 461-469, 1999. DOI: 10.1590/S1415-47571999000400001.
- PAINE, Robert R.; BRENTON, Barrett P. Dietary Health Does Affect Histological Age Assessment: An Evaluation of the Stout and Paine (1992) Age Estimation Equation Using Secondary Osteons from the Rib*. *Journal of Forensic Sciences*, v. 51, n. 3, p. 489-492, 2006. DOI: 10.1111/j.1556-4029.2006.00118.x.
- PEARSON, Osbjorn; BUIKSTRA, Jane. Behaviour and the Bones. In: BUIKSTRA, J.; BECK, Lane A. (ed.). *Bioarchaeology*. New York (US): Routledge, 2006. p. 207-225.
- PFEIFFER, Susan; CROWDER, Christian; HARRINGTON, Lesley; BROWN, Michael. Secondary Osteon and Haversian Canal Dimensions as Behavioral Indicators. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 131, n. 4, p. 460-468, 2006. DOI: 10.1002/ajpa.20454.
- POSTH, Cosimo *et al.* Reconstructing the Deep Population History of Central and South America. *Cell*, v. 175, n. 5, p. 1185-1197.e22, 2018. DOI: 10.1016/j.cell.2018.10.027.
- PROUS, André; JUNQUEIRA, Paulo; MALTA, I.; CHAUSSON, Yvon. Métodos de escavações, estratigrafias arqueológicas e datações. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG*, v. 13, p. 67-86, 1992.
- RESENDE, Eunice; PROUS, André. Os vestígios vegetais do grande abrigo de Santana do Riacho. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, p. 87-112, 1992.
- RICHMAN, Elaine A.; ORTNER, Donald J.; SCHULTER-ELLIS, Francis P. Differences in Intracortical Bone Remodeling in Three Aboriginal American Populations: Possible Dietary Factors. *Calcified Tissue International*, v. 28, n. 1, p. 209-214, 1979. DOI: 10.1007/BF02441238.

- ROBLING, Alexander G.; STOUT, Sam D. Histomorphology, Geometry, and Mechanical Loading in Past Populations. In: ROBLING, Alexander G.; STOUT, Sam D. (ed.). *Bone Loss and Osteoporosis*. Boston (US): Springer, 2003. p. 189-205.
- ROBLING, Alexander G.; CASTILLO, Alesha B.; TURNER, Charles H. Biomechanical and Molecular Regulation of Bone Remodeling. *Annual Review of Biomedical Engineering*, v. 8, n. 1, p. 455-498, 2006. DOI: 10.1146/annurev.bioeng.8.061505.095721.
- SCHLECHT, Stephen H.; PINTO, Deborrah C.; AGNEW, Amanda M.; STOUT, Sam D. Brief Communication: The Effects of Disuse on the Mechanical Properties of Bone: What Unloading Tells Us about the Adaptive Nature of Skeletal Tissue. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 149, n. 4, p. 599-605, 2012. DOI: 10.1002/ajpa.22150.
- SEEMAN, Ego. Bone Quality: The Material and Structural Basis of Bone Strength. *Journal of Bone and Mineral Metabolism*, v. 26, n. 1, p. 1-8, 2008. DOI: 10.1007/s00774-007-0793-5.
- SMIT, Theo H.; BURGER, Elisabeth H.; HUYGHE, Jacques M. A Case for Strain-Induced Fluid Flow as a Regulator of BMU-Coupling and Osteonal Alignment. *Journal of Bone and Mineral Research*, v. 17, n. 11, p. 2021-2029, 2002. DOI: 10.1359/jbmr.2002.17.11.2021.
- SOUZA, Sheila Mendonça. Paleopatologia humana de Santana do Riacho. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, v. 13/14, p. 129-160, 1992.
- SOUZA, Sheila Mendonça. Variações da dentogênese em indivíduos do grupo pré-histórico de Santana do Riacho, Lagoa Santa, Minas Gerais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, p. 96-98, 1993.
- STECKEL, Richard H.; SCIULLI, Paul W.; ROSE, Jerome C. A Health Index from Skeletal Remains. In: STECKEL, Richard H.; ROSE, Jerome C. (ed.). *The Backbone of History*. Cambridge (GB): Cambridge University Press, 2002. p. 61-93. DOI: 10.1017/CBO9780511549953.004.
- STOCK, Jay T.; PFEIFFER, Susan K. Long Bone Robusticity and Subsistence Behaviour among Later Stone Age Foragers of the Forest and Fynbos Biomes of South Africa. *Journal of Archaeological Science*, v. 31, n. 7, p. 999-1013, 2004. DOI: 10.1016/j.jas.2003.12.012.
- STOUT, Sam.; CROWDER, Christian. Bone Remodeling, Histomorphology, and Histomorphometry. In: STOUT, S.; CROWDER, C. (ed.). *Bone Histology*. Boca Ratón (US): CRC Press, 2011. p. 1-21.
- STOUT, Samuel D. Histological Structure and Its Preservation in Ancient Bone. *Current Anthropology*, v. 19, n. 3, p. 601-604, 1978. DOI: 10.1086/202141.
- SUZUKI, Shintaro; TIESLER, Vera. Estrategias alternas para la valoración histomorfológica de la edad a la muerte en restos esqueléticos deteriorados: aplicaciones en la bioarqueología del área maya/alternative strategies for conducting histomorphological evaluation of age at death in det. *Revista Argentina de Antropología Biológica*, v. 18, n. 2, 2015. Available at: <https://revistas.unlp.edu.ar/raab/article/view/2516>. Accessed on: 23 Dec. 2023.
- THOMPSON, David D.; GUNNESS-HEY, Michele. Bone Mineral-Osteon Analysis of Yupik-Inupiaq Skeletons. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 55, n. 1, p. 1-7, 1981. DOI: 10.1002/ajpa.1330550102.
- TURNER-WALKER, Gordon; JANS, Miranda. Reconstructing Taphonomic Histories Using Histological Analysis. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, v. 266, n. 3/4, p. 227-235, 2008. DOI: 10.1016/j.palaeo.2008.03.024.
- VAZQUEZ, Romina C.; BÉGUELIN, Marien; NAVARRO, Tamara G.; CERDA, Ignacio A. Bone Histology of Human Remains from the Late Holocene of Northwestern Patagonia, Argentina: A Multidimensional Taphonomic Approach. *Archaeological and Anthropological Sciences*, v. 13, n. 10, 2021. DOI: 10.1007/s12520-021-01435-9.

- VILLA, Chiara; LYNNERUP, Niels. Technical Note: A Stereological Analysis of the Cross-Sectional Variability of the Femoral Osteon Population. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 142, n. 3, p. 491-496, 2010. DOI: 10.1002/ajpa.21269.
- WAKELY, Jennifer; MANCHESTER, Keith; ROBERTS, Charlotte. Scanning Electron Microscopy of Rib Lesions. *International Journal of Osteoarchaeology*, v. 1, n. 3/4, p. 185-189, 1991. DOI: 10.1002/oa.1390010308.
- WESCOTT, Daniel J. Effect of Mobility on Femur Midshaft External Shape and Robusticity. *American Journal of Physical Anthropology*, v. 130, n. 2, p. 201-213, 2006. DOI: 10.1002/ajpa.20316.
- WESTON, Darlene A. Brief Communication: Paleohistopathological Analysis of Pathology Museum Specimens: Can Periosteal Reaction Microstructure Explain Lesion Etiology? *American Journal of Physical Anthropology*, v. 140, n. 1, p. 186-193, 2009. DOI: 10.1002/ajpa.21081.
- WHITE, Tim D.; FOLKENS, Pieter A. *The Human Bone Manual*. Amsterdam (NL): Elsevier, 2005. DOI: 10.1016/C2009-0-00102-0.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

RESENHA

ENTRE LUGARES*

Angelica Rodrigues de Oliveira**

Fabiana Comerlato***

Camilla Agostini é arqueóloga cujas pesquisas abrangem vários campos do conhecimento. Autora de uma vasta obra literária composta de artigos científicos premiados, textos literários nos gêneros de poesia, crônica e contos, além de livro de ficção juvenil, todos vencedores de editais e prêmios literários. Especialista em História da África pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-doutorado pelo Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi-UFF). Coordena o Núcleo de Estudos de Cultura Material, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é líder do Grupo de Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em Estudos de Cultura Material. Atuou como Professora Visitante na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora adjunta no departamento de História da Universidade de Vassouras (Univassouras) no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHIST-UFF e UERJ) e é professora adjunta no Departamento de Arqueologia da UERJ. Membro do Clube da Leitura: Clube de Prosa Narrativa, no Rio de Janeiro, e fundadora, em 2022, do Instituto de Memória e Ação Social (IMAS).

Adentrar a obra da arqueóloga e historiadora Camilla Agostini, *Entre lugares*, elaborada para a coleção Memórias de Paisagens, é uma forma de acompanhar o trajeto da pesquisadora e, ao mesmo tempo, seguir o processo de pesquisa acadêmica da autora e um louvor às histórias que envolvem o mundo das negritudes da cidade de Vassouras/RJ. O Vale do Paraíba é apresentado a partir das imersões na área rural, onde a pesquisadora aproxima as paisagens sociais locais com seus projetos de pesquisa acadêmicos, em diálogo com a comunidade e mestres da cultura popular. Desde seu preâmbulo, a obra nos apresenta uma “Cartografia social ou etnocartografia como exemplo de mediação que nos auxilia na aproximação das paisagens, a partir da perspectiva dos outros” (Agostini, 2022, p. 13). É a pesquisa arqueológica apresentada como forma de dar visibilidade às coisas invisibilizadas e de aproximação das paisagens sociais.

A obra dialoga com o tema da coleção em que está inserida, Memórias de Paisagens, realizada pelo grupo de pesquisa Paisagens Híbridas, cujo foco são as paisagens sociais e as paisagens de pesquisa.

* AGOSTINI, Camilla. *Entre lugares*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2022. 102 p.

** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: angelica@aluno.ufrb.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6434-8810>.

*** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: fabianacomerlato@ufrb.edu.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4675-1224>.

A obra está dividida em preâmbulo, seguida do “Primeiro Ato”, subdividido em projeto de pesquisa e campo de atuação. As demais seções são: “Vassouras: o campo da pesquisa”; “Nos caminhos do jongo”; “Mestres e pesquisadores em ação”; “A escrita da dissertação de mestrado”; “Despedida” e “Segundo Ato”, subdividido em “O vento que leva” e “Cenas finais: as salas de aula”. A obra é finalizada com a apresentação da autora.

Após um preâmbulo recheado de chamado à interdisciplinaridade, a autora nos oferece um “Primeiro Ato”, cuja metodologia é traçada a partir da condição existencial momentânea que a levou a “ocupar o mundo fora de casa”, fazendo-a deixar de viver com sua mochila nas costas entre as cidades de Campinas/SP, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP para morar em Vassouras/RJ. A pesquisadora traz sua experiência pessoal e suas demandas na vida acadêmica, desnudando-se diante do leitor, destacando suas dificuldades e o crescimento profissional a partir de sua entrega ao trabalho de pesquisadora: “O que já diz sobre o lugar de quem fala. Eu, até então, morava sob a proteção e as condições dos meus pais, um casal branco de classe média alta, heteronormativo” (Agostini, 2022, p. 18). Assim a autora inicia o relato de seu percurso pessoal e profissional, proporcionado pela experiência acadêmica.

Seu campo de pesquisa do projeto de mestrado se dá no arquivo do Centro de Documentação Histórica da cidade de Vassouras. Lá a pesquisadora passou a morar para estudar o cotidiano de africanos escravizados que trabalharam em fazendas de café. Seu intuito era localizar a documentação com a qual lhe fosse possível realizar o levantamento de processos criminais do século XIX, a fim de saber, naquele arquivo, onde estavam tais documentos de toda a região do Vale do Paraíba sul-fluminense.

Camilla Agostini aponta desde o início de sua obra o trabalho arqueológico como forma de aproximação das diversidades brasileiras. Bebe de várias fontes e aponta uma fala do arqueólogo Paulo Seda que se refere à formação da arqueologia como uma disciplina elitista, porém com o grande legado de que “[...] fora a Arqueologia que o levava aos rincões do Brasil!” (Agostini, 2022, p. 19). É com essa missão que se lança em pesquisas na chamada “cidade dos barões”, sua escolha de campo de pesquisa de mestrado. Em busca de entender os “referenciais identitários próprios nessa situação de violência e opressão, qual o papel desses referenciais e como eles se transformaram no contexto da escravidão” (Agostini, 2022, p. 21).

Sua pesquisa em história não pôde se desvencilhar totalmente da pesquisa arqueológica. Estava atravessada sempre pela sua vivência como estagiária das professoras Tania Andrade Lima e Ana Cristina Souza, quando atuava no projeto Arqueologia histórica no Rio de Janeiro: o século XIX e se debruçava sobre *Caminhos enquanto artefato* (Agostini, 2022, p. 23).

O uso de cachimbos por africanos e seus descendentes é seu objeto de pesquisa de mestrado. A autora escolhe o recorte temporal do período da escravidão no Brasil para discutir o uso desse artefato como “miudezas repletas de expressões estéticas que instigavam a imaginação da aprendiz” (Agostini, 2022, p. 23). No âmbito da linha de pesquisa em História Social e Cultural da Unicamp discute as identidades sociais; enquanto arqueóloga, tenta realizar sua pesquisa no campo da etnicidade, digerindo seu embate arqueóloga versus historiadora quando afirma ser o espírito de forasteira que a impulsiona em todas as etapas da pesquisa.

Debateu-se sempre a partir da premissa de compreender esses espaços sociais e sua formação. Afirma ainda que todas as etapas da pesquisa acadêmica foram movidas pela pergunta “Quem são e de onde vieram os povos africanos escravizados em Vassouras?”, buscando na cultura material alguma evidência para sanar a questão, além da busca por quilombos que contassem de suas experiências e resistências. Combinou coleções arqueológicas e obras de viajantes naturalistas para entender como as miudezas feitas para pitar eram utilizadas pelos descendentes da África.

Seu campo de pesquisa se transforma em palco de encontrar amigos, pesquisadores e mestres jongueiros, e seus trabalhos acadêmicos se alongam até mesas de bares e outros espaços comunitários onde se debateu a África e os africanos por meio da encenação teatral da história

de Manoel Congo, o mártir da luta contra a escravidão, enforcado por liderar a fuga de mais de quatrocentos escravos, “que tentavam romper com o jugo do cativo” (Agostini, 2022, p. 32).

A sabedoria popular e o saber acadêmico que a pesquisadora combinou envolveram os mestres no processo de produção dramática, em que se construiu o cenário para o encontro de um Caxambu e outros referenciais do contexto escravocrata, orientando-se teoricamente pelos trabalhos do historiador Stanley Stein, *Vassouras: um município brasileiro de café (1850-1900)*, e as vivências dos mestres jongueiros para conhecer seus ritmos utilizados no Caxambu, no Jongo, com seus instrumentos e encenação características.

O percurso pelos lugares onde se realiza a história da opulência das fazendas de café no período escravocrata de Vassouras e suas ações que geraram a destruição da fertilidade dos solos ainda sugerem na cidade que “As figueiras enfileiradas atrás da igreja representam, cada uma, um barão” (Agostini, 2022, p. 36). Sua pesquisa desemboca em caminhos na busca pelos quilombos e vai localizando outras referências, como a passagem em que aventa a possibilidade de Vassouras ser conhecida como a cidade de Pixinguinha. A partir de sua aproximação com fotografias antigas – em uma das quais, autografada, o choro do artista é percebido – o tema leva a pesquisadora a dialogar “com o suporte da tradição de serestas da cidade de Conservatória, não longe dali” (Agostini, 2022, p. 37).

Chega a pedreiras, onde está localizado o Memorial Manoel Congo, a Pedra de João Moleque e outros lugares identificados a partir do levantamento de 127 processos criminais, um conjunto que permitia a leitura de casos interessantes, além do olhar para toda a série, que compreendia processos de 1820 a 1880, com africanos, africanas e afrodescendentes arrolados como réus, vítimas ou testemunhas (Agostini, 2022, p. 41). A coleção permitiu a criação de bancos de dados e formação de índice para busca facilitada, enriquecidos pelos mapas representados pela vizinhança e pela rede de relatos orais, em que Camilla Agostini analisa a perspectiva fenomenológica das paisagens sociais estudadas, apresentando sua observação e trajetória nesses lugares.

As parcerias realizadas pela pesquisadora no decorrer de seu trabalho com comunitários e mestres da cultura popular em seus lugares cotidianos, acrescidas do espaço acadêmico, eram agora inseridas no contexto da encenação da fuga dos escravizados que haviam sido liderados por Manoel Congo. Protagonistas locais, desde Carina e seus parceiros de Tai Chi e Kong Fu, até seresteiros, feirenses e artesãos locais, como Edinho Bambu, “que vivia entre uma casa na cidade e um rancho todo feito de bambu no alto de uma colina, de onde se via a cidade, mas sem ser visto por ela” (Agostini, 2022, p. 46), apresentaram à pesquisadora os jongueiros da região, com destaque para o líder tio Juca do Morro da Caixa d’Água, em Barra do Pirai/RJ, quando houve a aproximação com o batizado de tambores centenários “para que voltassem a falar” (Agostini, 2022, p. 52). Os tambores estavam em desuso há muito tempo e a comunidade estava levando-os para a Casa da Cultura de Vassouras e, antes disso, acabaram rompendo o silenciamento destes por meio da realização do ritual que ocorreu com a presença de tio Juca, diversos músicos e etnomusicólogos e pesquisadores, evento regado a uma “iguarria centro-africana à base de jiló e carne seca” (Agostini, 2022, p. 59).

A região vale-paraibana apresenta a Camilla Agostini o mundo negro rural a partir de suas observações, e em suas andanças por esses espaços a aprendizagem vai dialogar com a escrita de sua dissertação de mestrado. O teatro realizado nas escolas com os mestres locais, a elaboração do seu projeto de doutoramento sobre a Pedra de João Moleque e as comunidades de florestas, a realização de uma roda de Caxambu no adro da igreja matriz de Vassouras são algumas de suas vivências de campo, além de serem ponte para o diálogo sobre o reclame da população sobre a Chácara Hera como espaço negro.

As experiências nas comunidades permitiram à pesquisadora ir geograficamente se deslocando e, entre a riqueza de uma gama de informações até então desconhecidas, se munir de temas de interesse de pesquisa acadêmica. Seu ineditismo e contribuição para a ciência e para o patrimônio

daquelas comunidades negras a impressionam de tal maneira que esta acaba desacreditando do mundo acadêmico.

É em *O vento que leva* que a pesquisadora retoma seus relatos sobre as etapas da pesquisa, no campo pessoal e acadêmico, encantos e desencantos que o percurso lhe causou, enfocando sua volta para a casa do Rio de Janeiro. Após uma jornada em vários trabalhos, ainda em deslocamentos geográficos, em muitas profissões, inserida em atividades de arqueologia de contrato, executando atividades em campo e localizando semelhanças entre as matas que pesquisou e as cidades de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro em suas imersões arqueológicas, convida o leitor para a extraordinária viagem de *Entre lugares*, apresentada por sua memória forasteira e inquieta.

A sala de aula como cena final é o grande marco que a arqueóloga e historiadora nos oferta ao final de seu texto. Sua efetivação como docente da UERJ é apresentada como resultado de suas análises entre tantos lugares percorridos, dos estudos da diáspora africana, arqueologia histórica, antropologia, história, comunidades tradicionais nas unidades de conservação ambiental. É na UERJ que desenvolve o projeto Campos e saberes: prática de pesquisa interdisciplinar na extensão da sala de aula, em que o palco do ensino/aprendizagem é o espaço público, em diálogo com espaços museológicos e similares, envolvendo alunos de arqueologia e área próximas.

“Cenas finais: as salas de aula” é o desfecho da obra em que o diálogo com suas pesquisas afro referenciadas podem ganhar um novo fôlego e ampliar a discussão da arqueologia com o campo da memória social, bebendo da rica trajetória que a autora oferece ao leitor desde o preâmbulo da obra, abordando seu percurso entre os tantos lugares cuja memória vai fazendo com que quem leia a obra sinta cada impressão, cada dúvida, cada falta de resposta, além de suas leituras sobre os lugares que buscava em suas pesquisa em campo, mostrando de maneira quase tátil os caminhos que trilhou entre tantos lugares que foi deixando, às vezes, a impressão de que há textura em suas pedreiras, tambores e danças. Deixa a vontade de percorrer esses lugares com o olhar recheado das impressões que a pesquisa desperta. “Revendo essas andanças, agora, fico pensando se o rancho do Edinho e o local na mata para onde nos levaram não foram os quilombos que eu procurava” (Agostini, 2022, p. 63). O diálogo com tantas linguagens do conhecimento, tendo a arqueologia como metodologia que provoca o diferencial nessa discussão sobre paisagens, nos impulsiona a pensá-las de forma ampla. No viés da interdisciplinaridade, apresentando a paisagem contemporânea como tema em que se pode aproximar passado e presente a partir de uma cartografia social e reviver paisagens esquecidas e/ou silenciadas.

Palavras-chave: arqueologia; etnocartografia; Vassouras; africanos escravizados; lugares.

Keywords: archaeology; ethnocartography; Vassouras; enslaved Africans; places.

Palabras clave: arqueología; etnocartografía; Vassouras; africanos esclavizados; lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camilla. *Entre lugares*. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2022. 102 p.

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 2 Maio - Agosto 2024

DOSSIÊ ARQUEOLOGIAS NEGRAS - NOTA DE PESQUISA

A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA NEGRA POR MEIO DO PROJETO MEMÓRIAS DA TERRA: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA COMUNIDADE DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ

Jelly Juliane Souza de Lima*, Avelino Gambim Júnior**, Leiticia Pinheiro Barros***, Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro****

RESUMO

A Amazônia guarda uma diversidade de histórias que, por meio dos vestígios arqueológicos, evocam o passado indígena e negro. Esse é o caso da região de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, no município de Oiapoque, na pequena comunidade de Vila Velha do Cassiporé, espaço em que Peter Paul Hilbert, arqueólogo vinculado ao antigo Museu do Território do Amapá, registrou a presença de vestígios arqueológicos na década de 1950. Após setenta anos, uma equipe formada por pesquisadores independentes voltou a estudar essa região especialmente na comunidade de Vila Velha do Cassiporé. Ao revisitar lugares em que se buscou anteriormente dar conta do passado indígena, busca-se, atualmente, dar ênfase também à emergência das histórias da presença negra na região.

Palavras-chave: fronteira entre Brasil e Guiana Francesa; memórias da terra; arqueologia negra.

*Doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: julianejelly@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1483-2874>.

**Doutorando em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: avgambimjunior@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3563-0574>.

***Graduanda em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: barrosleiticia7@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3757-9864>.

****Graduanda em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: kathelin18@hotmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5264-2967>.

THE EMERGENCE OF BLACK HISTORY WITH THE PROJECT MEMORIES OF THE EARTH: ARCHAEOLOGICAL HERITAGE OF THE COMMUNITY OF VILA VELHA DO CASSIPORÉ

ABSTRACT

The Amazon keeps a diversity of stories that, from two archaeological vestiges, evoke the indigenous and black past. This is the case of the border region between Brazil and French Guiana, in the municipality of Oiapoque where the small community of Vila Velha do Cassiporé, space in which Peter Paul Hilbert, an archaeologist linked to the former Museu do Território do Amapá, recorded the presence of archaeological remains in the 1950s. After seventy years, a team made up of independent researchers turned to study this region again, especially in the community of Vila Velha do Cassiporé. By revisiting places in which it was previously sought to account for the indigenous past, currently they are also seeking to emphasize the emergence of the histories of the black presence in the region.

Keywords: border between Brazil and French Guiana; memories of the earth; black archaeology.

LA EMERGENCIA DE LA HISTORIA NEGRA MEDIANTE EL PROYECTO MEMORIAS DE LA TIERRA: PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO DE LA COMUNIDAD DE VILA VELHA DO CASSIPORÉ

RESUMEN

La Amazonía abarca una diversidad de historias que, mediante restos arqueológicos, evocan el pasado indígena y negro. Este es el caso de la pequeña comunidad de Vila Velha do Cassiporé, situada en la región fronteriza entre Brasil y la Guayana Francesa, en el municipio de Oiapoque, donde Peter Paul Hilbert, arqueólogo vinculado al ex Museo del Territorio de Amapá, registró la presencia de restos arqueológicos en la década de 1950. Después de setenta años, un equipo formado por investigadores independientes se puso a realizar estudios en esta región, especialmente en la comunidad de Vila Velha do Cassiporé. Al volver a analizar lugares donde antes intentaban dar cuenta del pasado indígena, actualmente también se busca destacar el surgimiento de relatos de la presencia negra en la región.

Resumen: frontera entre Brasil y Guayana Francesa; memorias de la tierra; arqueología negra.

INTRODUÇÃO

Na Amazônia, especificamente na fronteira de Brasil e Guiana Francesa, existe um lugar cuja paisagem é composta por uma floresta densa, campos abertos, cortada por rios encachoeirados, estradas de terra batida e estradas pavimentadas. Esse lugar é a área geográfica em que está localizada a pequena comunidade de Vila Velha do Cassiporé. Na comunidade, os tecidos das vidas dos moradores são constantemente atravessados pelos fios dourados da história (BOSI, 2003). Esse lugar guarda diferentes histórias e memórias da terra, de quem viveu e vive em cima de sítios arqueológicos. Nesse sentido, essas histórias não fazem parte dos livros didáticos e nem chegam às escolas (por exemplo, a Lei nº 10.639/2003, que trata sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira). Assim, predominou por muito tempo uma história única (ADICHIE, 2019). A contra-narrativa para falar sobre o passado reside na arqueologia e na memória. A chegada de pesquisadores e os usos de diferentes tipos de registro permitiram contar em diferentes tempos. Assim, hoje se pode dizer que existem duas narrativas essenciais para a história da ocupação do território: são histórias indígenas e negras.

Na década de 1950, Peter Hilbert (1957), arqueólogo vinculado ao Museu do Território do Amapá, registrou e escavou três sítios arqueológicos, denominados de Vila Velha I, Vila Velha II e Ilha das Igaçabas na região do Cassiporé. Os sítios arqueológicos foram classificados como antigos cemitérios que estariam situados cronologicamente entre os séculos XVI e XVIII (HILBERT, 1957). A escavação de urnas funerárias revelou restos humanos e objetos europeus como contas de vidro, guizos de cobre e instrumentos de ferro que seriam indicadores de contato entre indígenas e europeus durante o processo de colonização da região no passado. Para Hilbert (1957, p. 34), os vestígios arqueológicos, principalmente a cerâmica e a presença de decorações, são possíveis correlatos entre a fase Aristé e os Palikur, grupos indígenas que na atualidade vivem na região de fronteira entre Guiana Francesa.

A pesquisa arqueológica realizada por Peter Hilbert e a publicação do artigo “Contribuições à arqueologia do Amapá” (1957) permitiu apresentar as primeiras informações sobre a história da ocupação indígena e os contatos com os europeus que circularam na região no passado. Na atualidade, o material arqueológico escavado por Peter Hilbert compõe a coleção Peter Hilbert, que está salvaguardada em uma das instituições mais importantes do estado do Amapá: o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva (MHJCS), localizado na capital Macapá (LIMA *et al.*, 2022). A coleção Peter Hilbert é formada principalmente por um conjunto de vasilhas cerâmicas de diferentes tamanhos que apresentam decorações pintadas e plásticas.

Passados cerca de sessenta anos, após a pesquisa arqueológica realizada por Hilbert, a comunidade de Vila Velha do Cassiporé recebe uma nova equipe de pesquisa. Em 2018, surge o projeto *Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé*, coordenado pela autora, financiado pelo edital Itaú Rumos Cultural 2017- (LIMA, 2018). O principal objetivo do projeto foi registrar as percepções e narrativas dos moradores da comunidade sobre os vestígios arqueológicos daquele lugar. A pesquisa de fato iniciou em 2019 e teve uma pausa devido à pandemia de covid-19. Posteriormente, o pico da pandemia da covid-19 que assolou a região infelizmente levou a óbito importantes contadores de história da comunidade, como a liderança quilombola Valter dos Santos. A pesquisa de campo continuou até o final de 2022.

A prática da pesquisa e o registro de informações foram mediados pela história oral (ALBERTI, 2004; FREITAS, 2006; MEIHY; HOLANDA, 2015). A etnografia (CASTAÑEDA; MATTHEWS, 2008; MESKELL, 2005; ZARGER; PLUCKHAHN, 2013) e o registro de campo foram feitos no âmbito da arqueologia (BALME; PATERSON, 2009; BURKE *et al.*, 2008; RENFREW; BAHN, 2007). Nossa experiência foi pautada em três

atos: fazer pesquisas em diferentes lugares (instituições ou na comunidade), conversar com as pessoas, caminhar pelo território e descobrir que os cacos, pedaços de igaçabas ou vestígios arqueológicos eventualmente encontrados nas roças, limpezas de quintais e ruas, agora fazem parte de uma bandeira de luta: contar a história da presença negra na comunidade, ao ter como ponto de partida vestígios da história indígena na região.

Pessoas como Carmem, Ivanildo, Valter foram convidados a compartilhar suas memórias da terra: dos cacos por eles chamados de igaçabas, das miçangas de vidro que se tornaram alvo de escavações de mulheres para adornar seus corpos, do cultivo de cacau, da pista de pouso, das visagens e encantarias, das coleções domésticas formadas por machadinhos e cacos guardados em casa. No entanto, as narrativas dos colaboradores citados revelaram que a arqueologia, logo, os vestígios, evocavam memórias sobre outros tempos, tempos da presença negra: as conexões entre a região do Cassiporé, o quilombo de Cunani e acesso aos garimpos do Lourenço, no final do século XIX, no qual a maioria dos trabalhadores que exploravam ouro era negra ou crioula, vindos inclusive das regiões das Guianas e do Caribe.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, procuramos expor o projeto em eventos como encontros, jornadas, semanas e exposições, nacionais e internacionais, cumprindo com um dos requisitos essenciais da prática da ciência: disponibilizar o que produzimos para a sociedade e nossos colaboradores. Como produto principal do projeto, destacamos o documentário *Memórias da terra: Vila Velha do Cassiporé*, produzido em parceria com a produtora Jubarte. Soma-se ao material da pesquisa pôsteres informativos e o livro *Percursos do projeto memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé* (LIMA et al., 2022).

Fazer essa pesquisa na comunidade de Vila Velha do Cassiporé é para nossa equipe uma oportunidade de contribuir para uma arqueologia mais engajada. Quando mencionamos a palavra oportunidade, é justamente no sentido de mudar um quadro histórico de apagamento. Conforme já mostraram em outros contextos autores como Kathryn Elizabeth Sampeck e Lucio Ferreira Menezes (2020) e Patrícia Marinho Carvalho (2021): é comum escutar em alguns lugares “aqui não há negros”. Portanto, como já defendeu Klaus Hilbert (2006), o trabalho do arqueólogo deve estar voltado para a reorganização do passado, ao procurar contar histórias úteis, que visam suprir as necessidades das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BALME, Jane; PATERSON, Alistair. *Archaeology in Practice: A Student Guide to Archaeological Analyses*. Hoboken (US): Wiley, 2009.
- BOSI, Ecléa. *Velhos amigos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BURKE, Heather; SMITH, Claire; ZIMMERMAN, Larry. *The Archaeologist's Field Handbook*. North American Edition. Lanham (US): AltaMira, 2008.
- CARVALHO, Patrícia Marinho. Un cimarrón en Mato Grosso, Brasil: construyendo una mirada afro-centrada en un contexto afrodiaspórico. *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*, v. 15, n. 2, p. 81-107, 2021.
- CASTAÑEDA, Quetzil; MATTHEWS, Christopher. *Ethnographic Archaeologies: Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices*. Lanham (US): AltaMira Press, 2008.

- FREITAS, Sônia Maria. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- HILBERT, Klaus. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? *Revista de Arqueologia*, v. 19, n. 1, p. 89-101, 2006.
- HILBERT, Peter Paul. Contribuições à arqueologia do Amapá: Fase Aristé. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, n. 1, p. 1-37, 1957.
- LIMA, Jelly Juliane Souza. *Projeto Memórias da Terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé*. Itaú Rumos Cultural: Macapá, 2018.
- LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino; BASTOS, Cecília Maria Chaves; CARNEIRO, Kathelin; BARROS, Leiticia Pinheiro. *Memórias da terra: patrimônio arqueológico da comunidade de Vila Velha do Cassiporé, Amapá*. São Paulo: D7, 2022.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.
- MESKELL, Lynn. Introduction: Object Orientations. In: MESKELL, Lynn. *Archaeologies of Materiality*. Oxford (BG): Blackwell, 2005.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Archaeology Essentials: Theories, Methods and Practice*. London (GB): Thames and Hudson, 2007.
- SAMPECK, Kathryn Elizabeth; FERREIRA, Lucio Menezes. Delineando a arqueologia afro-latino-americana. *Vestígios*, v. 14, n. 1, p. 141-168, 2020.
- ZARGER Rebecca; PLUCKHAHN, Thomas. Assessing Methodologies in Archaeological Ethnography: A Case for Incorporating Ethnographic Training in Graduate Archaeology Curricula. *Public Archaeology*, v. 12, n. 1, p. 48-63, 2013.